

caletroscópio



Volume 7 | Nº 2 | Jul./Dez.2019 | Semestral
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem
Universidade Federal de Ouro Preto
Mariana, MG
ISSN 2318-4574





Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

REITORA

Cláudia Aparecida Marlière de Lima

VICE-REITOR

Hermínio Arias Nalini Júnior

DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Luciano Campos da Silva

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Helena Miranda Mollo

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LETRAS

Emílio Carlos Roscoe Maciel

COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM

Soélis Teixeira do Prado Mendes

Revisão textual

Soélis Teixeira do Prado Mendes e Equipe Rever

Revisão dos abstracts

Equipe Rever

Formatação/Diagramação

Danúsia Natália Monteiro Gomes

Imagem de capa:

Pekka Halonen (1865-1933), "Crianças lendo", óleo sobre tela, 1916.

Espoo Museum of Modern Art

Formato A4 210 x 297 mm (online)

Revista Caletrosópio / Programa de Pós-Graduação em Letras:
Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto – Volume 7,
Número 2 – Julho/Dezembro de 2019 – Mariana: UFOP, 201p.

Semestral

ISSN: 2318-4574

Modo de acesso: <<http://www.caletrosopio.ufop.br>>

1. Linguagem 2. Memória cultural 3. Tradução 4. Práticas
discursivas 5. Ensino/Aprendizagem.

Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós-Graduação em Letras.

CDU: 81:82.09

REVISTA CALETROSCÓPIO

Universidade Federal de Ouro Preto Instituto de

Ciências Humanas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da

Linguagem Rua do Seminário, s/n – Centro

Mariana/MG

CEP: 35420-000

Tel. (31) 3557- 9418

E-mail: revistacaletrosopio@gmail.com

©2019 - Todos os direitos reservados, nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem permissão por escrito.

caletroscópio



Volume 7 | Número 2 | Julho/Dezembro 2019 | Semestral
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem
Universidade Federal de Ouro Preto
Mariana, MG
ISSN 2318 - 4574

EDITORA-CHEFA DA REVISTA CALETROSCÓPIO

Soélis Teixeira do Prado Mendes - Universidade Federal de Ouro Preto

EDITORES

Adail Sebastião Rodrigues Júnior - Universidade Federal de Ouro Preto

Carolina Anglada de Rezende - Universidade Federal de Ouro Preto

José Luiz Vila Real Gonçalves - Universidade Federal de Ouro Preto

Mônica Fernanda Rodrigues Gama - Universidade Federal de Ouro Preto

Soelis Teixeira do Prado Mendes - Universidade Federal de Ouro Preto

CONSELHO EDITORIAL INTERNO

Ada Magaly Matias Brasileiro - Universidade Federal de Ouro Preto

Adail Sebastião Rodrigues Júnior - Universidade Federal de Ouro Preto

Adriana Silvia Marusso - Universidade Federal de Ouro Preto

Alexandre Agnolon – Universidade Federal de Ouro Preto

Artur Costrino - Universidade Federal de Ouro Preto

Bernardo Nascimento de Amorim - Universidade Federal de Ouro Preto

Cilza Carla Bignotto - Universidade Federal de Ouro Preto

Clézio Roberto Gonçalves - Universidade Federal de Ouro Preto

Emílio Carlos Roscoe Maciel - Universidade Federal de Ouro Preto

Giácomo Patrocínio Figueredo - Universidade Federal de Ouro Preto

Ivanete Bernardino Soares - Universidade Federal de Ouro Preto

José Luiz Vila Real, Universidade Federal de Ouro Preto

Kassandra da Silva Muniz, Universidade Federal de Ouro Preto

Leandra Batista Antunes - Universidade Federal de Ouro Preto

Maria Clara Versiani Galery - Universidade Federal de Ouro Preto

Meliandro Mendes Galinari - Universidade Federal de Ouro Preto

Mônica Fernanda Rodrigues Gama - Universidade Federal de Ouro Preto

Paulo Henrique Aguiar Mendes - Universidade Federal de Ouro Preto

Rómima Mello Laranjeira - Universidade Federal de Ouro Preto

Soelis Teixeira do Prado Mendes - Universidade Federal de Ouro Preto

Vanderlice dos Santos Andrade Sól - Universidade Federal de Ouro Preto

William Augusto Menezes - Universidade Federal de Ouro Preto

CONSELHO EDITORIAL EXTERNO

Aléxia Teles Duchowny - Universidade Federal de Minas Gerais

Antônio Luiz Assunção - Universidade Federal de São João Del Rei

Carlos Alberto Marques Gouveia - Universidade de Lisboa

Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães - Universidade Federal de Minas Gerais

Eni Puccinelli Orlandi - Universidade do Vale do Sapucaí

Fábio de Souza Andrade - Universidade de São Paulo

Fábio Akcelrud Durão - Universidade Estadual de Campinas

Gilmar Bueno Santos – Universidade Federal do Pará

José Carlos de Almeida Filho - Universidade de Brasília

Kleber Aparecido da Silva – Universidade de Brasília

Lorenzo Teixeira Vitral - Universidade Federal de Minas Gerais

Marcelo Cizaurre Guirau - Universidade de São Paulo

Maria Antonieta Amarante Cohen - Universidade Federal de Minas Gerais

Patrick Charaudeau - Université Paris XIII

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva - Universidade Federal de Minas Gerais

Wander Emediato de Souza - Universidade Federal de Minas Gerais

ASSISTENTE DE EDIÇÃO

Danúsia Natália Monteiro Gomes

Sumário

Editorial

Artigos – Fluxo Contínuo

Ser ou não ser, eis a questão: a qualificação do nome próprio de pessoa em jornais como indicador da divisão política de espaços discursivos em 1930

Gustavo Leal Teixeira

Paulo Henrique Aguiar Mendes

O futuro nas aulas de PLA: utilizando o tempo semântico para redefinir a nomenclatura

Thaís Maíra Machado de Sá

Cândido Samuel Fonseca de Oliveira

Cláudia Brandão Vieira

Algumas questões sobre ficção, discurso literário e análise do discurso

Elisson Ferreira Morato

O imperativo gramatical em gibis da *Turma da Mônica*: um estudo em tempo real

Aluiza Alves Araújo

Anna Kesyra Ferreira Lima

Kethleen de Almeida Claudino

Letramentos Acadêmicos na Área da Engenharia: Discussões em Contexto de Aprendizagem Ativa no Ensino Superior

Thais de Souza Schlichting

Aforização na Mídia Marianense: Reflexões do Ponto de Vista da Mineiridade

Alessandra Folha Mós Landim

O tratamento da variação linguística em postagens da página “Língua Portuguesa” na rede social *Facebook*

Claudemir Sousa

Aquisição variável de sequências triconsonantais por aprendizes campinenses de inglês como L2

Felipe Santos dos Reis

Rubens Marques de Lucena

Preconceito linguístico com menores em regime de privação de liberdade

Rodrigo Mazer Etto

A metapragmática como conceito útil à análise linguística

Ana Luiza Krüger Dias

Vozes femininas plurilíngues atravessando a fronteira Venezuela-Brasil

Débora Silva Brito Da Luz

Editorial

Este segundo número da *Caletroscópio*, no ano de 2019, dá sequência à nova política da Revista proposta a partir do Volume 7, No.1: o período de janeiro a junho será sempre dedicado às publicações dos estudos literários, já julho e dezembro, aos estudos linguísticos. Neste Volume 7, No.2, é possível agrupar os artigos em três subáreas da Linguística.

Ana Luíza Krüger Dias, utilizando uma concepção de metapragmática “aplicada às textualidades”, leva-nos a perceber e compreender que esse conceito, aliado à análise linguística, pode propiciar um ensino de língua mais crítico de forma a deixar mais explícita a relação intrínseca entre língua, cultura e sociedade. Thais de Souza Schlichting, em “Letramentos Acadêmicos na Área da Engenharia: Discussões em Contexto de Aprendizagem Ativa no Ensino Superior”, com base em entrevistas realizadas com estudantes e professores do Mestrado Integrado em Engenharia e Gestão Industrial (MIEGI) da Universidade do Minho, discute como uso de metodologias ativas permitem práticas de letramento inseridas às práticas de linguagem específicas de uma área profissional. Já os autores Thaís Maíra Machado de Sá, Cândido Samuel Fonseca de Oliveira e Cláudia Brandão Vieira analisam criticamente a nomenclatura gramatical dos tempos verbais em cinco livros de PLA (Português língua adicional) e, diante das inconsistências localizadas, fazem uma proposta didática para o ensino dessa estrutura. Esses três artigos se circunscrevem à área da linguística que se dedica ao ensino de língua, ou à Linguística Aplicada.

Um segundo conjunto de artigos podem ser agrupados em estudos discursivos: Alessandra Folha Mós Landim faz uma análise criteriosa de enunciados extraídos de jornais marianenses, *O Cruzeiro* e *Voz de Marianna*, que tenham relação com as noções de mineiridade. Segundo ela, tais noções são utilizadas como ferramenta discursiva. Por sua vez, Paulo Henrique Mendes e Gustavo Leal Teixeira, utilizando os jornais *Folha do Norte* e *Gazeta do Norte* da cidade de Montes Claros-MG, do ano de 1930, discutem e mostram como a descrição de valores positivos ou negativos, como uma formação discursiva, pode ser delineado nos *corpora* analisados. Elisson Ferreira Morato, em “Algumas questões sobre ficção, discurso literário e Análise do Discurso”, analisa o poema épico *Vila Rica*, de Cláudio Manoel da Costa (1729-1789) e o romance *A Jangada de Pedra* de José Saramago (1922-2010) e discute como “a ficção no discurso literário é constituída pelo contrato de comunicação, pelos imaginários sociodiscursivos e pelo estilo.”

E finalmente, mas não menos importantes, os cinco últimos artigos têm em comum os estudos da Sociolinguística. Rodrigo Mazer Etto apresenta resultado de uma pesquisa feita a partir de entrevistas com adolescentes, que cumpriam medidas socioeducativas de privação de liberdade, e

discute como esses jovens sofreram preconceito linguístico devido ao uso de gírias. Claudemir Souza, baseando-se em diferentes aportes teóricos, dentre os quais a Sociolinguística, analisa postagens de uma página “Língua Portuguesa” – que faz parte da rede social *Facebook* – e discute a desvalorização da variação linguística, inerente à língua, por parte da idealizadora da página, em detrimento à supervalorização da norma de prestígio. Já as autoras Anna Kesya Ferreira Lima, Aluiza Araújo e Kethleen Claudino, em “O imperativo gramatical em gibis da Turma da Mônica: um estudo em tempo real”, analisam *corpora* compostos por gibis a fim de verificarem o uso do modo verbal imperativo na forma associada ao indicativo ou ao subjuntivo nesse gênero. Por último, temos com Felipe Santos dos Reis e Rubens Marques de Lucena uma interessante discussão sobre a “Aquisição variável de sequências triconsonantais por aprendizes campinenses de inglês como L2.” Os achados dos autores indicam que “a sonoridade das consoantes anteriores é estatisticamente significativa para a aplicação de estratégias de reparo”, o que vai encontro dos princípios universais da boa formação de sílaba. Finalmente, o artigo “Vozes femininas plurilíngues atravessando a fronteira Venezuela-Brasil” traz um misto de discussão sociocultural e sociolinguística, porque apresenta a situação de duas mulheres venezuelanas que passam a viver em Boa Vista, mas sentem os dissabores e sabores de viver fora do seu País, mas, ao mesmo tempo, sofrem com questões culturais e linguísticas que podem ser definidas como preconceito.

Como podemos entrever, os artigos que a *Caletroscópio* traz à lume apresentam interessantes discussões sobre essas três subáreas dos Estudos Linguísticos.

Desejo-lhes uma boa leitura!

Soélis Teixeira do Prado Mendes
Editora



SER OU NÃO SER, EIS A QUESTÃO: A QUALIFICAÇÃO DO NOME PRÓPRIO DE PESSOA EM JORNAIS COMO INDICADOR DA DIVISÃO POLÍTICA DE ESPAÇOS DISCURSIVOS EM 1930

“TO BE OR NOT TO BE, THAT IS THE QUESTION”: THE CHANGE OF MEANING OF PROPER NAMES OF PEOPLE IN NEWSPAPERS AS AN INDICATOR OF THE POLITICAL-POLEMICAL DIVISION OF DISCURSIVE SPACES IN 1930

GUSTAVO LEAL TEIXEIRA

gustavoteixeira@ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais

PAULO HENRIQUE AGUIAR MENDES

pauloham@yahoo.com.br

Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo: Neste trabalho buscamos mostrar como qualificação axiológica de certos nomes próprios de pessoa presentes em jornais de Montes Claros de 1929 e 1930 pode indicar a existência de uma divisão política características de formações discursivas opostas. Para alcançar esse objetivo foram coletados excertos dos jornais Folha do Norte e Gazeta do Norte da cidade de Montes Claros-MG que continham definições de valor axiológico relacionadas aos nomes de quatro políticos em voga nessa década. Tal abordagem mostrou que as qualidades atribuídas a cada um dos quatro políticos analisados variava de acordo com o jornal em que seu nome aparecia, fato que indica que os nomes de pessoas significam a partir da formação discursiva em que são enunciados, sendo a característica mais fundamental desse fenômeno o paradoxo.

Palavras-chave: Nomes próprios; discurso polêmico; jornal

Abstract: *In this research paper, we intended to show to show how the axiological qualification of certain personal names present in Montes Claros newspapers from 1929 and 1930 can indicate the existence of a political division characteristic of opposing discourse formations. To reach this objective, excerpts were collected from the news papers Folha do Norte and Gazeta do Norte of Montes Claros-MG that contained definitions of axiological value related to the names of four politicians in vogue in that decade. Such approach showed that the qualities attributed to each of the four politicians analyzed vary according to the newspaper in which their name appears, a fact that indicates that the names of people mean from the discursive formation in which they are enunciated, being paradox the most fundamental characteristic of this phenomenon.*

Keywords: *Personal names; polemical dicourse; newspaper*

Neste trabalho, objetivou-se mostrar como no discurso político-midiático da república velha, o posicionamento ideológico de duas formações discursivas pode ser mapeado e determinado a partir da função axiológica da crítica e do elogio, pela descrição e ordenação de qualidades atribuídas pela relação “x é y”, como descrições definidas, nomes próprios de políticos em diferentes jornais. Para tanto foram selecionados os quatro políticos mais midiaticizados na campanha eleitoral do ano de 1930 nos jornais Folha do Norte e Gazeta do Norte, ambos da cidade de Montes Claros-MG.

Para a realização de tal análise foram utilizados como bases descritivo-analíticas pressupostos que, em sua maior parte, são filiados à tradição da análise do discurso. Essa tradição parte da suposição de que as coisas não significam a priori em relação à enunciação, sendo os sentidos construídos a partir dela, mais especificamente, a partir de diferentes posições ideológicas de enunciação. Esta maneira de pensar os enunciados, portanto, entre outras coisas, reflete como “palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (ORLANDI, 2009, p.44). Pensar o enunciado a partir de sua função em relação ao sujeito, ao gênero de discurso, à história, à sociedade e à ideologia faz com que a análise do discurso seja uma ferramenta ideal para a análise de enunciados concorrentes, paradoxais ou incompatíveis como os da Gazeta e da Folha do Norte. Relações polêmicas como as analisadas são discursos em que o real é apreensível a partir da guerra de sentidos e não por uma relação entre uma verdade e uma não verdade.

Historicamente o objeto analisado neste trabalho tem muito a ver com o dia 06/02/1930 na cidade de Montes Claros, dia da nacionalmente conhecida “emboscada de bugres”, pois fatores diversos indicam que a Folha do Norte surgiu para a defesa do político João Alves e da Aliança Liberal, combatendo a representação negativa feita pela Gazeta do Norte a partir, principalmente, dessa data.

Na análise dessa relação político-polêmica foi possível constatar que o fenômeno discursivo predominante de representação dos objetos analisados na relação “x é y” é o paradoxo, pois pela lógica, as qualidades de valor oposto atribuídas a cada um dos políticos nos respectivos jornais seria absurda, já que não se pode ser e não ser algo ao mesmo tempo.

O discurso polêmico

Uma relação polêmica, segundo Marcelo Dascal (1998), revela diferenças de atitude, impressões ou preferências que não possuem solução para os enunciadores por elas se ancorarem na ideologia. No discurso polêmico não há possibilidade de acordo, sendo que o sentido da polêmica é o mesmo da disputa, ou seja, derrotar um adversário. Traçando linhas gerais, o discurso polêmico possui muitas semelhanças com a guerra, sendo determinado por fatores, como: uma profunda impossibilidade de acordo, hostilidade declarada, disputas violentas e estratégias de batalha. Se nas guerras convencionais há trocas de tiros, lutas corporais, exércitos e campos de batalha, no discurso polêmico acontecem, tipicamente, críticas, xingamentos,



sátiras, ironias e zombarias; estratégias de desqualificação diversas. Kerbrat-Orecchioni (1980) define o discurso polêmico como guerra metafórica ou guerra de papel, que tem como característica fundamental a desqualificação do adversário. Nela, as armas se reduzem à caneta, embora as consequências de um embate verbal de desqualificações mútuas possam passar até mesmo ao confronto corporal.

Dominique Maingueneau (1997) afirma que o discurso polêmico implica uma relação, mesmo que adversários não estejam presentes frente a frente. O autor define a relação polêmica em termos de “interincompreensão”, em que há umas traduções incompatíveis de enunciados entre duas formações discursivas distintas:

Assim, quando uma formação discursiva faz penetrar seu Outro em seu próprio interior, por exemplo, sob a forma de uma citação, ela está apenas “traduzindo” o enunciado deste Outro, interpretando-o através de suas próprias categorias. Num espaço discursivo considerado, o sentido não é algo estável, que poderia ser relacionado a uma a uma posição absoluta, mas se constrói no intervalo entre as posições enunciativas. A “incompreensão”, resultante do mal-entendido e do malogro ocasionais, se transforma em “interincompreensão” porque obedece a regras e estas regras são as mesmas que definem a identidade das formações discursivas consideradas. Dito de outra forma, o sentido aqui é um mal-entendido sistemático e constitutivo do espaço discursivo. (MAINGUENEAU, 1997, p. 120)

Nessa perspectiva, o discurso polêmico funciona por processos de tradução de sentidos de enunciados entre sujeitos situados em formações discursivas em oposição. Este funcionamento determina um desacordo fundamental entre as partes envolvidas constituindo uma interincompreensão, que é a própria base do discurso polêmico. Neste caso, o polemista deve discordar dos discursos da oposição, e mais, tudo o que uma parte disser pode ser usada contra ela mesma via estratégias desqualificadoras diversas, que variam de acordo com o meio na qual são produzidas, sob formas de citação, ironia, deboche, inversão etc. Em jornais, por exemplo, os processos de tradução de enunciados podem acontecer em textos como as colunas políticas nas quais um dito anterior de um adversário político da linha ideológica do jornal pode ser retirado de seu contexto e traduzido negativamente, assim como, por exemplo, pelo humor das sátiras e charges que ridicularizam ações dos opositores.

Kerbrat-Orecchioni (1980), assim como Dascal (1998), afirma que no discurso polêmico não há a possibilidade de acordo, pois ele interromperia o ciclo de uma disputa que se retroalimenta de outras polêmicas. Para ela, discurso polêmico visa a que o leitor rejeite alguma coisa que possa admitir, sendo que uma de suas regras é dizer sobre o outro aquilo que não se é, ou construir a subjetividade do “eu” pela desqualificação do outro.

Outra característica fundamental ao discurso polêmico para Maingueneau (1997), Dascal (1998) e Orecchioni (1980) é a colocação do público como jurado das disputas. O discurso polêmico, assim, implica uma terceira parte que funciona como jurado em um júri popular. Nele, a defesa não tem o interesse de convencer a acusação sobre o ponto de discordância, mas ao júri. Os jurados também não esperam um acordo entre as duas partes, cabendo a eles selecionar o lado que dispôs a argumentação mais convincente. No caso de jornais, que têm como objeto de desejo a adesão dos (e)leitores, quem decide para qual lado tender é o leitor.

Segundo Orecchioni (1980), do ponto de vista argumentativo, o discurso polêmico possui características bastante particulares, desde que nele não são utilizados os melhores argumentos, mas aqueles que são simplesmente desqualificadores por qualquer razão. Os dois lados que polemizam são, de certa maneira, iguais por disputarem o mesmo objeto, e, ao mesmo tempo, opostos por lhes ser constitutiva a interincompreensão.

Ruth Amossy e Marcel Burger, criticando a argumentação polêmica, definem o discurso polêmico como caso extremo de comunicação que tem vistas para um desacordo fundamental: “[...] A polêmica parece representar um caso extremo de comunicação em conflito com vistas para um desacordo fundamental, radical, e aparentemente sustentável (a polêmica seria semelhante à controvérsia ou diálogo de surdos)”. (AMOSSY; BURGER, 2011, p.1.)

A argumentação polêmica, para os autores, não possui bases lógicas e, por isso, sua ancoragem nos espaços públicos como a imprensa é problemático, desde que põe em questão a responsabilidade de políticos e jornalistas. O discurso polêmico, por não ser uma forma de comunicação que busca o acordo, mas seu contrário, é considerado pelos autores como pseudo-argumentativo, vão, estéril e sem credibilidade. Para Amossy e Burger (2011), ainda, a violência ou o abuso verbal não são condições *sinequa non* para tipificar o discurso polêmico.

O sentido dos nomes próprios de pessoa

Neste texto, parte-se do pressuposto de que os nomes próprios de pessoa possuem sentido, pois o movimento de análise proposto é o de analisar as mudanças de sentido dos nomes próprios de pessoa a partir de valores atribuídos a eles no acontecimento da sua enunciação em um ou outro jornal. Consequentemente, será levada em conta a perspectiva do nome próprio de Frege (1978) de que se os nomes próprios de pessoa possuem referência é porque eles também possuem

sentido e que não há nenhuma diferença lógica entre os nomes próprios e as descrições definidas. Em consonância com o pensamento fregeano, em seu dicionário, Ducrot e Todorov (2010) descrevem o funcionamento do sentido do nome próprio da seguinte maneira:

Notemos primeiramente que é anormal empregar um nome próprio senão pensamos que esse nome “diz alguma coisa” ao interlocutor, se portanto não supomos que o interlocutor tem alguns conhecimentos sobre o portador desse nome. Pode então se considerar o sentido de um nome próprio para uma coletividade dada um conjunto de conhecimentos relativos ao portador desse nome, conhecimentos que supostamente todo membro da coletividade deve possuir, pelo menos em parte. (DUCROT; TODOROV, 2010, p.232)

Assim, as descrições definidas e outros elementos qualificadores atribuem sentidos aos nomes próprios de pessoa, sentidos que são diferentes destes nomes mesmos e que são socialmente divididos pelo seu uso em uma interlocução. Desta forma, se uma descrição definida aparece em um contexto determinado é porque aconteceu algum processo anterior que torna tal referência possível.

A qualificação e a possível ordenação de formações discursivas

Com base na teoria de encaixe proposta por Pêcheux (2009), as formações discursivas podem se organizar por enunciados dispersos que possuem uma mesma direção ou ideia sobre as coisas que funcionam, frouxamente, como paráfrases. No discurso, há, assim, uma função de generalização que só é quebrada pelo acontecimento arqueológico que produz novos enunciados em série, como comentando Foucault, aponta Revel (2005).

A relação entre os processos de qualificação axiológica de objetos de discurso e a sua (re)produção é um assunto que proporciona muitas possibilidades de análise, pois o ato de qualificar, enquanto atribuição de uma avaliação, é uma ação discursiva de “seleção visível de uma qualidade que deve completar nosso conhecimento do objeto” (PERELMAN, 2005, p. 143). Uma qualificação pensada no nível discursivo é um ato enunciativo nunca repetível oriunda sempre de um enunciador único, mas seu valor é coletivo por nela estarem contidas ideias geralmente partilhadas socialmente. Assim, por seu caráter social, qualificações podem ser mapeadas por séries de valores que variam de acordo com o lugar ideológico de enunciação, sendo este um espaço de busca da identidade discursiva dos enunciados, como representações partilhadas por este ou aquele grupo. É, portanto, possível dividir ordens de discurso em formações discursivas por meio de arranjos de qualificações. Charaudeau aponta que as

representações, como relações entre as imagens mentais dos indivíduos e sua transposição para o real, nada mais são que caracterizações sociais:

As representações ao constituírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que erige em norma de referência. Assim é elaborada uma certa categorização social do real, a qual revela não só a relação de “desejabilidade” que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza – uma espécie de metadiscorso revelador de seu posicionamento. Em resumo, as representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores (CHARAUDEAU, 2010, p. 47).

O verbo “ser” no discurso

As gramáticas modernas pouco descrevem a função de representação a partir do verbo “ser”, pois, segundo Foucault (2000), com o início da análise da língua em sua dimensão gramatical pura, este verbo passou a ser tratado como uma unidade sintática como as outras. Numa abordagem discursiva das relações de representação faz-se necessário, portanto, um breve retorno a gramáticas como a de *Port-Royal*, na qual a unidade básica de análise é a proposição e não a frase, o que faz com que se pense a linguagem pelos sentidos que os elementos veiculam, e não por sua função gramatical:

O julgamento que fazemos das coisas, como quando digo “A Terra é redonda”, se chama proposição; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos: um chamado sujeito, que é aquilo de que se afirma algo, como terra; o outro chamado atributo, que é o que se afirma, como redonda – além da ligação entre esses dois termos: é. (ARNAUD; LANCELOT, 2001, p. 30)

Sobre a constituição da proposição, ela é composta por três elementos básicos, o sujeito, o atributo e a cópula, sendo o sujeito e o atributo da mesma natureza, podendo, sob certas condições, os dois trocarem suas funções. O sujeito e seu atributo funcionam como elementos que constituem uma mesma ideia, havendo aí uma relação causal expressa pela cópula. Os verbos, nesta perspectiva, devem ser interrogados a partir da ação que eles convêm, ligando as duas partes da proposição. Por exemplo, quando se diz “isto é aquilo” há aí uma relação de representação, pois a coisa representada já é o que é (para o enunciador) antes da enunciação. Assim, o uso do verbo “ser” determina a passagem do sistema de signos ao ser significado e ao discurso:



Sem uma forma de designar o ser, não há linguagem; mas sem linguagem, não há verbo ser, o qual é apenas uma parte dela. Essa simples palavra é o ser representado na linguagem; mas é também o ser representativo da linguagem – o que, permitindo-lhe afirmar o que ela diz, a torna susceptível de verdade ou erro. Nisso é diferente de todos os signos que podem ser conformes, fiéis, ajustados ou não ao que eles designam, mas que jamais são verdadeiros ou falsos. A linguagem é toda ela discurso em virtude desse singular poder de uma palavra que passa sobre o sistema dos signos em direção ao ser daquilo que é classificado. (FOUCAULT, 2000, p. 132)

Uma característica essencial das proposições compostas pelo verbo “ser”, como aponta Foucault, é que elas podem sempre ser verdadeiras ou falsas, havendo nelas a função assertiva de reportar a representação designada pelo verbo, o que as diferencia de todos os outros signos. Há nesta função a possibilidade de se dizer infinitas coisas sobre um objeto, de maneira que quando se diz “x é y”, não há nada que determine exatamente aquilo que será concebido sobre y, havendo aí espaço para um tipo de seleção do enunciador. O verbo “ser” assim designa um ser e ao, mesmo tempo, é um elemento julgador que une o discurso e a oração, nomeando as duas partes daquilo que é representado; a denotação e o sentido. As palavras antes e depois do verbo “ser” em *Port-Royal*, são desta maneira, segundo Foucault (2000), consideradas nomes, pois, ao designarem, nomeiam aquilo que é representado em cada uma de suas partes, apontando para a representação do objeto. Nesse sentido, parte-se da substância e chega-se à qualidade havendo em uma extremidade da oração um nome próprio e em outra um nome comum que funciona como adjetivo.

Há na articulação entre um sujeito e um predicado que são conectados pelo verbo de ligação “ser”, um caráter de identidade entre os elementos de uma proposição. Essa relação de encaixe, no entanto, apesar de pressupor uma identidade definitiva entre o referente e o atributo é uma construção discursiva. Orecchioni radicalizando sobre a relação problemática entre um referente e sua representação considera que os processos de identificação pelo verbo “ser” se baseiam em uma farsa: “a farsa que é o verbo “ser”, faz como se a propriedade que é atribuída à função de objeto esteja intrinsecamente ligada a ele, quando na verdade ela só constitui a relação entre o objeto percebido e sujeito que percebe” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1997, p. 95)

Para Orecchioni, quando se diz “x é y” se mascara o fato de que esta relação de atribuição é subjetiva, passando-a, assim, do subjetivo para o geral e objetivo. Uma relação de cópula pelo verbo “é” funciona, assim sendo, como aquilo que Korzybski (*apud* ORECCHIONI, 1997, p. 95) chama de “efeito de objetivação” no qual se deveria substituir “ser” por “parecer”. Quando se diz “Jorge Durán é um egoísta”, convém-se, “em tais circunstâncias, com referência a tal

pessoa, Jorge Durán se comportou de maneira tal que segundo meus padrões e, portanto, me parece egoísta”.

O olhar acima sobre o efeito de objetivação se encaixa perfeitamente ao discurso político que representa paradoxalmente os seres, sendo que o valor de um atributo de qualidade dado a um sujeito articulado pelo verbo “ser” pode mapear formações ideológicas. Assim sendo, na relação “x é y (axiológico)” a variável y é um espaço que pode ser traduzido pelo processo de identificação pechêutiano “se eu estivesse onde tu (você)/ele/x se encontra, eu veria e pensaria assim o que tu, você/ele/x vê e pensa” (PÊCHEUX, 2009, p. 118).

Fenômenos de atribuição parafraseáveis por “x é y”

Segundo Guimarães (2007), apesar de ser considerado que as relações de determinação se restringem ao sintagma nominal, diferenciando-se das relações de predicação que relacionam um sintagma verbal e um ou mais sintagmas nominais, algumas relações de predicação podem ser expressas por determinação e vice-versa. Para explicar este ponto, Guimarães (2007, p. 78) se utiliza das seguintes frases:

- a) A estrada perigosa pode causar acidentes graves.
- b) A estrada é perigosa, ela pode causar acidentes graves.

Sem discutir especificamente diferenças de sentido entre as duas frases, Guimarães (2007) salienta que a relação em (a) tem sido tratada como determinação, e a em (b) como predicação, ressaltando que em certa medida, semanticamente, toda relação de predicação é uma relação de determinação. Pelo raciocínio de Guimarães, quando em um mesmo SN há uma determinação, a relação entre o substantivo e o adjetivo pode ser parafraseada pela relação “x é y”; ele o fez na reescrituração de “a estrada perigosa [...]” por “a estrada é perigosa [...]”, havendo relações de atribuição nos dois casos.

Assim, como nos casos supracitados, as relações não contíguas de reescrituração de nomes próprios de pessoa, descritas igualmente por Guimarães (2007), também podem ser parafraseadas pela relação de atribuição “x é y”, com a expressão reescrituradora determinando o nome reescriturado e atribuindo a ele elementos de sentido. Assim Guimarães descreve seu conceito de reescrituração:

Podemos dizer que o procedimento de reescrituração consiste em redizer o que já foi dito. Ou seja, uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se



caracteriza por fazer interpretar de uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração). E nessa medida a reescrituração é um procedimento que coloca em funcionamento uma operação entre elementos contíguos. O que caracteriza é que ela é uma relação entre elementos à distância, que eventualmente podem estar contíguos (ou seja, a contiguidade não é o elemento que as caracteriza). (GUIMARÃES, 2007, p. 53)

O processo de reescrituração na língua ocorre para Guimarães (2007) em qualquer fenômeno linguístico em que haja a substituição de um termo por outro qualquer. Neste artigo, no entanto, será dada atenção somente à reescrituração por especificação em relação ao nome próprio de pessoa, com este sendo determinado pelo elemento reescritrador que atribui a ele elementos de sentido como abaixo:

(1) Nesse momento que o grande **Antônio Carlos**, levantou a sua voz a favor da verdadeira democracia. *Titan em sua obra de regeneração dos costumes democráticos, vivia, no afan de polarizar o conhecimento da liberdade.* (FOLHA DO NORTE, 18/05/1930, grifos nossos)

Na ocorrência acima, a reescrituração de Antônio Carlos em “titan”, pode ser pensada como: o ser x que designado pelo nome Antônio Carlos é um titã em sua obra de regeneração dos costumes democráticos. Este tipo de reescrituração anafórica foi também estudada por Koch (2001, p. 76). A autora esclarece que nas descrições definidas “opera-se uma seleção dentre as propriedades passíveis de serem atribuídas a um referente, daquela(s) que, em dada situação discursiva, é (são) relevante(s) para o locutor, tendo em vista a viabilização do seu projeto de dizer”. Assim, a reescrituração de um nome próprio de pessoa por outro elemento é uma função de linguagem que é intrinsecamente ligada ao discurso e que, quando se reescreve um nome próprio de pessoa por outro nome, é o enunciador quem define qual faceta deste ser será singularizada.

Outro fenômeno de atribuição com o mesmo valor dos supracitados é a designação por perífrase explícita “aquele que α ” ou “o que α ”, analisada por Pêcheux (2009):

Ora, e eis o ponto decisivo, essa designação pelo nome próprio implica a possibilidade de designar uma mesma coisa por uma perífrase, tal como “aquele que descobriu[...]”, “a cidade que é a capital da Alemanha”, “o segundo dos planetas que gravitam ao redor do Sol”; o significa dizer que aos nomes próprios “simples” correspondem necessariamente nomes próprios “compostos”, não lexicalizados, mas sim construídos por diversos funcionamentos sintáticos que podem ir de “o N que VN” (onde N representa um “nome comum” como homem, cidade, planeta tec.) até “aquele que VN” ou “o que VN”, em que todo apoio lexical desaparece (PECHEUX, 2009, p. 90)

Para Pêcheux (2009), que parte da tese de Frege de que um nome próprio simples corresponde a um nome próprio composto, a designação de um nome próprio por perífrase que se dá por meio das relativas, acontece como evidência na relação “x que é α , é β ” não passa de uma ficção logicista na

qual há uma impressão de igualdade e identidade entre os elementos. Relacionando a visão pêcheutiana de perífrase à reescrituração de Guimarães (2007) e Koch (2001) e dos epítetos de Perelman (2005), nas perífrases há também uma escolha do locutor de um elemento metafórico que substitui um nome próprio de pessoa. No enunciado “Carvalho de Britto, que jurou aniquilar Minas”, da Folha do Norte de 11/04/1930, por exemplo, há uma relação de determinação que reescreve o nome do político no sintagma verbal. Portanto, o sintagma “que jurou aniquilar” tem uma relação de identidade com o nome Carvalho de Brito, ou Carvalho de Brito é aquele que jurou aniquilar Minas – “x é y”.

Outro elemento que ilustra esse tipo de relação atributiva é a legenda embaixo de foto ou caricatura, típica de jornais. Se Bosredon (1999, p.17) diz que os títulos de uma pintura “dizem a pintura de uma certa maneira”, o mesmo se aplica às legendas sob fotos ou gravuras de políticos; as legendas embaixo das figuras de pessoas, de certa forma, “dizem” tais pessoas. As legendas determinam os sentidos de uma foto ou gravura variando entre enunciados que criam uma referência simétrica entre um nome próprio e uma imagem ou entre uma imagem e uma reescrituração diferente dela. Este tipo de relação serve para que o leitor tenha uma experiência referencial que é diferente daquela em que a imagem não é mobilizada.

Metodologia

As relações de atribuição de uma ou mais qualidades a nomes próprios de políticos foram selecionadas a partir de fenômenos discursivos relacionados à reescrituração, ou, transferência metafórica do nome próprio de pessoa que são os seguintes: legenda embaixo de fotos (típicas de jornais), reescrituração por anáfora textual seguida por descrição definida, a determinação, ou uso do relativo “que”, a predicação pelo verbo “ser”. Estas relações foram selecionadas por todas elas convirem explicitamente, ou de forma subjacente, a estrutura “x é y”, ou, ao nome próprio ou imagem de político “x” é atribuída uma qualidade “y”, independente se tal fenômeno se exterioriza por elementos não contíguos na anáfora, contíguos da aposição e complementação nominal, predicativos, ou de tradução, como nas legendas de imagens. A relação “x é y” foi escolhida para a determinação das identidades das formações discursivas Liberal e Conservadora por sua simplicidade, nesse caso, a escolha de um nome próprio de pessoa e aquilo que imediatamente o significa. Nessa visão, as diferenças de significação em relação a um mesmo

elemento de referência, item este que tem um nome próprio, determinam formações discursivas, e uma análise destas relações determina, pelo menos em parte, sua identidade.

O levantamento das qualificações e desqualificações de políticos nos jornais foi realizado a partir da representação dos “alvos” Antônio Carlos Andrada, João Alves, Carvalho de Brito e Olegário Maciel. Estes nomes foram escolhidos pelo grande número de ocorrências relacionadas a eles, desde que, eles estavam em voga na política de 1930 em Montes Claros e dividiam o campo discursivo do jornalismo local.

Foram coletados enunciados no período entre 19/10/1929 e 07/10/1930 por esses 12 meses terem sido de intensa propaganda política, assim como, pelo fato de que **Gazeta do Norte** foi incendiada pelos “revoltosos” da revolução de 1930 neste mês. Representando a metodologia citada por variáveis tem-se: “o jornal X/Y qualifica os políticos $\lambda/\beta/\Omega/\xi$ com qualidades de valores (+) ou (-) nos períodos A/B/C/D”. Por qualificação se entende atribuição de qualidade com valor axiológico, sendo estes valores socialmente convencionados. Os autores dos enunciados não foram determinantes nesta parte do estudo, pois eles não servem como parâmetro para a análise discursivo- ideológica; o autor ideológico enuncia sempre a partir de uma formação discursiva.

Análise de dados

Nesta seção, serão analisados enunciados produzidos pelos jornais Gazeta do norte e Folha do Norte, com vistas a estabelecer um contraste entre esses jornais, a partir da forma como qualificam axiologicamente os personagens políticos em evidência na conjuntura histórica em questão. Os exemplos serão, pois, apresentados em pares de enunciados dos respectivos jornais

ANTÔNIO CARLOS ANDRADA

GAZETA DO NORTE	FOLHA DO NORTE
(1) Foi preciso que viesse à governança do estado o prepotente, nobre, ambicioso e paranoico, Andrada para nos jogar na situação mais dolorosa que jamais houve. “O estado em bancarrota”; editorial; primeira página; 04/01/1930	(2) O sr Antônio Carlos sempre foi na política nacional um homem que se definiu pela cordura de suas atitudes. “A attitude de Minas”; editorial; primeira página; 20/04/1930

No primeiro quadro, o nome próprio Antônio Carlos é reescrito pela série “o prepotente, nobre, ambicioso e paranoico Andrada”, estando todos os adjetivos situados no mesmo sintagma nominal. Estes modificadores são responsáveis pela determinação da identidade do sujeito “Andrada” nesta coluna, o que proporciona efeitos de especificação pelos adjetivos axiológicos depreciativos. O adjetivo “nobre” aqui é considerado negativo porque enunciativamente, no discurso político, “nobreza” é sinônimo de indiferença a eleitores mais humildes.

Já no segundo quadro, há o efeito de substituição reflexiva proporcionada pelo verbo “ser” em “foi na política um homem que se definiu pela cordura de suas atitudes”, sendo característica dos predicativos com o verbo “ser” designar características ou propriedades intrínsecas ao sujeito. O valor da cortesia é intrínseco ao nome Antônio Carlos.

FIGURA A - Antônio Carlos Andrada, Gazeta do Norte, 01/03/1930.



De um lado, no quadro à esquerda, a imagem de Antônio Carlos Andrada é legendada por *Tonico Tiburtina*, de maneira que *Antônio Carlos é Tonico Tiburtina*, o que por efeito de ironia cria representações de um sujeito autoritário, assim como a esposa de João Alves. A imagem de autoritarismo e violência de Tiburtina é partilhada socialmente no imaginário da sociedade montes-clarense de maneira que este enunciado faz sentido para os leitores locais.

De outro lado, no quadro à direita, a expressão apositiva “a maior expressão do liberalismo nacional” determina por especificação o nome Antônio Carlos. Este é um elemento qualificador do nome Antônio Carlos, pois o coloca acima de todos os outros políticos liberais do país.

JOÃO ALVES

GAZETA DO NORTE 05/07/1930	FOLHA DO NORTE 12/08/1930
(5) [...] mas esses atestados visam apenas preparar a defesa do sr. João Alves, planejador e mandante daquela terrível carnificina . "Pro aris et focis" editorial p.2	(6) Médico dos mais abnegados, político popularíssimo, filantropo e espírito todo saturado de humanitarismo, possuidor dos caros dotes de carácter e coração que enobrecem o indivíduo [...]Editorial, p.1

No enunciado da Gazeta, há uma relação de qualificação do antecedente João Alves pelo aposto “planejador e mandante daquela terrível carnificina” de 06/02. A aposição aqui dá efeitos de realidade reavivando a memória do leitor sobre o crime da semana anterior na qual tiros foram disparados de dentro da casa de Alves provocando a morte pessoas.

No enunciado da Folha, por sua vez, há uma longa descrição definida repleta de adjetivos e substantivos axiológicos que reescreveram João Alves: “médico dos mais abnegados, político popularíssimo, filantropo e espírito todo saturado de humanitarismo, possuidor dos caros dotes de carácter e coração que enobrecem o indivíduo[...]”. Esta expansão do referente João Alves por qualificativos axiológicos é uma característica do gênero retórico epidíctico, típico das celebrações, como o aniversário do político que é festejado nesta edição.

GAZETA DO NORTE 15/03/1930	FOLHA DO NORTE 18/05/1930
(7) É irmão do sr. João Alves e cunhado da exma. Snra Tiburtina, mandantes do morticínio que tanto enxovalhou a civilização mineira . “Candidato de jagunços” de A Notícia, p.1	(8) O Sr. João Alves, quer como cidadão dos mais distintos , que como médico humanitário e de alto conceito profissional , tem sabido se elevar e se impor ao respeito, à estima e à gratidão dos conterrâneos “Esmagando as Calúnias”, João Bispo de Montes Claros.

A Gazeta desqualifica o então deputado Honorato Alves por anáfora a partir de desqualificações de seu irmão João e cunhada Tiburtina, determinados no jornal pela locução

depreciativa “mandantes do morticínio que tanto enxovalhou a civilização mineira”.

A Folha apresenta um enunciado do bispo da cidade que, por aposição, em “quer como cidadão dos mais distintos, quer como médico humanitário e de alto conceito profissional”, mostra sua visão positiva sobre o alvo João Alves, afirmando ser ela partilhada pela comunidade.

OLEGÁRIO MACIEL

GAZETA DO NORTE 19/04/1930	FOLHA DO NORTE 11/05/1930
(9) Todos os candidatos a deputado e senador federal entrariam para a Câmara com fraudes e tudo, e o dr. Mello Vianna desistiria de sua candidatura elegendo-se Presidente de Minas o ante-diluviano Pastor de Patos! “Meu bilhete...”, coluna assinada por “C”, p. 2.	(10) Genuíno representante das melhores qualidades do povo montanhez , sua vida tem sido exemplo constante de lealdade, desambição, sisudez, e devotamento à causa pública.

No enunciado acima à esquerda, a Gazeta usa a expressão “O ante-diluviano Pastor de Patos”, que retoma o referente Olegário Maciel por anáfora textual especificando este nome e atribuindo a ele sentidos negativos. A expressão “ante-diluviano” ridiculariza o referente por sua idade avançada, como se ele tivesse nascido antes do dilúvio, assim como, a reescrituração “Pastor de Patos” o determina negativamente, desde que na tradicionalista Montes Claros de 1930 o protestantismo era ainda tratado como tabu. Há aí também o efeito humorístico da ambiguidade da palavra “Patos”: pode-se pensar em “pastor protestante nascido em Patos de Minas”, ou um pastor que ao invés de ovelhas lida com as aves “patos”.

No enunciado à direita, a Folha usa o sintagma “Genuíno representante das melhores qualidades do povo montanhez”, que retoma por anáfora o nome Olegário Maciel especificando-o positivamente. Estas qualidades, explicitadas na expressão seguinte, são “lealdade, desambição, sisudez, e devotamento à causa pública”.

FIGURA B – Olegário Maciel

11) GAZETA DO NORTE, 01/02/1930	12) FOLHA DO NORTE, 07/10/1930
 <p>O sr. Olegário Maciel que, se não fosse um interdito, se poderia dizer que não respeita a própria velhice.</p>	 <p>HOMENAGEM ao impolluto mineiro DR. OLEGARIO MACIEL</p>

No quadro da Gazeta, a partir da relação de oposição iniciada pelo relativo “que”, especificando negativamente Olegário Maciel como “interdito”, ou privado de seus direitos em virtude de problemas penais ou mentais, o político é desqualificado.

No quadro da Folha, nota-se que *Impolluto* era um adjetivo de valor axiológico positivo comumente utilizado nos jornais de 1930 denotando a pureza do referente.

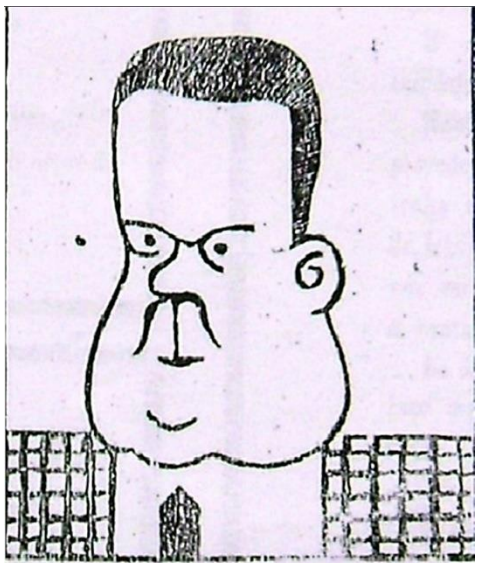
CARVALHO DE BRITO

GAZETA DO NORTE 10/05/1930.	FOLHA DO NORTE 20/06/1930
<p>(13) O nosso diretor Ary de Oliveira e os chefes da oposição em Montes Claros, receberam do ilustre dr. Carvalho de Brito, eminente chefe da concentração Conservadora, o seguinte despacho telegráfico. “A Concentração Conservadora”, Editorial, sem assinatura, p. 1.</p>	<p>(14) Esse Snr. Britto é mesmo assim. Muito Fácil em prometter e muito remisso em cumprir o que promete. É manha velha. Já muito conhecida. Além disso, é camarada prático em fazer politicagem barata com pobre Jeca sertanejo. “Deputados gorados”, Coluna de Graciano Valério, p. 2</p>

Na Gazeta, o nome Carvalho de Brito é determinado pelo qualificativo “ilustre” e pelo

aposto “eminente chefe da Concentração Conservadora”, ambos de valor axiológico positivo.

Em contraposição, há na Folha um “é” anafórico que retoma “este snr Britto é mesmo assim” e que atribui a este referente o predicativo “camarada prático em fazer politicagem com pobre jeca sertanejo”. Este predicativo está relacionado à memória do enunciador de 1930 e conseqüentemente com sua história desde que revela estereótipos de políticos hipócritas que enganam os eleitores das zonas rurais.

15) GAZETA DO NORTE 19/10/1929.	16) FOLHA DO NORTE
<p>Carvalho de Brito, o grande mineiro, cujo apelo atendido, como vai sendo em todo estado, mostrou ser utópica a apregoada unanimidade em torno do “Cavalheiro da triste figura” enunciado sob a foto do líder político, p. 2,</p>	 <p>Carvalho Britto, que jurou aniquilar Minas</p>

No primeiro quadro é o aposto “o grande mineiro” que qualifica Carvalho de Brito. Grande assim se torna um atributo deste nome próprio e que o diferencia daqueles que não são grandes como ele.

No enunciado do segundo quadro a estrutura sintática enfatiza a remissão do nome próprio à imagem, como uma forma dêitica enunciativamente suficiente. A estrutura da oração relativa – “que jurou aniquilar Minas” – funciona como uma descrição definida de valor negativo que reescritura o nome Carvalho de Brito, representado pela caricatura.

Conclusão

A partir da análise dos dados foi possível constatar que nomes mudam de sentido a partir



da formação discursiva em que enuncia o locutor, o que permite determinar nas identidades políticas uma relação conflituosa de sentidos. A relação “x é y”, assim, se mostra como uma relação de identidade “x = y”, e este fato faz com que tais identidades sejam constituídas pelo discurso. Nesta possibilidade de representação, o locutor atribui propriedades subjetivas a um objeto de discurso em um “formato” objetivo, sendo a subjetividade apagada por sua força assertiva; uma relação subjetiva travestida de objetiva. As relações de oposição descritas a partir da coleta e ordenação do valor axiológico daquilo que foi dito a respeito de cada personagem nos respectivos jornais analisados explicitam que, na propaganda política, assim como nas ilusões, os objetos podem ser e não ser ao mesmo tempo, fato este que, menos que demonstrar um “defeito” na linguagem, evidencia como os objetos podem ser construídos discursivamente. A análise de distintos aspectos de representação da realidade possibilita uma visão mais completa do real. Além de um mapeamento das identidades das formações discursivas liberal e conservadora pela análise e ordenação das ocorrências, foi comprovada uma crise polêmica nos sentidos destes nomes, pois suas qualificações tinham valores incompatíveis.

As incompatibilidades de sentidos ocorrem nos dois jornais, provavelmente, por um desinteresse pelo acordo e pela supervalorização das estratégias de *marketing* eleitoral em detrimento da notícia. Pela observação dos enunciados citados, cabe ao leitor, portanto, acreditar em um ou outro lado, como afirma Perelman (2005, p. 228) “mostrar a incompatibilidade de dois enunciados é mostrar a existência de circunstâncias que tornam inevitável a escolha entre as duas teses em presença”. Os enunciados em um jornal sobre um objeto são incompatíveis com aqueles em outro jornal sobre o mesmo objeto.

O sentido dos nomes próprios de políticos nestes jornais, quando comparados, mostraram uma relação em que uma mesma referência possui diferentes sentidos, fato que implica duas formações discursivas que funcionam de maneira oposta na representação dos políticos.

Essa função de atribuição na qual se faz possível descrever formações discursivas é típica do discurso político realizado pelos jornais na década de 1930, sendo que ela não necessariamente funciona da mesma maneira nos dias de hoje pela evolução e conseqüente aumento da complexidade da mídia e das formas como ela produz propaganda.



Referências

- AMOSSY, Ruth; BURGER, Marcel. Introduction: La polemique médiatisée. *Semen*, n.31, p. 7–24, 2011.
- ARNAUD; LANCELOT. Gramática de Port-Royal. 2ª.ed. São Paulo: MartinsFontes, 2001.
- BOSREDON, Bernard. Modos de ver, modos de dizer – titulação da pintura e discursividade, p.17–38,1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. In: MACHADO, IDA LUCIA & MELLO, Renato (Org.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2010, v. 3, p. 57 – 77.
- DASCAL, Marcel. Types of Polemics and Types of Polemical Moves. In: *Dialogue Analysis VI*. 1a. ed. Praga: Tübingen, 1998, p. 15 – 33
- DUCROT, O; TODOROV, T. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. 3ª.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.
- FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. *Lógica e filosofia da linguagem*. SãoPaulo: CULTRIX,1978, p.129–158.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8a. ed. SãoPaulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Editora forense universitária, 2010.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Domínio semântico de determinação. A palavra: forma e sentido*. 1a. ed. Campinas: Pontes,2007.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Le discours polémique*. Presses Universitaires de Lyon, p.1–27, 1980.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *La enunciación de La subjetividad em El lenguaje*. 3.ed. Buenos Aires: GRAFICA GUADALUPE,1997.
- KOCH, Ingedore. A referência como atividade cognitivo-discursiva e interacional, *Cad. Est. Ling*, Campinas, n. 41, p. 75–89, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3a.ed. Campinas: Pontes, 1997.
- ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 8a.ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. 4a.ed. Campinas: Editorada Unicamp, 2009.
- PERELMAN, Chaim. *Tratado de argumentação:a nova retórica*. 5ª.ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2005.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. 1a.ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2005.

Submissão: novembro de 2019

Aceite: dezembro de 2019



O FUTURO NAS AULAS DE PLA: UTILIZANDO O TEMPO SEMÂNTICO PARA REDEFINIR A NOMENCLATURA

FUTURE IN PAL CLASSES: UTILIZING SEMANTIC TENSE TO REDEFINE NOMENCLATURE

THAÍS MAÍRA MACHADO DE SÁ

thaismaira@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

CÂNDIDO SAMUEL FONSECA DE OLIVEIRA

coliveira@cefetmg.br

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Universidade Federal de Minas Gerais

CLÁUDIA BRANDÃO VIEIRA

claubrandaov@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Os tempos verbais fazem parte do aprendizado de todo falante de língua adicional. Neste artigo, fazemos uma reflexão sobre a nomenclatura dos tempos *futuro* do modo indicativo em livros de PLA (Português Língua Adicional). Cinco livros foram analisados em dois aspectos: (i) como a nomenclatura utilizada para classificar os diferentes tipos de futuro relacionam-se com a semântica ou forma dos mesmos; (ii) se os livros abordam questões relacionadas à semântica e ao uso do tempo verbal. Observamos que nenhum dos livros leva em consideração a noção de *tempo semântico* do verbo. Finalizamos apresentando uma proposta didática a partir do uso que simplifica a nomenclatura gramatical dos tempos verbais nos livros de PLA, deixando-a mais próxima de sua realidade semântica.

Palavras-chave: Português Língua Adicional; Futuro; Tempo semântico; Proposta didática.

Abstract: *Verbal tenses are part of every additional language speaker's learning process. In this article, we reflect upon the nomenclature of the future indicative tense in PAL (Portuguese as an Additional Language) books. We analyzed five books in relation to two aspects: (i) how the nomenclature used to classify the different types of future tenses relate to their semantics or form; and (ii) whether the books address issues concerning the semantics and the use of this verbal tense. We noted that none of the books takes into account the notion of semantic tense. We conclude our paper presenting a didactic proposal, based on usage, that simplifies the grammatical nomenclature of verb tenses in PAL books, making it closely related to the semantic reality.*

Keywords: *Portuguese as an Additional Language; Future; Semantic Tense, Didactic Proposal.*

Considerações iniciais

Ao aprendermos uma segunda língua, é essencial que adquiramos os verbos e suas flexões (modo-tempo, número-pessoa). Tal aquisição permite que nos expressemos, formando orações sobre



nossas ideias, sentimentos, desejos, entre outros. Neste trabalho, temos por objetivo refletir sobre a aquisição de um componente da flexão verbal: o tempo.

O português apresenta três tempos básicos: o presente, o passado e o futuro. Nosso estudo não visa discutir todos os tempos verbais do português brasileiro, somente os tempos do modo indicativo que são chamados de *futuro* pelos livros de PLA (português língua adicional) – futuro do presente simples e composto, futuro do pretérito simples e composto e futuro imediato.

Nosso intuito ao refletir sobre o futuro é discutir como os livros de PLA abordam tais tempos, investigando se eles levam em consideração a noção de *tempo semântico* do verbo (cf. PERINI, 2003) ou se somente exploram a nomenclatura tradicional de *tempo verbal*¹. Além de observar a forma como o futuro é ensinado pelos livros, apresentamos uma proposta de trabalho na qual o *tempo semântico* do verbo seja o foco do ensino.

A necessidade dessa reflexão ocorre pela dificuldade de que as nomenclaturas impõem no ensino de português como língua estrangeira. Observamos continuamente nas aulas de português que ao apresentarmos um tempo como *futuro imediato do indicativo*², por exemplo, o aluno procura no verbo enunciado uma noção de um futuro que se limita a uma ideia imediata, o que não condiz com a semântica, com a ideia, do tempo verbal.

Na passagem (1), parte da música *Quando eu for, eu vou sem pena* de Chico Buarque, é possível visualizar como a nomenclatura de *futuro imediato do indicativo* pode dificultar a compreensão dos tempos verbais. A música apresenta uma reflexão do narrador sobre sua ida, que pode ser interpretada como morte, e a passagem (1) é o questionamento sobre até quando sua amada se lembrará dele.

(1) Morena minha até quando você de mim *vai lembrar*.

Nos livros didáticos de PLA, o termo *futuro imediato* se refere a usos como o de *vai lembrar*, nos quais o futuro pode não apresentar noção de proximidade, pois não há uma delimitação de quando a ida do eu-lírico ocorre. Assim, a nomenclatura *futuro imediato do indicativo* parece-nos inadequada, pois não implica uma noção de que um evento ocorrerá em um tempo próximo.

Para analisarmos inadequação de tais nomenclaturas, na subseção 1.1, discutimos as diferenças entre os conceitos de tempo verbal e tempo semântico (PERINI, 2003). Na seção 2, discorremos e discutimos a noção de futuro em português, a partir da visão da gramática tradicional, introduzindo os tempos formais que apresentam o futuro em sua nomenclatura. A terceira seção deste trabalho

¹ As noções de tempo semântico e tempo verbal serão exploradas na próxima subseção.

² Nomenclatura utilizada pelos livros de português para estrangeiros, mas que não é encontrada em gramáticas normativas, como veremos na terceira seção.

contém nossa metodologia de pesquisa para a análise dos livros de PLA e a quarta apresenta os dados obtidos, analisados. Após ponderarmos sobre tais nomenclaturas apresentadas pelos livros, propomos uma metodologia didática, em que a semântica do verbo, aqui representado pelo tempo semântico, é a base para o ensino do futuro do indicativo dos tempos verbais (seção 05). Nossas discussões e encaminhamentos são apresentados na sexta e última seção deste artigo.

O tempo semântico *versus* o tempo verbal

Observemos (2):

(2) Amanhã eu *comprarei* um carro novo.

Segundo Perini (2003), ao questionarmos em qual tempo o verbo *comprarei* encontra-se no exemplo (2), podemos constatar duas diferentes respostas. A primeira é o **tempo verbal**, no caso *futuro do presente do indicativo*, que representa a categoria formal, morfológica do verbo. Tal nomenclatura não necessariamente coincide com a segunda resposta que podemos obter, o *tempo semântico* do verbo *comprarei*. Na sentença (2) não percebemos o tempo presente envolvido na semântica da sentença. Para os falantes de PB, é claro que a ação está semanticamente relacionada ao momento após a enunciação, o momento futuro. Assim, o **tempo semântico** de *comprarei* é simplesmente *futuro*³, ligado ao significado do verbo.

Contudo, tal relação semântica temporal nem sempre é simples. Pensemos no exemplo (3):

(3) Se eu tivesse ido ao supermercado com você, eu *compraria* mais doces.

Em (3), o verbo *compraria* apresenta o **tempo verbal** *futuro do pretérito do indicativo*. Ao analisarmos o tempo semântico, é possível identificar duas diferentes relações temporais. A primeira relação temporal é estabelecida acerca do tempo real da enunciação. O evento descrito pelo verbo *compraria* está relacionado ao momento anterior à enunciação, sendo o **tempo semântico** passado. Contudo, o *tempo semântico* não se limita ao tempo de enunciação, podendo também ser o tempo inerente à narrativa descrita pelo enunciado, a ordem dos eventos descritos. Dessa forma, *compraria* representaria um futuro não realizado em relação ao fato de alguém ter ido ao supermercado, que seria no passado. Essa relação temporal não se mostra tão clara ou perceptível, o que causa dificuldades no ensino de tal tempo verbal.

³ Para Cegalla (2010), a nomenclatura *futuro do presente* é inadequada, contudo, o autor não justifica tal posicionamento. Nós acreditamos que o autor faz tal afirmação justamente porque os verbos no futuro do presente não apresentam o tempo semântico presente.

Além disso, a relação pretérito-futuro não é constante no futuro do pretérito do indicativo, como podemos observar em (4):

(4) Se o mundo acabasse amanhã, eu não me *arrependeria* de nada.

Em (4) o verbo *arrependeria* mantém sua nomenclatura, seu *tempo verbal*, todavia, apesar de ser acompanhado por um verbo no *pretérito imperfeito do subjuntivo* (acabasse), tanto o tempo cronológico quanto o de narração demonstrariam um *tempo semântico* de futuro, marcado pelo advérbio *amanhã*.⁴

O *tempo semântico* mostra-se importante para que os aprendizes da língua compreendam melhor a particularidades do uso dos verbos e da flexão verbal, pois permite o reconhecimento da noção de tempo mais adequada a cada situação comunicativa. Se levássemos em consideração somente a nomenclatura de *tempo verbal*, não seríamos capazes de compreender as diferentes situações em que utilizamos verbos no futuro do pretérito, por exemplo. Portanto, é importante que professores estejam conscientes do valor dessa ferramenta, na medida em que ela permite um aprendizado de segunda língua mais fundamentado nas necessidades comunicativas de cada aprendiz.

O futuro

Antes de entrarmos em nossa análise dos livros didáticos, precisamos refletir sobre o que seria o *futuro*. Neste trabalho, focamos na descrição feita pela gramática normativa dos tempos do indicativo que contenham a nomenclatura futuro.

O futuro no modo indicativo em português é separado pelas gramáticas em futuro do presente e futuro do pretérito, sendo que cada um desses é dividido em composto e simples, como é demonstrado na tabela abaixo (Quadro 1).

Futuro do presente	Futuro do pretérito
Simple (5) <i>Viajaremos</i> amanhã bem cedo.	Simple (7) Eu não <i>faria</i> aulas de inglês se você não me ajudasse.

⁴ É interessante aqui ressaltar que a Nomenclatura Gramatical Portuguesa utiliza a denominação Modo Condicional para nomear o Futuro do Pretérito do Indicativo. A Nomenclatura Gramatical Brasileira não utiliza o Modo Condicional (para ler mais sobre essa ideia, recomendamos Cunha e Cintra, 2007:464). Nós propomos na seção 5 que o condicional seja utilizado, mas como tempo e não modo.

Composto	Composto
(6) Ao meio-dia de amanhã, já <i>terei chegado</i> à praia.	(8) Eu não <i>teria feito</i> aulas de inglês se você não me ajudasse.

Quadro 1 - Tempos do futuro do indicativo

A gramática normativa diferencia os tempos simples dos compostos por sua forma, sendo os tempos compostos aqueles que são formados pelos auxiliares *ter* ou *haver* seguido de particípio (cf. CUNHA; CINTRA, 2007; CEGALLA, 2010). Deste modo, para a gramática, o futuro formado por *IR* no presente do indicativo acompanhado do verbo principal no infinitivo, exemplo em (9) abaixo, seria uma forma substituta ao futuro do presente simples, sem uma nomenclatura definida. Como consequência, alguns livros de PLA adotam o nome *futuro imediato*, entretanto tal nomenclatura não é consistente com a semântica de tal forma verbal, que apresenta semântica idêntica ao futuro do presente simples do indicativo⁵.

(9) *Vamos viajar* amanhã bem cedo.

Além da diferença de forma entre tempos simples e composto, ao voltarmos ao Quadro 1, percebemos que há uma diferença semântica entre os tempos composto e simples do futuro do presente e no futuro do pretérito. Em relação ao futuro do presente simples, o tempo semântico é futuro e não intuimos que a ação não é acabada (item (5) repetido abaixo), pois ainda não começou. No futuro do presente composto, o tempo semântico é o mesmo, mas percebemos que a ação está acabada no futuro (item (6) repetido abaixo).

(5) *Viajaremos* amanhã bem cedo.

(6) Ao meio-dia de amanhã, já *terei chegado* à praia.

Além do emprego do futuro do presente, é importante discutirmos seu contexto. O futuro do presente simples, atualmente, apresenta maior ocorrência na escrita do que na oralidade. Em língua oral, o uso da forma com o verbo *IR* ocorre em maiores proporções, o que pode ser observado no dia-a-dia de qualquer cidade brasileira. Tal fator também é relevante no ensino de PLA, para que o aluno realize formas que sejam naturais, próximas às formas utilizadas pelos falantes nativos.

Voltando à análise do Quadro 1, no futuro do pretérito, o tempo simples não apresenta necessariamente uma relação com o passado, como discutimos na seção (1.1), com o exemplo (4), repetido abaixo. A mesma sentença em (4) pode ser retomada com diferentes advérbios de tempo, como *hoje*, *ontem*, no lugar de *amanhã* que sua gramaticalidade é mantida, como podemos observar

⁵ Voltaremos a essa discussão em nossa proposta didática.

nas sentenças (10) e (11). Tal fato demonstra que para o futuro do pretérito simples apresenta a condição sua principal característica semântica.

(4) Se o mundo acabasse amanhã, eu não me *arrependeria* de nada.

(10) Se o mundo acabasse ontem, eu não me *arrependeria* de nada.

(11) Se o mundo acabasse hoje, eu não me *arrependeria* de nada.

O tempo composto, exemplo (8), apresenta uma semântica diferente, em que o tempo também é marcado no verbo. O futuro do pretérito composto sempre ocorre no passado, representando eventos que poderiam ter ocorrido no passado.

(8) Eu não *teria feito* aulas de inglês se você não me ajudasse.

Como podemos observar na sentença (8), o fato enunciado tem como tempo semântico o passado, tornando agramatical o uso do advérbio amanhã, como representado na sentença (12).

(12) *Amanhã eu não *teria feito* aulas de inglês se você não me ajudasse.

Há também uma importante observação sobre o uso dos tempos do futuro do pretérito simples. Esses tempos são comumente substituídos pelo pretérito imperfeito do indicativo quando em uma semântica condicional, como em (13) e (14).

(13) Se o mundo acabasse amanhã, eu não me *arrependeria* de nada.

(14) Se o mundo acabasse amanhã, eu não me *arrependia* de nada.

Assim, apesar de receberem nomenclatura semelhante, futuro do presente e futuro do pretérito, os tempos composto e simples apresentam semânticas diferentes. Acreditamos que a semântica é essencial para o ensino das flexões e que basear o ensino de tais tempos verbais em nomenclaturas pode causar um problema na aprendizagem do futuro.

Por isso, partimos para nossa análise, para verificarmos se a análise semântica e as observações de uso trazidas pelos livros didáticos são compatíveis com as observadas na língua.

Metodologia

Com o objetivo de analisar como o tempo futuro é abordado em livros utilizados no ensino de português como língua estrangeira (PLA), selecionamos 5 materiais didáticos. Os livros foram selecionados por fazerem parte do curso de português para estrangeiros oferecido pelo curso de extensão da Faculdade de Letras da UFMG. O livro *Terra Brasil* é o adotado pelo curso e os outros, indicados como material de apoio, encontram-se disponíveis na biblioteca dos alunos da extensão. Os livros analisados foram os seguintes:

1. Falar... Ler... Escrever... Português. Um Curso para Estrangeiros (LIMA; IUNES, 1999).
2. Bem Vindo! (PONCE et al,1999).
3. Terra Brasil: Curso de Língua e Cultura. (DELL'ISOLA; ALMEIDA, 2008).
4. Muito Prazer: Fale o Português do Brasil (FERNANDES et al., 2009).
5. Brasil Intercultural: Língua e Cultura Brasileira para Estrangeiros, nível 1 (MOREIRA et al, 2011) e Brasil Intercultural: Língua e Cultura Brasileira para Estrangeiros, nível 2 (BARBOSA; CASTRO, 2011).

Para investigar o tratamento que os livros dão ao tempo futuro, dois aspectos foram focados. Especificamente, buscou-se entender (i) como a nomenclatura utilizada para classificar os diferentes tipos de futuro se relacionam com a semântica ou forma dos mesmos; (ii) se os livros abordam questões relacionadas à semântica e ao uso do tempo verbal. Os livros serão apresentados em ordem crescente de acordo com o ano de publicação. Aqueles livros que são diferentes volumes de uma mesma série serão discutidos em conjunto.

Resultados

Falar... Ler... Escrever... Português. Um Curso para Estrangeiros (LIMA; IUNES, 1999)

Em *Falar... Ler... Escrever... Português. Um Curso para Estrangeiros* (LIMA; IUNES, 1999) diversos tipos de futuro da língua portuguesa são abordados, tais como: futuro imediato, futuro simples do indicativo, futuro do pretérito, futuro do presente composto e futuro do pretérito composto. Como pode ser percebido, o futuro simples e o futuro imediato são tratados separadamente. O futuro imediato é apresentado em uma das seções iniciais do livro apenas com a flexão do verbo morar. O futuro simples também é apresentado com flexões verbais, no entanto, diversos verbos são utilizados tanto na seção específica sobre o futuro como em outras sobre verbos específicos.

A utilização da nomenclatura futuro imediato, como discutido anteriormente, parece não ser a mais apropriada para o futuro com o verbo ir. Tal denominação pode sugerir um contexto de uso muito restrito a esse que é o futuro mais comum em língua portuguesa. O livro em questão não aborda a semântica e o uso dos diferentes futuros nem a relação entre os mesmos. No entanto, para o futuro do presente composto é apresentada a semântica: “O futuro do Presente Composto expressa uma ação terminada em algum ponto do futuro” (LIMA; IUNES, 1999, p.231).

Bem Vindo! (PONCE et al,1999)

A obra *Bem Vindo* (PONCE et al, 1999) apresenta dois tipos de futuro que são chamados de futuro e futuro do pretérito do indicativo. Na unidade sobre o futuro há uma série de atividades nas quais os verbos no futuro simples aparecem destacados. Tal unidade é encerrada com uma tabela que apresenta a flexão de três verbos regulares (falar, escrever e partir) e três verbos irregulares (dizer, fazer e trazer). Finalmente, são apresentadas frases que instanciam o futuro com o verbo *ir*, mas não há qualquer informação sobre o mesmo.

Percebe-se que o futuro simples e o futuro com verbo *ir* são tratados como parte de um único grupo: o futuro. Dessa forma, é possível dizer que a nomenclatura utilizada é simples, mas reflete a semântica do tempo verbal. No entanto, a forma como este é trabalhado apresenta alguns problemas. O capítulo foca prioritariamente no futuro simples em detrimento do futuro com verbo *ir*, que é destacado somente na última página da unidade. Ao expor o futuro de tal forma, tem-se a impressão de que o futuro simples é mais importante que o futuro com o verbo *ir* na aprendizagem do PLA, sendo que o último é a forma mais frequente. Apesar de o futuro simples e o futuro com verbo *ir* estarem na mesma unidade, não há qualquer menção sobre uso ou semântica dos mesmos.

Terra Brasil: Curso de Língua e Cultura. (DELL'ISOLA; ALMEIDA, 2008)

Em *Terra Brasil: Curso de Língua e Cultura* (DELL'ISOLA; ALMEIDA, 2008) percebe-se um foco claro na estrutura mais comum para expressar o futuro em língua portuguesa: o futuro com verbo *ir*. Tal estrutura é denominada futuro próximo nesse livro. A apresentação do mesmo é feita de forma sucinta: “Forma-se o futuro próximo com o presente do indicativo de *ir* + o infinitivo de qualquer verbo, exceto *ir* e *vir*.” (DELL'ISOLA; ALMEIDA, 2008). Em seguida são apresentados alguns exemplos e atividades para a prática do tempo verbal em questão.

A nomenclatura escolhida e a não apresentação do futuro simples é ponto que chama mais atenção nessa obra. A denominação futuro próximo pode fazer com que o aprendiz entenda que o futuro com verbo *ir* não pode ser utilizado para fazer referência a um futuro distante, o que não condiz com o uso desse tempo verbal. Tal restrição no uso do futuro sugerido pela nomenclatura pode enfatizar a importância da outra estrutura possível para representar o futuro, que não aparece no livro. O foco no futuro com o verbo *ir* parece importante devido a sua frequência na língua portuguesa, mas é importante que sejam explicitadas questões relacionadas ao uso e à semântica do mesmo para que

o entendimento desse tempo verbal não fique restrito a nomenclatura do mesmo. Ademais, a não menção do futuro simples pode causar problemas na compreensão do futuro como todo.

***Muito Prazer: Fale o Português do Brasil* (FERNANDES et al., 2009)**

Na obra *Muito Prazer: Fale o Português do Brasil* (FERNANDES et al., 2009) o futuro é dividido em: futuro simples, ir + infinitivo, futuro do pretérito composto. Os dois primeiros são apresentados conjuntamente em uma mesma tabela, na qual são apresentadas as suas flexões para os verbos estar, ser e ir. Interessantemente, as duas formas de se expressar futuro são trabalhadas com uma única frase: “Será que vai chover”. A mesma tabela inclui as seguintes informações adicionais sobre o uso do futuro: “O futuro simples não é muito usado na linguagem oral. Normalmente, usamos o verbo ‘ir’ + verbo para indicar o futuro” (FERNANDES et al., 2009, p.65); “Verbos que exprimem fenômenos da natureza, como ‘chover’, não têm sujeito, por isso, só apresentam uma flexão, ou seja, chove (presente); choverá (futuro simples) e vai chover (futuro com verbo ir).” (FERNANDES et al., 2009, p.65)

O livro em questão utiliza uma nomenclatura condizente com o tempo verbal em questão e aborda questões importantes sobre o uso do mesmo. “Futuro simples” e “ir + infinitivo” são termos simples que parecem não causar confusão em relação ao tipo de estrutura sendo descrita. As informações adicionais citadas acima relacionadas ao uso mais frequente do ir + infinitivo na linguagem coloquial e à flexão de ambas as estruturas com verbos que descrevem fenômenos da natureza torna mais claro o funcionamento do futuro em língua portuguesa. De forma sucinta, o livro supracitado apresenta o futuro do presente do indicativo aos aprendizes com informações relevantes sobre o mesmo.

***Brasil Intercultural: língua e cultura brasileira para estrangeiros, nível 1* (MOREIRA et al, 2011)**

***Brasil Intercultural: língua e cultura brasileira para estrangeiros, nível 2* (BARBOSA; CASTRO, 2011)**

Na série *Brasil Intercultural: Língua e Cultura Brasileira para Estrangeiros*, o futuro é trabalhado no volume 1 (MOREIRA et al, 2011) e no volume 2 (BARBOSA; CASTRO, 2011). O primeiro volume aborda o futuro com verbo ir, denominado futuro imediato. Ele é apresentado com uma série de atividades e depois é discutido em uma tabela que destaca a sua formação e flexão. Não

há informações adicionais sobre semântica ou uso do futuro imediato. O segundo volume trabalha o futuro simples, chamado de futuro do presente do indicativo. Além de trazer a flexão de verbos regulares (trocar, dever e vir) e verbos irregulares (fazer, trazer e dizer), ele traz informações sobre uso e semântica:

O Futuro do Presente é empregado para representar fatos ainda não realizados, e também pode ser utilizado em diferentes situações, como as que seguem: (i) fatos certos ou prováveis, que serão realizados após o momento da fala: ‘Comprarei um carro em breve’; (ii) para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre fatos atuais: ‘Será que ela vêm?’; (iii) como forma polida de presente ‘Quem poderá me ajudar’; (iv) como expressão de um desejo, de uma ordem, sendo que, nesse caso, o tom de voz pode atenuar ou reforçar o caráter imperativo: ‘Lembrarás de mim um dia’; (v) nas afirmações condicionadas, quando se referem a fatos de realização provável ‘Se não pagar a prestação, perderá a casa. (BARBOSA; CASTRO, 2011, p.26)

Alguns pontos merecem ser destacados em relação à nomenclatura e às informações providas sobre o futuro no livro supracitado. Futuro simples e futuro com verbo *ir* são apresentados com o nome futuro do presente do indicativo e futuro imediato. Como discutido anteriormente, o nome futuro imediato parece restringir o vasto uso do futuro com verbo *ir*. Ademais, o fato de o futuro simples ser chamado de futuro do presente do indicativo pode sugerir que o futuro tenha um tempo semântico de presente, o que não é verdade. Diante disso, os termos utilizados para cada tipo de futuro podem ser causadores de mal entendimento dos mesmos. Em relação às informações de uso e semântica, as duas estruturas se diferem consideravelmente. Enquanto para o futuro imediato não há qualquer tipo de informação, para o futuro do presente do indicativo são apresentadas diversas informações relevantes concernentes a uso e significado. No entanto, não é feita qualquer relação entre as duas formas, o que não possibilita ao aprendiz saber em quais contextos cada um deles é mais comum.

Como observamos, nenhum dos livros trabalha de forma satisfatória a semântica dos tempos do futuro do indicativo. Na próxima seção, propomos um projeto didático para PLA em que o futuro seja trabalhado, levando em consideração semântica e uso.

Proposta didática

Nossa proposta baseia-se em simplificar a nomenclatura gramatical dos tempos verbais nos livros de PLA, deixando-a mais próxima de sua realidade semântica. Além disso, acreditamos que os tempos verbais devam ser introduzidos pelo uso, de modo que os alunos percebam sua forma e a memorizem por meio de aplicação em contexto.



Futuro do presente simples e futuro formado por IR

Começamos pelo futuro do presente simples do indicativo. Sugerimos que tal tempo verbal seja apresentado juntamente com o futuro construído por IR no presente + verbo no infinitivo, assim como no livro *Muito Prazer: Fale o Português do Brasil* (FERNANDES et al., 2009). Acreditamos que o material didático deve nomear ambos os tempos de *futuro*, sem outros nomes que não demonstrem sua realidade semântica, como acontece com a nomenclatura *futuro do presente*. Ao contrário do livro *Muito Prazer*, pensamos que os tempos não devem ser introduzidos pela forma em um quadro, mas por dois textos autênticos, que condizem com o nível dos alunos, selecionados pelo professor. Um dos textos, de escrita mais formal, como reportagem, textos acadêmicos, literatura adulta, apresentará os verbos em sua forma simples, enquanto o outro, de escrita coloquial, como música, literatura infanto-juvenil, textos de blogs, apresentará os verbos em sua forma com o verbo *ir*. Em ambos os textos, os verbos devem estar destacados. O professor deve incentivar os alunos a perceberem o tempo semântico dos verbos, ou seja, como as situações enunciativas apresentam o futuro. Após o trabalho semântico, o uso do tempo deve ser observado. É essencial que o professor realce o uso coloquial do futuro com o verbo IR, que se contrasta com o simples, de natureza formal. Um exemplo de material segue abaixo.

O futuro

- 1) Leia os dois textos abaixo.

TEXTO A

Centro de Treinamento Esportivo promoverá festival para descobrir talentos

quarta-feira, 9 de julho de 2014, às 5h51

Permanecem abertas as inscrições para a primeira edição do Festival de Atletismo Descobrendo Novos Talentos, do Centro de Treinamento Esportivo (CTE) da UFMG. O evento acontecerá no dia 26 de julho, a partir das 8h.

O Festival será constituído por três provas: corrida de 75 metros, salto em distância e arremesso de pelota (ou peso). Os candidatos de melhor desempenho em cada categoria serão convidados a integrar a equipe de competição do Centro de Treinamento.

Poderão participar jovens de 12 a 16 anos, que devem se inscrever até dia o dia 20 por meio do e-



mail valeriarbitragem@yahoo.com.br ou pelo telefone (31) 3634-6558.

Fonte: site da UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/033991.shtml> Acesso em: 09 jul. 2013.

TEXTO B

Conto ou não conto

Abel Sidney

(...)

Depois de muitos anos, ainda me lembro em detalhes sobre o que eu e minha prima conversamos. Éramos muito pequenas e eu passava as férias em sua casa. Nunca brincamos tanto, quanto naqueles dias!

Lembro-me do segredo que ela prometeu me contar.

- Olha, eu **you contar**, mas é segredo! Não conte para ninguém. Se você contar eu **you ficar** de mal.

- Eu não **you contar**, já disse!

O segredo não era nada sério, coisa mesmo de criança naquela idade. E ela acabou contando...

(...)

Fonte: SIDNEY, Abel. *Conto ou não conto?* Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000337.pdf> Acesso em: 09 jul. 2013

- 2) Qual é o assunto do texto A? E do texto B?
- 3) Observe as palavras grifadas. Como você deve ter notado, são verbos. Que ideias eles trazem ao texto?
- 4) Qual o tempo desses verbos?
- 5) Como os verbos do texto A se diferenciam dos do texto B?
- 6) Como o texto A se diferencia do texto B?
- 7) Vamos flexionar os verbos abaixo? Complete o quadro de acordo com o que você percebeu da flexão do futuro nos textos A e B.

Amar

Futuro simples	Futuro IR no presente + infinitivo
Eu amarei	Eu _____
Você / Ele / Ela / A gente _____	Você / Ele / Ela / A gente vai amar



Nós amare <u>mos</u>	Nós _____
Vocês / Eles / Elas _____	Vocês / Eles / Elas _____

Futuro do pretérito simples do indicativo

O próximo tempo verbal a ser trabalhado é o chamado pela gramática e pelos livros de PLA de *Futuro do pretérito simples do indicativo*. Como percebemos na seção 02, as ocorrências de tal tempo verbal demonstram um tempo semântico que não é condizente com a nomenclatura. O verbo em tal tempo verbal pode ocorrer em enunciados de tempos semânticos presente, passado e futuro. Assim, acreditamos que a principal característica do futuro do pretérito simples é passar um traço de condição ao leitor. Por isso, defendemos que o material didático de PLA nomeie o Futuro do Pretérito de *Condicional* e coloque uma observação sobre sua nomenclatura nas gramáticas tradicionais.

Como dito na seção 02, o nome *condicional* é adotado pela nomenclatura gramatical portuguesa, mas rejeitado pela brasileira por condição ser uma característica de modo (CUNHA; CINTRA, 2007). Como aqui usamos a definição de tempo semântico para nos auxiliar no ensino e percebemos que os três tempos podem ocorrer, acreditamos que a título de simplificação para o aluno, a ideia de modo possa ser usada em detrimento de tempo.

Dessa forma, nossa aula marcaria o uso de atemporalidade do tempo verbal em um material autêntico, como uma música, novamente com a introdução do uso para depois seja percebida a forma. Para marca a atemporalidade, é interessante que o professor selecione um texto e brinque com suas possibilidades de leitura com a utilização de advérbios que marquem o tempo verbal, como hoje, amanhã e ontem. O trabalho da forma deve ser realizado a partir do texto.

Também acreditamos que a atividade deva incluir a substituição do condicional pelo pretérito imperfeito, que precisaria ser trabalhado anteriormente. Tal exercício é importante para que o aluno perceba que a forma do imperfeito é utilizada com grande frequência no lugar do condicional.

Um exemplo de aula é dado a seguir.

O condicional⁶

1) Leia o trecho da música “Por você” abaixo e depois a escute.

⁶ Em gramáticas normativas de português brasileiro, encontra-se o nome Futuro do Pretérito simples do indicativo.



Por Você

Barão Vermelho

Compositor: Roberto Frejat

Por você eu **dancaria** tango no teto

Eu **limparia** os trilhos do metrô

Eu **iria** a pé do Rio a Salvador

Eu **aceitaria** a vida como ela é

Viajaria a prazo pro inferno

Eu **tomaria** banho gelado no inverno

Por você eu **deixaria** de beber

Por você eu **ficaria** rico num mês

Eu **dormiria** de meia pra virar burguês

Eu **mudaria** até o meu nome

Eu **viveria** em greve de fome

Desejaria todo dia,

A mesma mulher

Por você, por você

Por você, por você

(...)

2) Qual é o assunto da música?

3) Observe as palavras grifadas. Como você deve ter notado, são verbos. Que ideias eles trazem à música?

4) Imagine que a música receba as palavras hoje, amanhã e ontem, como no exemplo abaixo. Os verbos destacados sofreram alguma mudança em relação à música em 1? O que esses verbos trazem para a ideia da música?

Por você, por você
Ontem, eu **mudaria** até o
meu nome
Eu **viveria** em greve de fome
Desejaria todo dia,
A mesma mulher

Por você, por você
Hoje, eu **mudaria** até o meu
nome
Eu **viveria** em greve de fome
Desejaria todo dia,
A mesma mulher

Por você, por você
Amanhã, eu **mudaria** até
o meu nome
Eu **viveria** em greve de
fome
Desejaria todo dia,
A mesma mulher

5) Complete o quadro abaixo com a flexão do verbo no tempo *condicional* a partir dos verbos destacados na música e das informações do próprio quadro.

Amar	Beber	Sair	Ser
------	-------	------	-----



Eu _____	Eu _____	Eu _____	Eu <u>seria</u>
Você / Ele / Ela / A gente <u>amaria</u>	Você / Ele / Ela / A gente _____	Você / Ele / Ela / A gente <u>sairia</u>	Você / Ele / Ela / A gente _____
Nós _____	Nós beber <u>íamos</u>	Nós _____	Nós _____
Vocês / Eles / Elas <u>amariam</u>	Vocês / Eles / Elas _____	Vocês / Eles / Elas <u>sairiam</u>	Vocês / Eles / Elas _____

6) O condicional em português do Brasil é comumente substituído pelo pretérito imperfeito. Faça a substituição na música “Por você” do tempo condicional pelo pretérito imperfeito. Houve mudança no sentido? Você observa mais os falantes de português utilizando o imperfeito ou o condicional nesse sentido?

Por você eu _____ tango no teto
 Eu _____ os trilhos do metrô
 Eu _____ a pé do Rio a Salvador
 Eu _____ a vida como ela é
 _____ a prazo pro inferno
 Eu _____ banho gelado no inverno
 Por você eu _____ de beber
 Por você eu _____ rico num mês
 Eu _____ de meia pra virar burguês

Futuro do presente composto e futuro do pretérito composto

Como observamos na seção 2, os tempos verbais simples apresentam ocorrências diferentes, significados diferentes dos tempos compostos. Por isso, pensamos que eles devem ser ensinados em um momento diferente dos tempos simples, com enfoque em suas próprias ocorrências.

Outra vantagem de trabalhá-los juntos em outro momento, é trabalhar o conceito de tempos compostos em português, que não se limita a tempos formados por verbo auxiliar + verbo em forma nominal. Como trabalhado na seção 2, os tempos compostos precisam ser formados pelos auxiliares *ter* ou *haver* seguido de particípio (cf. CUNHA; CINTRA, 2007; CEGALLA, 2010). Como explorado na seção de análise, o livro *Falar... Ler... Escrever... Português Um curso para estrangeiros* trabalha os tempos compostos juntos. Contudo, pouco é dito sobre em que ambientes ocorrem os tempos,



sobre os tempos semânticos possíveis.

Pensando no tempo semântico do *futuro do presente composto*, percebemos que esse tempo apresenta uma ação que termina em algum lugar do futuro, ou seja, apresenta o tempo semântico de *futuro*. A ação ser terminada ou não é uma questão de tempo, mas de aspecto⁷. Mais uma vez, acreditamos que não devemos delimitar o ensino aos tempos da nomenclatura e, por isso, o aspecto também deve ser explorado no ensino de PLA. Por isso, sugerimos que esse tempo seja chamado de *futuro composto* e que seu aspecto seja discutido já no início do trabalho com o verbo.

O *futuro do pretérito composto* se diferencia do simples por não apresentar uma atemporalidade. Ele apresenta características de condicional, mas de uma ação no passado. Assim, aqui acreditamos que a nomenclatura pode ser mantida por representar o tempo semântico do verbo, mas a condicionalidade também deve ser trabalhada.

Assim, o material a ser desenvolvido para trabalhar esses tempos verbais deve contar com uma explicação sobre tempos compostos, seguido dos tempos compostos do português⁸. Depois, os tempos compostos apresentam-se em textos autênticos, como narrativas, reportagens, entre outros, e são trabalhados como nas outras propostas, com o foque no contexto, partindo dele para o uso e a forma.

Segue um exemplo de aula.

Tempos compostos: o futuro composto e o futuro do pretérito composto

1. Os tempos compostos:

Para a gramática do português, os tempos compostos são aqueles formados por *ter* ou *haver* mais o particípio do verbo principal. Para entendermos esse uso, vamos trabalhar dois tempos compostos: o futuro e o futuro do pretérito.

2. O futuro composto:

a) Leia o trecho do livro “Dom Casmurro” de Machado de Assis abaixo.

(...)

Quantos minutos gastamos naquele jogo? Só os relógios do céu **terão marcado** esse tempo infinito e breve. A eternidade tem as suas pêndulas; nem por não acabar nunca deixa de querer saber

⁷ Para saber mais sobre aspecto, ler Perini (2003: 256, 257).

⁸ De acordo com Cunha e Cintra (2007), o português apresenta ainda no indicativo o pretérito perfeito composto, o pretérito mais-que-perfeito composto. Lembramos que no nosso material, somente trabalhamos com os tempos que contenham futuro.



a duração das felicidades e dos suplícios. Há de dobrar o gozo aos bem-aventurados do céu conhecer a soma dos tormentos que já **terão padecido** no inferno os seus inimigos; assim também a quantidade das delícias que **terão gozado** no céu os seus desafetos aumentará as dores aos condenados do inferno. Este outro suplício escapou ao divino Dane; mas eu não estou aqui para emendar poetas. Estou para contar que, ao cabo de um tempo não marcado, agarrei-me definitivamente aos cabelos de Capitou, mas então com as mãos, e disse-lhe,-para dizer alguma cousa,-que era capaz de os pentear, se quisesse.

(...)

Fonte: ASSIS, Machado. *Dom Casmurro*. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000194.pdf>. Acessado em 09 jul. 2014.

b) Qual é o assunto do texto?

c) As palavras destacadas no texto são verbos. Eles apresentam uma forma composta?

d) Quais ideias os verbos destacados trazem ao texto?

e) O futuro composto é diferente do futuro simples. Relembre o futuro simples e assinale a diferença.

f) Complete o quadro abaixo com a flexão dos verbos a partir do texto e das informações do próprio quadro.

Amar	Beber	Desistir	Ser
Eu terei amado	Eu _____	Eu _____	Eu terei sido
Você / Ele / Ela / A gente _____	Você / Ele / Ela / A gente terá bebido	Você / Ele / Ela / A _____	Você / Ele / Ela / A gente _____
Nós teremos amado	Nós _____	Nós teremos desistido	Nós _____
Vocês / Eles / Elas _____	Vocês / Eles / Elas _____	Vocês / Eles / Elas _____	Vocês / Eles / Elas _____

3. O futuro do pretérito composto:

a) Leia um trecho da entrevista “Se a PEC das Domésticas existisse, não teria sofrido tanto”, do Portal A Tarde, abaixo.



"Se a PEC das Domésticas existisse, não teria sofrido tanto"

Paula Janay Alves

Creuza Maria Oliveira, 56 anos, sofreu na pele a escravidão em pleno século XX. Tinha menos de 10 anos quando trabalhou como babá sem receber um centavo. O primeiro salário só veio aos 21 anos. Hoje, ela acumula uma trajetória de 28 anos de luta pelos direitos dos empregados domésticos. À frente da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (Fenatrad), mostra-se preocupada com a votação que irá regulamentar a PEC das Domésticas. Nesta entrevista, ela conta o drama de ser vítima, no trabalho, de exploração e assédio sexual.

(...)

Se existisse a PEC há 40 anos, a senhora teria passado por tudo que passou?

Se existisse a PEC, eu não teria começado a trabalhar antes dos 10 anos, porque a PEC proíbe o trabalho infantil. Eu estaria estudando e poderia escolher se seria advogada, médica, doméstica, o que eu quisesse. Depois de adulta, eu poderia estudar à noite, sem desistir da minha escolaridade porque a patroa não poderia impedir que eu estudasse. Então, com certeza, eu não teria passado por muita coisa que passei. Tem gente que está achando a PEC muito rápida. É rápida para quem não viveu a situação do trabalho doméstico.

Fonte: ALVES, Paula. "Se a PEC das Domésticas existisse, não teria sofrido tanto".

Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/economia/materias/1507901-se-a-pec-das-domesticas-existisse-nao-teria-sofrido-tanto> Acessado em: 09 jul. 2014

- b) Qual é o assunto do texto?
- c) As palavras destacadas no texto são verbos. Eles apresentam uma forma composta?
- d) Quais ideias os verbos destacados trazem ao texto?
- e) O futuro do pretérito composto apresenta diferenças e semelhanças com o tempo condicional. Relembre o condicional e assinale as diferenças e as semelhanças.
- f) Complete o quadro abaixo com a flexão dos verbos a partir do texto e das informações do próprio quadro.

Amar	Beber	Desistir	Ser
Eu _____	Eu _____	Eu _____	Eu _____



Você / Ele / Ela / A gente _____	Você / Ele / Ela / A gente _____	Você / Ele / Ela / A _____	Você / Ele / Ela / A gente _____
Nós <u>teríamos amado</u>	Nós _____	Nós <u>teríamos</u> <u>desistido</u>	Nós _____
Vocês / Eles / Elas _____	Vocês / Eles / Elas <u>teriam bebido</u>	Vocês / Eles / Elas _____	Vocês / Eles / Elas <u>teriam sido</u>

Encaminhamentos e considerações finais

O *tempo semântico* dos verbos demonstrou ser uma importante ferramenta no ensino de tempos verbais em PLA devido às divergências encontradas entre as nomenclaturas dos tempos verbais e a efetiva utilização dos tempos no contexto enunciativo. Diante da ausência de abordagens que explorem essa perspectiva semântica de ensino dos verbos, acreditamos que seja necessária uma revisão das nomenclaturas utilizadas pelos livros didáticos de PLA.

Para dar continuidade da proposta de revisão de nomenclaturas, é importante que pesquisas mais aprofundadas sobre a semântica dos verbos e dos tempos verbais sejam desenvolvidas. Acreditamos que a teoria semântica seja capaz de melhorar os materiais de ensino de PLA, fazendo com que professores se aperfeiçoem e contribuam para que seus alunos possam desenvolver um maior domínio da língua portuguesa.



Referências

- ASSIS, M. *Dom Casmurro*. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ua000194.pdf>. Acessado em 09 jul. 2014.
- AZEREDO, J.C. de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BARBOSA, C.; CASTRO, G. *Brasil Intercultural: língua e cultura brasileira para estrangeiros, Nível 2*. Buenos Aires: Casa do Brasil, 2011.
- CEGALLA, D.P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.
- CHIERCHIA, G. Tradução de Luiz Arthur Pagani, Ligia Negri, Rodolfo Ilari. *Semântica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon editora digital, 2007.
- DELL'ISOLA, R. L. P.; ALMEIDA, M. J. A. *Terra Brasil: curso de língua e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2008
- FERNANDES, G. R. R.; FERREIRA, T. L. S. B.; RAMOS, V. L. *Muito Prazer: Fale o Português do Brasil*. 1ª. ed. São Paulo: Disal, 2009. v. 01. 468p.
- LIMA, E.E.O.F.; IUNES, S.A. *Falar... Ler... Escrever... Português: um curso para estrangeiros*. São Paulo: E.P.U., 1999.
- LIMA, E.E.O.F. et al. *Avenida Brasil 1: curso básico de português para estrangeiros*. São Paulo: EPU, 1991.
- MOREIRA, A.; BARBOSA, C.; CASTRO, G. *Brasil Intercultural: língua e cultura brasileira para estrangeiros, Nível 1*. Buenos Aires: Casa do Brasil, 2011.
- PERINI, M.A. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- PONCE, M.; BURIM, S.; FLORISSI, S. *Bem-Vindo!* São Paulo: SBS, 1999.
- PONCE, M.; BURIM, S.; FLORISSI, S. *Tudo Bem? Português para a nova geração. Vol 1*. São Paulo: SBS, 2001
- SLADE, R.O. *Português básico para estrangeiros*. Brooklyn, New York: Mill River Press, 2ed. 1999.
- SIDNEY, Abel. *Conto ou não conto?* Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ea000337.pdf> Acesso em: 09 jul. 2013.

Submissão: julho de 2018

Aceite: novembro de 2019



ALGUMAS QUESTÕES SOBRE FICÇÃO, DISCURSO LITERÁRIO E ANÁLISE DO DISCURSO

SOME QUESTIONS ABOUT FICTION, LITERARY DISCOURSE AND DISCOURSE ANALYSIS

ELISSON FERREIRA MORATO

elissonmorato@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Este artigo tem o objetivo de explorar o conceito de ficção e sua relação com o discurso literário a partir de alguns conceitos elementares da análise do discurso de linha francesa. Nossa abordagem recorre à teoria da ficcionalidade, de mendes (2004), à teoria semiolinguística de charaudeau, através dos conceitos de contrato de comunicação ([2004] 2013), visada discursiva ([2001] 2014) e imaginários sociodiscursivos (2006), e a noção de estilo, apresentada por bally (1951) e maingueneau (2004). Na perspectiva desta investigação, a ficção no discurso literário é constituída pelo contrato de comunicação, pelos imaginários sociodiscursivos e pelo estilo. Para ilustrar nossas posições, utilizamos a análise de duas obras literárias: o poema épico *vila rica*, de cláudio manoel da costa (1729-1789) e o romance *a jangada de pedra* de josé saramago (1922-2010).

Palavras-chave: ficção; discurso literário; análise do discurso.

Abstract: *This paper approaches some questions involving the concept of fiction and its relations with the literary discourse by the bias of the discourse analysis of french line. Our approach resorts to the theory of the fictionality, by mendes (2004), the semiolinguistic theory, by charaudeau, through the concepts of communication contract ([2004] 2013), "visées" discursives ([2001] 2014) and sociodiscursive imaginaries (2006), and the notion of style, presented by bally (1951) and maingueneau (2004). In the perspective of this investigation, the fiction in the literary discourse is constituted by the contract of communication, by the sociodiscursive imaginaries and the style. To illustrate our positions, we used the analysis of two literary works: the epic poem *vila rica*, by cláudio manoel da costa (1729-1789), and the novel *a jangada de pedra*, by josé saramago (1922-2010).*

Keywords: *fiction; literary discourse; discourse analysis.*

Ficção: interesse recente

É recente o interesse da análise do discurso (ad) pela ficção, embora uma das teorias hegemônicas em ad, a semiolinguística de Patrick Charaudeau já preconizasse, através de um de seus primeiros trabalhos, que todo ato de linguagem, ou todo discurso, é perpassado por efeitos de real e efeitos de ficção (cf. Charaudeau, 1983). Talvez a iminência desse interesse se deva ao fato de a ficção não se constituir como um gênero, mas como um modo de proceder na construção de um discurso, ou de relacioná-lo ao real histórico. No caso, não se trata de tomar a ficção, aqui trabalhada, como um gênero, mas com um estatuto do discurso, uma maneira através da qual ele se relaciona com

aquilo que poderíamos chamar simplesmente com o real, imitando-o ou transformando-o através de uma (re) elaboração pela linguagem.

Neste trabalho procuramos estabelecer algumas questões sobre o conceito de ficção e suas aplicações ao discurso literário, o qual, muitas vezes, é tomado propriamente como sinônimo de ficção. Nossa abordagem abarca o trabalho de Mendes (2004), sobre ficção e ficcionalidade, e especialmente a semiolinguística de Charaudeau ([2001] 2014, [2004] 2013, 2006), através dos conceitos de visada discursiva, contrato comunicacional e imaginários sociodiscursivos. A noção de estilo é tomada a partir do trabalho de Bally (1951), e relacionada com os trâmites da análise do discurso com Maingueneau (2004) e expandida com o trabalho de Mendes (2008) e Veneroso (2008).

Assim, num primeiro momento, buscamos entender como a ficção pode ser entendida dentro da análise do discurso. Em seguida, verificamos a relação daquela com o discurso literário para finalmente postular as maneiras pelas quais a ficção é construída pelo mecanismo da ficcionalidade. Para esclarecer nossas colocações teóricas tomamos duas obras: o pouco conhecido poema épico *Vila Rica*, de Cláudio Manoel da Costa (1729-1789) e o romance *a jangada de pedra*, de José Saramago (1922-2010), vencedor do *nobel* de literatura em 1998.

Um conceito de ficção em análise do discurso:

É difícil estabelecer um conceito de ficção a partir de uma única teoria. De Aristóteles a Searle, vários autores, em suas respectivas vertentes teóricas trouxeram contribuições ao entendimento desse conceito. O que nos convida a amalgamar uma concepção de ficção levando em conta a contribuição daqueles autores cujo trabalho se mostra relevante ao entendimento do conceito abordado.

A ficção, assim, pode ser entendida como a imitação de ações (*mimesis*), um *poder ter sido* (Aristóteles, 2006), organizada em uma *mise-en-intrigue* (ficcional ou histórica) (Ricoeur, 1983), distinguindo-se pela intencionalidade do discurso (Searle, 1979), simulando mundos (Pavel, 1989) ou situações possíveis, nas modalidades colaborativa e predominante, podendo interagir com a factualidade (Mendes, 2004).

Nessa amálgama conceitual, é importante informar que, conforme o trabalho de Mendes (2004, p. 116), a ficção não é uma negação daquilo que é factual, já que coexiste com ele. No caso, a ficção predominante seria aquela comum na literatura, que reelabora o real histórico ao mesmo tempo em que depende dele para a construção de efeitos de realidade. Já a ficcionalidade colaborativa que seria mobilizada junto com a factualidade a fim de criar certos efeitos de sentidos almejados para seduzir

o interlocutor, como no caso da publicidade. A ficcionalidade constitutiva, menos interessante para um estudo em análise do discurso, seria justamente aquela presente na relação linguagem mundo.

Quanto à factualidade, esta pode ser tomada como o mecanismo responsável pela construção do fato, estabelecendo a relação entre um discurso e um efeito de verdade constatável, que é o caso, por exemplo, do discurso jornalístico, do discurso científico, do discurso historiográfico, dentre outros. A factualidade também não é uma oposição a ficcionalidade, já que ambas podem ser mobilizadas conjuntamente conforme o propósito de um discurso: informar ou entreter o leitor, por exemplo.

Retomando a referida amálgama conceitual, citada anteriormente, observa-se que a ficção possui um caráter intencional, de modo que ela pode ser entendida como parte de um projeto de comunicação, ou projeto de fala, conforme a semiolinguística, de Charaudeau. Nesse projeto de fala, a ficção pode ser tanto o propósito principal do produtor do discurso quanto uma estratégia de discurso empregada para captar a atenção do interlocutor. Em ambas as situações, a ficção seria construída dentro de um procedimento, ou de um conjunto de procedimentos, que poderia ser entendido como a ficcionalidade.

A ficcionalidade, como o mecanismo que produz a ficção, estaria próxima do termo ficcionalização, que consistiria no processo de construção do estatuto ficcional de um discurso. Como parte desse processo de construção fictiva⁹, por exemplo, estaria a própria enunciação, pois, como qualquer discurso, é o próprio dizer que outorgaria a um dado discurso o seu estatuto ficcional ou factual. Já como elementos que engendram a construção, ou a apreensão, desse estatuto estariam o contrato comunicacional, os imaginários sociodiscursivos e o estilo, os quais serão abordados a seguir.

O mecanismo da ficcionalidade: uma exposição geral

Em linhas gerais, a ficção, segundo nossa abordagem, seria trabalhada no contrato comunicacional graças a uma visada fictiva, expressão esta que cunhamos inspirados no trabalho de Charaudeau ([2001] 2014). A visada fictiva seria justamente a intencionalidade presentificada no discurso que influenciaria a configuração do contrato comunicacional. Nesse contrato comunicacional, trabalharia-se essa visada pelo estilo através de procedimentos, sobretudo, de

⁹ O termo “fictiva” nos parece mais preciso na designação aquilo que é próprio da ficção ou que faz de sua construção ao invés daquilo que ocorre no mundo da ficção.

descrição e narração, dados pelos modos de organização do discurso (cf. Charaudeau, 1992).

Assim, as formas de descrever e narrar, presentes na materialidade do discurso, contribuiriam para dar a ele um efeito de ficcionalidade predominante: o propósito discursivo, sintetizado em uma visada, se manifestaria na construção de efeitos de sentido que outorgariam ao discurso seu estatuto ficcional. E esse construto fictivo, por fim, seria ainda perpassado (ou sustentado) por imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, 2006), através de um conjunto de saberes de crença e/ou de conhecimento sobre o que é ficção e como ela construída.

Vejamos de maneira mais detalhada, a seguir, como esses três elementos, o contrato, os imaginários e o estilo, se relacionam com a construção fictiva.

O contrato comunicacional na ficcionalidade:

Todo discurso nasce de uma espécie de acordo entre os interactantes dentro do respectivo exercício de um papel social. Esse acordo, por sua vez, é motivado por uma intencionalidade, um desejo de dizer. Desse modo, podemos entender a importância do contrato comunicacional para a ficcionalidade: ele define a identidade dos parceiros dessa troca comunicacional, a finalidade da troca linguageira, o conteúdo proposicional dessa troca, assim como o suporte material através do qual esse discurso é veiculado.

O contrato, assim, pressupõe que, a partir da formatação da identidade dos parceiros e da finalidade do discurso, se define que um dado discurso seja ficcional ou não. Desse modo, a ficção nasce da aceitação mútua de um acordo que define a relação de um discurso com o mundo.

O contrato comunicacional, por sua vez, seria imbuído de uma visada discursiva (Charaudeau, [2001] 2014), a qual motivaria os procedimentos da troca linguageira. No caso de um discurso ficcional, como certos gêneros literários (romance, poesia, teatro), teríamos a mobilização, pelo sujeito produtor do discurso, de uma visada fictiva, através da qual se organizariam os procedimentos da troca linguageira. Nessa perspectiva, o discurso ficcional é construído em virtude das condições relacionais que permitem a esses interactantes reconhecerem-se mutuamente e, principalmente, depreenderem o seu papel social e o objetivo da troca linguageira.

Além do contrato comunicacional, o funcionamento da ficcionalidade depende também de um conjunto de saberes partilhados que se estabelecem nas relações entre os sujeitos da linguagem. O estatuto do discurso ficcional ou factual depende de convenções que o estabeleça. Essas convenções, no entanto, são sustentadas por imaginários que dão a elas um efeito de verdade. Há, portanto, uma



instituição de estatutos do discurso segundo princípios que se crêem universais e auto-justificáveis.

Os imaginários sociodiscursivos e o estatuto ficcional do discurso:

O discurso ficcional é perpassado por representações ou sistemas de saberes que designam e sustentam o estatuto discursivo. Essas representações formam imaginários que circulam pelos grupos sociais e que são veiculados através dos discursos: os imaginários sociodiscursivos, que são formados por saberes de crença e saberes de conhecimento.

Os saberes de crença referem-se, nesse caso, aos valores atribuídos ao mundo: uma espécie de avaliação do sujeito sobre os fatos (cf. Charaudeau, 2006, p. 198). Já os saberes de conhecimento (cf. Charaudeau, 2006, p. 197) são dados como fatos do mundo, como uma verdade exterior ao homem, uma explicação legítima sobre as causas e as razões dos fenômenos. Pode ser difícil distinguir se determinado saber é de crença ou de conhecimento. O que, por um lado, denota a relação desses saberes com um fazer argumentativo, uma visada de influência presente no discurso e, por outro, nos mostra como uma conjuntura estabelece consciente ou inconscientemente um saber de crença como um saber conhecimento.

Há pelo menos dois tipos de imaginários sociodiscursivos apontados por Charaudeau (2006): o de tradição e o de modernidade. O imaginário de tradição apregoa uma espécie de retorno a origem, da qual os componentes do grupo são herdeiros e devem recorrer em nome de um ideal de pureza identitária. Há, nesse contexto, um discurso da fidelidade¹⁰, a qual é uma espécie de encargo, ou de missão, que configura um valor moral, uma obrigação de reafirmar a origem. Já o imaginário da modernidade, segundo Charaudeau (2006, p. 215) consiste em representações sociais que os grupos constroem sobre o instante presente que eles vivenciam e como o comparam com o passado. O presente, segundo esse imaginário, corresponde a um avanço, a uma superação do passado, tendo este passado um valor negativo e o presente um valor positivo.

Os imaginários sociodiscursivos não tratam apenas do estatuto ficcional dos discursos, e do estabelecimento de um tipo de relação entre a narrativa e o narrado, mas também da maneira como essas narrativas devem ser recebidas. O que torna ficcional um discurso ficcional, assim, depende, em boa parte, dos imaginários de verdade dentro dos quais se estabelece um pacto de leitura, em que

¹⁰ Além do discurso da pureza há outros que são estreitamente ligados ao imaginário da tradição, como o discurso da natureza e da responsabilidade, os quais não serão trabalhados aqui.



determinados gêneros de discurso são instituídos como ficcionais, devendo ser lidos como tal. Uma via de mão dupla, assim, se estabelece entre os imaginários sociodiscursivos e o contrato comunicacional, já que a(s) maneira(s) como será construído o contrato depende(m) também dos saberes de crença ou de conhecimento.

O conjunto de saberes de crença/conhecimento também sugere uma espécie de ideologia estética de um determinado período histórico, um modo de compor e organizar o texto segundo critérios de ficcionalização. Essas maneiras de composição tratariam de normas de estilo, o qual deriva necessariamente da ideologia estética em voga. Nesse caso, esse conjunto de saberes de crença atua em relação estreita com o estilo, já que é por meio das maneiras de se compor uma obra que depreendemos a ideologia estética que a embasa.

O estilo e os efeitos de ficcionalidade:

A respeito do estilo, Maingueneau (2004, p. 218) informa que há dificuldade em se delimitar um território da estilística efetivamente separado da análise do discurso. Bastaria mencionar, por exemplo, como a ação do indivíduo na língua, assinalada por Bally (1951) se confunde com a ação dos sujeitos no discurso, aqui retomando a terminologia empregada na ad. Considerando que o discurso é construído graças à manipulação, pelos sujeitos da linguagem, dos signos dentro de uma circunstância psicossócio-histórica, o estilo poderia ser concebido como o conjunto de traços da ação do sujeito no discurso.

Esses traços de subjetividade poderiam também ser deliberados e intencionais, dada a tentativa de se adequar à expectativa desse sujeito produtor do discurso em relação a um grupo ou a um sujeito receptor específico. Mendes (2008), por exemplo, nos enfatiza que esses traços de subjetividade poderiam ser, inclusive, uma estratégia de construção do discurso para captar o leitor dentro de um determinado contrato e/ou de um gênero. Nessa perspectiva, podemos dizer que o estilo, além de instável, não é só individual nem só coletivo e pode ser depreendido sobre a esfera individual, quando se fala em estilo de um autor específico, e em estilo coletivo, ou o chamado estilo de uma época.

O estilo é motivado tanto pelas escolhas que o sujeito faz de procedimentos de uso da língua quanto pelo contexto de uma época. O estilo, assim, “muda na medida em que mudam os valores e nossas representações desses valores” (Veneroso, 2008, p. 144). De modo que “podemos encontrar nas mudanças estilísticas a ocorrência de profundas transformações sociais” (Veneroso, 2008, p. 144). Assim como o próprio uso da linguagem, o estilo é tanto individual quanto coletivo, estando sujeito



tanto aos imaginários sobre o uso específico da língua (o uso literário, por exemplo) quanto ao resultado das escolhas individuais do produtor da ficção (as características próprias de um escritor/poeta, por exemplo).

Na construção estilística da ficção, apontamos três procedimentos, constituintes da *mise en événement*, a ação narrativa: a cronomização (*mise en temps*), a toponimização (*mise en place*) e a antroponimização (*mise en personne*), as quais podem mostrar-se conjuntamente em uma mesma passagem narrativa, ou cada qual enfatizado em detrimento do outro. Trata-se de um conjunto de procedimentos que o sujeito produtor do discurso agencia em decorrência dos propósitos do seu dizer, no caso, o propósito de ficcionalizar (cf. Charaudeau, 1992): são os modos de organização do discurso.

No *corpus* analisado, por exemplo, a ação, é perpassada justamente pela localização temporal da narrativa, pela caracterização dos personagens e pela descrição dos cenários, de modo que ao conjunto dessas operações discursivas se encontra intimamente relacionado com um propósito comunicativo. Razão pela qual se pode considerar o estilo como essencial e devidamente deliberado na construção do discurso ficcional.

Apresentação e análise das obras:

As duas obras selecionadas para análise têm em comum o fato de descreverem uma viagem. No poema *Vila Rica*, Cláudio Manoel da Costa narra a viagem do então governador Antônio de Albuquerque, do Rio de Janeiro até as Minas de Ouro para a criação da Vila Rica (atual Ouro Preto) e da capitania de Minas Gerais, após pacificar as rivalidades entre paulistas (descobridores do ouro) e emboabas (portugueses, administradores políticos da região). Já, em *a jangada de pedra*, Saramago nos traz a inusitada jornada da península ibérica que, após racharem-se os montes Pirineus, se desgarra da Europa transformando-se em uma ilha a deriva pelo oceano Atlântico. Num primeiro momento, verificaremos com o contrato comunicacional atua na construção fictiva das obras, para em seguida abordar os imaginários e o estilo.

O contrato comunicacional nas obras:

No poema *Vila Rica*, o contrato comunicacional, mais do que *inscrito*, se encontra, diríamos *impresso* na folha de rosto dessa obra (figura 1). Um pouco ao contrário do que ocorre com a edição

de *a jangada de pedra* (figura 2), por exemplo, as obras impressas até o século XIX traziam um autêntico contrato de fala impresso, o qual, mais do que apreendido, pode ser *lido*, conforme nos mostra a figura 1.

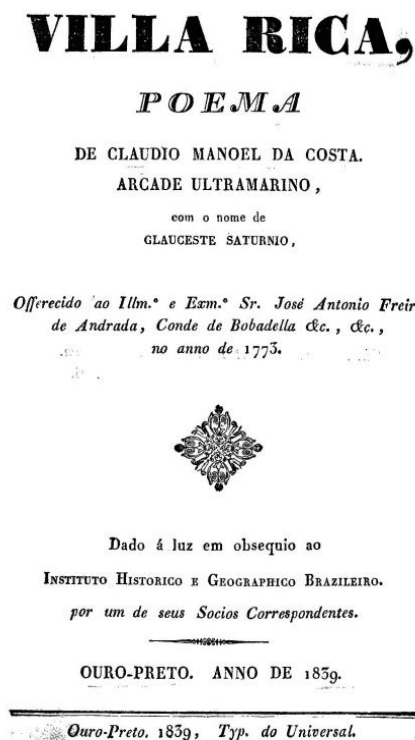


Fig. 1: folha de rosto do poema *vila rica*.

A folha de rosto atua como um contrato que se abre ao leitor, confirmando ou retificando suas expectativas, levando-o ao discurso que lhe é apresentado. Os dizeres “árcade ultramarino com o nome de glauceste saturnio” demarcam a identidade social de Cláudio Manoel da Costa, que enuncia como poeta árcade ultramarino, recorrendo a um pseudônimo.

O autor se apresenta dentro de uma identidade ficcional sem, no entanto, deixar de enunciar sua identidade factual. Cláudio Manoel, poeta vinculado a arcádia ultramarina, usa um pseudônimo, segundo o costume da época, ao mesmo tempo em que assinala com seu nome real a autoria do texto. O uso de seu nome factual, assim, pode ser entendido como uma estratégia de credibilidade, assim como a menção ao seu vínculo com a arcádia ultramarina.

Ainda pela folha de rosto, depreende-se que a obra se dirige a um público leitor aristocrata, posto que dedicada ao Conde de Bobadela. O conteúdo desse discurso, bem como sua finalidade, se

nota pelos dizeres “Vila Rica, poema (...)”. “Vila Rica” assinala tanto o título quanto seu conteúdo, já o termo “poema” assinala um gênero ao qual os imaginários sociodiscursivos outorgam o estatuto ficcional.

Nas publicações atuais, os traços desse contrato comunicacional se encontram na capa (figura 2), na folha de rosto e na ficha catalográfica da obra. Nessas poucas páginas, temos a autoria, o título da obra e, em alguns casos, uma *etiqueta genérica*, como *romance*, *poemas*, além de uma data e um local onde a obra foi publicada, marcando traços de sua enunciação, através do clássico aqui-agora *benvenistiano*. Encontramos também uma resenha, um esboço biográfico nas orelhas do livro, e comentários críticos na contracapa que dão uma pista sobre o conteúdo da obra.

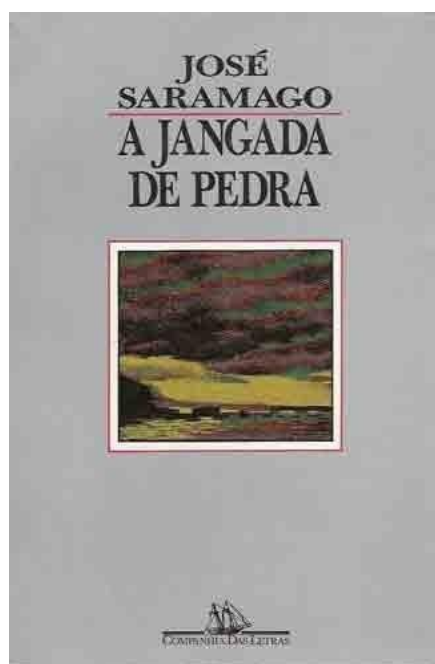


Fig. 2: capa de *a jangada de pedra*: poucos dados contratuais.

O enunciador José Saramago, conforme se pode depreender, não recorre a uma identidade fictícia. Com seu nome, no caso, se reconhece o papel social do romancista, poeta, homem de letras. Assim, os saberes partilhados que perpassam o contrato comunicacional e um conhecimento tácito sobre literatura garantiriam, com o título, que a obra de saramago fosse tomada como um romance e não como um tratado de construção naval ou geologia. Nesse caso, o contrato comunicacional, depreendido através de um saber de mundo, pode ser confirmado através das resenhas dispostas nas orelhas e na contracapa do livro. O conteúdo do discurso, por sua vez, é comunicado através de



resenhas, na orelha e contracapa do livro, que também reforçam e evidenciam a visada fictiva, o propósito fictivo desse discurso.

Um exame dos imaginários sociodiscursivos nas obras:

Os imaginários sobre os modos de se construir e conceber o discurso literário mudam com o tempo. Desse modo, mudam também modos de ficcionalizar. Por exemplo, o estilo do arcadismo nos mostra um entrecruzamento de dois imaginários, o de tradição e o de modernidade, porque ao mesmo tempo em que defende o retorno as fontes greco-romanas pela imitação de modelos clássicos, ele promove uma atualização dessas leituras e as relacionas com novas ideias em voga no século XVIII, como aquelas advindas de autores do Iluminismo francês. Nesse caso ocorre a imitação não de modelos antigos, mas de modelos modernos, como Voltaire, bem como a adoção de novos temas e novas maneiras de se compor uma epopeia.

Cabe lembrar que os imaginários sociodiscursivos estão ligados a situação de troca comunicacional entre os sujeitos, de modo que, entender esses imaginários é evocar o contexto de produção desses discursos. Para operacionalizar a apresentação desta análise optamos por dividi-la segundo os tipos de imaginários fictivos, que consistem em:

.Uma filiação com o real: dada pela imitação das ações humanas, conforme o preceito aristotélico;

.Uma filiação com tradição/modernidade: esta pode evocar situações de continuação ou de ruptura: no primeiro caso trata-se da fidelidade a um parâmetro ou modelo de composição, no segundo temos os casos de inovação da forma ou do estilo¹¹. Lembramos que essa tradição pode ser justamente a de inovação. Experimentar novas formas de escrita, de exploração do conteúdo, de criação de efeitos de gênero etc

.Uma filiação com um modo de compor: o que é dado pela adequação do texto a uma forma literária (epopeia, romance, por exemplo) e por um modo característico, estetizado, de se mobilizar

¹¹ embora pareça contraditório, exemplos de tradição e ruptura são constantes na história da literatura e ambos os casos se ligam intimamente a ficção. a fidelidade a modelos preestabelecidos, quando suprimida por ruptura com uma estética anterior, ao mesmo tempo, instaura uma espécie de fidelidade a um novo modelo estabelecido.

os modos de organização do discurso: o estilo.

O discurso ficcional, segundo certos imaginários, seria aquele que imita as ações dos homens baseando-se na verdade dos fatos. Assim, na *carta dedicatória* do poema *vila rica*, ao se referir a sua obra como “o meu poema de fundação de Villa-Rica” (Costa, [1839] 2011), o poeta evidencia imaginário segundo o qual a ficção imita eventos históricos não sendo apenas a expressão de uma imaginação descompromissada do poeta. O *canto primeiro* do poema também nos mostra quão próxima é essa relação entre o ficcional e o histórico:

Cantemos, muza, a fundação primeira
Da capital das minas; onde inteira
Se guarda ainda, e vive inda a memória,
Que enche de applauso de albuquerque a historia.
(costa, [1839] 2011, p. 1)

No fragmento anterior, observa-se que é a realidade histórica e não a fantasia do poeta que compõe o assunto desse discurso. O que aparece demonstrado também na primeira das muitas notas explicativas do poema: “(1) *fundação primeira*: este poema tem por argumento principal a fundação de Villa-Rica, ou antes a sua criação de pequeno arraial em Villa., á que passou no dia 8 de julho de 1711 com o nome de Villa Rica de Albuquerque.” (costa, [1839] 2011, p. 6). Imitar, assim, serviria não apenas para construir os efeitos de real, mas para permitir que o poeta tenha condições de realizar sua *mimesis* fictiva.

Por sua vez, o discurso ficcional recorre não apenas à imitação dos eventos reais, mas também a imitação de outras obras que são tomadas como modelo. O que remete ao imaginário da tradição, e a filiação apontada com a tradição. O que é legível em trechos como o seguinte, no qual se nota o apego do poeta a imitação de modelos clássicos denotada através da menção ao gigante Adamastor, presente nos *Lusíadas*, de Camões, obra que serviu de modelo ao poema de cláudio manonel da costa. No fragmento seguinte, temos o discurso do personagem itamonte, o guardião do ouro das minas, que então se mostra a expedição do herói Albuquerque:

Eu sou dos filhos, que abortara a terra,
E fiz com meus irmãos aos deuses guerra;
(tu, negro adamastor, hoje em memória
Me obrigas a trazer a sua historia.)
(Costa, [1839] 2011, p. 11)

Já a filiação com o modo de compor no poema *Vila Rica*, está na própria escolha do gênero

épico, que seleciona ações nobres, conforme a *Poética* de Aristóteles (2006) e também a adequação a aspectos formais da composição, como a métrica e o esquema de rimas determinado pelo estilo neoclássico, ou *árcade*, de então, como nos mostra o fragmento seguinte:

Rottos os mares, e o commercio aberto,
Já de america o genio descoberto
Tinha ao rei lusitano as grandes terras,
Que o sul rodeia de escabrosas serras.

O titulo contavão de ciudades,
Pernambuco, bahia e as crueldades
Dos índios superadas; já se via
O rio de janeiro, que fazia
Escala ás não:s buscando o continente
De paulo uma conquista está patente.
Que ao portuguezes com feliz agouro
Promettia o diamante, a prata, o ouro.
(Costa, [1839] 2011, p. 1-2)

Já na obra de Saramago, o imaginário da filiação com o real nos mostra como a ficcionalidade imita o real com precisão ao mesmo tempo em que o desafia. Na obra de Saramago esse efeito pode ser ilustrado por certos efeitos de fantástico aos quais se sucedem trechos de escrita realista:

Na história dos rios nunca acontecera tal caso, estar passando a água em seu eterno passar e de repente não passa mais, como torneira que bruscamente tenha sido fechada (...). Explicando por palavras mais próprias, a água do irati retirou-se como onda que da praia reflui e se afasta, o leito do rio ficou à vista, pedras, lodo, limos, peixes que saltando boquejam e morrem, o súbito silêncio. (Saramago, 1992, p. 19)

O mesmo exemplo pode ser dado com o trecho seguinte, em que o autor narra o início da ruptura geológica da Península Ibérica com o resto da europa: “a primeira fenda apareceu numa grande laje natural, lisa como a mesa dos ventos, algures nestes montes alberes que, no extremo oriental da cordilheira, compassadamente vão baixando para o mar” (Saramago, 1992, p. 17). Os Montes Alberes de que fala o autor são um acidente geográfico real: uma cadeia montanhosa que separa, politicamente, a França da Península Ibérica. Do mesmo modo que é real o Rio Irati, no norte da Espanha colocado na narrativa como objeto de um evento fantástico.

Outra filiação do discurso ficcional de Saramago se dá com a ideia de inovação e ruptura, o que se observa através do imaginário de modernidade, notado principalmente através da inovação estilística com que esse discurso é tratado, e pela temática explorada na obra. A ficção de Saramago, no caso, se volta não para uma imitação de modelos, tal como no imaginário de tradição, mas para o



rompimento com paradigmas, para a proposição de novos temas, e abordagens de novas discussões:

Mãe amorosa, a europa afligiu-se com a sorte das suas terras extremas, a ocidente. Por toda a cordilheira pirenaica estalavam os granitos, multiplicavam-se as fendas, outras estradas apareceram cortadas, outros rios regatos e torrentes mergulharam a fundo, para o invisível. (Saramago, 1992, p. 31)

Em Saramago, a ficção se filia justamente a originalidade ao invés de fidelidade a um modelo. A ficção sugere justamente uma porcentagem de desobediência, de inovação e de originalidade seja no tratamento da forma ou na seleção do conteúdo, como no fragmento seguinte, em que o autor descreve a península flutuante que então rumava para o sul: “desce a península, mas desce devagar. (...) A península desce para o sul deixando atrás de si um rasto de mortes de que está inocente” (Saramago, 1992, p. 310-311). Já no trecho temos o questionamento inusitado da identidade Ibérica e sua filiação futura: para onde seguirá a periferia da Europa?

Esse foi o dia assinalado em que a já distante europa segundo as últimas medições conhecidas iam em cerca de duzentos quilômetros o afastamento, se viu sacudida dos alicerces ao telhado, por uma convulsão de natureza psicológica e social que dramaticamente pôs em mortal perigo a sua identidade, negada, nesse decisivo momento, em seus fundamento particulares e intrínsecos, as nacionalidades, tão laboriosamente formadas ao longo de séculos e séculos (Saramago, 1992, p. 151).

Quanto ao último imaginário sobre a ficção temos a escolha do gênero literário, ou do discurso literário para se trabalhar um conteúdo que também poderia ser debatido na forma de um artigo científico, de um debate político, sociológico etc. A escolha do gênero e da forma diz muito sobre a relação entre os imaginários que constroem o estatuto ficcional do discurso. Já o imaginário sobre o modo de composição nos mostra como a sintaxe da pontuação e o uso inusitado de aforismos em saramago contribui para dar a esse discurso o estatuto de ficcional.

A escrita de Saramago, assim, nos mostra que a filiação da ficcionalidade com o estilo recai sobre a nominalização dos seres, coisas e lugares, criando efeitos de real, mas que é evocado em eventos irrealis, insólitos. Por sua vez, a principal marca estilística na qual possamos relacionar a ficção com os imaginários sobre um modo de composição recaia mais singularmente na pontuação empregada pelo autor. Marca que também se associa ao imaginário sobre inovação. O que nos mostra como os imaginários e o estilo se confundem no mecanismo da ficcionalidade.

O estilo como ferramenta composicional da ficcionalidade:



Conforme anunciamos anteriormente, a estilização no discurso literário pode ser apreendida através de procedimentos de antroponimização, cronomização e toponimização, os quais são traços dos modos de organização do discurso, especialmente do narrativo e do descritivo. No fragmento seguinte, por exemplo, podemos observar como o poeta Cláudio Manoel da Costa apaga a temporalidade da narrativa localizando-a em um passado mítico (cronomização), embora os fatos que descreve, a fundação da atual cidade de Ouro Preto (MG) e a criação das minas gerais, teriam ocorrido cerca de apenas vinte anos antes de nascimento do poeta.

Cantemos, muza, a fundação primeira
Da capital das minas; onde inteira
Se guarda ainda, e vive inda a memória,
Que enche de applauso de albuquerque a historia.
(Costa, [1839] 2011, p. 1)

Já no fragmento seguinte, temos a descrição da descoberta do ouro no Ribeirão do Carmo, na futura Vila Rica, em que se podem observar os procedimentos de antroponimização acerca da personagem eulina, ninfa que guardava o ouro do histórico Ribeirão do Carmo:

De eulina
A delicada face está patente:
Fita os olhos; e vê desde a corrente
Lançar a mão á praia a nynfa bella,
Toma uma arêa de ouro, e já com ella
Polveriza os cabellos.
(Costa, [1839] 2011, p. 47)

No trecho anterior, temos o exemplo de um estilo coletivo (cf. Bally, 1951), em que Cláudio, seguindo a estética neoclássica, ou *arcade*, traz figurações mitológicas, como a ninfa, para sua composição. Já no trecho seguinte, temos um exemplo de toponimização. O poeta busca retratar, a sua maneira, o cenário por onde seguia a expedição do Governador Albuquerque rumo à futura Vila Rica:

Cahia a noite, e apenas scintillava
No ceo alguma estrella; ao chão baixava
Escassamente a luz que cinthia fria
Mas distincta espalhava entre a sombria
Rama da espessa mata, e duros troncos.
Não se ouvem mais, que os formidáveis roncous
De aves nocturnas, de famintas feras.
(Costa, [1839] 2011, p. 8)

Entretanto as inovações estilísticas trazidas tornam difícil seu estudo através dos mesmos procedimentos observados na narrativa clássica de Cláudio Manoel da Costa. Na ficção de Saramago, o principal aspecto estilístico que pode ser tomado como estratégia de construção fictiva é a licenciosidade quanto ao uso da pontuação, como no exemplo seguinte:

As grandes contas bancárias tornaram-se de repente mínimas, ficaram com um remanescente simbólico, em portugal quaisquer quinhentos escudos, em espanha quaisquer quinhentas pesetas, ou pouco mais, rapados assim os depósitos à ordem, com algum prejuízo os depósitos a prazo, e tudo tudo, os ouros, as pratas, as pedras preciosas, as jóias, as obras de arte, os títulos, tudo foi levado pelo poderoso sopro que varreu por sobre o mar, nas trinta e duas direcções da rosa dos ventos, os bens móveis dos fugitivos, haja esperança de recuperar o resto um dia, tempo havendo e paciência.
(Saramago, 1992, p. 100)

E além dessa liberdade sintática, podemos citar a constante re-significação das palavras e a construção de raciocínios que sugerem uma relação interdiscursiva com aforismos. Um exemplo do trabalho de ressignificação lexical está no trecho seguinte, em que a conjunção “porém” praticamente assume o papel de sujeito da oração e, de certo modo, de ator, ou personagem da narrativa:

Porém, conjunção coordenada adversativa que sempre anuncia oposição, restrição ou diferença, e que, aplicada ao caso, vem lembrar que mesmo as boas coisas para uns precisamente têm os seus poréns para outros, ocuparem-se os hotéis desta selvática maneira foi a gota de água que fez transbordar a inquietação em que viviam desde a primeira hora os ricos e poderosos.
(Saramago, 1992, p. 99)

Nesse caso, os elementos da estrutura tradicional da narrativa, como os personagens, o tempo o cenário se confundem com uma metalinguagem na qual o mais importante não é uma *mise en intrigue*, a construção de uma intriga no dizer de Paul Ricoeur (1983), mas uma *mise en reflexion* sobre as coisas e situações do mundo. O que o fragmento seguinte nos permite ilustrar com propriedade:

Mas a situação de portugal é radicalmente diferente. Repare-se que toda a costa, com excepção da parte sul do Algarve, se encontra exposta ao apedrejamento das ilhas açóricas, palavra que aqui se usa, apedrejamento, porque, enfim, não há grande diferença, nos efeitos, entre bater em nós uma pedra ou batermos nós na pedra, é tudo questão de velocidade e inércia, não esquecendo todavia, no caso vertente, que a cabeça, mesmo ferida e rachada, fará todos aqueles calhaus¹² em estilhas.
(Saramago, 1992, p. 203-4)

¹² “aqueles calhaus”: o autor se refere ao arquipélago rochoso de açores.



o mesmo pode ser exemplificado a seguir:

Tudo isto, naturalmente, nos preocupa, mas, confessemos-lo, muito mais nos preocuparia se não calhasse estarmos na Galiza, observando os preparativos de viagem de Maria Guavaira e Joaquim Sassa, de Joana Carda e José Anaiço, de Pedro Orce e o cão, a importância relativa dos assuntos é variável, ele é o ponto de vista, ele é o humor do momento, ele é a simpatia pessoal, a objectividade do narrador é uma invenção moderna, basta ver que nem deus nosso senhor a quis no seu livro.
(Saramago, 1992, p. 204)

A estilização de Saramago, por sua vez, vem ao encontro de um imaginário sobre a concepção moderna de prosa. São imaginários sobre a própria construção do discurso literário e que, de certo modo, o distingue dos discursos não literários. As redes de narrativismos e descritivismos são substituídas ou diluídas dentro de redes de metalinguagens.

Saramago não é o único a recorrer a esse aspecto da construção literária, e por essa mesma razão podemos dizer que se trata de um imaginário sobre a prosa de ficção, ou antes, um imaginário sobre um tipo de estilo que deve ser explorado no discurso literário. O que nos remete novamente à relação entre imaginários sociodiscursivos e o estilo.

Considerações finais

Neste trabalho procuramos demonstrar alguns procedimentos atuantes no estabelecimento do estatuto ficcional do discurso literário. A ficcionalidade, no caso prescinde do contrato comunicacional, dos imaginários e do estilo. Esses elementos, por sua vez, não podem ser isolados entre si. Eles existem em uma co-relação intensa e podem sofrer a influência do contexto de uma época precisa. O que torna ficcional o discurso literário ficcional seria, então, uma espécie de pacto de leitura, o contrato, que é sustentado por imaginários sobre os modos de composição da ficção e sobre a relação desta com outros imaginários sobre o real, a linguagem e a tradição.

Podemos admitir, por sua vez, que essa colocação seja ainda muito insuficiente para elucidar o fenômeno da ficção, um tema denso, complexo, problemático e, que, por essa mesma razão, se mostra extremamente convidativo para o debate teórico. Assim, esperamos que este trabalho, mesmo sem ter dado ainda uma resposta satisfatória, contribua para que se amplie cada vez mais a discussão acerca de uma pergunta que pode motivar longas e longevas pesquisas: o que faz da ficção uma ficção?



Referências

Aristóteles. Arte Poética, Tradução de Pietro Nasseti, São Paulo, Martin Claret, 2006.

Bally, Charles. Traité de Stylistique Française, vol I, 3ª ed, Gêneve/Paris, s. e., 1951.

Charaudeau, Patrick. Visées discursives, genres situationnels et construction textuelle. In : Analyse des discours: types et genres. Toulouse: Éd. Universitaires du Sud, 2001. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Visees-discursives-genres,83.html>. Acesso em 23 jan. 2014.

Charaudeau, Patrick Le contrat de communication dans une perspective langagière: contraintes psychosociales et contraintes discursives. In: Bromberg M.; Trognon, A. (dir.) Psychologie sociale et communication. Paris: Dunod, 2004. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Le-contrat-de-communication-dans,89.html>. Acesso em 15 abr. 2013.

Charaudeau, Patrick. Discurso político, Tradução de Dílson F. da Cruz e Fabiana Komesu, São Paulo, Contexto, 2006.

Charaudeau, Patrick. Grammaire du sens et de l'expression, Paris, Hachette, 1992.

Charaudeau, Patrick. Langage et discours, Paris, Hachette, 1983.

Costa, Cláudio Manoel da. Vila Rica, Ouro Preto, Typographia do Universal, 1839.

Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?order=DESC&rpp=10&sort_by=score&page=2&group_by=none&etal=0&view=listing&fq=claudio%20manoel%20da%20costa&fq=vila%20rica. Acesso em 22 mar. 2011.

Maingueneau, Dominique. Estilística. In: Charaudeau; Patrick. Maingueneau, Dominique (orgs). Dicionário de Análise do Discurso. Tradução coordenada por Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004. pp. 216-218

Mendes, Emília. Ficcionalidade e estilo: algumas considerações do ponto de vista da análise do discurso. In: Peres, Ana Maria Clark; Peixoto, Sérgio Alves; Oliveira, Silvana Maria Pessoa (orgs). O estilo na contemporaneidade. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2008. pp. 191-201.

Mendes, Emília. Contribuições ao estudo do conceito de ficcionalidade e de suas configurações discursivas, 2004, 250 f. (Tese de doutorado em Estudos Linguísticos) Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Pavel, Thomas. Fictional Worlds, Harvard, Harvard University Press, 1989.

Peytard, Jean. La place et le statut du "lecteur" dans l'ensemble "public". Semen, nº 1, p. 1-22, 1983. Disponível em: <http://Semen.Revues.Org/4231>. Acesso em 17 out. 2014.

Ricoeur, Paul. Temps et récit: l'intrigue et le récit historique, vol I, Paris, Seuil, 1983.

Saramago, José. A jangada de pedra, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Searle, John. Expression and meaning: studies in the Theory of Speech Acts, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

Veneroso, Maria do Carmo de Freitas. O estilo como traço do artista. In: Peres, Ana Maria Clark; Peixoto, Sérgio Alves; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessoa (orgs). O estilo na contemporaneidade. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2008. pp. 143-152.

Submissão: setembro de 2017

Aceite: novembro de 2019



O IMPERATIVO GRAMATICAL EM GIBIS DA TURMA DA MÔNICA: UM ESTUDO EM TEMPO REAL

THE GRAMMATICAL IMPERATIVE IN TURMA DA MÔNICA'S COMIC BOOKS: A REAL-TIME STUDY

ALUIZA ALVES ARAÚJO

aluizazinha@hotmail.com

Universidade Estadual do Ceará

ANNA KESYA FERREIRA LIMA

kesya1@gmail.com

Universidade Estadual do Ceará

KETHLEEN DE ALMEIDA CLAUDINO

kethleen.almeida@aluno.uece.br

Universidade Estadual do Ceará

Resumo: Este trabalho, embasado na Sociolinguística Variacionista, tem como objeto de estudo o uso do modo verbal imperativo na forma associada ao indicativo ou subjuntivo. Seu *corpus* é constituído por 23 gibis da *Turma da Mônica* e *Turma da Mônica Jovem*. Os exemplares, coletados para este estudo, abrangeram as décadas de 80, 90 e a primeira e segunda década do século XXI. O objetivo deste trabalho é verificar quais variáveis interferem no uso do imperativo, analisando o fenômeno em narrativas de quadrinhos. Após a submissão dos dados ao *software Goldvarb X*, os resultados demonstraram uma diminuição expressiva do imperativo associado ao subjuntivo e o aumento do uso do imperativo na forma indicativa através das décadas. Além disso, o entendimento de como as diferentes gerações se expressam foi apontado como influenciador do aumento do uso da forma indicativa.

Palavras-chave: Sociolinguística variacionista; Imperativo indicativo; Gibis.

Abstract: *This work is based on Variationist Sociolinguistics. It has as object of study the use of the imperative verbal mode in the form associated with the indicative or subjunctive. The corpus is made up of 23 comics of Turma da Mônica and Turma da Mônica Jovem. The comics collected for this study were published in the 1980s, 1990s and in the first and second decades of the 21st century. The objective of this work is to verify which variables interfere in the use of the imperative in these comic books. After submitting the data to the Goldvarb X software, the results demonstrated the increase of the use of the imperative in the indicative form throughout the decades. Furthermore, the understanding of how different generations express themselves was pointed out as having influence on the increase of the use associated with the indicative form.*

Keywords: *Variationist Sociolinguistics; Imperative indicative; Comic books.*

Introdução

A Sociolinguística Variacionista é baseada em três postulados definidos por (LABOV, [1972] 2008; 1978; 1994; 2001; 2003; 2010). Eles se dividem em: a) relação entre língua e sociedade; b) análise de regras variáveis a partir de fatores linguísticos e extralinguísticos; e c) minimização de



preconceito linguístico. Esses pressupostos convergem para o estudo da língua do ponto de vista empírico a partir do estudo das comunidades de fala, pois, a partir da variação, são elaborados mecanismos para compreender a vasta e complexa estrutura linguística. Labov (1978) aborda a heterogeneidade linguística como uma característica comum a todas as línguas. Segundo ele, a regra variável se configura como diferentes enunciados referentes ao mesmo estado de coisas com igual valor semântico, sendo definidas como variantes de uma mesma variável (LABOV [1972] 2008).

Embasado na Sociolinguística Variacionista, este trabalho busca analisar quais condicionamentos interferem no uso do imperativo nas revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica* e *Turma da Mônica Jovem*, tomando, como variáveis extralinguísticas para análise, a faixa etária, os personagens e a década, pois defendemos que estes grupos de fatores são os de maior relevância para o fenômeno em estudo. Além disso, nesta investigação, também comparamos os nossos resultados com os achados de Andrade, Melo e Scherre (2007), cuja proposta se assemelha a que fora delimitada por nós.

A gramática normativa do português brasileiro explica que o modo se refere às diferentes formas que o verbo pode assumir na expressão de um fato. O modo indicativo é usado para expressar certeza, exprime uma ação com precisão, uma realidade que não perpassa as margens da dúvida. O modo subjuntivo se refere a uma possibilidade, algo duvidoso e impreciso. Já o modo imperativo está relacionado à expressão de ordens, pedidos ou conselhos. O imperativo afirmativo é formado a partir de formas próprias para as segundas pessoas do singular e do plural. As outras pessoas do discurso se originam do presente do subjuntivo. Contudo, o imperativo negativo não apresenta formas que o caracterizam, sendo ele originário do presente do subjuntivo (cf. ROCHA LIMA, 2002, p. 129; CUNHA; CINTRA, 1985, p. 465).

Tratando de temática semelhante a deste estudo, encontramos o trabalho de Mendes (2015), que estudou a variação ou mudança na utilização dos modos verbais e o de Lima (2014), que abordou a existência de fatores que favorecem a realização do indicativo ou do subjuntivo em enunciados no modo imperativo. Cardoso (2006) dedicou-se a analisar e descrever o uso do imperativo no português brasileiro e sua relação com a sintaxe de negação. Borges (2005) analisou as ocorrências do modo indicativo imperativo em tirinhas publicadas em jornais paulistas. Esses trabalhos, além de abordarem a temática com foco nos modos do verbo, também possuem, como *corpus*, textos que circulam em diferentes meios de comunicação. O trabalho de Andrade, Melo e Scherre (2007) norteou as nossas primeiras hipóteses na perspectiva de mudança temporal do uso do imperativo e nos motivou no sentido de instigar a ideia de ampliação do estudo do tema. Além disso,

o trabalho das autoras traz uma metodologia replicável que se adequa ao desenho inicial do estudo que relatamos neste artigo.

Deste modo, esta pesquisa se justifica por ampliar o escopo dos estudos que analisaram o uso do imperativo na língua portuguesa, além de somar trabalhos na área da sociolinguística que se ocupam da análise da língua em narrativas, a partir de textos escritos que também se aplicam às situações reais de comunicação devido ao contexto em que são empregados. Para tanto, a metodologia consistiu na coleta e seleção dos gibis para a identificação dos exemplares, seguida da codificação e digitação das ocorrências. Logo após, os dados foram submetidos ao *software Goldvarb X*. E, por último, construímos a nossa interpretação sociolinguística dos resultados com base em seus postulados e pesquisas anteriores sobre o tema em análise.

Com o desenvolvimento desta pesquisa, procuramos responder às seguintes perguntas: (1) Quais variáveis influenciam o uso do imperativo nas revistas em quadrinho da *Turma da Mônica* e *Turma da Mônica Jovem*?; (2) Qual(is) variável(is) interferem no comportamento do imperativo associado ao indicativo nos gibis?; e (3) Comparando os resultados desta pesquisa com os que foram obtidos pelo estudo de Andrade, Melo e Scherre (2007), qual(is) aspectos relevantes são encontrados?

Para além desta introdução e das considerações finais, este trabalho está organizado em quatro seções. Na primeira seção, apresentamos algumas considerações sobre a Sociolinguística Variacionista, teoria na qual este estudo está embasado. Na segunda seção, buscamos abordar algumas pesquisas já realizadas acerca do fenômeno analisado. A terceira seção é dedicada à metodologia aplicada no estudo e a descrição do *corpus*. Por fim, na quarta seção deste trabalho, apresentamos a análise e a discussão dos resultados.

A Sociolinguística Variacionista

A Sociolinguística Variacionista incorpora pesquisas linguísticas cujo objeto principal é a variação, sendo ela um fator inerente às línguas naturais. Labov (1972; 2008; 1978; 1994; 2001; 2003; 2010) aponta em seus estudos os seguintes pressupostos da sociolinguística de vertente variacionista: a) relação entre língua e sociedade; b) análise de regras variáveis a partir de fatores linguísticos e extralinguísticos; e c) minimização de preconceito linguístico. A partir desses pressupostos, Labov lança uma nova perspectiva de análises ao considerar a vasta gama de recursos e fenômenos linguísticos ocorrentes nas comunidades de fala. O empirismo dos estudos sociolinguísticos permitiu a sistematização dos usos de diferentes fenômenos existentes nas línguas, ampliando as concepções



do pesquisador no que concerne às inúmeras possibilidades de organização do sistema linguístico.

A questão da heterogeneidade linguística tem sido fonte de debates entre linguistas e pesquisadores ao redor do mundo. Esse aspecto das línguas é debatido a partir de correntes teóricas desde meados do século XX.

Para os estruturalistas, a exemplo de Ferdinand Saussure, os sujeitos não nascem com a capacidade da linguagem. Para eles, a linguagem não seria um conjunto de regras, mas uma relação de estruturas (SAUSSURE [1915] (2008)). A aquisição da linguagem era vista como algo mecânico, condicionado de acordo com a psicologia behaviorista. No entanto, para os gerativistas, a linguagem é vista como uma capacidade inata do ser humano, o que Chomsky (1957) define como a Faculdade de Linguagem. Os gerativistas defendem que, a partir de regras gramaticais, é possível formular sentenças infinitas em uma língua sem levar em conta ou até mesmo sem a necessidade de contextos prévios para a elaboração dessas sentenças.

Situando melhor os estudos da variação abordados pela sociolinguística, temos como característica dominante o princípio da heterogeneidade. Weinreich, Labov e Herzog (2006) e Labov (1994, 2006, 2008) abordam a questão social na natureza das línguas por meio da observação dos fenômenos de variação. Tarallo (1985) ressalta que a variação linguística não acontece de forma aleatória, o que poderia remeter à ideia principal do gerativismo de Chomsky. Segundo Tarallo (1985), a variação ocorre sempre a partir de um jogo de interação entre fatores linguísticos e/ou extralinguísticos que levam ao uso de determinadas variantes. Na perspectiva da sociolinguística de orientação laboviana, o foco não está somente para os aspectos internos da língua, mas também na abordagem de sua configuração social, entendendo-a como um sistema complexo movido por distintas manifestações que podem ser analisadas nos níveis estrutural e social (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968). Acerca das modificações estruturais, Labov (2008, p. 87-88) afirma que:

[...] se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como ela funciona enquanto a estrutura muda? [...] a solução para essa questão fundamental repousa na decisão de romper com a identificação da estruturalidade com a homogeneidade. No lugar dela, propusemos que uma explicação razoável da mudança dependerá da possibilidade de descrever a diferenciação ordenada dentro da língua.

De acordo com Figueroa (1996, p. 71), quando se fala da Sociolinguística como o estudo da língua em seu contexto social, isso não deve ser interpretado de forma errônea. Os estudos sociolinguísticos de orientação laboviana não se configuram como uma teoria da fala, tampouco da análise da língua com o objetivo único de descrevê-la, e sim focaliza o estudo do uso da língua seguindo um caminho para verificar o que ela revela sobre a estrutura linguística (*langue*).

2.1 Estudos variacionistas sobre o uso do imperativo no português brasileiro

Com temática semelhante à proposta deste artigo, encontramos o trabalho de Mendes (2015), que estudou a variação ou mudança na utilização do modo imperativo e apontou a tendência de conversão do mesmo para o modo indicativo a partir da análise de textos de *blogs* produzidos por universitários. Ao finalizar sua pesquisa, Mendes concluiu que desponta, como tendência no português brasileiro, a conversão do modo verbal do imperativo para o indicativo.

Tratando do mesmo tema, Lima (2014) estudou a existência de fatores que favorecem a realização do indicativo ou do subjuntivo nos enunciados imperativos, tendo, como *corpus*, propagandas de instituições bancárias, operadoras de telefonia, cervejarias, dentre outras disponíveis na internet.

Cardoso (2006) descreveu e analisou o uso do imperativo na variedade de língua portuguesa brasileira e sua relação com a sintaxe de negação. Além disso, a autora abordou questões morfossintáticas e históricas que circundam a variação desse fenômeno. Neste estudo, Cardoso observou ocorrências do modo imperativo a partir de *corpora* já analisado constituído por diálogos da fala e da escrita. Os dados foram compostos de análise de discurso falado, análise de dados de histórias em quadrinhos da *Turma da Mônica*, análise de dados de língua falada em Salvador e dados de língua escrita de José J. Veiga. A partir deste estudo, Cardoso concluiu que o uso do modo imperativo gramatical apresenta variação entre as formas do imperativo verdadeiro e do imperativo substituto. A autora também aponta para a interferência dos fatores linguísticos e extralinguísticos nesse processo a partir dos percentuais revelados na análise quantitativa.

Borges (2005) analisou tirinhas publicadas em jornais paulistas e verificou ocorrências expressivas do modo indicativo imperativo, constatando que fatores, tais como a presença de verbos no singular/plural e a existência de clíticos podem ser determinantes no momento da escolha da forma imperativa.

Para estabelecermos comparações entre os resultados obtidos neste estudo, tomamos o trabalho de Andrade, Melo e Scherre (2007) que analisaram o uso do imperativo relacionado ao modo indicativo e subjuntivo em gibis da *Turma da Mônica*. As autoras apontam que as orações no imperativo do português brasileiro falado ou escrito evidenciam processos de variação que não seguem a norma padrão da língua por conta da possibilidade de alternância entre as formas do imperativo em contextos sociais isolados do uso do pronome *você*, fato ocorrido nos discursos dos



personagens da revista do cartunista e escritor Maurício de Sousa.

Andrade, Melo e Scherre (2007) defendem que os personagens da *Turma da Mônica* são representantes da fala real brasileira, no caso, a da região sudeste, onde o escritor Maurício de Sousa e sua equipe se localizam e, que guardando as devidas proporções entre a fala e a escrita, esses personagens são exemplares de informantes válidos, pois são sujeitos "semelhantes aos encontrados na vida real" (PAGOTTO, 2004, p. 102 *apud* ANDRADE; MELO; SCHERRE, 2007, p. 6).

Após esse breve apanhado acerca de alguns trabalhos que estudam a forma imperativa na língua portuguesa do Brasil, vimos que esta é uma temática que pode ser trabalhada de diversas maneiras a partir da perspectiva da sociolinguística variacionista com diferentes tipos de *corpora*, trazendo contribuições importantes a respeito do entendimento do que a estrutura linguística pode nos revelar, quando fenômenos como esse, sobre o qual nos debruçamos, são analisados sob o viés sociolinguístico.

Metodologia

Para este estudo, coletamos revistas da *Turma da Mônica*, publicadas a partir de 1980, e da *Turma da Mônica Jovem*, publicadas a partir de 2010 em diante. Após essa coleta, analisamos um total de 23 gibis para a verificação do fenômeno do uso do imperativo nos respectivos exemplares. As revistas da *Turma da Mônica Jovem* constituem uma linha atualizada de gibis da *Turma da Mônica* em estilo Mangá¹³. Nesta nova versão, os personagens são adolescentes e possuem um estilo diferente, se comparados às edições infantis. A edição Número Zero desta temporada foi lançada em agosto de 2008 para colecionadores com posterior lançamento da edição Número Um para o público em geral.

Mollica (2003) explica que o termo variável dependente é utilizado para o entendimento de que o uso das variantes constituintes dessa variável “não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural” (MOLLICA, 2003, p. 11). A nossa variável dependente é o uso do imperativo associado ao indicativo nas revistas da *Turma da Mônica* e *Turma da Mônica Jovem*.

Quanto às variáveis independentes, elencamos, para este trabalho, os seguintes grupos de fatores extralinguísticos, a saber: faixa etária, personagens e década. Quanto à faixa etária,

¹³ Mangás são histórias em quadrinho típicas do Japão. Eles são desenhados em preto e branco, e têm traços característicos, como personagens com olhos grandes e expressivos.



trabalhamos com dois grupos: os gibis da *Turma da Mônica* com os personagens ainda criança, que são os tradicionais e os gibis com eles na fase adolescente, lançados desde 2010 com um estilo diferente dos gibis tradicionais.

Os gibis da *Turma da Mônica Jovem* vêm em estilo mangá e tratam de assunto envolvendo internet, jogos e filmes. Com relação aos personagens, analisamos 12 ao todo. Eles foram organizados pelas falas individuais de cada um e distribuídos em macrogrupos, divididos em personagens rurais, personagens urbanos e outros personagens. O fator intitulado personagens rurais englobava “Chico Bento” e “Demais personagens da área rural”. Já o macrogrupo de personagens urbanos é constituído por “Mônica”, “Cebolinha”, “Cascão”, “Magali” e “Demais personagens da área urbana”. Quanto aos outros personagens, temos, ainda, os seguintes: “Virtuais” (que incluem robôs e computadores falantes), “Indígenas” (os personagens da turma do Papa-Capim), “Pré-históricos” (o personagem Piteco e sua turma e os dinossauros), “Animais” (os animais de estimação da turma e os da fazenda) e “Inanimados” (placas e sinais estáticos). E finalmente, as décadas foram separadas em quatro grupos: os anos de 1980, 1990, 2000 e 2010. Os gibis foram separados por décadas, mas os da turma jovem só começaram a ser lançados a partir dos anos 2000, logo só podemos categorizar os dados de 2000 até 2010 para a *Turma da Mônica Jovem*.

O *software Goldvarb X* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) foi utilizado para a realização das análises estatísticas. O *Goldvarb X* é uma adaptação do VARBRUL (cf. PINTZUK, 1988) para ambiente virtual *Windows*. Tal recurso computacional permite ao pesquisador identificar, dentre outras atribuições, as variáveis de maior relevância para a regra variável analisada.

A utilização do *Goldvarb X* possibilitou que observássemos as ocorrências relativas ao uso do imperativo e seu uso através das décadas, para que pudéssemos estabelecer comparações com os dados encontrados nos trabalhos de Andrade, Melo e Scherre (2007) que trabalharam apenas com as revistas da *Turma da Mônica* em sua edição infantil. A partir das rodadas na ferramenta estatística, também, foi possível observar o uso do imperativo pelos personagens e suas oscilações entre a turma criança e jovem.

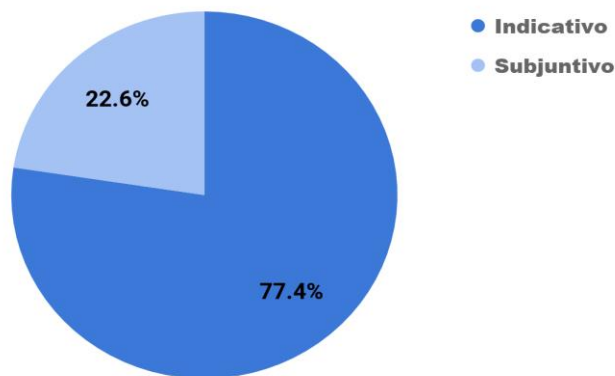
Análise dos dados

A presente pesquisa gerou um total de 1027 dados a partir da análise de 23 gibis. Diferentemente de Andrade, Melo e Scherre (2007), que usaram gibis das décadas de 70, 80, 90 e a primeira década do século XXI, foram usados gibis dos anos 2010 em diante, porém os da década de 70 não fizeram

parte do *corpus* da nossa pesquisa. Desse modo, o período de análise feito no presente trabalho abrange as décadas de 80, 90, e a primeira e a segunda década do século XXI.

O primeiro olhar lançado aos dados foi com relação à porcentagem do uso do imperativo relacionado às duas variantes (indicativo e subjuntivo), como mostra o Gráfico 1.

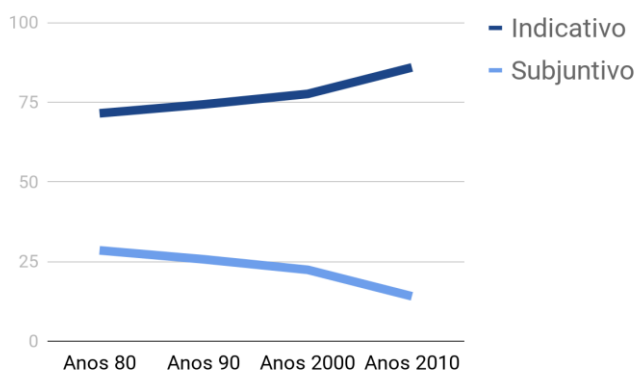
Gráfico 1 - Porcentagem do uso do imperativo relacionado ao indicativo e ao subjuntivo nas revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica* e *Turma da Mônica Jovem*



Fonte: Elaborado pelas autoras.

No Gráfico 1, podemos observar que o uso do imperativo associado ao indicativo foi expressivamente maior, contabilizando um total de 77,4% das ocorrências catalogadas (de 1.027 dados, 795 representaram a forma associada ao indicativo). Andrade, Melo e Scherre (2007) também apontaram para esse gradual aumento do uso da variante, afirmando que esse fenômeno “se configura [...] como mudança em progresso” (p. 2). Tal mudança ocorreria em um intervalo de uma geração para outra. Outra constatação de Andrade, Melo e Scherre (2007) foi o aumento do uso do imperativo associado à forma indicativa no decorrer das décadas, fato também encontrado no nosso trabalho. O uso da forma associada ao subjuntivo foi claramente sendo deixada de lado, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Uso do imperativo através das décadas nas revistas em quadrinho da *Turma da Mônica* e *Turma da Mônica Jovem*



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Desde os anos 80, o uso da forma associada ao subjuntivo vem caindo em desuso, porém a queda da forma é ainda maior depois dos anos 2000, culminando na ascensão da forma indicativa. O percentual de uso da forma subjuntiva caiu de 28,5 %, nos anos 80, para 14,1 nos anos 2010. Em contrapartida, o percentual de uso da forma indicativa teve uma elevação de 71,5%, nos anos 80, para 85,9%, em 2010, um aumento de quase 14 pontos percentuais. Em termos labovianos, essa variação pode ser caracterizada por uma mudança em progresso, que é um processo de variação que se aproxima de uma consolidação de uma dada variante identificada. Assim, a região sudeste - onde os gibis são publicados - pode vir a observar o apagamento da forma do imperativo associada ao subjuntivo, visto que essa variação já se encontra na escrita, que diferentemente da fala, passa por mudanças mais lentas.

Para encontrar as variáveis mais relevantes do estudo, rodamos os dados coletados no programa *GoldVarb X*. O grupo selecionado foi justamente o da variável independente "décadas", ou seja, o período histórico em que os gibis foram publicados. Os resultados podem ser vistos na Tabela 1.

Tabela 1 – Uso do imperativo associado ao indicativo através das décadas nas revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica*

DÉCADAS	APLICA/TOTAL	%	PESO RELATIVO
1980	191/267	71,5	0,417
1990	84/113	74,3	0,452

2000	337/434	77,6	0,497
2010	183/213	85,9	0,634

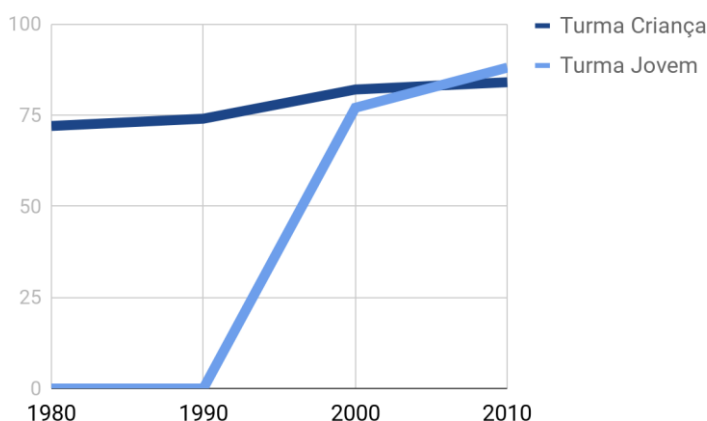
INPUT: 0.779

SIGNIFICANCE 0.003

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A Tabela 1 mostra, como já relatado, que o uso do imperativo associado ao indicativo vem aumentando no decorrer das décadas, mais ainda na década de 2010. O peso relativo foi o único relevante das quatro décadas (0.634). Como Meyerhoff (2006, p. 297) explica, o peso relativo (weighting) “[e]xpressa a probabilidade ou chances de que uma variante ocorrerá em um dado ambiente linguístico ou extralinguístico”¹⁴. Nas décadas anteriores, os pesos relativos tiveram mudanças pequenas, ficando sempre na casa do 0.400 (0.417 em 1980, 0.452 em 1990 e 0.497 em 2000). Comparando os resultados de Andrade, Melo e Scherre (2007) com os da nossa pesquisa - um dos objetivos desse trabalho - o Gráfico 3 mostra os achados das duas pesquisas entre as décadas de 70 e os anos 2010.

Gráfico 3 - O imperativo associado à forma indicativa no estudo de Andrade, Melo e Scherre (2007) e na nossa pesquisa



Fonte: Elaborado pelas autoras.

As revistas usadas na análise da nossa pesquisa foram publicadas em um intervalo de 32 anos (de 1981 a 2013). Em cada década, observamos a seguinte porcentagem: 71.5% em 1980; 74.3% em

¹⁴ Todas as traduções não referenciadas são de autoria nossa.

Texto fonte: “Expresses the probability or likelihood with which a variant will occur in a given linguistic environment or with a given non-linguistic factor.”

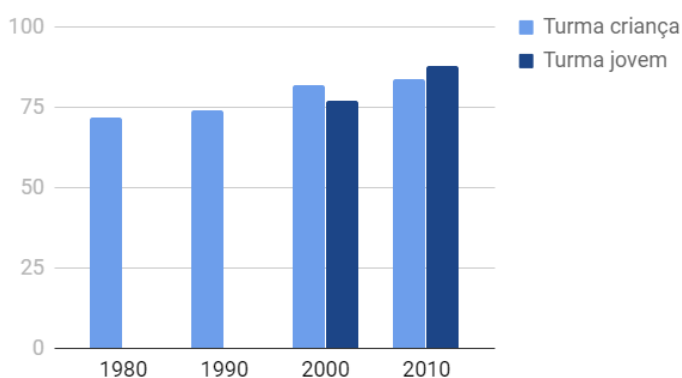
1990; 77.6% nos anos 2000; e 85.9% nos anos 2010. Já Andrade, Melo e Scherre (2007), em um intervalo de 35 anos (de 1970 a 2005), obtiveram o resultado de “7% na década de 70; 51% na década de 80; 57% na década de 90 do século XX; e 72% na década de 00 do século XXI” (p. 2). Nesse contraponto, mostrado no Gráfico 3, notamos haver um aumento do uso da forma associada ao indicativo em ambas as pesquisas, porém as frequências de uso foram visivelmente mais elevadas no nosso estudo. É importante citar que as autoras usaram como *corpus* 172 revistas (3632 dados) e, entre elas, 111 (64%) eram dos anos 2000 até 2005, enquanto nosso *corpus* foi formado por 23 gibis de 15 (65%), pertencentes aos anos 2000 até 2013. Ou seja, o percentual de revistas analisadas deste milênio foi aproximado nos dois estudos. Com a comparação dos resultados das duas pesquisas, foi possível notar um começo de uma “mudança em progresso”, segundo Labov (1981), do uso do imperativo, sendo agora a forma associada ao indicativo a mais frequente.

É interessante notar que existe uma diferença, também na faixa etária das revistinhas, não abordada por Andrade, Melo e Scherre (2007). Desde 2008, vêm sendo lançadas as revistinhas da *Turma da Mônica Jovem*, uma versão atualizada e direcionada para uma nova geração (*Millennials*). As temáticas levantadas nessa versão são relacionadas à internet, jogos, *animes*¹⁵ e vários outros elementos da cultura *pop*. Além disso, há mudanças significativas nas características dos personagens, por exemplo: Cebolinha agora não apresenta dislalia - sua icônica troca do “r” pelo “l” - apenas a demonstra quando está nervoso; Chico Bento não fala mais o “caipirês” das revistinhas da turma criança, agora o personagem domina a variedade culta da língua portuguesa falada nas grandes metrópoles e está indo para a faculdade na cidade grande, porém também demonstra traços da variedade rural, quando está nervoso; e Cascão incorpora um garoto descolado que fala gírias relacionadas à internet, jogos e *animes*. Essas mudanças trouxeram significativas alterações nas falas da *Turma da Mônica Jovem*, mudanças essas que espelham o falar dos jovens da geração conectada.

O Gráfico 4 demonstra essa diferença da fala das crianças e dos jovens nos gibis. No entanto, essa comparação só pode acontecer entre as décadas de 2000 e 2010 pelo fato de os gibis da *Turma da Mônica Jovem* terem sido publicados apenas a partir dos anos 2008.

Gráfico 4 - Relação entre faixa etária e décadas no uso do imperativo associado ao indicativo nas revistinhas em quadrinhos da *Turma da Mônica* e *Turma da Mônica Jovem*

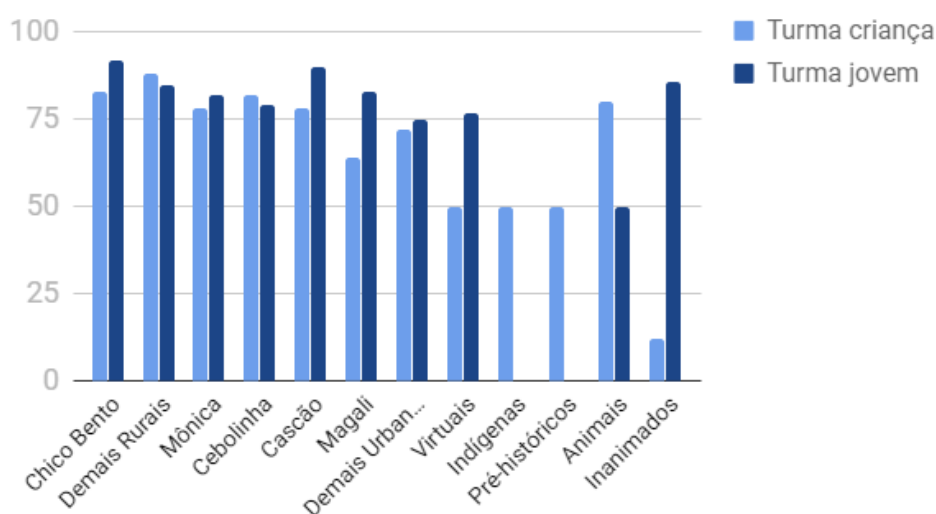
¹⁵ Animes são desenhos animados japoneses.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

O uso do imperativo gramatical associado ao indicativo nas décadas de 2000 e 2010 aconteceu quase na mesma proporção para as duas faixas etárias, havendo um pequeno aumento da variante de uma década para outra. Além disso, é interessante notar que o crescimento foi mais notável na turma jovem do que nos gibis da turma criança. Os gibis da *Turma da Mônica Jovem* tiveram um aumento de 77% de uso da forma indicativa em 2000 para 88% em 2010. No entanto, quando observamos a fala de cada personagem isoladamente, como mostra o Gráfico 5, a variável faixa etária apresenta frequências favoráveis tanto para a turma criança como para a turma jovem.

Gráfico 5 - Relação da faixa etária das personagens pelo uso do imperativo associado ao indicativo



Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Gráfico 5 mostra a oscilação do uso do imperativo, com alguns personagens, utilizando mais a forma associada ao indicativo quando criança e outros quando jovem. Nos gibis da turma criança, os personagens que mais fazem uso da forma indicativa são Chico Bento (83%) e os demais personagens da zona rural (88%). Já na *Turma da Mônica Jovem*, Chico Bento continua com um alto uso do imperativo no modo indicativo (92%), seguido por Cascão (90%). Porém, a maioria dos personagens - tanto na turma criança quanto na turma jovem - teve mais de 50% de uso da forma indicativa, o que nos leva a concluir que a variável “faixa etária” não foi um fator que proporcionou variação. Mesmo assim, o gráfico detalha a alta porcentagem da forma imperativa para todos os personagens, salvo os Inanimados nos gibis da *Turma da Mônica* e os Indígenas e os Pré-históricos na *Turma da Mônica Jovem*.

Outra questão levantada por Andrade, Melo e Scherre (2007) é que os personagens da Turma do Chico Bento possuem mais traços da oralidade em seu vocabulário, porém as autoras constataram que até mesmo a análise feita sem considerar Chico Bento e os personagens rurais mostra-se favorável ao uso da variável no indicativo. Elas acrescentam que o fim do regime ditatorial no Brasil pode ter sido um fator determinante, para que a língua possa ter ficado com mais marcas da oralidade, fruto de um período de maior liberdade de expressão desfrutado pelos brasileiros. Sobre as influências de acontecimentos históricos, as autoras afirmam que é importante notar que “as línguas são também analisadas como forma de comportamento cultural, se relacionam com as predisposições culturais das pessoas que as falam (e/ou as escrevem) e que com elas se identificam” (p. 5). Para Andrade, Melo e Scherre (2007), as formas imperativas associadas ao indicativo não demonstrariam uma força tão autoritária quanto à forma subjuntiva.

Podemos imaginar que a variante mais conservadora (associada ao subjuntivo) seja deixada de lado, já que vivemos em um tempo de maior liberdade de expressão, onde há aumento significativo da quantidade de textos escritos produzidos decorrente da comunicação pela internet.

Para compreender essa tendência, é preciso pensar no contexto atual da sociedade brasileira. A geração atual, os *Millennials*, são uma geração mais conectada e com aversão a barreiras e autoritarismo. Segundo Howe e Strauss (2000), que cunharam o termo, os *Millennials* são uma geração que nasceu a partir de 1982, essa geração seria mais numerosa, educada e etnicamente mais diversa que a geração X, sua antecessora. Howe e Strauss também afirmam que os *Millennials* seriam mais otimistas e engajados. Além disso, graças à internet, notícias globais e fronteiras nacionais porosas, eles estão se tornando a primeira geração que cresceu se considerando global. E eles

reforçam que a internet tem dado aos jovens uma voz independente e alcance mundial, inimagináveis há somente uma década atrás.

Outra bandeira defendida por Howe e Strauss (2000) é que a cultura *pop* é a prioridade número um daqueles ansiosos para proteger os ideais dos *Millennials*. Storey (2009) expõe que cultura popular ou cultura *pop* é vista e definida sempre em contraste com outros tipos de cultura (cultura folclórica, cultura dominante etc.), porém, para Storey, o termo cultura *pop* é uma categoria conceitual vazia, podendo ser preenchida por várias vertentes, ou seja, é um termo com várias definições. O autor caracteriza seis definições de cultura *pop*, levando em conta as diferentes definições de cultura e de ideologia. No entanto, o presente trabalho utiliza a definição de "cultura comercial produzida em massa", considerada por nós como mais apropriada para os propósitos deste estudo. (STOREY, 2009, p. 22).

No caso dos gibis da *Turma da Mônica*, é notável a influência da cultura *pop* e da internet, fato primordial para falar da língua dos jovens *Millennials*. A Figura 1 é um exemplo dessa identidade cultural.

Fig. 1 - Revistinha *Avaturma* de 2011



Fonte: Sousa (2011, p. 14)

A Figura 1 mostra a revistinha chamada *Avaturma*, uma referência ao *blockbuster*, isto é, filme de grande sucesso norte-americano, *Avatar*, de James Cameron. O filme estaria inserido na cultura *pop* por ser uma obra feita para atingir vários públicos em todo o mundo, além de ter sido um fenômeno de bilheteria. Na Figura, notamos o uso de palavras que remetem ao meio digital, como “conecta aí” (imperativo associado ao indicativo), e o uso de abreviação típicas do meio digital como “blz!”. Os gibis, como um produto que precisa da empatia do público para ser vendido, necessitam



representar a fala desses jovens *Millennials*, para que estes se identifiquem com os personagens e comprem as revistinhas. A linguagem familiar da internet e o conteúdo referente a produtos da cultura *pop* representados nos gibis podem nos mostrar como esses jovens estão se comunicando hoje em dia.

Considerações Finais

Neste trabalho, desenvolvido sob o viés da Sociolinguística Variacionista, com base em um *corpus* constituído por 23 gibis da *Turma da Mônica* e *Turma da Mônica Jovem*, observamos as variáveis que interferem no comportamento do imperativo nestas revistas em quadrinhos e também comparamos os resultados obtidos com os achados de outro estudo, cuja proposta se assemelha a que fora delimitada por nós neste estudo.

Dentre os resultados desta pesquisa, apontamos primeiramente para o aumento do uso do imperativo associado à forma indicativa, ocorrendo em grande número, principalmente, quando comparamos seu uso de uma geração para a outra. As rodadas no programa *GoldVarb X* mostraram que a variável décadas foi a principal responsável para que essa mudança em processo ocorresse. Assim, o comportamento mais conectado e liberal da geração *Millennial* foi apontado como causa do crescente uso da forma indicativa.

Com esses resultados, concluímos que as variáveis controladas neste estudo trouxeram achados capazes de responder os nossos questionamentos iniciais. A prevalência da forma indicativa no imperativo nos mostra a dinamicidade das línguas, demonstrando a alteração na frequência de uso de uma forma para a outra ao longo dos anos.



Referências

- ANDRADE, Carolina Queiroz; MELO, Fernanda Gláucia de Moura; SCHERRE, Maria Marta Pereira. História e variação lingüística: um estudo em tempo real do imperativo gramatical em revista em quadrinhos da Turma da Mônica. In: *Jornal de Letras da UniCEUB*. Brasília, Ano 3 – número 1 – Agosto de 2007a.
- BORGES, Poliana Rossi. Formas imperativas em tiras de jornais paulistas. *Estudos Lingüísticos XXXIV*. São Paulo. 2005, p. 738-743.
- CARDOSO, Daisy Bárbara Borges. O imperativo gramatical no português brasileiro. *Estudos Lingüísticos*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, jun./dez, 2006, p. 317-340.
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. Paris: Mouton Publishers, 1957.
- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FIGUEROA, Ester. *Sociolinguistic metatheory*. Oxford: Pergamon, 1996.
- HOWE, Neil; STRAUSS, William. *Millennials rising: the next great generation*. New York: Vintage books, 2000.
- GUY, Gregory; ZILLES, Ana Maria Stahl. *Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Editora Parábola, 2007.
- LABOV, William. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. *Sociolinguistic Working Papers*, n. 44, p. 1-16, 1978.
- _____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- _____. Quantitative Reasoning in Linguistics. Available, 2008. Disponível em: <<http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/Papers?QRL.pdf>>. Acesso em 30 ago. 2018.
- _____. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MENDES, Glaydson Dias. *O imperativo na escrita do português brasileiro: variação ou mudança?* 2015. 31 f., il. Monografia (Licenciatura em Letras Português) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- LIMA, Geovane Maciel. *O modo imperativo em propagandas: um caso de variação lingüística*. 2014. 59 p. Monografia Letras – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014.
- MEYERHOFF, Miriam. *Introducing Sociolinguistics*. Routledge: London and New York, 2006.
- MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 9-14.
- PINTZUK, Susan. *Programas VARBRUL*. Rio de Janeiro-RJ, UFRJ, 1988.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 147-177.
- SOUSA, Maurício. *Turma da Mônica: clássico do cinema*, Avatura. São Paulo: Panini Brasil LTDA, n. 24, 2011.
- STORY, John. *Cultural theory and popular culture: an introduction*. New York: Pearson Longman, 2009.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002 [1972].



SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. *Goldvarb X: A multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2008 [1915].

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *I Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Submissão: agosto de 2018

Aceite: novembro de 2019

LETRAMENTOS ACADÊMICOS NA ÁREA DA ENGENHARIA: DISCUSSÕES EM
CONTEXTO DE APRENDIZAGEM ATIVA NO ENSINO SUPERIOR

*ACADEMIC LITERACY IN THE ENGINEERING FIELD: DISCUSSIONS IN THE CONTEXT OF
ACTIVE LEARNING IN HIGHER EDUCATION*

THAIS DE SOUZA SCHLICHTING

thais_schlichting@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Inovações tecnológicas e reflexos da globalização têm, historicamente, refletido em distintas esferas sociais, modificando os modos de (inter)agir em sociedade, especialmente no mundo do trabalho. O domínio da linguagem verbal, então, passa a figurar um importante papel em diferentes profissões que, em outros momentos históricos, não encontravam essa demanda. Nesse contexto, este artigo objetiva discutir como se constituem práticas de leitura, escrita e oralidade na formação acadêmica em contexto de aprendizagem ativa em Engenharia. Para tanto, são analisadas entrevistas realizadas com estudantes e professores do Mestrado Integrado em Engenharia e Gestão Industrial (MIEGI) da Universidade do Minho, que tem parte de seu currículo organizado por projetos. Os dados são analisados sob as teorias do Círculo de Bakhtin, dos Novos Estudos do Letramento e da Aprendizagem Ativa. As análises sinalizam que currículos pautados em metodologias ativas oportunizam práticas de letramento acadêmico de forma integrada às práticas de linguagem características do mundo profissional.

Palavras-chave: Letramento acadêmico; Aprendizagem ativa; Ensino superior.

Abstract: *Technological innovations and reflections of globalization have historically been reflected in different social spheres, modifying the modes of (inter)acting in society, especially in the world of work. The domain of verbal language, then, came to play an important role in different professions that, in other historical moments, did not meet this demand. In this context, this article aims to discuss how Reading, writing orality practices are constituted in the academic formation in the context of active learning in Engineering. For that, we analyze interviews with students and professors of the Integrated Masters in Engineering and Industrial Management (MIEGI) of the University of Minho, which has part of its curriculum organized by projects. The data are analyzed under Bakhtin Circle theories, New Studies of Literacy and Active Learning theories. The analyzes indicate that curricula based on active methodologies undertake academic literacy practices in an integrated way to the language practices characteristic of the professional world.*

Keywords: *Academic writing; Active learning; Higher education.*

Introdução

As inovações tecnológicas, a evolução da Internet e os reflexos da globalização incidem diretamente nas práticas de linguagem como são empreendidas atualmente, os modos de interação com sujeitos e textos foram modificados a partir dessas inovações, pois as mudanças contemporâneas são “antes de tudo, transformações de comunicação e de construção de sentidos. A linguagem é

essencial na determinação de mudanças na vida e nas experiências que fazemos. Ao mesmo tempo, ela é afetada e transformada por essas mudanças” (BARTON; LEE, 2015, p. 13). A linguagem, então, tem um papel dialógico nas mudanças relacionadas à tecnologia: enquanto é parte constituinte das relações sociais e construções de sentido, também sofre modificações decorrentes dessas mudanças.

Os reflexos das transformações alcançam as mais distintas “esferas sociais” (BAKHTIN, 2003), isto é, as mudanças sociais podem ser sentidas em distintos âmbitos dos quais participamos. Um dos meios que recebe esses reflexos é a esfera profissional, pois mudanças na sociedade vão resultar na demanda por profissionais com características diferentes e capazes de responder a essas novas demandas. A engenharia está inserida nessa série de transformações, pois, em decorrência dos processos de informatização e dos reflexos da globalização, a representação social do engenheiro vem sofrendo modificações. Para além das capacidades das áreas exatas, já características do fazer profissional em engenharia, pesquisas mostram que, atualmente, o profissional dessa área se defronta com a necessidade de ser inovador, empreendedor e atuar em distintas práticas de linguagem (cf. FISCHER; HEINIG, 2014).

Sob esse aspecto, vale refletir sobre as formas como a formação acadêmica pode (re)pensar o seu currículo de modo a atender essas demandas sociais. Como instituições de ensino superior podem formar acadêmicos de engenharia para atuar em práticas de linguagem características dos mundos acadêmico e profissional?

Uma possível resposta a essa pergunta é encontrada com respaldo nas metodologias de aprendizagem ativa ou metodologias ativas de aprendizagem (como projetos integradores e resolução de problemas). Estas são consideradas inovadoras, no sentido de constituírem currículos com uma maior articulação entre as disciplinas, integrando os conhecimentos e possibilitando uma aplicação prática dos saberes empreendidos na formação acadêmica em diálogo com a formação profissional.

Inserido nesse contexto, este artigo é guiado pelo objetivo de discutir como se constituem práticas de leitura, escrita e oralidade na formação acadêmica em contexto de aprendizagem ativa em engenharia. Para tanto, analisamos entrevistas realizadas com estudantes e professores do 7.º semestre do Mestrado Integrado de Engenharia e Gestão Industrial (MIEGI) da Universidade do Minho (Portugal). Conforme discutimos mais adiante neste artigo, o MIEGI tem parte de seu currículo pautado em projetos e, de forma articulada, empreende práticas de linguagem características das formações acadêmica e profissional.

Após esta breve introdução, o artigo se estrutura da seguinte forma: na segunda seção, são apresentados os desenhos metodológicos da pesquisa, bem como uma breve discussão acerca das

metodologias ativas e como são desempenhadas no contexto ora estudado. Em seguida, são analisados e discutidos os dados relativos aos processos de inserção de acadêmicos de engenharia no mundo dos letramentos acadêmicos em associação com os letramentos do mundo profissional durante a formação acadêmica. Por fim, são expostas as considerações acerca da relação entre os letramentos acadêmicos e as inovações curriculares desencadeadas pelas transformações e demandas sociais relacionadas à tecnologia e à globalização.

Acordos metodológicos e o contexto curricular do MIEGI

Em resposta às orientações expressas no Tratado de Bolonha (atual Espaço Europeu de Ensino Superior), o currículo do MIEGI, contexto ora discutido, organiza-se por projetos pautados na aprendizagem ativa, de forma a aproximar as formações acadêmica e profissional dos estudantes.

No contexto estudado, os projetos são desenvolvidos em três momentos do curso: um no primeiro ano e dois no quarto ano. Cada projeto tem um objetivo e é articulado de uma maneira específica para aproximar as formações acadêmica e profissional, a saber:

- (i) O projeto do 1.º semestre intenta que os estudantes, divididos em equipes, realizem a construção de um protótipo de algum produto para a solução de um problema demandado à área de engenharia;
- (ii) no 7.º semestre, o segundo projeto é empreendido de forma que os acadêmicos, em equipes, sejam inseridos em empresas para atuarem durante um período de estágio, no qual propõem soluções a problemas encontrados na empresa;
- (iii) já o terceiro projeto, no 8.º semestre, retoma a construção de produtos, de uma forma mais aprofundada, levando em consideração soluções e materiais disponíveis no mercado (LIMA *et al*, 2011).

Os projetos propostos no MIEGI são orientados sob a ótica do PBL (*Project Based Learning*) que, segundo Powell e Weenk (2003, p. 28), trata-se de uma metodologia ativa e colaborativa, “capaz de melhorar o processo de ensino-aprendizagem, numa articulação direta entre a teoria e a prática, através de um projeto que culmina com a apresentação de uma solução para um problema relacionado com uma situação real/profissional”.

Os estudantes se deparam, assim, com situações nas quais precisam assumir um papel ativo no desenvolvimento das atividades do projeto e propor soluções a problemas encontrados, participar de atividades características dessa metodologia e, nesse sentido, de práticas de linguagem que integram o projeto tanto na academia quanto na esfera profissional.



Durante os projetos, são produzidos diferentes “gêneros discursivos” (BAKHTIN, 2003) escritos e orais, característicos do âmbito acadêmico, conforme relacionado abaixo:

(i) No 1.º semestre, os acadêmicos têm como desafio a produção de um relatório, no qual precisam fundamentar e defender suas escolhas. O relatório é avaliado e recebe *feedback* de todos os professores envolvidos no projeto (FISCHER, 2012). Além do relatório escrito, os acadêmicos precisam fazer exposições orais em distintos momentos do projeto, nas quais apresentam aos professores o andamento de seus trabalhos;

(ii) Já no 7.º semestre, os estudantes precisam produzir um artigo científico no qual têm como desafio um texto mais sintético e analítico sobre os problemas encontrados e as soluções propostas. Paralelamente, devem produzir semanalmente material para um *blog*, fechado à comunidade acadêmica do MIEGI, acerca de aspectos que não sejam abordados no artigo. Há a demanda de que esse conteúdo do blog tenha caráter científico, quase nos moldes de um relatório. Precisam empreender, ainda, exposições orais em, pelo menos, três momentos do projeto (SCHLICHTING, 2016);

(iii) O desenvolvimento do último projeto, no 8.º semestre, é apresentado por meio do trabalho de conclusão de mestrado dos acadêmicos (LIMA *et al.*, 2011).

Neste artigo, são analisadas entrevistas¹⁶ gravadas em áudio e posteriormente transcritas¹⁷ realizadas com professores e estudantes do 7.º semestre do MIEGI, portanto inseridos no segundo projeto. Todos os participantes são referidos neste trabalho por pseudônimos escolhidos a partir da inicial de seu nome. Com os acadêmicos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que, segundo Bogdan e Biklen (1994), permitem que o entrevistador conduza a conversa, mas que o entrevistado esteja à vontade para desenvolver suas propostas.

Com os professores, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, individuais, também gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Essa escolha pelas entrevistas individuais se deu por conta das agendas dos docentes na ocasião da geração dos dados, bem como porque cada professor empreende seu trabalho com as práticas de linguagem nos projetos em engenharia de forma diferente.

Para a pesquisa de modo mais amplo, foram realizadas cinco entrevistas: duas com grupos de acadêmicos e três com docentes da UMinho. Neste trabalho, são discutidos discursos provenientes de

¹⁶ O Projeto não foi submetido à Aprovação Ética, pois à época de geração dos dados, não havia a exigência às pesquisas que não fossem da área da saúde por parte das Universidades envolvidas.

¹⁷ As normas de transcrição foram baseadas naquelas apresentadas por Marcuschi (1986): ((? seg.)) indica marcação de micropausa, (()) indica comentário do pesquisador, [...] indica que parte da fala foi omitida, “*éé*” indica prolongamento de som precedente, MAIÚSCULA indica ênfase.



ambas as entrevistas realizadas com os alunos e de uma das entrevistas com docente. Esse recorte se deu para que pudesse focalizar dados acerca da inserção e atuação dos acadêmicos em práticas de leitura, escrita e oralidade, bem como da organização dessas práticas de linguagem no âmbito dos projetos do MIEGI

No que diz respeito aos participantes da pesquisa, discutimos a entrevista realizada com o professor Ramon, que atua no MIEGI desde 2003/2004 e, à época da coleta de dados, atuava como professor e tutor com os acadêmicos no projeto. Já os estudantes participantes da pesquisa fazem parte de dois grupos entrevistados: Guilherme, Jean e Cecília (grupo 01) e Ágata e Maitê (grupo 02). Todos esses estudantes estiveram inseridos no MIEGI desde o 1.º semestre da graduação e estavam no 7.º semestre quando realizamos as entrevistas

As análises são de cunho interpretativo e estão ancoradas em três principais teorias: a) os Novos Estudos do Letramento, que consideram a natureza social e ideológica da linguagem; b) as diretrizes do Círculo de Bakhtin para a construção da compreensão das realidades sob estudo e das práticas de linguagem; c) as teorias de Aprendizagem Ativa, que compreendem o estudante como centro do processo de ensino e aprendizagem. As análises foram estruturadas a partir da Análise Dialógica do Discurso: partindo de pistas linguísticas, são analisados os enunciados dos sujeitos. Portanto, analisamos a palavra em sua inteireza, não apenas o que é dito, mas a forma como o discurso é construído e os sentidos que emergem dos dizeres dos participantes da pesquisa.

Letramentos acadêmicos na formação em engenharia em contexto de aprendizagem ativa

Neste momento, voltamo-nos para as múltiplas linguagens que circulam na esfera da academia, a forma como os sujeitos tomam parte das práticas de linguagem, letramentos acadêmicos (OLIVEIRA, 2017; FIAD, 2017), na formação acadêmica em engenharia, no contexto da aprendizagem ativa. Discutimos as ponderações tanto dos professores, considerados mediadores do processo de ensino e aprendizagem e “agentes de letramento” (KLEIMAN, 2006), isto é, aqueles que orientam as práticas de linguagem; quanto dos acadêmicos, compreendidos como sujeitos que participam e integram ativamente essas práticas.

Retomamos, aqui, o conceito de esferas sociais (BAKHTIN, 2003). Esses diferentes meios nos quais atuamos socialmente têm, cada um, um repertório de linguagens específico que circula em suas atividades. As múltiplas linguagens que decorrem de distintas motivações e finalidades emergem em variadas relações de poder e, portanto, são sempre carregadas de uma configuração axiológica. A



atuação em variadas esferas implica, assim, a participação em práticas de linguagem específicas e situadas, inseridas em um contexto, que constitui o cenário no qual se efetiva a interação verbal.

A academia segue esse sentido e se constitui um contexto no qual são desempenhadas práticas de letramento (STREET, 2003) específicas e situadas, espaço no qual há Discursos (GEE, 2005)¹⁸, nos quais os sujeitos precisam se inserir. Sobre esse aspecto, refletimos acerca da inserção nas práticas de letramento acadêmico e na forma como esses novos letramentos vão refletir (e refratar) (BAKHTIN, 2003) no sujeito.

Neste artigo, pautamo-nos nas concepções do modelo dos letramentos acadêmicos, que entende as linguagens que circulam na academia como práticas sociais, e considera “a escrita e aprendizagem dos alunos como questões epistemológicas e de identidade [...] A abordagem dos letramentos acadêmicos vê as instituições em que as práticas acadêmicas têm lugar na sua composição como lugares de discurso e poder” (LEA, STREET, 1998, p. 158-159). As práticas de linguagem, assim, nunca são neutras, mas sempre situadas e inseridas em contextos específicos.

No MIEGI, os acadêmicos são inseridos no projeto inicial ainda na primeira semana de aula na graduação e, portanto, defrontam-se com “demandas de letramento acadêmico” (ZAVALA, 2010) de forma bastante adiantada. Sobre sua inserção na academia, a participante da pesquisa, a acadêmica Ágata, relata que:

No primeiro ano, penso que o PLE ((projeto)) ajudou muito bem na interação dos alunos, como era o primeiro ano não se conheciam, ajudou pra nos conhecer e a nos adequar mais à universidade, saber o que que é.

Das palavras de Ágata, compreendemos que a precoce inserção no projeto teve marcas significativas para a acadêmica, no sentido de se integrar aos colegas de curso. Segundo ela, os estudantes recém-saídos da educação básica, provavelmente vindos de distintas escolas, não se conheciam e, a partir das atividades, a formação de equipes para o trabalho e as ações executadas no âmbito do projeto refletiram também na relação entre os sujeitos que, durante o curso de formação, dividiram experiências e práticas entre si.

Outro aspecto que emerge da fala de Ágata é o caráter de inserção e adequação dos estudantes à universidade, *saber o que que é*, pois cada esfera social e ideológica na qual nos inserimos é

¹⁸ Os Discursos com D maiúsculo são “maneiras de ser no mundo, ou formas de vida que integram palavras, atos, valores, crenças, atitudes e identidades sociais [...]. Um Discurso é um tipo de *kit* de identidade que vem completo com [...] instruções de como agir, falar e também escrever, a fim de aceitar um papel social particular que outros reconhecerão (GEE, 2005, p. 140)”.



constituída por diferentes práticas de linguagem e letramentos específicos; há a necessidade, então, de inserir-se nessas práticas, nesses Discursos. O projeto auxiliou, sob esse aspecto, na compreensão dos acadêmicos, de forma prática, sobre as atividades empreendidas no âmbito da academia; foi a porta de efetiva entrada e inserção nos letramentos acadêmicos.

Compreendemos o caráter plural das identidades dos sujeitos, constituídos processualmente ao longo de sua atuação social nas distintas esferas, as (re)(des)construções que são empreendidas ao longo da inserção nas esferas e a forma como o sujeito participa das práticas de determinado âmbito. Consideramos, portanto, o processo de transição entre a participação na esfera escolar para a esfera acadêmica: interagir com diferentes práticas, outros interlocutores, finalidades, objetivos e relações de poder que se expressam nessa esfera pode ser um processo delicado, no sentido de que os sujeitos estão participando de uma nova realidade, como defende Oliveira (2009, p. 07):

No que diz respeito ao domínio acadêmico, o aluno universitário assume a identidade acadêmico-científica para melhor se inserir, participar e interagir nesse contexto. Porém, antes que essa adesão aconteça, ele precisa ser socializado no Discurso acadêmico, o que não acontece de forma imediata, pois, para o aluno, esse domínio se configura como um novo Discurso, ou seja, ele se vê com o desafio de aprender uma nova linguagem social.

A partir das concepções da autora, refletimos sobre o processo de inserção no Discurso acadêmico. Para além da atuação nas atividades propostas nesse âmbito, apresenta-se a necessidade de interação com “uma nova linguagem social”, ou seja, dominar linguagens diferentes, compreender as características que não estão explicitadas nas relações sociais, os interesses e relações que se estabelecem nesse meio. Essa inserção, segundo a autora, não acontece de forma imediata. Ponderamos, assim, sobre a fala da acadêmica Ágata, já discutida, quando afirma que os projetos *colaboraram no sentido de nos conhecer e a nos adequar mais à universidade*. Mais do que inserir os acadêmicos na instituição de ensino superior, os projetos colaboraram no sentido de levá-los a compreender esse novo âmbito e suas características, fazê-los se apropriar de linguagens sociais próprias da academia, regularem-se às relações que se estabelecem nesse meio para que, assim, pudessem empreender sua atuação acadêmica, participarem dessas práticas de letramento acadêmico.

A atuação acadêmica, empreendida durante o curso do MIEGI, que tem nos projetos um cenário bastante específico de formação, insere o acadêmico em diversas práticas de linguagem ao longo dos semestres. Tanto práticas de leitura e escrita quanto de oralidade são efetivadas durante a trajetória acadêmica nesse cenário, como explica o professor Ramon:

Do ponto de vista oral, enquanto oral, eles ((os estudantes)) têm três, que não é só oral, eles também têm uma parte escrita das apresentações, mas desse ponto de vista da comunicação



para audiência, eles têm três momentos ao longo do semestre, que é: um primeiro momento ((4 seg)) que é quase um arranque do projeto, um arranque, um início do projeto que é mostrar o que, onde é que estão, em que empresa, quais são os objetivos que pretendem fazer [...] temos o segundo momento [...] que é um momento de intermédio do projeto, que é de análise e diagnóstico do sistema de produção. O projeto é análise e diagnóstico do sistema de produção e propostas de melhoria para uma empresa específica e tem duas fases bem distintas, uma é de análise e diagnóstico, pra compreendermos nosso objetivo. E uma outra é que eles podem melhorar essa análise diagnóstica, mas devem apresentar propostas de melhoria [...]tem uma última que é a conclusão.

Cabe, neste momento, uma reflexão acerca das apresentações orais e suas funções dentro das metodologias baseadas na aprendizagem ativa. Segundo Dolz *et al* (2004, p. 218), a exposição oral constitui “uma estrutura bastante convencionalizada de aprendizagem – tanto para o expositor como para o auditório – na qual um aluno, de certa maneira, toma o lugar do professor”. Emerge, aí, o caráter ativo das exposições orais, mais do que um momento de apresentação, é um momento no qual há a interação entre diferentes atores sociais que têm distintos conhecimentos acerca de um objeto e que, a partir da exposição e diálogo, constroem conhecimentos de forma dialógica e processual. Nesse sentido, emerge a continuidade de reformulação das aprendizagens, pois os estudantes, habituados a um papel social nas práticas acadêmicas, assumem outra função e papel social na construção coletiva do conhecimento.

O professor Ramon explica, a partir do uso dos numerais ordinais *primeiro*, *segundo* e *terceiro*, que as apresentações orais seguem uma ordem durante o semestre, emerge o caráter processual da construção de conhecimentos dos acadêmicos, característica das metodologias de aprendizagem ativa. Cada uma dessas apresentações tem um objetivo relativo ao encaminhamento das atividades no projeto, os estudantes precisam fazer seleções para cada apresentação, a fim de que sua audiência compreenda os processos empreendidos nas empresas nas quais atuam. O processo de organização das atividades do projeto é, assim, dinâmico e complexo: a partir da contínua inserção nas práticas, o sujeito vai participando de distintas ações que têm, cada uma, um nível de complexidade diferente.

O primeiro momento, *de arranque do projeto*, é aquele no qual os estudantes vão apresentar à comunidade acadêmica o contexto no qual estão inseridos. O termo *arranque*, nesse enunciado, sinaliza mais do que o início das atividades, diz respeito a um início entusiasmado, atividades que já se iniciam com a participação ativa dos acadêmicos, como é esperado em metodologias de aprendizagem ativa. Segundo a explicação do professor Ramon, para esse momento, os estudantes precisam selecionar informações que sejam relevantes e que consigam apresentar o cenário no qual eles vão desenvolver o projeto, a fim de que o processo possa ser acompanhado por seus “parceiros discursivos” (BAKHTIN, 2003), já que há uma relação entre as apresentações empreendidas durante

a atuação nas empresas.

O segundo momento, *de análise e diagnóstico do sistema de produção*, é aquele no qual os acadêmicos vão expor suas efetivas atuações na empresa, acentuando a relação com o mundo do trabalho, é o espaço no qual vão explicar os problemas que encontraram, a forma como pretendem resolvê-lo e as atividades que desempenham no âmbito profissional em decorrência dos projetos. Emergem, aí, duas principais capacidades requeridas dos estudantes: que sejam capazes de encontrar os problemas, perceber essas questões que estão nas empresas e, para além disso, que possam resolvê-las, fazer propostas de melhoria que, baseadas nos conhecimentos construídos na academia, são aplicados nas empresas de forma prática. Essa característica de identificação e resolução de problemas na esfera profissional, a partir dos conhecimentos construídos na academia, é prática recorrente do PBL e reflete na articulação das práticas empreendidas entre as duas esferas, na interface entre os papéis sociais de estudante e profissional na engenharia.

O terceiro momento, *a conclusão*, é, provavelmente, aquele no qual os acadêmicos vão reportar aos seus interlocutores como decorreram as práticas na empresa, os objetivos que foram ou não alcançados, além dos resultados e considerações sobre essa inserção nos projetos. Apresenta-se, aí, a necessidade de os acadêmicos saberem selecionar e sintetizar quais as informações mais importantes para que a “comunidade discursiva” (BAKHTIN, 2003) compreenda o caminho percorrido ao longo do processo.

As três apresentações públicas do projeto no 7.º semestre do MIEGI têm, portanto, distintas finalidades e requerem dos acadêmicos diferentes apropriações da linguagem acadêmica. Além disso, todas as apresentações são reguladas por critérios de avaliação dos professores. Essas apresentações, segundo o professor Ramon, não são, porém, baseadas exclusivamente na oralidade, eles também têm uma parte escrita das apresentações, isto é, há a incidência da escrita mediando a oralidade. Não há a dicotomia entre oralidade e escrita, pois ambas capacidades, articuladas, compõem as “situações de uso socialmente relevantes” (TERZI, 2006) da linguagem na esfera em questão.

As apresentações às quais o professor Ramon se refere são eventos de letramento que têm uma organização específica, condicionada pelos procedimentos e expectativas (BARTON; HAMILTON, 2000) da “agência de letramento” (KLEIMAN, 2006) em questão: a universidade. Os acadêmicos precisam se adequar e compreender essa organização, para inserirem-se efetivamente nesse Discurso e participar como membros efetivos dos letramentos. São eventos de letramento organizados a partir de um conjunto de convenções e que requerem uma organização dos dados apresentados por parte dos acadêmicos. Acerca da organização desse evento de letramento, o professor Ramon esclarece



que:

são essas apresentações, com discussão, nunca são muito longas, são DEZ minutos, mais dois, menos um ((minuto)) é o nosso ((risos)) nosso esquema é, e cinco ou dez minutos de discussão depois, é sempre necessário que um outro grupo intervenha, eles já sabem quando começa a apresentação, e os outros podem interagir à vontade, também, desde que haja tempo e os professores têm que controlar o ((risos rápidos)) o número de intervenções porque senão, senão leva muito tempo, começamos a diminuir isso.

O docente aponta que as apresentações relativas ao projeto já têm um tempo previamente estipulado: dez minutos. Nesse sentido, refletimos sobre a necessidade de os acadêmicos se organizarem a fim de não ultrapassarem o tempo previsto, bem como não realizarem uma apresentação muito rápida que deixe a desejar aos seus interlocutores. Como precisam se organizar acerca do tempo e de prazos, a formação acadêmica reflete, dessa forma, em questões relativas à gestão de tempo, que é uma característica central na atuação profissional dos engenheiros.

Sobre a organização do evento de letramento em foco, emerge da fala do professor que é que *cinco ou dez minutos de discussão depois, é sempre necessário que um outro grupo intervenha*, isto é, há um espaço de tempo direcionado aos diálogos e possíveis questionamentos dos professores, mas também, dos outros grupos. Nesse sentido, emerge a “atitude responsiva ativa” (BAKHTIN, 2003) que se incita entre as equipes que participam do projeto: não é suficiente que apenas ouçam os relatos dos colegas, mas os acadêmicos também precisam apresentar contrapalavras aos grupos que estão apresentando.

Além de expor seu próprio trabalho, cada equipe tem a necessidade de intervir na apresentação de um grupo de colegas. Os trabalhos se efetivam, assim, com um diálogo que vai além da relação professor e estudante, pois os demais acadêmicos são convidados a fazer questionamentos e apresentar ideias para os seus colegas. Depreendemos o papel de interlocutores que os próprios estudantes assumem e, quando estão apresentando seus trabalhos, têm a segurança de que estão falando, não só para os professores, mas também para outros estudantes, outros interlocutores. Segundo Bakhtin (2003, p. 325), “ter um destinatário, dirigir-se a alguém, é uma particularidade constitutiva do enunciado, sem a qual não há, e não poderia haver, enunciado”. Isto é, ao se dirigirem a um interlocutor, a um auditório social, os acadêmicos já organizam sua apresentação, seu discurso, de forma a serem entendidos por esses interlocutores da esfera acadêmica.

Sobre os docentes nessa situação interacional, o professor Ramon afirma que os professores têm que controlar, o que sugere um papel de mediação desses profissionais nas apresentações. Emerge, dessa forma, a perspectiva da aprendizagem ativa que reflete nas ações dos docentes,



compreendidos como sujeitos intercessores no processo de construção entre acadêmico e objeto de estudo. Para além dos aspectos regulares característicos desse evento, os professores assumem o papel de organizadores da situação e tomam as medidas necessárias para que a organização do evento não seja perdida. Surgem, dessa forma, reflexões sobre as relações de poder que permeiam práticas e eventos de letramento na academia: os professores têm funções e posições que vão, também, no sentido de controlar e organizar as atividades, posições, essas, construídas em torno do seu papel social: agentes de letramento.

Nessa formação acadêmica, com a mediação dos professores e a inserção nas práticas de letramento relacionadas ao meio profissional, vão se constituindo processual e constantemente as identidades dos acadêmicos e seus posicionamentos críticos (ZAVALA, 2010) sobre as práticas de linguagem das quais participam ao longo de sua caminhada, seja na academia ou na esfera profissional. Por isso, práticas de linguagem empreendidas na universidade refletem nas concepções profissionais dos estudantes, como sinaliza a acadêmica Maitê:

o que eu quero não é fazer SÓ uma boa apresentação de dez minutos, É eu quero transmitir minha ideia e passar para que fique não só bem passada, como daqui a algum tempo eu sei vender o meu produto à minha maneira... conseguir passar aquilo que eu quero

Ao refletirmos sobre as palavras de Maitê, depreendemos a sua visão crítica da constituição de sua identidade ao se referir que não quer fazer *SÓ* uma boa apresentação de dez minutos. Esse destaque na palavra *SÓ* expressa a sua “entonação expressiva” (BAKHTIN, 2012), isto é, o “acento apreciativo” (BAKHTIN, 2012) que a estudante exprime ao seu enunciado, trata-se de uma forma de enfatizar e ressaltar um aspecto de sua fala, pois, como assevera Bakhtin (2012, p. 140, grifos do original), “toda enunciação compreende antes de mais nada uma *orientação apreciativa*. É por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém ao mesmo tempo um sentido e uma apreciação”. Ressaltando a palavra *SÓ*, portanto, Maitê sinaliza que a acadêmica quer ter um bom desempenho nessas apresentações, mas que, para além da boa desenvoltura nesse evento de letramento acadêmico, quer ir além, não quer se limitar a isso, mas vê essa apresentação como parte da sua formação identitária no que tange às práticas de linguagem.

Maitê defende, ainda, que *eu quero transmitir minha ideia e passar para que fique não só bem passada, como daqui a algum tempo eu sei vender o meu produto a minha maneira*, isto é, apresenta a sua compreensão de que não basta saber comunicar, interagir com os parceiros discursivos de sua esfera, mas também é necessário encontrar a sua forma de expor ideias e argumentar a fim de que os

interlocutores não só acreditem em seu ponto de vista, como também sejam convencidos a aderir e aceitar as propostas pela profissional. Mais uma vez, a linguagem é, para além de um meio de expressar ideias, uma parte constitutiva da construção de conhecimentos e atuação social como engenheiro.

Ainda da fala da estudante, depreendemos como as atividades empreendidas na universidade vão refletir na sua concepção de mundo do trabalho: são cronotopos (BAKHTIN, 1988), isto é, relação tempo e espaço, que se articulam, um do tempo presente da enunciação, no qual Maitê é uma estudante e organiza apresentações para os professores e colegas, e outro de projeção, no futuro, no qual a participante da pesquisa arquiteta sua identidade de profissional da área da engenharia.

Para além da sua identidade acadêmica, Maitê projeta uma identidade profissional e defende ideias que ela julga serem importantes em seu meio de trabalho. Assim, a academia forma, para além de um atuante no mercado de trabalho, um sujeito crítico no que tange às práticas de linguagem das quais participa e ainda virá a participar no mundo do trabalho, no qual ela vai interagir com diferentes interlocutores e defender ideias com base em distintos argumentos.

No caminho dialógico e constitutivo da formação acadêmica, refletimos sobre a forma como os estudantes tornam-se *insiders* (GEE, 2005), isto é, membros efetivos nos letramentos acadêmicos. Na forma como se inserem efetivamente nas práticas de linguagem não só orais, mas também escritas. Sobre as produções escritas no MIEGI, o professor Ramon explica que:

do ponto de vista, é... escrito, eles têm, no quarto ano, têm dedicado ao aos artigos e têm que escrever um blog. E cada um dos momentos, temos o blog que tem que ser construído ao longo do tempo e os artigos têm entregas específicas, [...] é, então tem três meios ((risos rápidos)) três tipos de entrega: o artigo, o blog e as apresentações.

Durante os projetos desenvolvidos no quarto ano do MIEGI, o docente sinaliza três principais formas de avaliação realizadas com os acadêmicos: o artigo, o *blog* e as apresentações orais. Emergem, da fala do professor, práticas legitimadas de uso de distintas linguagens, que são preconizadas no andamento do projeto. Compreendemos, portanto, um trabalho integrado entre as múltiplas linguagens, já que os referidos gêneros são empreendidos a partir da interface entre os conhecimentos construídos na academia e colocados em prática nas empresas nas quais os acadêmicos atuam. Os acadêmicos participam, assim, de distintas práticas de linguagem e interação com gêneros específicos que têm, cada um deles, sua finalidade dentro do projeto.

Refletimos ainda, a partir da fala do professor Ramon, sobre o excerto: *temos o blog que tem que ser construído ao longo do tempo e os artigos têm entregas específicas*. O termo *tem que* nesse



excerto assume o valor de um modalizador deôntico, isto é, aquele que “avalia o que é enunciado à luz dos *valores sociais*, apresentando os fatos enunciados como (socialmente) permitidos, proibidos, necessários, desejáveis, etc.” (BRONCKART, 2003, p. 132 grifos do original). Assim, ao dizer que *o blog tem que ser construído ao longo do tempo*, o professor sinaliza um fato que já foi acordado em sua comunidade acadêmica, é uma atividade que está posta e naturalizada nessa esfera específica. O dizer assinala, mais uma vez, o andamento das atividades sob a ótica da aprendizagem ativa, isto é, construções processuais com pontos de avaliação ao longo do semestre. Assim, o professor Ramon aponta para a necessidade apresentada aos estudantes de que o *blog* seja constantemente atualizado, em face do artigo que tem entregas específicas, nas quais os professores dão *feedback* e orientações aos acadêmicos.

Retomamos, mais uma vez, os papéis de mediadores do processo de ensino e aprendizagem e agentes de letramento que os professores assumem nos projetos do MIEGI. Ponderamos, assim, sobre a forma como os docentes encontraram de acompanhar processualmente o trabalho dos acadêmicos nas empresas: por meio do *blog*, o corpo docente participa das ações empreendidas na esfera profissional. O contato com os artigos e as apresentações orais é, assim, pontual e contempla algumas características do trabalho na esfera profissional, já o *blog* tem um caráter mais contínuo de apresentação das atividades empreendidas.

Nesse sentido, cada gênero discursivo inserido nos projetos tem uma finalidade, uma motivação e um interlocutor predefinido. Cada conjunto de enunciados, sob esse viés, contempla linguagens situadas e específicas, isto é, ainda que todos sejam gêneros que circulem na esfera acadêmica, eles têm particularidades que demandam que os acadêmicos compreendam e tomem parte nessas práticas de linguagem. Sobre as particularidades dos gêneros, os acadêmicos avaliam que:

Cecília: [...] E tem sido difícil conseguir um teor científico o blog, né? Nenhum de nós tem essa preparação e temos essa dificuldade neste momento

Pesquisadora 02: E o desafio que foi lançado a vocês foi que ele seja mais de caráter científico?

Cecília: Sim, é uma espécie de relatório, mas no formato do blog

Jean: Aquilo que não está no artigo, o processamento de dados, todo e isso deve estar mais presente

Guilherme: E o fundamento, o fundamento científico que buscamos, argumentos para apoiar aquilo que nós escrevemos, isso aí não estamos nada habituados [...]

Ao se reportar a uma demanda do *blog*, os acadêmicos Cecília e Guilherme sinalizam a dificuldade de apoio científico na produção do conteúdo a ser postado. Refletimos sobre como o *blog* se constitui um gênero relativamente estável (BAKHTIN, 2003): nem todos os *blogs* têm fundamento



científico, mas como esse ao qual a estudante se refere tem uma finalidade definida, é parte integrante de um projeto acadêmico e se dirige a interlocutores dessa esfera específica (no caso desse projeto, as publicações são restritas à comunidade acadêmica), o *blog* precisa apresentar embasamento científico.

Para além do relato das atividades, é necessário que os acadêmicos justifiquem, com base na literatura, as decisões e as razões pelas quais elas foram tomadas, o que sinaliza uma constituição identitária na interface academia e mundo do trabalho: além dos conhecimentos práticos, é preciso que os estudantes tenham construído conhecimentos teóricos e científicos acerca da sua atuação profissional e dos reflexos dela no âmbito da empresa. Não é, portanto, uma formação voltada para uma atuação específica, unicamente verticalizada, mas aquela na qual o sujeito compreende o cenário mais amplo no qual está inserido, em que tem uma visão mais ampliada. Essa formação diz respeito, assim, à inserção no contexto mais abrangente, no qual as decisões tomadas precisam ser justificadas e compreendidas no todo do ambiente social.

Emerge do excerto, ainda, a forma como os gêneros *blog* e artigo se articulam durante o processo dos projetos. Segundo o acadêmico Jean, o *blog* precisa apresentar aquilo que não está no artigo, isto é, os estudantes precisam focalizar em uma das atividades empreendidas na prática para a produção do artigo, levando em consideração o seu tamanho limite. As demais informações necessárias para que se compreendam as atividades na empresa, que não ganham espaço nos artigos, precisam ser apresentadas no *blog*. Surge, nesse sentido, a tomada de decisão e as seleções que os acadêmicos têm que fazer para construir ambos os gêneros, pois, ao organizar os conteúdos para cada um dos textos, devem considerar a função e os leitores aos quais se dirigem cada um. Como já sinalizamos, os *blogs*, nesse projeto, são abertos apenas para a comunidade acadêmica do 7.º semestre do MIEGI, justamente por conterem dados confidenciais das empresas. Os artigos, por sua vez, são gêneros científicos que podem vir a circular no meio acadêmico mais amplo, isto é, para além do âmbito dos projetos. Assim, cabe aos estudantes fazerem escolhas e justificá-las levando em consideração o contexto no qual estão produzindo esses gêneros acadêmicos.

Ainda no excerto em questão, a acadêmica Cecília realiza uma aproximação entre dois gêneros discursivos do âmbito acadêmico: o *blog* e o relatório. Essa aproximação pode ser associada aos conhecimentos e atividades anteriores no MIEGI: durante o 1.º semestre, esses estudantes tiveram como desafio a escrita de um relatório como documento no âmbito do projeto, no qual apresentaram suas práticas para o corpo docente. Já no 7.º semestre, resgataram os conhecimentos construídos previamente e que se aproximam com aqueles relativos ao *blog*, o que sinaliza a construção em



espiral, integrada (PEREIRA, 2014) de conhecimentos dentro da ótica da aprendizagem ativa: as linguagens não são compreendidas apenas como “ferramentas pedagógicas” (FISCHER; DIONÍSIO, 2011), isto é, como formas de avaliação, mas são entendidas como linguagens sociais materializadas em forma de gêneros da esfera acadêmica, que possuem uma finalidade e dimensões específicas.

O processo de apropriação dos gêneros acadêmicos, nesse sentido, é construído ao longo da formação no MIEGI, não sob uma ótica autônoma, mas ideológica (STREET, 2003). Isto é, os conhecimentos são construídos em uma multiplicidade de práticas e eventos de letramento, nas quais os sujeitos assumem papéis sociais e, inseridos em um contexto sócio historicamente situado, participam de relações de poder.

Considerações finais

Conforme sinalizado no início deste artigo, objetivamos discutir como se constituem práticas de leitura, escrita e oralidade na formação acadêmica em contexto de aprendizagem ativa em engenharia. Para tanto, discutimos entrevistas realizadas com professores e acadêmicos participantes dos projetos empreendidos no MIEGI, acerca de suas compreensões sobre as práticas de linguagem e as formas como os estudantes se inserem nesses novos Discursos.

Em decorrência das transformações tecnológicas, do avanço da Internet e dos reflexos da globalização causados por conta dessas mudanças, as atuações sociais foram se modificando, especialmente no que diz respeito à atuação profissional. Com o advento das práticas tecnológicas, as demandas sociais se modificaram e passaram a requerer profissionais com capacidades mais amplas, que têm relação com as múltiplas linguagens em circulação na sociedade e as suas respectivas funções. Nesse contexto, ser um engenheiro do século XXI, mais do que dominar conhecimentos das áreas exatas e científicas, também diz respeito à participação efetiva nas práticas de linguagem que caracterizam a área da engenharia.

Uma possibilidade de trabalho processual das linguagens em engenharia é, então, a constituição de currículos baseados nas metodologias de aprendizagem ativa, nas quais há uma construção articulada de saberes acerca da linguagem. Nesse contexto, está o MIEGI, no qual a inserção nos letramentos acadêmicos se dá em um diálogo entre as disciplinas por meio dos projetos. Os estudantes se defrontam, assim, com novos Discursos e demandas de letramento, tendo apoio dos professores de diferentes áreas da engenharia e com o desafio de articular o conhecimento construído nessas áreas.

Segundo os dados discutidos, as práticas de escrita, leitura e oralidade são abordadas na



formação do engenheiro, não apenas como ferramentas pedagógicas, isto é, ligadas apenas à nota. Esses distintos gêneros discursivos da área acadêmica são compreendidos como um processo integrante da formação do engenheiro e os conhecimentos relacionados aos letramentos acadêmicos são aprofundados ao longo do processo de formação. Dessa forma, em uma articulação entre as esferas acadêmica e profissional, os acadêmicos do MIEGI vão se apropriando das múltiplas linguagens e suas respectivas funções na área da engenharia.



Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Ed. UNESP: Hucitec, 1988, 439 p.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BARTON, D.; HAMILTON, M. La literacidad entendida como práctica social. Tradução [1998] In: ZAVALA, V.; NIÑO-MURCIA, M.; AMES, P. (orgs.). *Escritura y sociedad: nuevas perspectivas teóricas y etnográficas*. Lima: Red para El Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2000.
- _____.; LEE, C. *Linguagem online: textos e práticas digitais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora: 1994.
- BRONCKART, J.-P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Tradução de: *Activité langagière, textes et discours: pour un interactionisme socio-discursif*. São Paulo: EDUC, 2003. 353 p.
- DOLZ, J. et al. A exposição oral. In: SCHEEWLY B.; DOLZ, J. (orgs.) *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 2004.
- FIAD, Raquel Salek. Writing teaching and research: academic literacy and ethnography. *Revista do GEL*, v. 14, n. 3, p. 86-99, 2017. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/> ACESSO EM 20 NOV. 2019.
- FISCHER, A. “Dimensões escondidas” e “instrução explícita” em práticas de letramento acadêmico: o caso do relatório de projeto em um curso de Engenharia de Portugal. *Linguagem & Ensino*, v.15, n. 2, p. 487-504, 2012.
- _____.; DIONÍSIO, M. de L. Perspectivas sobre letramento (s) no ensino superior: objetos de estudo em pesquisas acadêmicas. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 6, n. 1, p. 79-93, jan./abr., 2011.
- _____. HEINIG, O. L. O. M. (org.). *Linguagens em uso nas engenharias*. Blumenau: Edifurb, 2014.
- GEE, J. P. *La ideologia em los Discursos: lingüística social y alfabetizaciones*. Tradução do castelhano de Pablo Manzano. Madri: Ediciones Morata, 2005.
- LIMA et al. Formas de implementação de processos de ensino-aprendizagem baseados em projetos interdisciplinares (PBL). In: OLIVEIRA, V. F.; CAVENAGHI, V.; MÁSCULO, F. S. (org). *Tópicos emergentes e desafios metodológicos em Engenharia de Produção: casos, experiências e proposições*. Rio de Janeiro: ABEPRO, 2011.
- KLEIMAN, A. B. Professores e agentes de letramento: identidade e posicionamento social. *Revista Filologia e Lingüística Portuguesa*, n. 08, 2006, p. 409-424.
- LEA, R. M.; STREET, B. V. Student writing in higher education: an academic literacies approach. *Studies in higher education*, v. 23, p. 157-170, jun/1998.
- OLIVEIRA, E. F. Letramento Acadêmico: História de Letramento e Expectativas em Torno das Práticas de Escrita do Curso de Letras. *Línguas e Letras*, v. 18, n. 39, 2017.
- _____. O. Letramento acadêmico: principais abordagens sobre a escrita dos alunos no Ensino Superior. *II Encontro Memoria: nossas letras, nossas histórias*. Mariana – MG, 2009. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/1113.pdf> acesso em maio de 2015.
- PEREIRA, E. M. de A. A construção do conhecimento na modernidade e na pós-modernidade: implicações para a universidade. *Ensino Superior UNICAMP*, v. 5, n. 14, p. 13-24, 2014.



POWELL, P.; WEENK, W. *Project-led engineering education*. Utrecht: Lemma, 2003.

SCHLICHTING, T. de. S. *Letramentos em context de aprendizagem ativa nas engenharias: “Construindo o edifício das palavras para nele ser inquilino”*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Regional de Blumenau (FURB). Blumenau, 2016.

STREET, B. *Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento*, 2003. Paper entregue após a Teleconferência UNESCO Brasil sobre letramento e diversidade.

TERZI, S. B. *A construção do currículo nos cursos de letramento de jovens e adultos não escolarizados*, 2006. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos/uploads/sylviaterzi.pdf>. Acesso em: junho/2011.

ZAVALA, V. *Quem está dizendo isso?: letramento acadêmico, identidade e poder no ensino superior*. In: VÓVIO, C.; SITO, L.; DE GRANDE, P. (orgs.). *Letramentos: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em linguística aplicada*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 71-95.

Submissão: julho de 2018

Aceite: novembro de 2019

AFORIZAÇÃO NA MÍDIA MARIANENSE: REFLEXÕES DO PONTO DE VISTA DA
MINEIRIDADE

*APHORIZATION IN THE MARIANIAN MEDIA: REFLECTIONS FROM THE POINT OF VIEW
OF MINEIRITY*

ALESSANDRA FOLHA MÓS LANDIM

cna.alessandrafolha@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo enunciados retirados de publicações de jornais marianenses que se relacionam com as noções de mineiridade. Esses enunciados advêm de variadas matérias e demonstram como as noções de participação, sobreasseveração e aforização são colocadas em uso nos textos jornalísticos da mídia marianense. Assim, essas noções podem ser tomadas como constitutivas da construção discursiva desses jornais do ponto de vista da mineiridade e são colocadas à prova nas situações enunciativas que esses jornais se enquadram, sendo, assim, ferramentas discursivas. A questão da mineiridade é tomada sob a ótica de um conjunto de valores que constroem o ser mineiro, sem, no entanto, ser trabalhada de modo exaustivo, pois o foco se encontra nas ferramentas discursivas utilizadas para colocar em jogo esses ideais. São analisados especialmente enunciados retirados dos jornais O Cruzeiro e Voz de Marianna, que são publicações mineiras e marianenses do século XX.

Palavras-chave: Jornais marianenses; mineiridade; aforização.

Abstract: *This paper has as object of study statements taken from publications of newspapers from Mariana that are related to the notions of mineirity. These statements are taken from a variety of subjects and demonstrate how the notions of participation, surassertion, and aphorization are put to use in the journalistic texts of the Marian media. Thus, these notions, can be taken as constitutive of the discursive construction of these newspapers and are put to the test in the enunciative situations that these newspapers fall into, being discursive tools. The issue of mineirity is taken from the point of view of a set of values that build the “being mineiro”, without, however, being worked in an exhaustive way, because the focus of the paper is on the discursive tools used to put these ideals into play. Statements taken from the newspapers O Cruzeiro and Voz de Marianna, which are publications of the twentieth century from Mariana – Minas Gerais, are analyzed in this paper.*

Keywords: *Newspaper from Mariana; mineirity; aphorization.*

Considerações Iniciais

Este trabalho procura refletir sobre noções discursivas específicas que se relacionam com a utilização de frases de destaque colocadas em uso em diversificadas situações enunciativas. Essas frases de destaque são, assim, colocadas no corpo ou nas imediações de um texto de modo a se relacionarem com ele e/ou serem constitutivas dele. Assim, para além de questões intertextuais e interdiscursivas que estão ligadas a esse tipo de ferramenta discursiva, concentramo-nos aqui em especificidades das construções discursivas que colocam em jogo a atividade discursivo-enunciativa



nos textos. Nesse sentido, é importante observar que esse fenômeno da natureza discursiva está sendo colocado à prova neste trabalho sob a égide das aforizações (MAINGUENEAU 2008 e 2014) em enunciados retirados da mídia marianense do século XX. Essa temática vem ao encontro de nossa pesquisa de mestrado em que trabalhamos as noções de mineiridade nas construções discursivas dos jornais que circularam em Mariana à época mencionada.

Para que tenhamos uma breve definição sobre o modo como chegamos aos enunciados da mídia impressa marianense aqui citada, voltemos ao início de nossas inquietações quando do manuseio dos jornais de modo que aos primeiros contatos com os mesmos ficaram implícitos valores que se relacionavam (in)diretamente com certa preocupação com o *ser mineiro*. Sendo assim, pensando nas especificidades da vida em sociedade e imbuídos da preocupação de que o discurso se materializa linguisticamente por meio de atividades sociais, passamos a refletir nos jornais como elementos de materialização de discursos sobre o que essa temática. É importante que, antes de nos ocuparmos das noções de aforização, possamos recuperar elementos desse *ser mineiro*, uma vez que estamos imbuídos do desejo de analisar a aforização e suas características à luz dessa concepção. Para efeitos de contextualização sobre os entornos da mineiridade, então, compreendemos que, muito embora estejamos tratando de uma noção amplamente heterogênea dadas as suas especificidades históricas, simbólicas e dimensões sociológicas, a noção de mineiridade se mostra um tanto paradoxal, visto que “em todo território nacional a identidade mineira é reconhecida, como se todos soubessem o que o mineiro é” (FRANÇA, 1998, p. 70). Assim, na noção genérica da qual se ocupa esta concepção neste trabalho, podemos tomar como ponto de ancoragem para a mineiridade, a noção de que

se a mineiridade implica sobretudo um conjunto de valores, crenças e símbolos, é, entretanto, no jeito e nas atitudes dos mineiros que ela encontra sua maior forma de expressão: representação abstrata da gente mineira, ela atinge a sua materialização através de um comportamento “natural e esperado” do homem de Minas (FRANÇA, 1998, p. 71).

É sob esse escopo que nos apoiamos em relação à questão da mineiridade neste artigo: não em um estudo acurado sobre o que se entende por *ser mineiro* em um sentido acadêmico, mas em noções que carregam em si marcas de atitudes, historicidade, política e religiosidade, marcas estas tomadas de abstração e materialização daquilo que se “espera” de um homem de Minas. Todavia, para que possamos embasar um pouco mais essa noção, trabalhamos com as proposições de Arruda (1990), para quem as noções de mineiridade se relacionam com religião (especialmente catolicismo), ideais de liberdade (no que diz respeito aos inconfidentes), prudência, *costumes* políticos, manifestações culturais e artísticas, valorização da história, dentre outros. Por isso, os exemplos de enunciados

retirados dos mais variados jornais marianenses e selecionados para este trabalho se ocupam, além das especificações discursivas que propomos demonstrar, de tematizar todas essas questões aqui mencionadas.

Nosso trabalho se ocupa de um recorte temático dos jornais marianenses. Assim, não existe um recorte temporário, tampouco um recorte de gêneros específicos. Antes nosso recorte se concentra principalmente na noção de mineiridade. Por isso, os enunciados analisados neste artigo são constitutivos de dois jornais marianenses: *Voz de Marianna* e *O Cruzeiro*. Os enunciados propostos para análise são constitutivos de edições dos anos de 1977 e 1987 em *Voz de Marianna*, e 1930 e 1934 em *O Cruzeiro*. Todos eles se relacionam direta ou indiretamente com a temática da mineiridade e, mais especificamente, do ponto de vista enunciativo-discursivo, de noções de citação, a saber participação e aforização (Maingueneau, 2008 e 2014).

Peculiaridades nos usos da citação: noções de participação

Maingueneau (2008) propõe uma reflexão a respeito de citações não prototípicas, isto é, modos de citar um enunciado (os dizeres de um sujeito individual ou institucional) que não seguem os “padrões” da citação tradicional. Assim, o autor ocupa-se em fundir duas palavras para conceber um sistema denominado “participação” (fusão das palavras “participação” e “citação”). De acordo com o autor, nesse sentido considera-se o plano dos procedimentos e o plano dos lugares. No plano dos procedimentos, estão critérios enunciativos, sintáticos, tipográficos, etc. No plano dos lugares incluem-se os gêneros e os posicionamentos. Essas noções maingueneunianas se aplicam às preocupações com os enunciados eleitos neste artigo na medida em que nos damos conta dos processos enunciativos que são utilizados como estratégia discursiva de afirmação de ideais de mineiridade nos jornais. Assim, dialogamos ainda com as formulações de Maingueneau (2008, p. 93) para quem

a “participação” difere da citação prototípica, daquilo que geralmente vem ao espírito quando se fala de “discurso citado”: corte de um fragmento, explicitação de sua fonte, inserção em uma situação de comunicação de caso pensado em outra situação (com todos os problemas associados ao conflito de localização dêitica entre os dois espaços), distância variável entre o mundo do discurso que cita e o mundo do discurso citado em função da estratégia de modalização que o relator adota – grifo nosso.

Ao levarmos em consideração a distância entre o mundo do discurso que cita e o mundo do discurso citado, os enunciados colocados à prova neste trabalho parecem, em alguns casos, fundir sua construção discursiva com outros textos, como se ao leitor fosse conhecida a fonte de seu uso. Dessa

forma, entendemos que as citações prototípicas se diferenciam nesse aspecto desses usos mais específicos de enunciados conhecidos. Para ficar mais claro, podemos considerar o seguinte excerto do jornal *Voz de Marianna* retirado de um texto dedicado ao mês de novembro e seus feriados:

não é apenas a lembrança e o exemplo de um determinado santo que nos ajuda e orienta no nosso caminho de bondade; é uma comunidade inteira que nos induz a nos conscientizarmos do que é bom e do que é mau e a seguir a trilha que leva à paz entre os homens de boa vontade (VOZ DE MARIANNA, novembro de 1977, p. 1) - grifo nosso.

Como tendo nos ideais de mineiridade as temáticas religiosas, podemos ver no excerto a presença de parte do discurso bíblico que narra a história da natividade em que anjos cantaram por ocasião do nascimento de Jesus Cristo¹⁹. No sentido da alusão ao texto bíblico sem menção de citação prototípica, corroboramos a noção de Maingueneau (2014, p. 69), pois esse recurso “pretende ser reconhecido como citação pelos destinatários, sem que o locutor citante indique sua fonte, e mesmo sem que ele afirme estar efetuando uma citação com ajuda de um verbo *dicendi* introdutor, de uma incisa, etc”.

O mesmo jornal tem outro excerto em que podemos verificar o fenômeno da particitação. É um poema que alude a Carlos Drummond de Andrade à época de sua morte.

E na palma da mão os caminhos tortuosos, estradas de terra
Caminhos percorridos com fadiga...
E nunca haveria de esquecer que “tinha uma pedra no caminho”
(...)
A paisagem sinuosa das montanhas das Gerais, infantis colinas
Onde vive um povo forte e orgulhoso, com “oitenta por cento de ferro nas almas” – os
Homens de Ferro de uma Minas mãe e amiga...
O desabrochar da “Rosa do Povo” na alma de ferro e coração de ouro
Encantou... Como o eco do som de um sino percorrendo vales esquecidos.
Encantou a todos o silêncio da montanha que o menino trazia em seus olhos, e a sua presença
forte e incorruptível a “penetrar surdamente no reino das palavras” trazendo de lá a rara pérola
pela vida lapidada, verso morno entoadado pela “Boca de Luar”... (VOZ DE MARIANNA,
setembro de 1987, p. 4).

Além de observarmos noções que perpassam o imaginário do que é ser mineiro e da própria geografia de Minas Gerais, encontramos neste excerto alusão clara ao poema de Carlos Drummond de Andrade entre aspas, dentre outros elementos dos quais não ocuparemos aqui e que dialogam com outros textos. Essas aspas se relacionam com o plano dos procedimentos abordado por Maingueneau (mencionado acima) no sentido de recorrer às aspas para que o leitor compreenda tratar-se de uma “citação” e, ao mesmo tempo, percebe-se que “o locutor recorreu a uma particitação: ele não deixa claro (...) que se trata de uma citação, nem, *a fortiori*, quem é seu autor” (MAINGUENEAU, 2014,

¹⁹ BÍBLIA, Lucas, 2, 8-14.



p.71), muito embora reconheça-se que o enunciado “destacado” entre aspas não pertence originalmente ao texto em questão.

Enunciados destacados e destacáveis na mídia impressa marianense: o caso das aforizações

O tipo de destacamento entre aspas como vimos acima é bastante comum nas mídias impressas. Além disso, é sempre possível observar nos jornais enunciados que são retirados do corpo de um texto jornalístico para aparecer em outro lugar (numa posição diferenciada em uma página, numa manchete, numa capa, etc) de modo a chamar a atenção do leitor. Tratam-se, portanto, de enunciados para os quais são dados tratamentos de destaque pelo jornal, que torna-se, nesse sentido um *aforizador*. “Nas mídias, os enunciados destacados surgem, via de regra, como ‘pequenas frases’, isto é, enunciados curtos e propensos a retomadas” (LARA, 2013, p. 9). Corroborando nossa formulação, tais enunciados, de acordo com Maingueneau (2006), são destacados e/ou destacáveis. Por isso, “não se devem confundir enunciados *destacáveis* (sobreesseverações) com enunciados *destacados* (aforizações), uma vez que estes não são necessariamente provenientes de sequências destacáveis” (LARA, 2013, p. 10).

Os enunciados destacáveis são “uma modulação da enunciação que formata um fragmento de texto como destacável, como candidato a uma ‘destextualização’” (MAINGUENEAU, 2011, p. 15)²⁰. Essa destextualização estaria relacionada ao que mencionamos acima como enunciados que aparecem em lugares diversos de modo a chamarem a atenção do leitor. De modo que para Maingueneau (2014, p. 13) “não basta constatar que certas frases foram destacadas de um texto: deve-se considerar também como elas se apresentavam antes do destacamento”. Portanto é o texto fonte que nos apresenta como essas sentenças aparecem e são (re)utilizadas/(re)colocadas na construção do(s) discursos(s). Assim, em enunciados que podem ser “destextualizados” de seus textos de origem repousa uma

sensação de destacabilidade: trata-se de enunciados que se dão como autônomos, de um ponto de vista textual (não há nenhuma necessidade de considerar o que precede e o que segue para compreendê-los) e de um ponto de vista enunciativo (são generalizações) (MAINGUENEAU, 2014, p. 14).

²⁰ É importante dizer que nem sempre um enunciado considerado destacável por determinado sujeito/enunciador é o enunciado que a mídia escolhe destacar. Muitas vezes, especialmente quando tratamos da mídia contemporânea, algumas frases são retiradas de seu contexto e acabam por chamar a atenção do leitor por parecerem significar uma ruptura muito acentuada da ordem das coisas, fazendo com que a curiosidade do leitor seja aguçada levando-o à leitura da matéria. Importante destacar também que esta é uma observação no âmbito das aforizações que não é observada nos jornais pesquisados.

Dentre outros, *O Cruzeiro* apresenta um caso que efetiva essas noções. O jornal toma a Revolução de 1930 como marco histórico de engrandecimento de Minas Gerais e desenvolvimento do país numa tentativa de construir um discurso que valoriza os ideais do que é *ser mineiro*. Dessa forma, critica o sistema político que antecedeu a revolução, posicionando-se favorável a ela. Como vimos, o fato de Minas Gerais ter participado da Revolução de 1930 corrobora a construção de certa identidade mineira que perpassa os textos de *O Cruzeiro*. O enunciado que se segue, além de ser encontrado na construção de uma das matérias do jornal, é igualmente colocado em posição de destaque na capa do jornal, o que configura que, além de sobreasseverado em seu texto original, o enunciado é aforizado de modo a chamar a atenção do leitor para sua capa²¹:

Se é lícito engrandecer e cobrir de louros os nomes dos gloriosos defensores da legalidade combatida, por cuja restauração trabalharam com efficacia, a nós mineiros seja grato homenagear as invictas personalidades dos Drs. Arthur Bernardes, Antonio Carlos e Olegario Maciel, cujos sentimentos patrióticos a nação não poderá jamais pôr em dúvida (O CRUZEIRO, 6 de dezembro de 1930, p. 2).

Podemos destacar duas questões essenciais neste enunciado: i) é uma sequência simples; ii) demonstra o posicionamento político do jornal em relação a um evento histórico. Na sequência, alguns elementos dos ideais mineiridade também podem ser observados: i) nomes que são carregados de significado político e importância sócio-política e ii) a própria descrição de Minas como liberal, ou seja, uma descrição que dialoga com os ideais políticos que um mineiro deve(ria) carregar de acordo com o posicionamento do jornal. Percorrendo ainda essa linha de pensamento, compreendemos a sobreasseveração como

relativamente breve, de estrutura pregnante no plano do significante e/ou do significado; está em posição relevante no texto ou em uma passagem do texto [geralmente no início ou no final do texto], de modo a lhe atribuir o estatuto de um condensado semântico, o produto de uma espécie de sedimentação da realização do discurso; é tal que sua temática deve estar em relação com o intuito do gênero de discurso, do texto em questão: trata-se de uma tomada de posição no interior de um conflito de valores; implica um tipo de amplificação da figura do enunciatador, manifestada por um *ethos* apropriado (MAINGUENEAU, 2006, p. 79).

Sobre o caso de *O Cruzeiro*, ainda é possível rememorar o mesmo autor já que

a frase que é destacada de um texto pode muito bem permanecer em sua vizinhança. (...) Na imprensa escrita, acontece frequentemente que na primeira página ou na capa se encontrem frases entre aspas cujo texto-fonte se encontra numa página interna (MAINGUENEAU, 2014, p. 18).

Há oportunidades, no entanto, em que os enunciados destacados não se encontram em “sua vizinhança”. Um caso prototípico nesse aspecto, encontra-se no editorial da edição de agosto de

²¹ A capa do jornal encontra-se digitalizada no anexo 1 deste trabalho.

1987²² do jornal *Voz de Marianna* que nos fornece um importante indício de que esse tipo de aforização é utilizada como uma ferramenta de construção discursiva. O ditado latino “*Vox Populi Vox Dei*” encontra-se no topo do texto, logo abaixo da palavra “editorial” que aparece em letras maiúsculas indicando que aquele provérbio é parte do editorial daquela edição. Como sabemos, Maingueneau (2011) afirma que a aforização, e no caso em questão, o provérbio latino, não entra na lógica do gênero do discurso. O fato de haver sido colocado no topo do texto, entre aspas e com um sinal de exclamação indica que a aforização não se encaixa diretamente na construção discursiva do editorial, mas ilustra e/ou engloba todo o conteúdo do mesmo. Como é importante mencionar, o editorial foi escrito à época da Constituinte dando-nos pistas de que tanto o editorial quanto o provérbio utilizado para “introduzi-lo” demonstram o posicionamento político do jornal em relação ao que acontecia no Brasil àquela época. Todos o texto se constrói na iminência da Assembleia Constituinte e ainda se relaciona com ideais que podem facilmente se voltar à construção identitária do que é *ser mineiro*. Isso porque a construção da mineiridade imanente nos jornais pode ser depreendida por meio da leitura do editorial em voga. Numa tomada de posição em relação ao esperado da Assembleia Constituinte, o jornal afirma: “Entramos em um período de redescoberta dos princípios de Democracia. Um conceito que nos acompanha desde a descoberta do Brasil sempre deturpado, sempre escondido em páginas de manuais esquecidos” (VOZ DE MARIANNA, agosto de 1987, p. 2). Dessa forma, compreendemos que para o jornal, a democracia, até o momento daquele editorial, não ocorria nos moldes considerados ideais, uma vez que aquele era um momento de redescoberta. Podemos ler ainda no texto em questão:

O povo Brasileiro pouco a pouco vai descobrindo seus direitos, tomando consciência de seus passos, ampliando o seu ideal de Nação. E nesta reconquista de vez e voz, o povo, antes objetivo passivo da ação do governo, de seus desmandos e abusos, tornou-se ou vem tornando-se sujeito da ação de governar. Finalmente a ciência política no Brasil evolui o suficiente para adotar um sistema de governo onde a força do povo é a última palavra, é o voto decisivo em resolver seus problemas. O povo é soberano ao decidir seu destino (idem) – grifo nosso.

Sob o provérbio latino “*Vox Populi Vox Dei*”, nesse excerto, podemos observar que o jornal une o conceito de democracia ideal à participação popular quando dos assuntos políticos. É assim, um importante aspecto que dialoga com a noção de um povo (mineiro) que se ocupa de questões coletivas para o bem estar da população. O jornal ainda atribui ao povo a responsabilidade a ele imputada por ocasião da democracia que estava por vir articulando duas noções que, a nosso ver, se

²² Anexo 2.

relacionam intimamente com a construção discursiva de um ideal de *ser mineiro*: i) a relevância do envolvimento popular nas noções de política do país e ii) a própria evocação de um ser divinal que fala por intermédio do povo, o que coloca as noções religiosas constitutivas da concepção de mineiridade como uma das concepções a serem relacionadas no discurso do texto em voga. Por isso, ao articular o provérbio aforizado no topo do editorial ao próprio discurso do mesmo, o jornal coloca em xeque as concepções do leitor com a finalidade de leva-lo à reflexão sobre sua responsabilidade no jogo da democracia que estaria por começar.

A própria utilização de um provérbio em que o texto original não pode ser recuperado pelo leitor do texto parece-nos evocar a presença de um *hiperenunciador* neste caso. A figura do hiperenunciador é colocada em questão quando dos usos da aforização porque esse é colocado como uma figura que “autoriza” e legitima a fala do enunciador. Dessa forma, vemos no hiperenunciador,

uma instância que, por um lado, garante a unidade e a validade da irredutível multiplicidade dos enunciados do tesouro e, por outro, confirma os membros da comunidade em sua identidade, pelo simples fato de eles manterem uma relação privilegiada com ele (MAINGUENEAU, 2008, p. 109).

No sentido de pensar que a aforização em questão se vale de um hiperenunciador, podemos vincular essa noção à legitimação de um sistema democrático que colocaria em pauta a soberania popular. É evidente que nos reportamos nesse aspecto aos ideais defendidos pelo editorial e não ao contexto da sociedade em que viviam os enunciadores, tampouco ao contexto histórico em que nos encontramos. Dessa maneira, uma figura como o hiperenunciador é aquela que dá garantia de que o que está sendo construído por meio do discurso em voga é uma “verdade incontestável”. Utilizar-se do provérbio “A voz do povo é a voz de Deus” é uma tentativa de modificar o pensamento do leitor. Além disso, note como se constrói o último parágrafo do editorial, atentando especialmente à última sentença:

Que nós brasileiros saibamos nos preparar para exercer esta difícil tarefa de supervisores da máquina administrativa. Que tenhamos força e união na hora de cobrar de nossos representantes municipais, estaduais ou federais os serviços e obras que necessitamos e que tenhamos forças para punir aqueles que nos desagradam ou que se mostram contrários às nossas aspirações e interesses. Tenhamos alma coletiva, fortalecido conceito de Nação e, ombro a ombro, vamos lutar em defesa de nossos direitos. “Vox populi, Vox Dei!” – a voz do povo é a voz de Deus (VOZ DE MARIANNA, agosto de 1987, p. 2).

Nota-se que no fechamento do editorial, a responsabilidade do povo em escolher seus representantes governamentais bem como em supervisionar e requerer suas necessidades está diretamente vinculada à “alma coletiva”, ao “sentimento de nação” e à luta popular que acontece “ombro a ombro” numa clara convocação de coletividade e de sentimento de pertencimento a um



povo. Assim, ao fechar o editorial com o provérbio, o jornal atesta a importância dessas ações de acordo com seu posicionamento. Além disso, somos levados às reflexões de Maingueneau (2014) que tratam de compreender os enunciados destacados como aqueles que condensam a ideia principal de um texto bem como normalmente aparecem como generalizações. Assim, podemos pensar que a “saliência desse fragmento é assegurada pelo fato de que se trata da última frase do texto, que condensa a tese defendida no artigo. Enunciado generalizante, propõe uma norma em tom ligeiramente solene” (MAINGUENEAU, 2014, p. 15), característica que podemos encontrar facilmente em *Vox populi Vox Dei*.

Sobre a noção de mineiridade que estamos tentando demonstrar por meio desses exemplos citados neste trabalho, é importante dizer que a noção de política bem como de um povo que se preocupa com o coletivo aparecem como constitutivas desse exemplo de *Voz de Marianna*. Dessa forma, relaciona-se, ainda que não unicamente, com a noção do ideal do que é *ser mineiro*. Afirmamos isso porque o editorial relaciona o provérbio latino com ideais daquilo que se espera do povo mineiro. Assim, reafirmamos que o jornal se vale da aforização como estratégia discursiva sob o ponto de vista da mineiridade, já que a voz de Deus (um valor que supõe-se ser absoluto e detentor de ideais democráticos, por ser esse um disseminador do bem, de acordo com os ideais postos no jornal) deve ser interpretada como a vontade do povo e vive-versa. Assim, elementos de mineiridade constroem com o enunciado aforizante uma relação de concordância que remete às noções que compõem esse imaginário. Por isso, podemos afirmar que o sentido da aforização se dá em sua articulação com todo o discurso veiculado pelo editorial em prova neste exemplo de modo que seria impossível fazer uso de um provérbio, ainda que popularmente conhecido, que não se relacionasse em seu sentido com determinada memória, que, no caso se relaciona ao que é *ser mineiro*. Assim, aforizações desse tipo

definem um modelo que deve se aplicar a um número indefinido de situações, a partir do momento em que essas situações são categorizadas como provenientes desse modelo. O destinatário é então forçado a buscar na situação que partilha com o locutor os elementos que supostamente teriam tornado possível a enunciação (MAINGUENEAU, 2011, p. 19).

Para Maingueneau (2011), as aforizações são parte do espaço midiático e os que entram em contato com esse espaço possuem saberes enciclopédicos para interpretá-las. Assim acontece com a rememoração dos ideais de mineiridade que são evocados não somente neste último exemplo, mas em todos os outros mencionados antes dele. Segundo o autor, “as aforizações participam do que poderíamos chamar de um ‘regime de atualidade’, o que significa dizer que são interpretáveis no interior do vasto interdiscurso do ‘o que se diz’, capaz de alimentar as conversas rotineiras, os fóruns na internet ou os debates televisivos em um dado momento” (MAINGUENEAU, 2011, p. 23). Como



vimos, o provérbio e o editorial sobre o qual nos debruçamos vêm carregados de memória que faz possível sua interpretação. Sem que o leitor tivesse conhecimento tanto do contexto histórico em que se encontrava sua leitura, quanto dos ideais que alicerçam a construção do editorial, sua interpretação seria inválida ou mesmo impossível. Dessa forma, vemos que “a aforização é sustentada por uma memória coletiva de longo prazo” (MAINGUENEAU, 2011, p. 24), o que sustenta a formulação de que a aforização é parte de um tesouro de enunciados comum entre os sujeitos de uma sociedade e que sua interpretação se dá por enquadramento sapiencial. Segundo o autor, “o enquadramento ‘sapiencial’ não inscreve a aforização em um acontecimento, mas a apreende como ponto de vista de um sujeito” (MAINGUENEAU, 2011, p. 24). No caso do editorial de *Voz de Marianna*, podemos considerar que o enquadramento dessa aforização remonta a certo tom de solenidade devido à relevância do momento histórico em que o editorial fora composto e ao resgate de um hiperenunciador que resgata noções religiosas, como a voz de Deus. Esse remonte se dá, dentre outras questões, também no sentido de valorização da democracia e o provérbio condensa e apreende todo o dito do editorial em uma única frase. Lembramos ainda que podemos enquadrar essa aforização numa perspectiva hermenêutica, pois

por meio do enquadramento ‘hermenêutico’, o destinatário deve depreender um sentido oculto, uma ‘mensagem’, que toca a própria identidade do intérprete. Como em toda situação hermenêutica, o enunciado restringe um sentido que não pode ser dado imediatamente, que exige um verdadeiro trabalho de interpretação. A autoridade de aforizador está, assim, respaldada na competência do destinatário, sobretudo quando ambos são membros de uma mesma comunidade restrita que se alimenta de um vasto Tesouro e que desenvolveu procedimentos de interpretação (MAINGUENEAU, 2011, p. 24/5).

Enquadramos ainda o caso da utilização do provérbio latino na lógica interpretativa do editorial no sentido de que

o enquadramento hermenêutico tem como efeito aumentar consideravelmente o potencial semântico da aforização. Depreender a “mensagem” que a aforização deveria supostamente revelar tem um custo cognitivo elevado, e seu conteúdo nunca é totalmente certo (MAINGUENEAU, 2011, p. 25).

O provérbio *Vox Populi Vox Dei* corrobora esse trabalho interpretativo parte do leitor ao vinculá-lo com os elementos linguístico-discursivos que constituem o editorial aumentando seu potencial semântico, fazendo, dessa forma, tornar-se um caso paradigmático da formulação de aforização no que se refere à mídia impressa marianense uma vez que este é um caso do qual podemos depreender boa parte dos atributos desse funcionamento discursivo e que ilustra como a mídia pode fazer uso de frases célebres de um tesouro coletivo de enunciados com o objetivo de conferir autonomia/autoridade ao que diz e aos ideais que defende por meio de seu posicionamento. Neste



caso, reportamo-nos ao posicionamento político defendido pelo jornal *Voz de Marianna*. A utilização do provérbio, acaba por reforçar o ideal de uma verdade inquestionável dado ao não acesso de sua fonte original e dada à amplitude e alcance dessa frase na coletividade. Essa verdade inquestionável é colocada ao leitor pelo jornal de modo a abordar a história do país e do estado de Minas Gerais no tocante à situação política brasileira, o que ilustra a forma como esse funcionamento discursivo é uma amostra emblemática das questões de mineiridade que perpassam as publicações da mídia marianense.

Considerações finais

Este artigo ocupou-se de demonstrar o desenvolvimento de enunciados destacados e destacáveis colocados na lógica do andamento de diferentes discursos constituindo-se uma análise de parte do funcionamento dos discursos da mídia impressa marianense do século XX. O funcionamento discursivo que se ocupa especialmente das aforizações, além de noções de sobreasseveração e particitação, foi colocado à prova neste trabalho sob a égide de uma construção identitária da mineiridade. Em outras palavras, estivemos ocupados de noções que, além de demonstrarem questões teórico-metodológicas relacionadas à análise discursiva, valeram-se de uma temática relevante do ponto de vista dos jornais marianenses: a construção discursiva do que é *ser mineiro*.

Passamos dessa forma por considerações sobre o que se entende por mineiridade de uma forma bastante elementar para que pudéssemos dar corpo à análise aqui desenvolvida e nos ocupamos de dissertar sobre a particitação e sobreasseveração para que pudéssemos nos debruçar mais especificamente sobre as passagens em que pudemos identificar as aforizações no funcionamento dos discursos da mídia impressa marianense. Todas essas noções foram analisadas à luz do que chamamos algumas vezes de ideais de mineiridade ou *ser mineiro* propondo que a mídia impressa marianense é atravessada por esses elementos. Assim, o objetivo principal deste trabalho foi demonstrar como esses ideais de mineiridade foram construídos ao longo das publicações analisadas. Nosso foco, no entanto, se deu na noção de mineiridade como um pano de fundo para ancoragem desses enunciados. Dessa forma, acreditamos que as noções de mineiridade na construção discursiva dos jornais podem ser apreciadas sob óticas diversas embasadas nos estudos do discurso, como é o caso do imaginário sócio-discursivo ou até mesmo sob a ótica do interdiscurso, em que tomamos um discurso como atravessado por diferentes temáticas e coerções (questão afincada também na lógica das formações discursivas). Nosso trabalho, no entanto, se deu nas noções de possibilidades interpretativas na perspectiva de uma



mineiridade imanente aos jornais.

Diante do que foi exposto neste trabalho, é preciso salientar também que a maneira como os jornais no passado eram conduzidos se difere em boa parte das características que se aplicam à forma de se construir um jornal impresso hoje em dia, especialmente no que tange às aforizações, sobreasseverações e particitações. Por isso, salientamos ainda que as formulações maingueneunianas em relação a esses elementos discursivos ressaltam o uso de fotos, legendas e até mesmo, como podemos ver em Lara (2013) engodos no sentido de chamar a atenção do leitor a qualquer custo²³. As mídias que colocamos à prova tratam-se, contudo, de casos específicos em que os jornais tinham um “*design*” um pouco diferenciado. Assim, as frases destacadas de personagens significativos da sociedade mineira, bem como o caso de aforização em forma de provérbio ilustram bem o funcionamento discursivo dessas mídias impressas especialmente se levarmos em consideração a construção discursiva dos jornais marianenses a partir de elementos de mineiridade, sobre os quais se debruça a relevância deste trabalho.

²³ É oportuno lembrar aqui as postulações de Lara (2013) no tocante aos deslizamentos de sentido que as aforizações ocorridas por destacamento fraco podem ter em relação ao seu texto-fonte. Essa atividade midiática contemporânea parece não se aplicar em sua totalidade à mídia impressa marianense nas matrizes em que se encontram na mídia atual. É por isso chamamos a atenção para o fato de a autora se delongar em análises de veículos recentes, diferentemente das pretensões que tivemos neste trabalho ao focarmos em algumas especificidades de veículos comunicativos mais antigos.



Referências

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*, São Paulo, Brasiliense, 1990.

FRANÇA, Vera Veiga. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

LANDIM, Alessandra Folha Mós. *A construção discursiva dos jornais marianenses a partir de elementos do imaginário sócio-discursivo de mineiridade*, 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Letras. Programa de Pósgraduação em Letras.

LARA, Glaucia Muniz Proença. Passando a aforização em revista. *Estudos Semióticos*, São Paulo, Volume 9, Número 2, p. 7-1, dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/69527/72109>. Acesso em 13/08/2018.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*, Curitiba, Criar Edições, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*, São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. Aforização, enquadramento interpretativo e configuração humanista. *Discurso e linguagens: objetos de análise e perspectivas teóricas*. Franca, volume 6. 2011. Disponível em: <http://publicacoes.unifran.br/index.php/colecaoMestradoEmLinguistica/article/view/542/434>. Acesso em 13/08/2018.

MAINGUENEAU, Dominique. *Frases sem texto*, São Paulo, Parábola Editorial, 2014.

Submissão: agosto de 2018

Aceite: novembro de 2019



ANEXO 1

Se é licito engrandecer e cobrir de louros os nomes dos gloriosos defensores da legalidade combalida, por cuja restauração trabalharam com efficacia, a nós mineiros seja grato homenagear, se bem que pallidamente, a invicta personalidade do Dr. Arthur Bernardes cujos sentimentos patrioticos a nação não poderá jamais por em duvida. **Minas liberal** acclamará sempre o seu nome.

XV ANNIVERSARIO

Ao registrar a União de Moços Catholicos do Brasil, mais um anno de existencia nos annaes de sua historia, cumprimos o grato dever de consignar aqui nosso testemunho de gratidão ao seu illustre fundador — Dr. Olynto Orsini de Castro — que em boa hora soube lançar a pequena semente que hoje crescida se ramifica, arrebanhando a juventude, e formando soldados de Deus e da Patria.

Não é portanto esta data, uma simples ephemeride de almanach, sem escopo, sem principios, é a consagração de um ideal tão nobre quanto patriótico no desenvolver arrojado de seu plano constructor, prevenindo a mocidade contra os perigos que a vida moral que são numerosissimos, quer da vida social que se multiplicam e agravam.

É por certo bem consolador pensar quantos são os nobres sentimentos que se aninham no coração dos jovens catholicos. No meio do torvelinho das paixões, a que alludira o poeta no extremo esforço de re-provação:

"Prazeres socios meus e meus ty-
[ramos,
Esta alma que sedenta em se não
[coube,
No abyssmo vos sumiu dos desen-
[gates!"

não lóra um meio capaz de sustar-
lhe os mãos pavos, a juventude res-
vataria fatalmente, abalando a ma-
china social.

É tudo o que faz a U. M. C. :
livrar a mocidade dos perigos da
vida e guiar a azaívez dos escolhos
de sua jornada.

Sobre ser obra verdadeiramente
humanitaria, é um dos mais pro-
ficuos apostolados, pelo que Deus a
conserve e propague.

EXPEDIENTE

"O Cruzetiro", órgão official da
U. M. C. de Marianna.

Redactor: Waldemar Moura Santos

Toda materia a ser publicada
passará pela censura do Revmo. As-
sistente Ecclesiastico da U. M. C.
— Para 4.ª pagina accettamos
anuncios commerciaes, de indus-
trias, profissões, etc.

Assignatura annual, 5\$000

N. 4

MARIANNA, 6 DE DEZEMBRO DE 1930

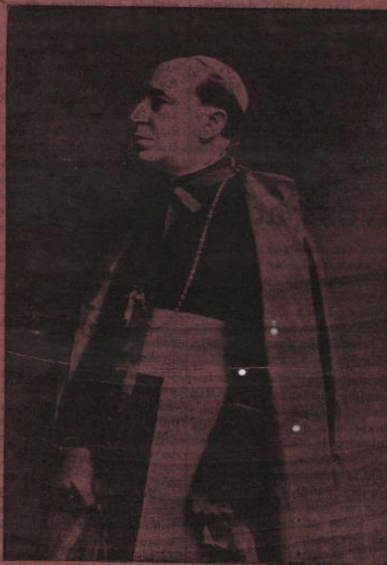
ANNO II

O CRUZEIRO

DEUS Orgão Official da União de Moços Catholicos PATRIA

Redactor: W. Moura Santos — Verbum Dei non est alligatum — Publicação mensal

Oitavo anniversario da entrada solen-
ne e posse do Sr. D. Helvecio na
Cathedral de Marianna



O dia 26 do passado mez de
Novembro commemorou a entrada
solenne do Sr. D. Helvecio Gome-
s de Oliveira, em nova Cathed-
ral, empossando-se com todas as
pompas do Pontifical romano, no
elevado cargo de Arcebispo Metro-
politano de Marianna.

Ainda está na lembrança de to-
dos nós o entusiasmo e alegria de
que se tomou a nossa cidade, rece-
bendo em seu seio a quem a San-
ta Sé designara providencialmente
para romper o luto em que se
achava a nossa Archidocese pela

morte de seu queridissimo primeiro
Arcebispo de memoria saudosa, —
D. Silvério Gomes Pimenta.

Mas, nessa occasião ninguém po-
deria imaginar o alcance para Ma-
rianna de tal substituição, apesar de
serem as melhores e mais recom-
mendaveis as credenciaes com que
se apresentava á sua nova Archi-
diocese o então Bispo do Maranhão,
onde deixara uma esteira luminosa
de sua passagem, apesar de peque-
no o espaço de tempo em que a
regeu.

Os oito annos de fecunda admi-

nistrção do Sr. D. Helvecio nesta
Archidocese, completados no dia
26 do mez passado, são um teste-
munho eloquente de sua operosi-
dade salesiana, que, com toda jus-
ticia, se lhe pode applicar o que
de Apelles refere Plinio: *nulla dies
sine linea.*

Na verdade ali está concretizada
toda sua fecunda actuação na refor-
ma completa de todos os departa-
mentos ecclesiasticos de sua séde,
a começar da velha Cathedral que
passou, sob sua direcção, por uma
reforma completa, de modo que in-
ternamente está inteiramente reju-
venecida, não sendo preciso mencio-
nar, tal sua evidencia, a remodela-
ção do velho solar dos antigos Bis-
pos de Marianna, hoje convertido
em modelar Gymnasio municipal
— lizado com todas as regalias otti-
cianas, a pitoresca residencia do Ge-
thsemane, dominando o formoso
quartro de São Pedro, construida ás
suas expensas e offerta por Sua
Excia. á Archidocese, como uma
lembrança de seu jubileu sacerdo-
tal em Junho de 1921, com as en-
costas agrestes e até então impro-
ductivas, transformadas em vistosa
quinta, enriquecida de uma varie-
dade immensa de fructas europaeas
e brasileiras, não lhe faltando exten-
sa plantação de chá da India, cuja
primeira colheita abundante se et-
tecuará no proximo anno, deixando
ainda de parte a construção do mo-
delar edificio do Collegio da Pro-
videncia a inaugurar-se no fim do
corrente anno, cujas obras foram
inspiradas e orientadas por S. Excia.,
basta mencionar o grande Semina-
rio S. José, já coberto em toda a
sua extensão, em cuja construção
já se despendeu quantia superior a
500 contos, tendo para ella recebido
o Sr. D. Helvecio menos de 200,
despendendo generosamente para
cobrir o deficit tudo que lhe vem
de seus honorarios e offerendas pes-
soaes, e que, em pouco tempo con-
cluido, immortalará por si só a
memoria desse benemerito Prelado,
que ha oito annos apenas dirige
nossa feliz Archidocese, e que n'



EDITORIAL

“Vox populi vox Dei!”

Entramos em um período de redescoberta dos princípios de Democracia. Um conceito que nos acompanha desde a descoberta do Brasil, sempre deturpado, sempre escondido em páginas de manuais esquecidos. O povo Brasileiro pouco a pouco vai descobrindo seus direitos, tomando consciência de seus passos, ampliando o seu ideal de Nação. E nesta reconquista de vez e voz, o povo, antes objetivo passivo da ação do governo, de seus desmandos e abusos, tornou-se ou vem tornando-se sujeito da ação de governar. Finalmente a ciência política no Brasil evoluiu o suficiente para adotar um sistema de governo onde a força do povo é a última palavra, é o voto decisivo em resolver seus problemas. O povo é soberano para decidir sobre o seu destino.

Depois de um período de incubação de mais de 400 anos, cabe-nos perguntar se estamos realmente preparados para assumir as responsabilidades sobre as decisões tomadas por nossos representantes em nosso nome. É bom saber que daqui pra frente não teremos mais que culpar aos líderes. Eles cumprem o desejo do povo e o povo torna-se então o único responsável pelas atitudes de seu governo. Que seja o povo responsável pelas boas obras e pelos erros. Bem, já que o povo é a principal vítima das consequências dos erros administrativos, agora é também responsável. É nosso direito. E é valendo-se deste direito que vamos às ruas em passeatas lutar por aquilo que é nosso. Exercendo a função que nos é devida dentro do governo é que questionamos a posição e importância dos órgãos públicos que financiamos, cobrando serviços daqueles funcionários do povo que sempre esquecem quem são os seus patrões.

É hora do povo levantar a cabeça, assumir a atitude digna de uma Nação forte e rica, que elege e remunera bem seus funcionários e deles deve exigir dedicação, respeito, honestidade e responsabilidade. Conscientizar nossos políticos de que o povo é o patrão, único e soberano, o dono das verbas e é ele quem deve ditar as normas. Antes de tudo, o povo deve ser ouvido, escolher suas prioridades, dar opiniões e só a ele deverá o político prestar as suas contas. E nós, o povo, deveremos exigir que nos prestem contas.

Você, amigo leitor, saberia enumerar uma a uma todas as emendas e projetos em favor do povo apresentados pelo seu candidato eleito Constituinte? E saberia dizer se correspondem às suas ansiedades, correspondem àquelas palavras dos palanques da campanha? Se não correspondem é hora de irmos à cobrança. O patrão tem direito de advertir funcionários, puni-los e até mesmo demiti-los se não estiverem cumprindo suas funções dignamente. Temos que cobrar aquilo que nos é necessário, os serviços pelos quais pagamos, as obras que necessitamos. E saber dizer não àqueles lobos em peles de ovelhas que nos vêm cheios de palavras e promessas e que vendem barato a alma do povo, traem a confiança de seu eleitorado e só lutam em benefício próprio de uma minoria. A estes, temos que dar o desprezo nas próximas urnas e impedir que continuem lutando contra os interesses do povo. É nosso dever como cidadãos, é nosso direito como contribuintes. Uma nação forte se faz quando o povo tem consciência de sua força e luta unido em prol de seus interesses.

Que nós brasileiros saibamos nos preparar para exercer esta difícil tarefa de supervisores da máquina administrativa. Que tenhamos força e união na hora de cobrar de nossos representantes municipais, estaduais ou federais os serviços e obras que necessitamos e que tenhamos forças para punir aqueles que nos desagradam ou que se mostram contrários às nossas aspirações e interesses. Tenhamos alma coletiva, fortalecido conceito de Nação e, ombro a ombro, vamos lutar em defesa de nossos direitos. “Vox populi, vox Dei!” — A voz do povo é a voz de Deus!

Israel Quirino

Correspondência Espaço ao leitor

Belo Horizonte, 11 de junho de 1987.

Caro Dr. Décio

Tenho recebido pontualmente a “VOZ DE MARIANNA” e gosto de ver que há colaboradores bastante corajosos para denunciar este descalabro de governo que anda por aí. Onde e aonde iremos parar?

Só se vê incompetência, corrupção e hipocrisia.

Não teremos direito nem ao pão nosso de cada dia, quando os donos do poder se fartam em banquetes?

Afetuosamente,

Lélia Vidal Gomes Gama
(Escritora e jornalista, residente em Belo Horizonte)

Goiânia, 28 de julho de 1987

Estimado Professor Décio

Por motivo de viagem, estive por algum tempo ausente, motivo por que não lhe escrevi agradecendo a remessa de “VOZ DE MARIANNA”. Tenho apreciado muito os seus artigos, excelente retrospecto de valor histórico. Espero dessas pesquisas, saia mais uma “História de Minas Gerais”. Aproveite a oportunidade para lhe enviar a minha última colaboração na imprensa local. São apenas divagações, exercícios mentais. Quando me canso da leitura, refugio-me no papel, escrevendo o que me vem à cabeça, sem preocupações de maiores criatividade.

Despeço-me com meu cordial abraço.

José Normanha de Oliveira
(Médico, escritor e jornalista)

Acuso o recebimento de uma delicada carta do sr. Juarez Medeiros, que entre outros assuntos, pergunta sobre os planos da excursão ao Itacolomy. Breve estaremos dando através do “Voz de Marianna”, maiores detalhes

sobre a mesma. Agradeço também a remessa do artigo sobre o Pico do Itabirito, publicado no Jornal do Brasil.

Um abraço fraterno da

Tia Marta.

A Diretoria do “Voz de Marianna”, agradece o convite recebido, do Departamento Cultural do Movimento Renovador de Mariana, assinado pelas senhoras Hebe Rola dos Santos, Elaine Barbosa do Nascimento e Marlene de Souza Maia. Para ouvir e contar “Casos de Mariana”.

Recebemos e agradecemos, a remessa do jornal “Edição do Brasil”, feita pelo nosso colaborador na parte de Redação e Edição, jornalista Geraldo da Silva Mayrink, onde aparece na coluna “Edição Mineira”, o artigo que transcrevemos: “A primeira capital de Minas Gerais, cidade de Mariana, estará em clima de festa nesta semana. Neste dia 16 julho, Mariana completa 291 anos de existência, e é reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade. Sendo berço da civilização e religiosidade mineira, o ponto mais alto das comemorações do aniversário da cidade será a festa de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade. Além de ser uma cidade turística, Mariana é muito querida pelos mineiros. Portanto, será uma semana de muita animação também para todos os mineiros que preservam a sua cultura.

A Diretoria do “Voz de Marianna”, agradece a comunicação do Movimento Renovador de Mariana, cuja Diretoria tomou posse no dia 26 de junho, p.p., tendo como presidente, Efigênia Maria da Silva. A todos componentes do movimento, votos de êxito na proposta de bem servir a Comunidade Marianense.

Mariana, agosto de 1987

EXPEDIENTE VOZ DE MARIANNA

Publicação mensal da VOZ DE MARIANNA JORNALISMO E PROMOÇÕES CULTURAIS
Praça Cláudio Manoel, nº 90 — Mariana — MG
Fone: 557.176 — CEP — 35.420

DIRETORES:

Presidente: Martha de Oliveira
Vice-presidente: Israel Quirino
Tesoureiro: Arinos Cesimbra de Queiroz
Vice-Tesoureiro: Otacilio de Oliveira Loreto
Secretária: Eliane Ribeiro Leite
Vice-secretária: Mari da Conceição Roberto
Diretor de Imprensa: Dr. Décio de Vasconcelos
Vice-diretor de Imprensa: Maria Tereza Pedrosa da Silva
Diretora de Relações Sociais: Bernadeth Maria Pedrosa Santiago
Vice-diretora de Relações Sociais: Tânia Oliveira Cota

Composição, Montagem e Impressão: Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda, rua Padre Rolim, 652 — São Lucas — Belo Horizonte — MG

Panificadora Gonçalves Ltda.

Balás, biscoitos, bolos de aniversários, etc...
Pães quentes de 20 em 20 minutos.
Rua C, nº 4 — Bairro Colina
35.420 — Mariana — MG

Lanchonete e Pastelaria Messias

Sucos, vitaminas, pastéis e kibes.
Terminal Rodoviário, loja 5
35.420 — MARIANA-MG

LANCHONETE GOMES

Balás, biscoitos, aperitivos e o delicioso caldo de mocotó.
Praça Juscelino Kubitschek
Terminal Rodoviário
35.420 — MARIANA-MG



O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM POSTAGENS DA PÁGINA “LÍNGUA PORTUGUESA” NA REDE SOCIAL FACEBOOK

THE TREATMENT OF LINGUISTIC VARIATION IN POST OF THE WEBPAGE “LÍNGUA PORTUGUESA” IN THE SOCIAL NETWORK FACEBOOK

CLAUDEMIR SOUSA

claudemir201089@hotmail.com

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Universidade Estadual do Maranhão

Resumo: Esse artigo discute o tratamento da noção de “variação linguística” em postagens da página “Língua Portuguesa”, na rede social *Facebook*, objetivando verificar como essa noção é concebida nesse espaço midiático. Pautamo-nos em teóricos dos seguintes campos: Linguística Aplicada (LA), Análise do Discurso (AD), Estudos Culturais e Sociolinguística. Da LA, mobilizamos as discussões de Moita Lopes (1999; 2011) sobre a concepção de Linguística Aplicada Indisciplinar, e de Menezes *et. al.* (2011); da AD, apoiamo-nos no pensamento de Foucault (2008), acerca do conceito de sujeito; dos Estudos Culturais, discutimos, a partir de Hall (2006), a concepção de sujeito pós-moderno; e da Sociolinguística, trazemos as concepções de Tarallo (2006) sobre a relação entre língua e sociedade, de Bagno (1999) sobre preconceito linguístico, e de Lucchesi (2015), sobre norma sociolinguística. Analisaremos 13 enunciados, coletados na referida página para montagem do *corpus*. Concluímos que a apresentação do tema da variação linguística, na referida *fanpage*, é desvalorizada pela sua idealizadora, uma vez que ela supervaloriza a natureza normativa e prescritiva da variedade padrão.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Linguística Aplicada Indisciplinar; Variação linguística; Língua portuguesa.

Abstract: *This article discusses the treatment of the notion of linguistic variation in post of the webpage “Língua Portuguesa”, in the social network Facebook, with the aim to verify how is this notion conceived in this media. We are anchored in authors from the following fields: Applied Linguistics, Discourse Analysis, Cultural Studies and Sociolinguistics. From the Applied Linguistics we mobilize Moita Lopes’ (1999; 2011) discussions about the conception of Indisciplinary Applied Linguistics and Menezes’ et. all. (2011); from the Discourse Analysis we bring Foucault’s discussions about the conception of subject; from the Cultural Studies, we discuss, with Hall (2006), the conception of post-modern subject; and from the Sociolinguistics, we bring Tarallo’s (2006) conceptions of the relation between language and society, Bagno’s (1999) about linguistic prejudice and Lucchesi’s (2015) about sociolinguistics norm. We analyze 13 statements collected in the referred page. We concluded that this theme is presented by the page in a normative and prescriptive way.*

Keywords: *Discourse Analysis; Indisciplinary Applied Linguistics; Linguistic variation; Portuguese language.*

Introdução

A página “Língua Portuguesa”²⁴ foi lançada na rede social *Facebook* no dia 11 de agosto de

²⁴ Informações disponíveis em:

https://web.facebook.com/pg/linguaportuguesa07/about/?ref=page_internal. Acesso em 29/06/2018.



2011, pela professora Maria do Céu Marques, com o objetivo de divulgar a essa língua. Cabe salientar que o conteúdo da página também fica disponível em um *blog*²⁵ e em um perfil na rede social *instagram*²⁶.

Na descrição da página, feita no dia 17 de abril de 2018, a idealizadora traça seu percurso de formação em Letras e suas atividades como professora de língua portuguesa, a partir de 2009. De acordo com ela, a ideia de criar a página surgiu para divulgar, a um público mais amplo, entre ele, estudantes, professores e concurseiros, os exercícios que fazia para seus alunos e ficavam arquivados no computador.

Assim, a partir da data de criação da página, ela começou a divulgar seus materiais na referida *fanpage*, que ela conta ter criado sozinha e ser sua única administradora. Nela, há postagens com “explicações rápidas, simples e bem didáticas, dicas, exercícios, mensagens motivacionais, citações de poetas famosos, textos literários e poemas”, conforme descreve a idealizadora.

Esses fatos sobre o público alvo e o tipo de conteúdo presente na página nos mostram que a concepção de língua aí presente, certamente, não é aquela defendida por Labov e seus seguidores, no âmbito da Sociolinguística. Outrossim, pauta-se na chamada norma literária para prescrever a norma padrão da língua portuguesa.

De acordo com Maria do Céu, as dicas de português são as postagens que mais geram reações dos leitores, o que significa que as pessoas que a seguem, leem, curtem, comentam e compartilham seu conteúdo. Existe, assim, uma interação nas publicações da página, o que faz com que a professora de língua portuguesa seja também uma influenciadora digital do modo como seus seguidores utilizam a língua.

Há outros tipos de postagens além dessas prescrições da norma padrão. Para o nosso trabalho, buscaremos aquelas nas quais o conteúdo predominante seja o tema da variação linguística e demais noções atinentes a ela.

Escolhemos um total de 13 enunciados, trabalhando com o conceito de regularidade enunciativa, de Foucault (2008), que se baseia na possibilidade de agrupar enunciados dispersos por meio das suas repetições ou transformações no que diz respeito, entre outras coisas, às escolhas temáticas. Realizamos, então, um recorte temático, buscando apenas as postagens que tratam do tema da “variação linguística”, explícita ou implicitamente, atentando também para as demais noções atinentes às questões sociolinguísticas, tais como: norma padrão, uso adequado, correção gramatical

²⁵ <http://www.linguaportuguesa.blog.br>

²⁶ <https://www.instagram.com/linguaportuguesa/>



e preconceito linguístico.

O nosso principal objetivo é verificar como essas noções, derivadas do pensamento de Labov, são compreendidas em um espaço midiático com função educacional, que é a página “Língua Portuguesa”. Para tanto, conforme dissemos no resumo deste trabalho, realizaremos um entrecruzamento entre a Sociolinguística, a Linguística Aplicada (LA), A Análise do Discurso (AD) e os Estudos Culturais.

A seguir, descreveremos como esse trabalho será realizado. No tópico seguinte, partiremos das discussões de Moita Lopes (2009) sobre a Linguística Aplicada Indisciplinar, à qual recorreremos para destacar a necessidade de romper as fronteiras entre as disciplinas e buscar um referencial teórico que possibilite falar para o sujeito de nosso tempo. Essa questão nos leva diretamente às discussões de Foucault (2008) sobre o sujeito do enunciado e também de Hall (2006) sobre o sujeito da pós-modernidade.

Em seguida, traremos algumas considerações da Sociolinguística sobre a relação entre língua e sociedade (TARALLO, 2006), norma sociolinguística (LUCCHESI, 2015) e preconceito linguístico (BAGNO, 1999), para nos questionarmos sobre qual é a noção de língua presente nas postagens da página e como o falante é concebido nela.

Linguística Aplicada Indisciplina: o que ela tem a dizer para o sujeito de nosso tempo?

A Linguística Aplicada tem seu começo delimitado pelos estudiosos da área, dentre os quais Moita Lopes (2011) e Menezes *et. al.* (2011), a partir dos anos de 1940. Nesse contexto, a LA surge da necessidade de desenvolver materiais para o estudo de línguas estrangeiras durante a Segunda Guerra Mundial.

Há um percurso de instituição dessa área nos Estados Unidos, na Inglaterra e também no Brasil. No primeiro caso, esse início está ligado à realização do primeiro curso independente de LA na universidade de Michigan, em 1946, por iniciativa de Charles Fries e Robert Lado, à criação do periódico “*Language Learning: a Quarterly Journal of Applied Linguistics*”, também em 1946, e da Associação Internacional de Linguística Aplicada (AILA), em 1964. Já na Inglaterra, essa história se inicia com a criação do Departamento de LA de Edinburgh, em 1957, do qual saíram grandes nomes da área, como Corder, Widdowson e Davis.

E no Brasil, como se deu esse percurso? De acordo com Menezes *et. al.* (2011), essa trilha da LA em nosso país começa nos anos de 1970, com a criação do Programa de Pós-graduação em



Linguística Aplicada e Ensino de Línguas, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mais tarde denominado de LAEL. Nos anos de 1980, é criada, nessa mesma instituição, a Revista DELTA. Posteriormente, na Universidade de Campinas (UNICAMP), é criado o Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e a revista *Trabalhos em Linguística Aplicada*.

Nos anos de 1990 ocorre a institucionalização da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB). Será apenas nos anos 2000 que essa área, já tão produtiva em nível de Pós-Graduação, passará a integrar o currículo da graduação em Letras no Brasil. A determinação para isso ocorre em 2004, mas só se consolida em 2007, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Acrescente-se a isso o fato de que, durante muito tempo, essa instituição foi dependente do Centro de LA do Instituto de Idiomas Yázigi para desenvolver o ensino de LEs no curso de Letras por falta de profissional capacitado em nível de Pós-graduação, de acordo com Moita Lopes (1999).

Em todos os contextos acima descritos, a LA foi marcada, inicialmente, por um discurso de cientificidade, segundo Moita Lopes (2011), no qual o ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras buscava aplicar a Linguística teórica ao contexto escolar. Da mesma forma, durante muito tempo a área de ensino/aprendizagem de línguas foi o foco da LA. Atualmente, seu escopo é bem mais amplo.

Muitas discussões na área foram necessárias para que houvesse essa modificação no objeto da LA. No Brasil, por exemplo, o abandono dessa restrição ao contexto escolar e ampliação para outros contextos institucionais se torna mais visível a partir dos anos de 1990. Em nossa história, esses anos representam a saída de um longo período de ditadura militar e entrada na era da democracia, o que favorece a realização de várias reformas na educação.

Com isso, a orientação teórica dos trabalhos de Vygotsky e Bakhtin influencia fortemente o campo da educação e da própria LA, fazendo-a se orientar para a resolução de problemas decorrentes do uso da língua em contextos social, econômica e historicamente situados, dentro e fora da sala de aula. Situacionalidade passa a ser a tônica nesse momento e força a LA a não mais se limitar em termos de objeto e de referencial teórico.

Desde então, muito se tem falado em interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e indisciplinaridade na Linguística Aplicada. Isso tudo é reflexo das mudanças ocorridas no campo da tecnologia, da cultura, da economia e da própria história, na virada do século XX para o século XXI, fazendo com que as Ciências Sociais e Humanas se questionem, se repensem e se reconceituem.

Quanto a isso, cabe uma citação de Moita Lopes (2011, p. 18-19), ao afirmar que

Os questionamentos que as Ciências Sociais colocavam à modernidade e as indagações sobre



como o sujeito social era teorizado de forma homogênea, tendo as diferenças que o constituem apagadas no interesse de prestigiar aqueles colocados em posição de hegemonia nas assimetrias sociodiscursivas, foram fundamentais ao fazer o vasto campo das Ciências Sociais e Humanas se reterizarem em termos de visões pós-estruturalistas, feministas, antirracistas, pós-coloniais e *queer*. As implicações da redescrição do sujeito social são centrais nessa vertente e têm desdobramentos epistemológicos cruciais.

Assim, longe de pensarmos em um sujeito homogêneo, adotaremos, aqui, a concepção de sujeito presente nos trabalhos de Foucault (2008) e Hall (2006), os quais concebem um sujeito heterogêneo, dentro de uma discussão mais ampla sobre discurso, identidade e pós-modernidade.

Quanto à concepção de LA indisciplinar formulada por Moita Lopes (2011), ela decorre do fato de que as teorias das diversas disciplinas não dão conta de falar para o mundo de hoje, já que foram formuladas em outros contextos. Com isso, a LA precisa dar respostas aos problemas atuais que envolvem a linguagem.

A indisciplinaridade significa também não ser uma disciplina, mas uma área nômade, mestiça, que se cruza com outras e que atravessa fronteiras e se transforma continuamente (transdisciplinaridade). Para isso, é necessário abandonar o positivismo cientificista que a orientava quando do seu surgimento, não se limitando mais à Linguística, já que outras áreas do conhecimento podem contribuir para compreender as questões que envolvem a linguagem na atualidade. Também podemos formular respostas a essas questões nos entrecruzamentos disciplinares.

Moita Lopes (2011, p. 22) nos alerta para o desafio e risco do trabalho indisciplina.

Atravessar fronteiras no campo do conhecimento, assim como na vida, é expor-se a riscos. Mas um desafio que se deve encarar com humildade e com a alegria de quem quer entender o outro em suas perspectivas. A posição de fronteira é sempre perigosa, já que quem está além da fronteira é aquele que vai se apropriar de nosso conhecimento, vai falseá-lo ou usá-lo incorretamente. Mas ele vai também nos fazer refletir, pensar de outra forma ou ver o mundo com outro olhar. Em sociedades que se constituem de forma cada vez mais mestiças, nômades e híbridas, não seriam as epistemologias de fronteiras essenciais para compreender tal mundo?

Falar para os sujeitos de nosso tempo, portanto, implica sair dos limites de nossas disciplinas e buscar respostas junto a outros campos que possam nos dar contribuições e suprir nossas limitações. Essa busca por novos caminhos pode ser feita recorrendo a dois teóricos que pensam o sujeito da contemporaneidade, a saber: Foucault (2008) e Hall (2006).

Quanto a Foucault (2008), o sujeito é concebido em seus trabalhos como uma função enunciativa, ou seja, uma posição ocupada por alguém em um enunciado. Em sua concepção, o

enunciado seria uma função de existência, não pertencente ao domínio exclusivamente linguístico, caracterizada, entre outras razões, pela relação que mantém com um sujeito, o qual não é coincidente com o sujeito gramatical de primeira pessoa, e nem consigo mesmo de um enunciado a outro, podendo tal função ser exercida por distintos sujeitos.

Já Hall (2006) discute o tema do sujeito da pós-modernidade concebendo-o como possuidor de múltiplas identidades, as quais são possibilitadas pelo fenômeno da globalização, que estaria afetando a ideia que temos de unidade do sujeito, tão presente na concepção cartesiana influenciadora de toda uma tradição epistemológica, dentre as quais a de Saussure.

Dessa maneira, consideramos que o sujeito usuário da língua não realiza esse uso da mesma maneira em todas as ocasiões, visto que a cada ato enunciativo mobiliza uma de suas muitas identidades, adequando seu repertório linguístico ao seu propósito de dizer, ao interlocutor e ao nível de formalidade da situação. Assim, nossas análises nos levarão a questionar as instruções de uso correto da língua, presentes nas postagens da *fanpage* “Língua Portuguesa”, tendo em vista essa concepção de sujeito em pauta.

Considerações da Sociolinguística sobre a relação entre língua e sociedade, norma e preconceito linguístico

A chamada Sociolinguística variacionista ou quantitativa foi iniciada por Labov (daí também ser chamada de laboviana), certamente por inspiração em modelos teóricos já conhecidos por ele, seja negando-os, como o fez com a concepção de língua como homogênea, de Chomsky, ou dando continuidade às discussões neles presentes, como ocorreu com a concepção de língua como parte social da linguagem, postulada por Saussure, e com a relação entre língua e sociedade postulada por teóricos como Gumperz, Dell Hymes, William Bright, Antoine Meillet, Mikhail Bakhtin e Roman Jakobson.

Seus estudos iniciaram com o foco na variação linguística no nível fonético-fonológico. O primeiro deles, realizado em 1963, tratou do inglês falado na ilha de *Martha's Vineyard*, no Estado de *Massachusetts*, nos Estados Unidos. Em seguida, estudou o inglês falado em Nova York e em outros lugares do seu país.

Muitas outras pesquisas já foram realizadas no mundo todo, inspiradas nesse modelo teórico. Todas partem do fato de que a situação de existência da língua na sociedade é de um aparente caos, no qual as variantes linguísticas, que consistem em diferentes maneiras de dizer a mesma coisa, se



enfrentam e disputam a prevalência, refletindo as lutas dos seus usuários. Esse aparente caos é decorrente do caráter heterogêneo da língua, ou seja, do fato de que a comunidade linguística²⁷, o grupo de pessoas que fazem uso de uma dada língua e partilham certas experiências, é heterogênea.

Dessa forma, nossos usos da língua não são únicos. Além de serem influenciados por fatores de variadas ordens, tais como a procedência geográfica e os fatores sociais (escolaridade, nível socioeconômico, gênero, idade, religião, etc.), se adequam às diferentes circunstâncias de uso. Nas palavras de Tarallo (2006, p. 6), “a cada situação de fala em que nos inserimos e da qual participamos, notamos que a língua falada é, a um só tempo, heterogênea e diversificada”.

Nossos usos linguísticos ocorrem com o recurso ao repertório de variantes que construímos ao longo da vida, nas diversas situações de interação. Isso implica saber adequar tais variantes aos diversos contextos de uso.

A noção de “variantes linguísticas” é definida por Tarallo (2006, p. 8) como “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade”. Já a “variável linguística” é constituída por um conjunto de variantes.

Ainda de acordo com esse autor, essas variantes de uma língua concorrem entre si, de modo que vemos as oposições entre variantes nos seguintes termos: padrão e não padrão; conservadoras e inovadoras; de prestígio e estigmatizadas, com certa correlação entre elas. A ocorrência dessas oposições na avaliação das normas variantes da língua e nos próprios comportamentos linguísticos dos sujeitos reflete, de acordo com Lucchesi (2015), as situações de conflito social entre os grupos que compõe uma determinada comunidade de falantes.

Esse autor parte de uma concepção marxista de lutas de classe para asseverar que os grupos sociais avaliam as formas variantes na língua de distintas maneiras, refletindo disputas ideológicas, de classe, em torno dos bens sociais de produção e distribuição da riqueza. O reflexo dessas disputas é o estabelecimento de uma norma linguística padrão que discrimina todas as formas que não coincidem com ela.

Se concordarmos com Lucchesi (2015) que a institucionalização de uma norma padrão está relacionada à dominação de classe, teremos que sua difusão serve para a manutenção da unidade nacional, dominação política e exploração econômica, já que a norma que se estabelece como padrão é a variedade do grupo de *status* socioeconômico e cultural mais elevado.

²⁷ Compreendemos que há uma discussão sobre essa noção, que envolve as definições dadas por Labov, Guy e outros autores, mas não adentraremos nessa questão. Estamos mobilizando essa noção aqui apenas para exemplificar a intrínseca relação entre língua e sociedade postulada pela Sociolinguística.

As normas apresentadas pelas gramáticas prescritivas, por seu turno, são baseadas em um ideal de expressão correta, que, muitas vezes, não chega a coincidir nem mesmo com as formas aceitas e usadas pelos grupos mais cultos da sociedade, existentes no mundo real, mas sim com um ideal de língua.

As postagens da página “Língua Portuguesa” a serem analisadas possuem a mesma função exercida pela gramática normativa, pois nelas o foco é a língua falada/escrita padronizada em determinada fase de sua evolução, apontando normas para a correta utilização oral e escrita do idioma. Essa prescrição, de acordo com Lucchesi (2015), se pauta no uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos.

Lucchesi (2015) esclarece que a norma culta se define pela forma como os escritores do cânone literário usam a língua. No Brasil, os gramáticos usam como marco o romantismo para caracterizar o português em sua forma culta, mas muitas formas condenadas atualmente são encontradas nas obras de escritores consagrados.

Ocorre que, como a língua é heterogênea, os modelos de correção gramatical extraídos do cânone literário de uma determinada época contêm variações. Da mesma maneira, as formas como usaram a língua os escritores clássicos de várias épocas atestam que os parâmetros dos gramáticos mudam de época para época de acordo com fatores sociais e ideológicos dominantes.

Já a norma padrão se define pelas formas que a língua assume nas situações de maior formalidade e na sua expressão escrita. É a língua que se usa, ou cujo uso é requerido nos atos e documentos oficiais do Estado, nas cerimônias religiosas, nos textos sagrados e na alta cultura. A norma padrão brasileira de correção gramatical possui como parâmetro o português europeu, distante da língua falada no Brasil. Diante disso, qualquer variedade não padrão é considerada ruim, indesejável, independente do contexto em que ocorre.

Bagno (1999) compartilha com Lucchesi (2015) a opinião de que a norma culta, assim como outros bens sociais, são restritos a poucas pessoas no Brasil, já que se assenta na norma literária, na língua escrita, em um país onde os índices de analfabetismo são alarmantes. O resultado disso é o preconceito linguístico, um círculo vicioso a ser rompido.

Isso passa por uma mudança de atitude que inclui a elevação da autoestima linguística, a recusa de argumentos que visem menosprezar o saber linguístico individual, a imposição dos brasileiros como falantes competentes de sua língua materna, o respeito pela fala dos habitantes da zona rural e das classes sociais mais baixas, além de um posicionamento crítico diante dos comandos paragramaticais.



Bagno (1999) é categórico ao afirmar que a norma linguística prescrita no Brasil não corresponde ao que as pessoas consideradas cultas efetivamente utilizam nos dias de hoje, mas sim a um ideal linguístico preso ao português de Portugal, às concepções dos grandes escritores do passado, aos modelos da gramática latina, e ao gosto pessoal dos gramáticos. Aquilo que esta tradição chama de norma culta se baseiam exclusivamente na norma gramatical mais conservadora e prescritiva.

O autor critica os métodos tradicionais de ensino da língua no Brasil, que, segundo ele, em vez de formar bons usuários da língua em sua modalidade culta, parecem visar à formação de professores de português, pois apresentam uma obsessão terminológica e classificatória, e um apego à nomenclatura.

Para esse autor, outro modo de romper com o círculo vicioso do preconceito linguístico é reavaliar a noção que temos de erro linguístico, que se assenta em uma confusão entre língua em geral e escrita e ortografia oficial. Na concepção de Bagno (1999, p. 122) “uma elevada porcentagem do que se rotula de “erro de português” é, na verdade, mero desvio da ortografia oficial” a qual, para esse autor, não faz parte da gramática da língua, compreendidas aqui como as regras de funcionamento da língua, de conhecimento de muitas pessoas que não aprendem a ler e a escrever.

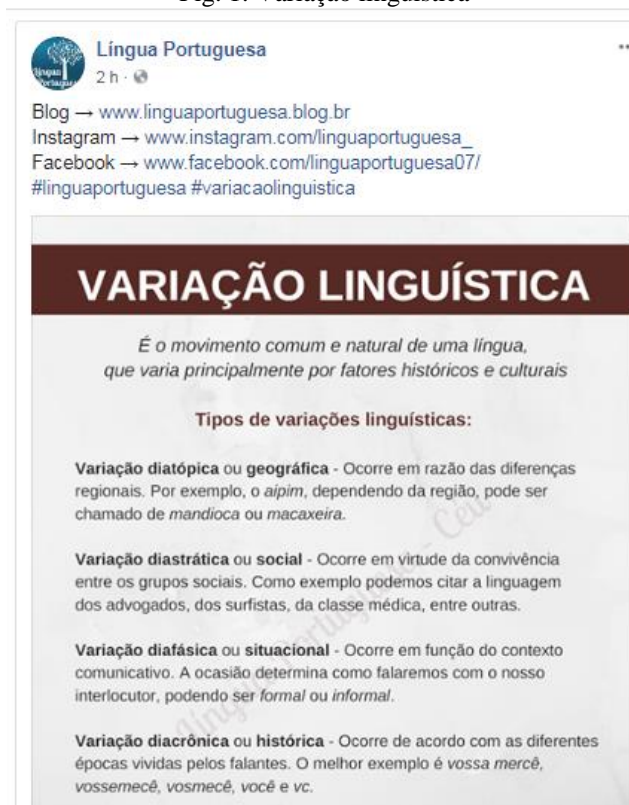
Bagno (1999) argumenta que a ortografia oficial é fruto de um gesto político, determinada por decreto após negociações e pressões de toda ordem. Com isso, em relação à língua escrita, seria pedagogicamente proveitoso substituir a noção de erro pela de tentativa de acerto. As noções de gramaticalidade e agramaticalidade seriam também alternativas à noção de erro. Além disso, o autor propõe que o uso da língua na modalidade oral e escrita seja guiado pelo equilíbrio entre dois eixos: o da adequabilidade e o da aceitabilidade, dependendo de “quem” diz, “o que” diz, “a quem” se diz, “como” diz, “quando”, “onde”, “por que” e visando “que efeito”. Isso porque o sujeito falante possui um repertório linguístico variável, assim como sua identidade.

Em vista dessas discussões, analisaremos, a seguir, as postagens com comandos gramaticais da página “Língua Portuguesa” no *facebook*.

Varição sociolinguística em rede: análise das postagens de Língua Portuguesa

Nesse tópico, traremos algumas postagens da página “Língua Portuguesa” que analisaremos. Mostramos, a seguir, o primeiro enunciado a ser analisado, no qual temos uma abordagem conceitual do tema em pauta, qual seja: “variação linguística”.

Fig. 1: Variação linguística



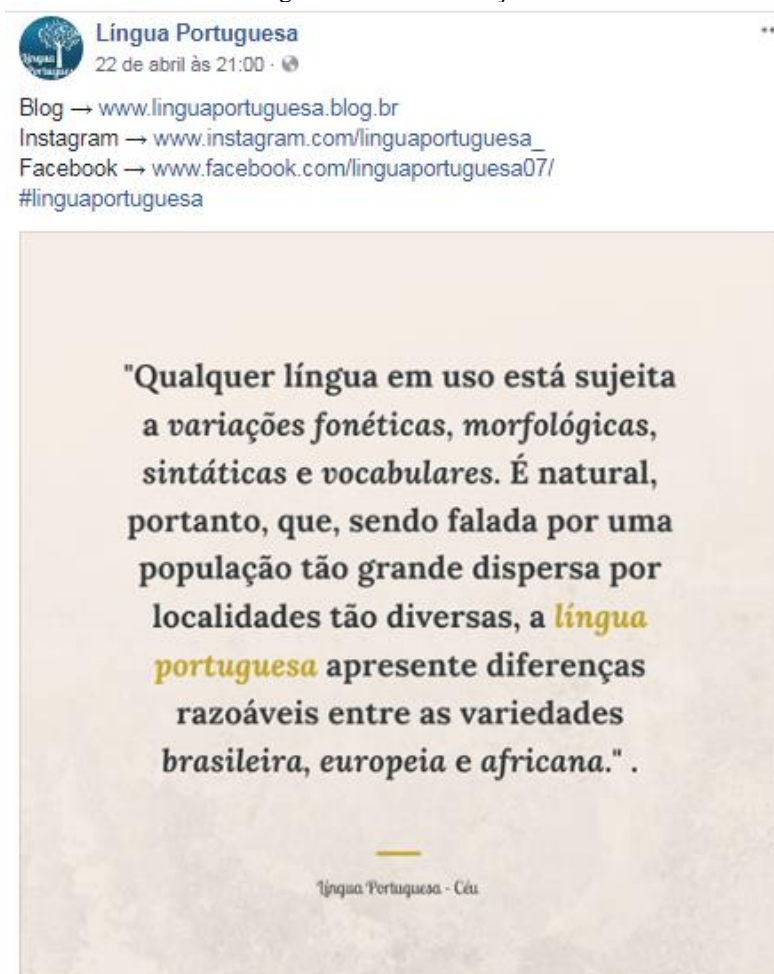
Fonte: <https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/>

Nessa postagem, que se intitula “variação linguística”, são explicados quatro (4) tipos de variação linguística, a saber: variação diatópica ou geográfica, variação diastrática ou social, variação diafásica, ou situacional e variação diacrônica ou histórica. Na explicação de cada uma, tem-se as razões de sua ocorrência. A primeira se deve às diferenças regionais; a segunda ocorre em função da convivência entre grupos sociais; a terceira, em virtude da formalidade ou informalidade da situação comunicativa. Já a quarta se deve às diferentes épocas vividas pelos falantes.

Esse quarto tipo de variação linguístico é comumente chamado pelos estudiosos da Sociolinguística de “mudança linguística”, um fenômeno que ocorre quando a estabilidade característica da variação linguística é rompida devido à suplantação de uma das variantes (CEZÁRIO & VOTRE, 2008). Trata-se de um fenômeno de ordem diacrônico, observado em um decurso temporal, e não um fenômeno da ordem sincrônica, verificado em um dado estágio da língua, o que caracteriza a variação linguística.

Esse mesmo tema é discutido na postagem que mostramos a seguir, na qual se leva em consideração a modalidade oral para tratar da variação nos seguintes níveis linguísticos de descrição: fonético, morfológico, sintático e “vocabular” (ou lexical).

Fig. 2: Níveis de variação



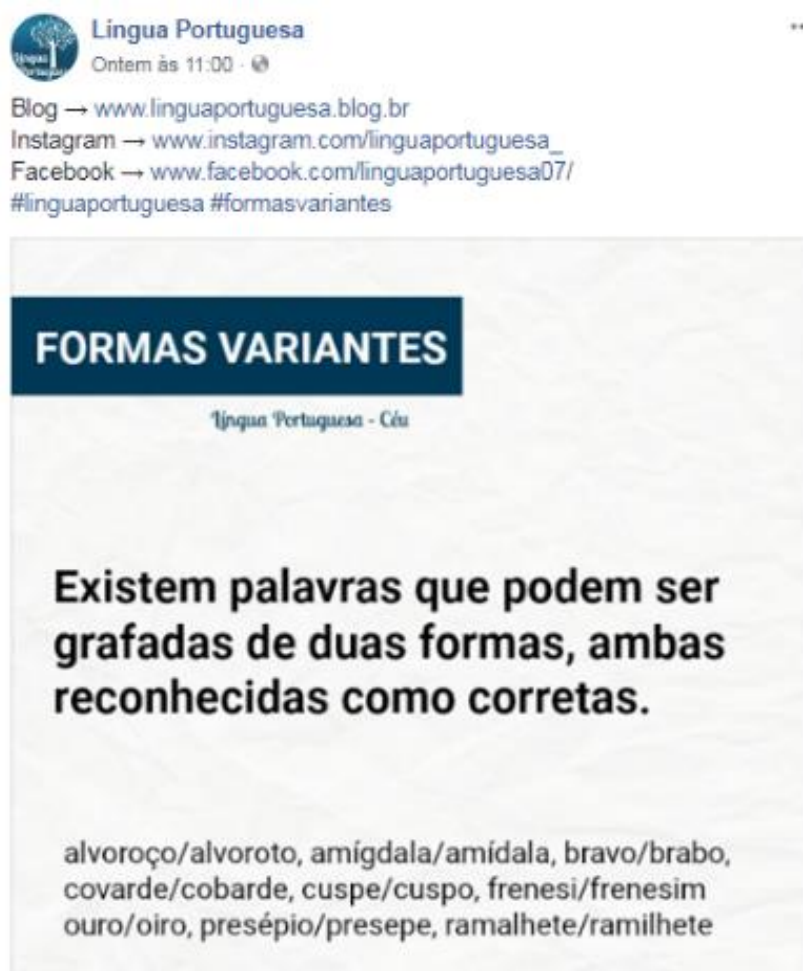
Fonte: <https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/>

O que nos chama a atenção é que, embora a página considere a variação um fenômeno natural da língua falada, são apontadas diferenças consideradas “razoáveis” entre as variedades linguísticas do Brasil, de Portugal e de países africanos, e não as variações no modo de falar o português dentro do próprio Brasil.

Essa postagem tem como uma das possibilidades de leitura que a variação linguística é um fenômeno que não ocorre dentro de um mesmo país, reforçando a ideia de unidade da língua nacional, uma das armas a favor do preconceito linguístico, de acordo com Bagno (1999), e também minimiza o fato de que existem diferenças no uso linguístico de diferentes países que falam um mesmo idioma.

Na postagem a seguir, com o título “Formas variantes”, a *fanpage* privilegia a modalidade escrita da língua para explicar a variação na grafia de algumas palavras.

Fig. 3: Formas variantes



Fonte: <https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/>

Embora reconheça explicitamente a possibilidade da existência de formas variantes, a postagem mostra palavras que possuem duas possibilidades de grafia, sendo as duas formas consideradas corretas pela norma padrão. Nesse sentido, essa postagem possui teor não apenas descritivo, mas também caráter normativo, ao explicar as formas de grafar que são aceitas, e um viés prescritivo, ao considerar critérios de correção normativa para dar tais sugestões ao seu leitor de qual forma utilizar quando necessário.

Na postagem que segue, o tema da variação linguística ocorre sem maiores discussões e conceituações, pois é guiado puramente pela pergunta “qual o nome desses objetos na região em que você mora?”, e pela apresentação de quatro imagens:

Fig. 4: Variação diatópica



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.271773609503284.88234.271668552847123/2555545611126061/?type=3&theater>

Como vemos, trata-se de uma enquete que objetiva detectar variações linguísticas do tipo geográfica no nível lexical para termos que, de acordo com a normal padrão da língua portuguesa brasileira, são os seguintes, respectivamente: pipa, pão francês, tangerina e semáforo. Algumas possibilidades de variação para tais termos são papagaio, pão massa-grossa, mexerica e sinal.

Já na postagem que mostramos a seguir, na qual o tema da variação geográfica regional é repetido, temos uma explicação para a ocorrência da variação linguística e a imagem da fruta tangerina, seguida dos termos variantes utilizados em diversas regiões do país para se referir a tal fruta.

Fig. 5: Variação lexical



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.271773609503284.88234.271668552847123/2547862105227745/?type=3&theater>

Como vemos, a postagem pede um “viva” à variação linguística e destaca que a variação diatópica, regional ou geográfica decorre da localidade: seja país, estado ou cidade, ampliando a rasa explicação dada para esse mesmo fenômeno na primeira postagem aqui mostrada.

Ocorre que o tom eufórico presente nessa postagem contrasta sobremaneira com as demais postagens da página, que enfatizam a utilização da norma padrão, propõem exercícios nos quais se pede a correção de termos considerados errados, e até ridicularizam a utilização da ortografia não oficial em certas palavras, desconsiderando o fato de que, conforme Bagno (1999), essa ortografia é fruto de acordos e pressões.

É o que ocorre na postagem que segue, na qual temos uma imagem de quatro rapazes em uma área periférica de uma cidade não identificada. Eles estão finalizando a pintura de uma rua, com a lata de tintas ainda no chão e o pincel na mão de um deles:

Fig. 5: erro ortográfico



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.947054538641851.1073741829.271668552847123/2567660949914527/?type=3&theater>

Diante dessa imagem, sobressai a escrita da palavra “eqiça”, em lugar de “hexa”, considerada a forma padrão da palavra pretendida. O que a postagem está tentando chamar atenção, sem dar detalhes em legenda, é para a grafia dessa palavra em desacordo com a norma padrão, mostrando que pessoas economicamente carentes não dominam a escrita oficial da língua portuguesa, sem discutir as possíveis razões sociais para que isso aconteça e apontar soluções para os problemas sociais do país.

Trata-se, assim, de uma demonstração de um preconceito que é linguístico e social, como bem destaca Bagno (1999) em suas discussões, e que incita à ridicularização do outro pelo seu desconhecimento da norma padrão da língua, cujo aprendizado requer anos e anos de escolarização, sem garantia de seu pleno domínio. A idealizadora da página perde a oportunidade de manter sua postura de reconhecimento da variação linguística, decorrente da heterogeneidade da língua e da relação dessa com a sociedade, ao optar por assumir uma atitude preconceituosa e corretiva em

relação ao modo de utilizar a língua de sujeitos desfavorecidos.

O mesmo ocorre na postagem que segue, na qual se compartilha o link do blog linguaportuguesa.blog.br, com o título “nossa língua merece cuidados!” e o subtítulo “nossa língua merece cuidados! Uma triste realidade da língua portuguesa...”.

Fig. 7: erro ortográfico 2



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.947054538641851.1073741829.271668552847123/2567660949914527/?type=3&theater>

O que vemos como atestador da triste realidade da Língua Portuguesa é a imagem de uma parede identificando uma borracharia em uma casa simples, certamente de um profissional com baixa escolaridade, na qual é possível ver os seguintes termos grafados em desacordo com a norma oficial de ortografia: “borraxeiro” e “al”.

A postagem assume um tom conservador ao lamentar o fato de que algumas pessoas não dominam a ortografia oficial da língua, sem se preocupar em tentar levantar as razões para essa falta de domínio. Cabe aqui mais uma referência a Bagno (1999), quando ele defende que o que leva à ocorrência do erro ortográfico é a tentativa de acerto, diante das variadas possibilidades de representação fonológica para fonemas da língua portuguesa. Assim, quem escreve “borraxeiro” e “al” não faz por que quer errar, mas em uma tentativa de acerto, o mesmo podendo ser dito de “eqiça”.

Mostramos, a seguir, algumas postagens que também tratam do tema da variação linguística, embora não de modo declarado. Na que apresentamos a seguir, trata-se da dúvida na forma de utilização do termo “usufruir” em decorrência da regência verbal, tema que necessita de conhecimentos tanto implícitos como de escolarização para que seja dominado pelo falante competente da língua.

Fig. 8: correção gramatical



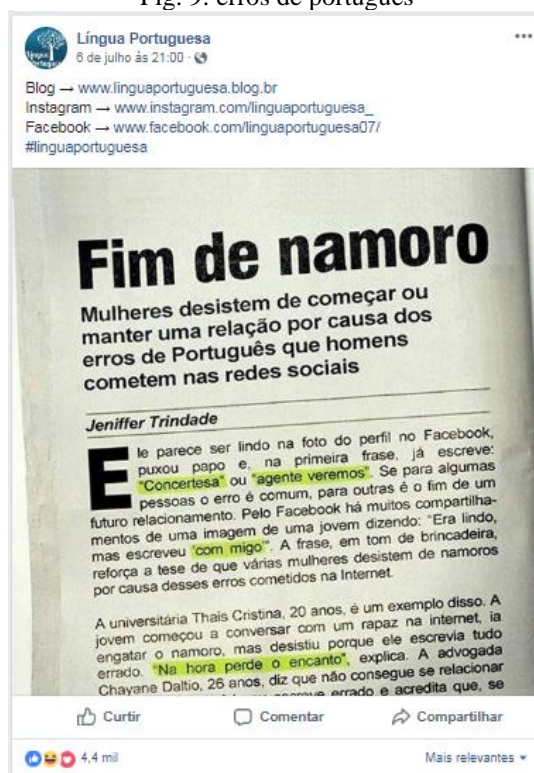
Fonte: <https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/>

A postagem esclarece ao leitor da página a regência do verbo *usufruir*, explicando que é um verbo que pode ser transitivo direto ou transitivo indireto e, como tal, considera como correta a sua utilização com ou sem a preposição “de”. Há, assim, um discurso instrutivo e normativo presente nessa postagem, posto que ela está circulando nesse espaço midiático com a mesma função de uma gramática normativa, pertencente aos chamados gêneros instrucionais.

Outra postagem vai tratar desse tema a partir de um recorte de uma reportagem de jornal, de autoria de Jeniffer Trindade, com o título “fim de namoro” e o subtítulo “mulheres desistem de começar ou manter uma relação por causa dos erros de Português que homens cometem nas redes

sociais”.

Fig. 9: erros de português



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.271773609503284.88234.271668552847123/2569418696405419/?type=3&theater>

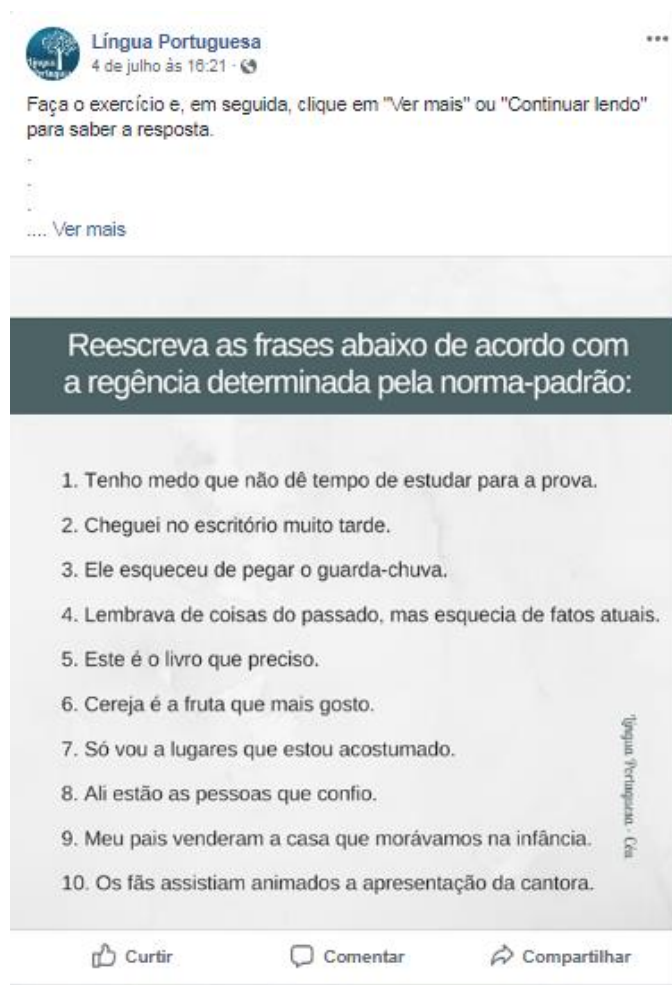
A reportagem não é apresentada na íntegra, mas no excerto visível na postagem são destacadas as palavras “concertesa”, “a gente vamos” e “com migo”, que nos dão uma ideia do posicionamento da autora acerca das noções de erro e correção gramatical.

Esses termos destacados são referenciados como erros de português, mas o que vemos são erros de ortografia, que em nada comprometem a comunicação entre os sujeitos, e nem atestam o conhecimento sobre o funcionamento do sistema da língua por parte dos sujeitos que desconhecem a ortografia oficial.

Além disso, para a reportagem, esses erros seriam atributos dos homens e são considerados por algumas pessoas como comuns e por outras como motivo para que as mulheres pusessem fim a uma possível relação.

Na postagem a seguir, a norma padrão é evocada como critério de correção. Ela apresenta uma série de frases e pede que o leitor as corrija em consonância com a norma padrão de utilização da regência.

Fig. 11: norma padrão



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.271773609503284.88234.271668552847123/2572421629438459/?type=3&theater>

Bagno (1999) critica esse tipo de exercício, muito comum em alguns livros didáticos de língua portuguesa e gramáticas, por considerar que veiculam preconceito linguístico com as formas coloquiais de utilização da língua. O que vemos em todas essas frases são regências verbais que estão em consonância com a utilização corrente no dia-a-dia mesmo por pessoas com alto grau de instrução e consideradas falantes cultos da língua. Ocorre que a página tem um propósito específico: ensinar a norma padrão da língua aos seus seguidores, mesmo quando fala em variação linguística.

A mesma visão normativa e corretiva é veiculada na postagem que segue.

Fig. 12: norma e erro



Fonte:

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.271773609503284.88234.271668552847123/2566034870077135/?type=3&theater>

A postagem apresenta duas mãos: uma em sinal de desaprovação, colorida de vermelho mostra as palavras comumente grafadas em desacordo com a norma padrão da língua portuguesa na escrita em ambientes virtuais, e outra, colorida de verde, em sinal de aprovação, mostra as formas dessas mesmas palavras de acordo com a norma.

A apresentação das formas alternativas das palavras é precedida de um convite ao seguidor da página: “vamos divulgar?”. A página estaria, assim, realizando uma espécie de campanha de normalização linguística, objetivando suplantar a escrita não normativa e implantar a forma adequada no imaginário social.

Em outra postagem, que também não explicita que está tratando do tema da variação linguística, temos uma ululante demonstração de preconceito linguístico, feita pela mesma página que tantas vezes se coloca como reconhecadora da existência do fenômeno da variação linguística, como algo

própria a todas as línguas, em decorrência de seu caráter social, mas que aqui, como podemos observar, se posiciona como um paladino do uso normativo da língua, salvaguardando e prescrevendo o uso considerado correto.

Fig. 13: Erro ortográfico 3



Fonte: <https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/>

Diante do fato de que muitas pessoas escrevem a forma “nada haver” na *internet* em lugar da forma padrão “nada a ver”, posto como um fato de conhecimento geral de seus leitores, que ao mesmo tempo são internautas, a página, mais uma vez, se posiciona como prescritiva dos usos normativos da língua, em vez de explicar as razões pelas quais as pessoas empregam tal forma linguística em sua escrita no ambiente virtual. Isso seria, além de uma atitude de respeito, um reconhecimento de que o sujeito falante assume diferentes papéis sociais e estes são acompanhados de distintos usos da língua, adequados às suas situações comunicativas.



Conclusões

A sociedade atual é marcada pela hiperssemiotização (MOITA LOPES, 2011, p. 19) e a mídia é a principal mediadora das relações entre os sujeitos. Os enunciados que circulam na página “Língua Portuguesa” produzem alguns sentidos sobre essa língua e dizem ao sujeito como devem utilizá-la.

A administradora da referida página comporta-se como alguém que ignora que o sujeito atual é composto de várias identidades e, como tal, participa de várias situações de interlocução, fazendo com que o uso da língua seja adequado a cada um delas. Essa premissa, presente na concepção diafásica de variação linguística, mostra-nos que não existe apenas uma maneira correta de utilizar a língua, mas que cada uma depende do contexto de interação verbal e dos interlocutores que dela participam.

Dessa maneira, as prescrições normativas da página inscrevem-se em uma tradição para a qual o domínio da língua padrão, sobretudo na modalidade escrita, é um elemento de distinção social, de dominação dos letrados sobre os iletrados. A linguagem, nesse viés, é um instrumento de controle exercido por aqueles que detêm o conhecimento da língua escrita, ocultando o saber de quem não teve acesso a ela ou teve de modo insuficiente ou precário.



Referências

- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 31. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- CEZÁRIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 141-155.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. 236 p.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MENEZES, Vera; GOMES, Iran Felipe; SILVA, Maria Morena. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar (Orgs.). *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 25-50.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Fotografias da Linguística Aplicada no Campo de Línguas Estrangeiras no Brasil. *D.E.L.T.A.*, Vol. 15, N.º ESPECIAL, 1999.
- _____. Da aplicação Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar (Orgs.). *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2011. p.11-24.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 8. Ed. São Paulo: Ática, 2007.

Submissão: agosto de 2018

Aceite: novembro de 2019



AQUISIÇÃO VARIÁVEL DE SEQUÊNCIAS TRICONSONANTAIS POR APRENDIZES CAMPINENSES DE INGLÊS COMO L2

VARIABLE ACQUISITION OF TRICONSONANTAL SEQUENCES BY LEARNERS OF ENGLISH AS AN L2 FROM THE CITY OF CAMPINA GRANDE (PB)

FELIPE SANTOS DOS REIS

feliperejs@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba

RUBENS MARQUES DE LUCENA

rubenslucena@yahoo.com

Universidade Federal da Paraíba

Resumo: Este estudo sociolinguístico (LABOV, 1972/2008) tenciona descrever o papel da sonoridade na aquisição de um padrão variável do inglês por parte de aprendizes campinenses de L2, focalizando, mais especificamente, a produção de sequências triconsonantais do tipo Ct/d]oC. Para tanto, 24 sujeitos foram convidados a se submeter a dois instrumentos de coleta em inglês, o que levou a um total de 1.071 ocorrências do fenômeno. As produções foram capturadas em áudio e submetidas à análise multivariada por meio do programa GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Os resultados indicam que a sonoridade das consoantes anteriores é estatisticamente significativa para a aplicação de estratégias de reparo, seguindo princípios universais de boa formação da sílaba, a exemplo do Princípio do Ciclo de Sonoridade, proposto por Clements (1990).

Palavras-chave: Sociolinguística variacionista; Aquisição fonológica; Sequências triconsonantais; Inglês como L2.

Abstract: This sociolinguistic study (LABOV, 1972/2008) aims to describe the role of sonority in the acquisition of a variable pattern from English by L2 learners from the city of Campina Grande in the state of Paraíba, Brazil, by focusing on the production of triconsonantal sequences of the type Ct/d]oC. To that end, 24 subjects were invited to submit to two data collection instruments, which led to a total of 1,071 tokens of the phenomenon. The outputs were captured in audio and submitted for multivariate analysis using GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). The results indicate that the sonority of the preceding consonants is statistically significant for the application of repair strategies, following universal principles of syllable well-formedness, such as the Sonority Cycle Principle proposed by Clements (1990).

Keywords: Variationist sociolinguistics; Phonological acquisition; Triconsonantal sequences; English as an L2.

Introdução

É patente que as estruturas da língua nativa influenciam sobremaneira a produção de falantes não nativos(as) em uma dada língua estrangeira, sobretudo em estágios iniciais do processo de aquisição dessa língua não nativa (BROSELOW; CHEN; WANG, 1998; LUCENA; ALVES, 2010).

Portanto, pode-se pertinentemente afirmar que o sistema gramatical da L1 desempenha um papel fundamental na aquisição de uma L2, na medida em que corresponde ao ponto de partida para os aprendizes. Contudo, o processo de aprendizagem tardia de uma língua adicional àquela adquirida durante a infância é consensualmente caracterizado por ser multifacetado e complexo, de modo que a L1 de aprendizes corresponde a apenas um dos diversos fatores que exercem influência no desempenho oral na língua-alvo.

Diante da complexidade inerente ao processo de Aquisição de Segunda Língua (ASL), a investigação almejada aqui tenciona investigar o comportamento de aprendizes campinenses de inglês como L2 no processo de aquisição de um padrão variável amplamente discutido na literatura a partir da noção de unidade mínima²⁸ da hierarquia prosódica, tal como preconizada por Selkirk (1995, 2003) e Bisol (1996), ou seja, a partir da sílaba. Assim, faz-se oportuno ressaltar o status dessa unidade fonológica que constitui o componente fonológico da gramática:

O importante é que, sem dúvida alguma, a sílaba é uma unidade fonológica, ou seja, uma unidade prosódica. E, como todo constituinte, tem um cabeça que, em português, é sempre uma vogal, o elemento de maior sonoridade, e tem seus dominados, as consoantes ou glides que a cercam. A sílaba é, pois, a categoria basilar da hierarquia prosódica e seu domínio é a palavra fonológica, ainda que intermediada pelo pé métrico (BISOL, 1996, p. 245).

Como é possível perceber, a sílaba corresponde à menor categoria da hierarquia prosódica. Isso significa que esse constituinte está exhaustivamente contido na categoria superior de que faz parte, i.e., do pé métrico, e não é composto de uma ou mais unidades da categoria imediatamente mais baixa, haja vista ser a mais basilar. Vejamos, no Quadro 2, a ordem em que os constituintes se encontram organizados na hierarquia prosódica, a partir de Bisol (1996):

Quadro 1 – Hierarquia prosódica

Constituintes Prosódicos	Notação
Enunciado	U (<i>Utterance</i>)
Frase entoacional	I (<i>Intonational Phrase</i>)
Frase fonológica	Φ
Grupo clítico ²⁹	C ³⁰
Palavra fonológica	Ω
Pé métrico	Σ
Sílaba	Σ

Fonte: Bisol (1996, p. 230).

²⁸ Como Bisol (1996) esclarece, há teorias que estabelecem a mora como sendo a menor unidade da hierarquia prosódica.

²⁹ Selkirk (1995, 2003) exclui a categoria do Grupo Clítico da Hierarquia Prosódica. O importante aqui, no entanto, é o fato de que, independentemente da inclusão ou exclusão do Grupo Clítico na escala prosódica, a sílaba continua sendo o constituinte prosódico mínimo nessa proposta de estrutura prosódica, que não considera a mora (μ) como unidade mínima.

³⁰ A notação “C” é utilizada neste trabalho com referência à consoante, e não ao grupo clítico.

Convém ressaltar ainda que o estudo aqui proposto focalizará, mais especificamente, a variação no processo de aquisição de sequências consonantais³¹ da língua inglesa caracterizadas pela ocorrência das oclusivas coronais (t, d) entre duas consoantes heterossilábicas. Em outros termos, as sequências consonantais de interesse para esta investigação dizem respeito àquelas em que as mencionadas obstruintes preenchem a última posição de codas complexas que ocorrem em posição medial de palavras, sendo seguidas por outra consoante no ataque da sílaba subsequente. Nosso interesse por esse tipo específico de sequência consonantal heterossilábica se deve a algumas diferenças no que concerne à estruturação interna das sílabas no inglês e no português, bem como às estratégias específicas de cada língua para lidar com esse tipo de sequências consonantais.

Diante do exposto, levando-se em conta a complexidade inerente ao processo de aprendizagem de uma L2 e a escassez de estudos com foco nos dialetos falados na região Nordeste do Brasil, este estudo, sociolinguisticamente orientado, tenciona responder às seguintes perguntas de pesquisa:

- a) como atua o grupo de fatores mais significativo na aplicação de estratégias de reparo a sequências consonantais do tipo Ct/d]eC por aprendizes de inglês como L2 naturais de Campina Grande (PB)?

O papel da sonoridade na silabação

Clements (1990) defende que existem regularidades significativas no que concerne à estrutura silábica das diversas línguas do mundo, e a organização de sequências de fonemas em estruturas silábicas pode ser explicada com base na noção de Ciclo de Sonoridade, um princípio desenvolvido e proposto pelo autor. Partindo-se do pressuposto de que a escala de sonoridade é construída na teoria fonológica como parte da gramática universal, Clements (1990) propõe um modelo formal para uma teoria de representação da sílaba que envolve dois princípios norteadores, o Princípio de Silabação de Base e o Princípio de Dispersão, os quais, considerados em conjunto, implementam o Princípio de Ciclo de Sonoridade (PCS).

De acordo com Clements (1990, p. 24, tradução nossa), “[o] Princípio de Silabação de Base

³¹ Adotamos a terminologia proposta por Pulgram (1965), que distingue os termos “encontro” (“*cluster*”) e “sequência” (“*sequence*”) com relação às possíveis combinações de sons consonantais dentro das palavras. Segundo o autor, os encontros consonantais envolvem a co-ocorrência de consoantes dentro da mesma sílaba. As sequências consonantais, por outro lado, referem-se ao contato entre consoantes através dos limites das sílabas, isto é, sequências de coda-ataque em posição interna de palavras.

(PSB) expressa uma generalização sobre a forma como sequências de segmentos são comumente organizadas em sílabas.” Com vistas à formulação de tal princípio, o autor lança mão de uma escala de sonoridade, tal como exibida na Fig. 1, em que O = Obstruintes, N = Nasais, L = Líquidas, G = Glides e V = Vogais:

Figura 1 – Escala multivalorada de sonoridade

O	<	N	<	L	<	G	<	V	
-		-		-		-		+	“silábico”
-		-		-		+		+	/ocoide
-		-		+		+		+	\proximante
-		+		+		+		+	oante
<hr/>									
0		1		2		3		4	anque (sonoridade relativa)

Fonte: Clements (1990, p. 292).

Como é possível observar na escala de sonoridade proposta por Clements (1990), a caracterização da sonoridade dos sons de uma dada língua é realizada de acordo com uma escala multivalorada, cujos valores são derivados da soma que os grupos de sons possuem nas especificações da presença (ou ausência) dos traços de classes principais, i.e., [silábico], [vocoide], [aproximante] e [soante]. Embora lance mão da teoria tradicional de traços distintivos, a escala não utiliza a classificação fonológica padrão, que opera em termos de valores binários. Assim, as obstruintes são classificadas como possuindo um valor zero de sonoridade, na medida em que são caracterizadas pela ausência (-) dos quatro traços de classes principais, i.e., [-silábico], [-vocoide], [-aproximante] e [-soante].

De modo geral, existem dois tipos básicos de sílabas: aquelas que obedecem ao PSB, classificadas como “simples” ou “não marcadas”, e aquelas que violam o PSB e, por conseguinte, designadas “complexas” ou “marcadas”. A conformidade (ou violação) das sílabas ao PSB toma como referência três passos que compõem o algoritmo de Clements (1990):

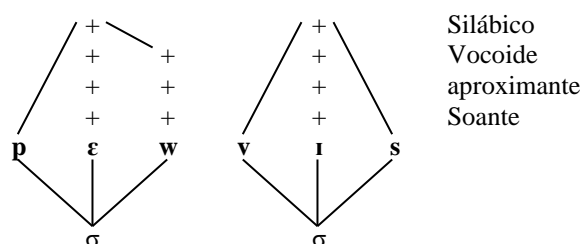
- associe cada segmento [+silábico] a um nó silábico;
- dado P (um segmento não silabado), precedendo Q (um segmento silabado), ligue P à sílaba contendo Q apenas se P tiver um grau de soância mais baixo que Q (iterativo³²);
- dado Q (um segmento silabado) seguido por R (um segmento não silabado), ligue R à sílaba contendo Q apenas se R tiver um grau de soância mais baixo que Q (iterativo).

Fonte: Clements (1990, p. 299, tradução nossa).

³² Por “iterativo”, entende-se que, enquanto houver sílabas com tal configuração, a execução do passo deve ser repetida até que a condição de parada seja satisfeita.

Como é possível observar a partir das mencionadas ações, a silabação ocorre em três etapas: primeiramente, há a associação de um segmento [+silábico] a um nó silábico; em seguida, há a formação do ataque com um segmento que preceda o nó silábico e apresente grau de soância mais baixo que o núcleo; por fim, há a formação da coda com um segmento que se suceda ao núcleo e que também apresente grau de soância mais baixo que o nó. Com base no PSB, vejamos, na Fig. 2, a silabação do vocábulo “pélvis” a partir das mencionadas regras:

Figura 2 – Silabação da palavra “pélvis” segundo o PSB



Fonte: Adaptada de Silva (2010, p. 42).

Seguindo as regras do PSB, teríamos os segmentos [+silábicos], i.e., [ε,i], associados aos nós silábicos na primeira iteração e, justamente por já se encontrarem silabados, se configurariam como Q das regras. Tendo as obstruintes [p] e [v] um valor de sonoridade nulo, conforme essa escala da Fig. 2 – que segue o modelo de Clements (1990) –, podemos ligá-las às sílabas contendo [ε,i] na primeira iteração, conforme a alínea b, pois essas obstruintes têm um grau de soância mais baixo que o das vogais. Após a formação de [pε] e [vi], podemos, então, seguir o passo na alínea c, ou seja, a segunda iteração, com a formação da coda, em que ambos os segmentos [w] e [s] também apresentam graus de soância menores que o dos núcleos, equivalentes a 3 e 0, respectivamente. A ordenação desses três passos para a silabação revela uma precedência à esquerda, a qual pode ser observada nas línguas de modo geral e possibilitou a formulação do *Princípio de Maximização do Ataque, segundo o qual encontros consonantais intervocálicos são geralmente divididos de modo a maximizar o ataque silábico, ao invés da coda, que é considerada a posição mais débil da estrutura silábica* (SELKIRK, 1982), podendo apresentar, portanto, grande variação, como pode também ser observada no PB (cf. HORA; PEDROSA; CARDOSO, 2010).

Já o Princípio de Dispersão, por sua vez, Clements (1990) parte da visão de que a sílaba é dividida em duas partes parcialmente sobrepostas, designadas “demissílabas”, em que o núcleo pertence a ambas – ao invés de possuir uma estrutura hierarquizada composta de ataque, núcleo e coda. O autor esclarece que a razão para lançar mão de tal noção reside no fato de que o perfil de

sonoridade da demissílaba inicial não possui dependência alguma com o da demissílaba final, de modo a melhor fundamentar essa dispersão de sonoridade. Dessa forma, a diferença de sonoridade entre os elementos silábicos marginais e o núcleo deve apresentar uma distância maior na relação ataque-núcleo e, conseqüentemente, a relação núcleo-coda seria caracterizada por um *decrécimo mínimo*. Assim sendo, as línguas naturais parecem preferir em suas posições pós-nucleares consoantes com níveis de sonoridade relativamente mais altos. Outra implicação que tal princípio acarreta diz respeito à ocorrência menos restrita de consoantes no ataque, comparada à coda silábica, cujo preenchimento geralmente se configura por ser um tanto limitado em relação às consoantes licenciadas.

Metodologia

A fim de realizar a pesquisa, dados foram coletados com aprendizes de inglês como L2 naturais do município de Campina Grande, a segunda maior cidade do estado da Paraíba. Um total de 24 informantes foi convidado a participar do estudo e, mediante aceitação do convite e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, lhes foi solicitado que lessem uma lista de 160 palavras em inglês, todas inseridas na frase-veículo “*The word is...*”. De modo geral, 43 dessas frases-veículo contêm vocábulos com sequências com (t,d) flanqueados por duas consoantes heterossilábicas. Como forma de evitar a conscientização por parte dos(as) informantes acerca do padrão variável de interesse, as 43 palavras cruciais foram mescladas com 117 palavras distratoras.

Além da leitura de 160 frases-veículo, a coleta de dados orais também foi realizada com o auxílio de outro instrumento: a elicitación de palavras contendo as sequências consonantais de interesse a partir de imagens, como se pode ver na Figura 3:

Figura 3 – Conjunto de imagens exibido no segundo instrumento de coleta



Fonte: Elaborada pelos autores.

Os dois instrumentos foram expostos aos indivíduos na tela de um computador portátil por meio de arquivos de apresentação do *Microsoft PowerPoint* (.ppt). Todas as produções geradas foram capturadas em áudio através do *software Audacity*, v. 2.0.6 (MAZZONI; DANNENBERG et al., 2014) e, em seguida, codificadas, a fim de receber tratamento estatístico via *GoldVarb X*, v. 3.0b3 (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005).

Os 24 sujeitos, sendo 12 do gênero masculino e 12 do gênero feminino, foram distribuídos equitativamente nos níveis básico, intermediário e avançado de proficiência em L2, compreendendo, portanto, quatro informantes do gênero masculino e quatro do gênero feminino em cada um desses três estágios de aprendizagem. Esses indivíduos foram selecionados aleatoriamente, atendendo às especificações de estratificação detalhadas no Quadro 2, e serão designados(as) doravante da seguinte maneira:

Quadro 2 – Informações sobre a população de informantes

Nomes codificados	Gêneros	Níveis de proficiência em L2	Faixas etárias
M1	Mulheres cis	Básico	Jovens
M2			Adultas
M3			Jovens
M4			Adultas
M5		Intermediário	Jovens
M6			Adultas
M7			Jovens
M8			Adultas
M9		Avançado	Jovens
M10			Adultas
M11			Jovens
M12			Adultos
H1	Homens cis	Básico	Jovens
H2			Adultos
H3			Jovens
H4			Adultos
H5		Intermediário	Jovens
H6			Adultos
H7			Jovens
H8			Adultos
H9		Avançado	Jovens
H10			Adultos
H11			Jovens
H12			Adultos

Fonte: Elaborado pelos autores.

Caracterização da variável dependente

As palavras que apresentam as sequências consonantais de interesse para o presente estudo são amplamente caracterizadas por serem bimorfêmicas, de modo geral, podendo ser formadas a partir de sufixos (-ness, -ly, -ment, -ful, etc.) ou por meio da composição (“text+book”, “soft+cover”, “hand+ball”, etc.). Assim, temos a ocorrência de /t,d/ na última posição das codas mediais complexas que compõem a estrutura silábica de radicais (no caso de palavras formadas por sufixos) ou de modificadores (nos substantivos compostos). Os sufixos e cabeças, por sua vez, apresentam o ataque preenchido por uma consoante, resultando em sequências do tipo detalhado na alínea a:

a) sequência consonantal em foco:

$$- C \quad C]_{\sigma} \quad C$$
$$\left[\begin{array}{l} - \text{soan} \\ - \text{cont} \\ + \text{cor} \\ + \text{ant} \end{array} \right]$$

Conjecturamos que as saídas contendo as sequências consonantais em foco sejam produzidas por falantes campinenses de inglês como L2 com o uso de três possíveis variantes, quais sejam:

a) sem aplicação de qualquer regra:

$$- C \text{ t/d}]_{\sigma} C$$

b) com aplicação da regra da L1 de epêntese vocálica:

$$- \emptyset \longrightarrow [i] / \left\{ \begin{array}{l} [t] \\ [d] \end{array} \right\} \text{ —}]_{\sigma}$$

c) com aplicação da regra da L2 de simplificação da sequência consonantal:

$$- \left\{ \begin{array}{l} /t/ \\ /d/ \end{array} \right\} \longrightarrow \emptyset / C \text{ —} \left\{ \begin{array}{l}]_{\sigma} \\ + \end{array} \right\} C$$

Diante das estratégias vislumbradas, conjecturamos que uma palavra do inglês como “liftman” pode ser produzida como: (1) /'lɪftmən/³³, sem aplicação de regras, conforme b); (2) /'lɪftmən/, com epêntese, seguindo a regra em c); e, por fim, (3) /'lɪfmən/, com apagamento da oclusiva coronal, segundo a estratégia em d). Como é possível perceber, as variantes beligerantes podem ser vistas num gradiente que vai desde a inserção de um segmento não presente na entrada, passando pela produção de todos os segmentos presentes na sequência consonantal da subjacência, até a elisão de um segmento consonântico na superfície.

³³ A palavra “liftman” pode ter acentuação secundária na segunda sílaba, a depender do modelo de pronúncia.

Variáveis independentes

As variáveis controladas para explicar as pressões que favorecem ou inibem o uso de cada uma das três variantes explicitadas anteriormente são apresentadas no Quadro 3, que fornece também detalhes sobre os diferentes fatores em cada grupo:

Quadro 3 – Variáveis controladas no estudo

Variáveis independentes		Fatores
Externas	Gêneros	Mulheres cis e homens cis.
	Níveis de proficiência em L2	Básico, intermediário e avançado.
	Faixas etárias	Jovens (18-33 anos) e adultos(as) (34-60 anos).
Internas	Contextos anteriores	Consoantes coronais, dorsais e labiais.
	Índices de sonoridade da consoante Anterior	11 - /r/, 7 - /n/, 3 - /s, f/ e 1 - /k/.
	Contextos posteriores	Obstruintes e soantes.
	Níveis de sonoridade da consoante posterior	Sonoridade maior, igual a, ou menor que a de (t,d).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Faz-se oportuno explicitar como foram estabelecidos os fatores das variáveis externas. No que se refere ao gênero, os 24 sujeitos campinenses de inglês como L2 se submeteram a um questionário, aplicado nas versões *on-line*³⁴ e impressa em papel, no qual puderam voluntariamente expressar sua identidade de gênero por meio da técnica de autodeclaração. Já os níveis de proficiência em L2 foram determinados por meio da pontuação obtida no *Oxford Placement Test* (ALLAN, 2004), que diz respeito a um teste de proficiência em inglês validado em mais de 30 países, contendo um total de 200 questões de múltipla escolha, sendo 100 delas na seção de gramática e as outras 100, na de compreensão oral. Mais especificamente, pontuações de 0 a 119 indicam desempenho no nível básico, ao passo que, entre 120 e 149 acertos, encontram-se falantes do nível intermediário, e, por fim, aprendizes avançados(as) são aqueles(as) que obtiveram pontuação de 150 a 200³⁵.

Quanto aos fatores do grupo “faixas etárias”, por fim, optamos por investigar apenas indivíduos adultos, que foram organizados em duas categorias. A categoria de jovens compreende os três

³⁴ Disponível *on-line*, o questionário aplicado em sua versão digital pode ser acessado por meio do sítio: <<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSekqcVAN5hbxOk3ZCv4W2L3awodbQITPKZIE5XinFhD-yMn6w/viewform>>.

³⁵ Convém ressaltar que os níveis estabelecidos nas orientações fornecidas por Allan (2004) compreendem 10 classificações para os(as) usuários(as) de inglês, indo desde “iniciante” até “funcionalmente bilíngue”.

primeiros períodos (17-33 anos) de uma era designada “idade adulta jovem” (“*early adulthood*”) por Levinson (1986), durante os quais se observa, grosso modo, a busca por um lugar na sociedade. Já a categoria de adultos(as) inclui indivíduos dos 34 aos 60 anos e foi delimitado a partir do período final (dos 33 aos 40 anos) da idade adulta jovem, entendido pelo autor como a “fase culminante” – quando podem ser colhidos os frutos resultantes dos esforços dessa época como um todo (LEVINSON, 1986) –, bem como todos os períodos da terceira era do ciclo da vida, qual seja, meia idade.

Análise dos dados

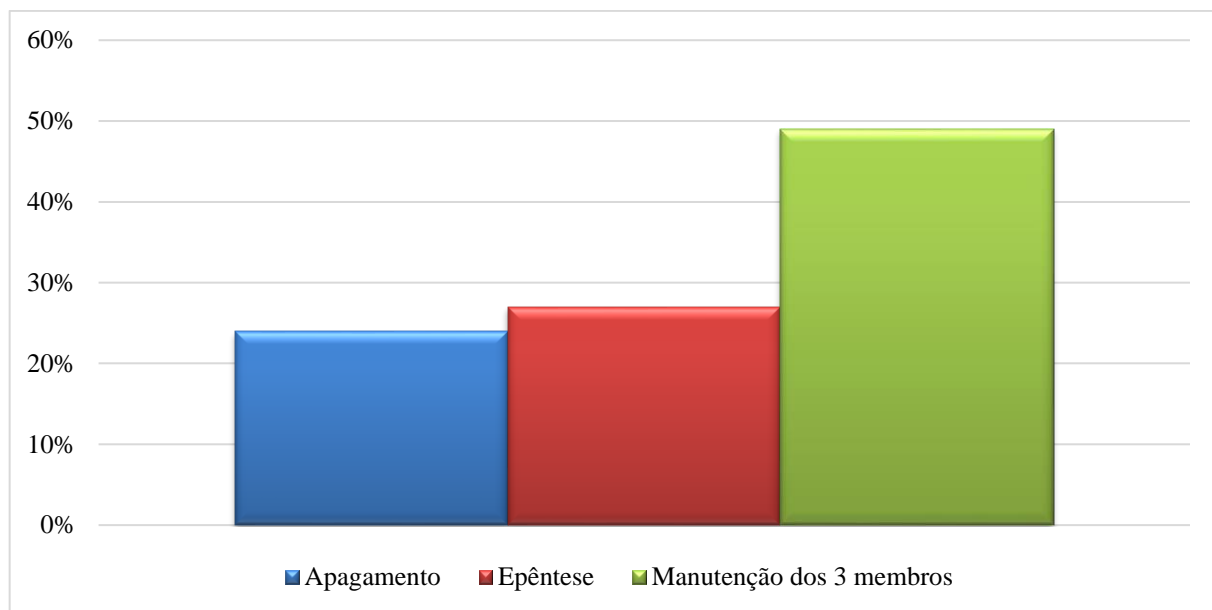
Discutiremos, nesta seção, os resultados obtidos a partir da ferramenta estatística *GoldVarb X*, v. 3.0b3 (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Um total de 1.071 ocorrências em inglês como L2 foi capturado em áudio, tendo cada ocorrência sido ouvida, no mínimo, três vezes durante a realização da análise perceptual (oitiva), para que os dados pudessem ser devidamente codificados e, com isso, submetidos ao programa computacional para a execução da análise probabilística.

Frequência global das três variantes

Na primeira rodada dos dados, o programa *GoldVarb X* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) realiza uma análise descritiva, fornecendo um arquivo de resultados contendo a frequência geral e as porcentagens do fenômeno.

De modo geral, o grupo de falantes investigado aqui produziu um número ligeiramente maior de saídas com aplicação de estratégias de reparo, tendo havido, portanto, 529 ocorrências com a manutenção dos três membros das sequências Ct/d]oC em L2, o que corresponde a 49% desse total de dados, e 542 saídas com aplicação de regras fonológicas. Mais especificamente, os dados ainda revelam que a inserção vocálica em meio a consoantes heterossilábicas foi aplicada nas saídas em L2 com uma frequência levemente maior que aquelas com a regra de eliminação das oclusivas coronais. Em termos absolutos, isso significa que há 288 ocorrências com epêntese após [t,d] (o que equivale a 27% do total de dados) e 254 saídas com a simplificação da sequência por apagamento (o que corresponde a 24%). Vejamos esses valores no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Frequência global das três variantes



Fonte: Elaborado pelos autores.

Esses resultados iniciais despertam interesse por dois motivos, sobretudo: primeiramente, o emprego de estratégias de reparo como forma de simplificar a estrutura silábica do inglês ou de transformá-la em estruturas nativas foi bastante semelhante ao de manutenção da estrutura complexa; secundamente, o índice de aplicação da estratégia de vogal epentética foi um pouco mais alto que o do uso de apagamento de [t,d]. Mormente, esses percentuais, obtidos pela análise descritiva na primeira rodada, permitem constatar que há variação na interlândia de aprendizes campinenses de inglês como L2.

Através de análises das rodadas *step-up/step-down*, o modelo obtido apresenta um valor de significância considerado ideal, isto é, $p = 0,000$, o que indica que há menos de uma chance em mil de que a hipótese nula seja verdadeira³⁶. Vejamos, no Quadro 4, os grupos de fatores selecionados no *step-up*:

Quadro 4 – Grupos de fatores selecionados e organizados por ordem de relevância

Grupos analisados	Grupos selecionados por ordem de relevância
Gêneros	Índices de sonoridade da consoante anterior a (t,d)
Níveis de proficiência em L2	Níveis de proficiência em L2
Faixas etárias	Níveis de sonoridade da consoante posterior a (t,d)
Contextos anteriores	–

³⁶ O programa *GoldVarb X* estabelece um limiar fixo de $p < 0,05$, o que significa que há menos de 5% de probabilidade de que a aplicação de uma dada regra variável seja devida ao acaso, sendo este um valor arbitrário convencionalmente aceito nas ciências sociais (GUY; ZILLES, 2007; GORMAN; JOHNSON, 2013).



Índices de sonoridade da consoante anterior a (t,d)	–
Contextos posteriores	–
Níveis de sonoridade da consoante posterior a (t,d)	–

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como mostra o Quadro 4, as variáveis “gêneros”, “faixas etárias” e “contextos anteriores” e “contextos posteriores” não foram selecionadas na análise de regressão logística realizada pelo *software* por meio do método denominado “*step up*”, que realiza cálculos progressivos como forma de testar a significância dos fatores e, então, distribuí-los por ordem de seleção. Devido ao escopo do presente trabalho, limitar-nos-emos a discutir o primeiro grupo selecionado pelo programa como sendo mais estatisticamente significativo para a aplicação de estratégias de reparo em Ct/d]oC. Assim, na subseção seguinte, o foco do debate recai sobre os efeitos dos índices de sonoridade das consoantes anteriores a (t,d) para a aplicação de regras que reajustam estruturas silábicas marcadas e inexistentes no PB³⁷.

Sonoridade da consoante anterior a (t, d)

A regra variável considerada na rodada binária envolve a aplicação de estratégias de reparo nas oclusivas coronais (t,d) quando flanqueadas por duas consoantes heterossilábicas. Sabemos que as oclusivas podem ocupar a posição de coda (simples ou complexa) no inglês, como nas palavras como “*cat*”, “*cap*”, “*ad*” e “*fact*”, por exemplo, não sendo necessários quaisquer tipos de reparo. Em português, no entanto, as oclusivas não são licenciadas em posição pós-vocálica, pois violam as condições de boa formação da coda silábica. Assim, quando ocupam a coda na nossa língua, pode ocorrer o processo de inserção vocálica, com vistas à correção dessa estrutura silábica malformada. Mais especificamente, a existência de uma consoante não apta a preencher esse constituinte débil na representação fonológica ocasiona a epêntese ainda durante a silabação, pois essa consoante designada “perdida” não seria ligada a nenhum nó silábico na primeira iteração. Na segunda iteração, porém, uma sílaba estrutural é criada, embora desprovida de traços no núcleo vocálico, permitindo que a consoante perdida seja associada à posição de ataque (COLLISCHONN, 2004). Posteriormente, o núcleo dessa sílaba é preenchido com uma vogal por regra de redundância (BISOL, 1999; COLLISCHONN, 2004; SCHNEIDER; SCHWINDT, 2010).

Ao criar uma nova sílaba, a inserção vocálica promove uma mudança na estrutura silábica da

³⁷ Cf. Reis e Lucena (no prelo) para discussões acerca dos efeitos dos demais grupos de fatores selecionados como significativos.

forma subjacente. Dessa forma, as vogais altas (que podem se manifestar como [i] ou [u] em sílabas pretônicas e tônicas, e [ɪ] ou [ʊ] em sílabas postônicas mediais e finais), que foram inseridas após [t,d] em 288 das 1.071 ocorrências de Ct/d]oC, colocam essas consoantes extraviadas no ataque da nova sílaba criada, simplificando, com isso, as codas complexas, travadas por duas obstruintes. Semelhantemente ao processo de epêntese, o apagamento de [t,d] também promove uma alteração na estrutura silábica, já que a coda complexa da entrada também se torna simples na superfície com a eliminação de seu segundo membro, o que ocorreu em 24% das ocorrências capturadas. De acordo com a análise multivariada realizada na segunda rodada pelo *GoldVarb X*, o gatilho para aplicação de estratégias de reparo em codas mediais complexas encerradas em (t) ou (d) envolve a sonoridade das consoantes anteriores a essas oclusivas coronais. Para a discussão dos resultados, adotaremos a escala de sonoridade proposta por Parker (2011), tal como esquematizada no Quadro 5:

Quadro 5 – Hierarquia de sonoridade relativa (PARKER, 2011)

Classes naturais	Índices de sonoridade ³⁸
Glides	12
Aproximantes róticas ([ɹ])	11
Flapes ([ɾ])	10
Laterais	9
Vibrantes múltiplas ([r])	8
Nasais	7
Fricativas vozeadas	6
Africadas vozeadas	5
Oclusivas vozeadas	4
Fricativas desvozeadas (incluindo [h])	3
Africadas desvozeadas	2
Oclusivas desvozeadas (incluindo [ʔ])	1

Fonte: Parker (2011, p. 1177).

Vejamos ainda, no Quadro 6, as consoantes que precedem (t,d) nas palavras selecionadas para figurar dentre as 160 frases-veículo, segundo seus índices de sonoridade:

Quadro 6 – Índices de sonoridade das consoantes anteriores a (t,d)

Índices de sonoridade	Consoantes anteriores a (t,d)	Palavras do corpus	
		Ct]oC	Cd]oC
11	Aproximante rótica [ɹ]	<i>shortcut, shortcake, heartbreak, dirtbag, partly, courtroom.</i>	<i>hardcover</i>
7	Nasal [n]	<i>Countdown, saintdom.</i>	<i>grandkid, handkerchief, handcuff, handbag, sandpiper, kindness,</i>

³⁸ Os índices dos segmentos [+sil, -cons] não estão contemplados no Quadro 5.

			<i>blindness, bandwidth, grandmother, amendment.</i>
3	Fricativas desvozeadas [s,f]	<i>postpone, trustful, textbook, Christchurch, nextdoor, postcard, waistcoat, softshell, giftshop, softcover, softcore, Christmas, postman, vastness, restless, swiftness, softness, liftman, leftmost.</i>	–
1	Oclusiva desvozeada [k]	<i>respectful; neglectful; exactly; correctly; perfectly.</i>	–

Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo geral, os dados demonstram que a aplicação de estratégias de reparo nas estruturas silábicas de L2 é favorecida quando a oclusiva coronal se encontra precedida pelas fricativas desvozeadas /s,f/, sobretudo, com um índice de sonoridade equivalente a 3 e peso relativo de 0,71. A nasal coronal, que possui uma sonoridade mais elevada, i.e., 7 – conforme a escala universal de sonoridade proposta por Parker (2011) –, não motivou a simplificação das codas complexas, com peso relativo de 0,46, como podemos observar na Tabela 1:

Tabela 1 – Efeito dos índices de sonoridade das consoantes anteriores a (t,d) para a aplicação de reparos em sequências triconsonantais Ct/d]oC

Fatores	Apl./Total	%	Peso Relativo
Fricativas desvozeadas = 3	344/484	71,1	.71
Nasais = 7	133/306	43,5	.46
Oclusivas desvozeadas = 1	43/120	35,8	.29
Aproximantes róticas = 11	22/161	13,7	.13

Input: .496
Significância: .000

Fonte: Elaborada pelos autores.

As fricativas desvozeadas [s,f,h] apresentam um índice de sonoridade relativamente baixo, com base na hierarquia de sonoridade relativa desenvolvida por Parker (2011), estando acima apenas das oclusivas e africadas desvozeadas, respectivamente. Assim, as sequências /ft.n/, /ft.f/, /ft.k/, /ft.m/, /st.m/, /st.n/, /st.l/, /st.p/, /st.b/, /st.d/, /st.k/, /st.f/, /st.t/, que apresentam consoantes pós-vocálicas mantendo uma baixa distância de sonoridade entre si, equivalente a 2 em todos esses casos, foram as mais propensas à aplicação das estratégias de reparo para a simplificação dessas codas complexas. Embora não haja qualquer vocábulo no *corpus* em que as oclusivas coronais sejam precedidas por /h/, esse som foi superficializado em oito ocorrências, tendo sido produzido por M1, M2, H1, H3 (de nível básico) e M6 (de nível intermediário), em substituição à aproximante rótica nos vocábulos

“di[h]tbag”, “pa[h]tly”, “ha[h]dcover” e “cou[h]troom”³⁹.

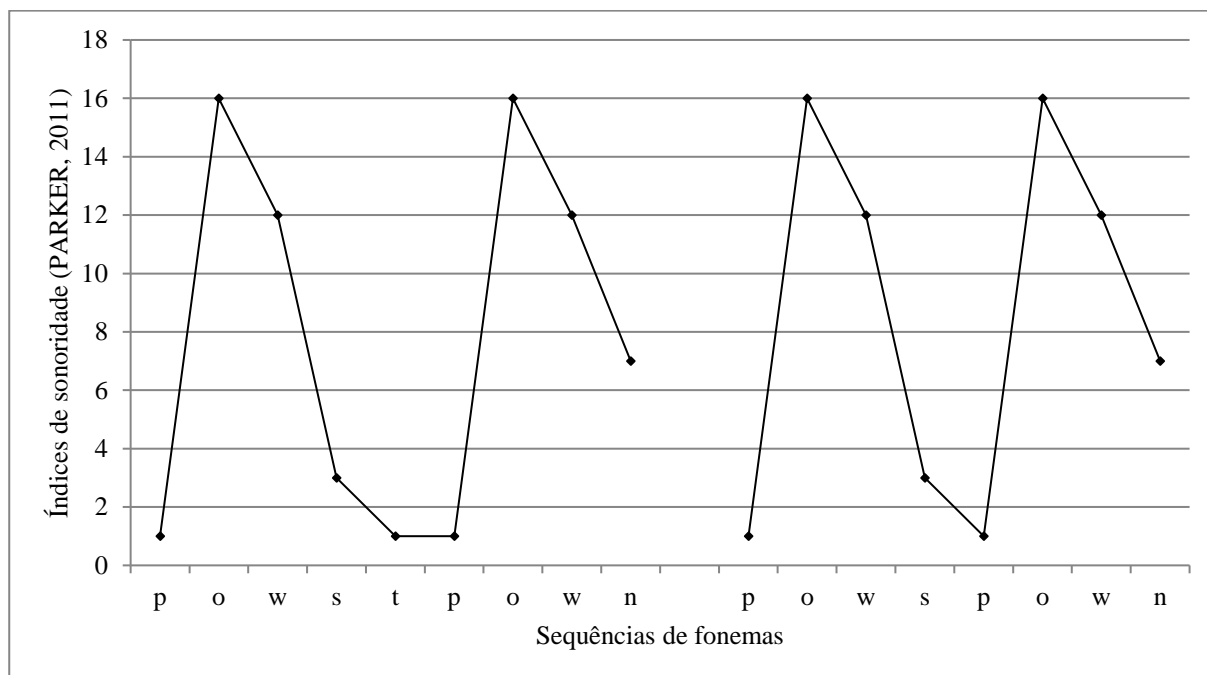
A Tabela 1 mostra que, das 484 codas mediais encerradas por /t/ precedido por fricativas desvozeadas, 344 ocorrências (71,1%) sofreram algum tipo de alteração em sua estrutura silábica, seja por meio do apagamento de /t/ ou da epêntese vocálica após esse segmento. Mais exatamente, das 339 codas em que (t) se encontrava precedido por [s] ou [f]⁴⁰, houve aplicação da regra de inserção vocálica em 159 ocorrências, em comparação com 180 dados contendo apagamento. De fato, a palavra “vastness” foi produzida apenas pelos(as) informantes H2, M3 e M8 com elemento epentético após [t] na coda; em todas as outras 21 saídas desse vocábulo, houve a eliminação de tal som. Com isso, percebemos que diversas palavras, como “swiftness”, “liftman”, “postman” e “restless”, por exemplo, sofreram mais reparos na forma de apagamento (“sof[Ø]ness”) ou inserção vocálica (“lift[i]man”) que aqueles vocábulos contendo uma aproximante rótica [ɹ] antes de (t,d), como no caso de “heartbreak”, “shortcut” e “hardcover”, cujas codas, por sua vez, apresentam uma distância de sonoridade alta (DS = 10 no caso de [ɹt], e DS = 7 em [ɹd]).

Com efeito, a força exercida pela sonoridade da consoante precedente pode ser medida com base na diferença entre os pesos relativos mais alto (no caso da presente variável, equivalente a 0,71) e mais baixo (isto é, 0,13) dentro do grupo, sendo tal resultado designado “range” (magnitude do efeito). Para interpretar os números alcançados ao subtrair o menor peso relativo do maior, temos as seguintes faixas de robustez sugeridas por Horvath e Horvath (2003 apud ROY; OETTING; MOLAND, 2013): um valor de *range* menor que 10 indica um efeito fraco; entre 10 e 30, ter-se-ia um efeito moderado; entre 30 e 50, o efeito é considerado forte; por fim, um valor maior que 50 representa um efeito muito forte. Portanto, o *range* de 58 desse grupo revela uma força consideravelmente intensa exercida pela sonoridade na coda medial complexa para sua simplificação.

Outra questão que merece destaque envolve o fato de que o apagamento de [t] após as fricativas desvozeadas parece atender ao princípio proposto por Clements (1990), designado “Ciclo de Sonoridade”, segundo o qual o perfil de sonoridade do tipo silábico preferido nas línguas naturais do mundo apresenta uma diminuição *mínima* de sonoridade entre os segmentos do núcleo e da coda. Dessa forma, ao invés de cair até o índice mais baixo da hierarquia, essa diminuição quedar-se-ia numa sonoridade um pouco mais elevada, i.e., no terceiro nível da escala, como é possível comparar no Gráfico 2, que traz o movimento de sonoridade na palavra “pos(t)pone”, com e sem a produção de /t/, respectivamente:

³⁹ Houve substituições da aproximante rótica pela fricativa glotal em posição de ataque também.

⁴⁰ Há cinco ocorrências apresentando aplicação de regras na oclusiva coronal precedida por [h].

Gráfico 2 – Sequência de sonoridade na palavra “*pos(t)pone*”

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se, no Gráfico 2, que a eliminação da oclusiva desvozeada na posição nuclear da sequência consonantal com três membros na palavra “*postpone*” diminui, ainda que sutilmente, o vale que representa a queda de sonoridade da rima na primeira sílaba desse vocábulo. Assim, a sonoridade começa a cair a partir do pico, preenchido pela vogal média [o] no índice 16, e estaciona no índice de valor 3, referente ao da fricativa sibilante [s], não atingindo, com isso, o índice das oclusivas desvozeadas, que corresponde ao nível mais baixo de sonoridade dentre todas classes de sons da fala humana, tais como elencadas na hierarquia de sonoridade relativa proposta por Parker (2011), bem como nas demais escalas desenvolvidas que distinguem as consoantes obstruintes, a propósito. Além de garantir uma queda menos intensa na coda, a eliminação de [t] evita também um movimento de sonoridade plano da coda para a oclusiva desvozeada do ataque seguinte.

Ainda em relação à questão da sonoridade, sugerimos que as sequências contendo consoantes com uma distância maior de sonoridade entre os membros das codas, por serem menos marcadas, tenderiam a apresentar menos dificuldades de pronúncia para aprendizes de L2, de modo geral. Não obstante, encontros consonantais em codas com distâncias menores e platôs, por serem respectivamente mais marcados, seriam mais suscetíveis a reparos na interlíngua de aprendizes campinenses de inglês como L2, seguindo a tendência observada tanto nas variedades do círculo interno quanto no contexto das novas variedades do inglês (WILTSHIRE, 2014). Os resultados

obtidos aqui corroboram essa hipótese apenas parcialmente.

Primeiramente, as codas com uma distância de sonoridade alta entre seus membros, quais sejam, /rt/ e /rd/, não favoreceram, de fato, a aplicação de estratégias de reparo, tendo ocorrido em apenas 22 das 161 ocorrências, o que corresponde a 13,7%, com peso relativo de 0,13. Essa taxa dialoga com as observações amplamente disseminadas na literatura de que a líquida /r/ não promove o apagamento das oclusivas coronais (GUY; BOBERG, 1997). Segundamente, os encontros consonantais com uma distância de sonoridade baixa, como é o caso daqueles formados pelas fricativas desvozeadas antes de /t/ (DS = 2), engatilharam a aplicação de regras com vistas à simplificação da coda, como revelam 344 das 484 ocorrências, o que representa 71,1% desse total, apresentando peso relativo de 0,71. Contudo, os encontros consonantais contendo platôs nas codas, a exemplo de /kt/, não foram os que mais promoveram reparos, como esperado. O fato de que /kt/ se manteve inalterado em 77 das 120 ocorrências (64,2%), em comparação com 30 casos de epêntese e 13, de apagamento, mesmo correspondendo a uma estrutura mais marcada, pode ser interpretado, a nosso ver, pelo fenômeno de Afrouxamento da Condição de Coda (ACC).

Embora nunca cheguem a fazer parte do mesmo constituinte silábico no PB, as consoantes /k/ e /t/ podem ocorrer juntas sem uma vogal epentética intercalar, sobretudo no contexto de obstruintes encerrando codas *mediais*, como no caso dos vocábulos “fac.ção”, “op.ção”, “pac.to”, e “rép.til”, por exemplo, que podem ser ouvidos como [fak'sẽõ] ~ [faki'sẽõ], [ɔp'sẽõ] ~ [ɔpi'sẽõ], ['paktɔ] ~ ['pakitɔ] e ['heptɪɔ] ~ ['hepitɪɔ], respectivamente, em detrimento das obstruintes em codas finais, que tendem a ser majoritariamente ouvidas com inserção vocálica, como ocorre em diversos estrangeirismos, tais como “rock[ɪ]”, “pop[ɪ]”, “back-up[ɪ]” e “top[ɪ]”.

Apesar da possibilidade (ou mesmo da tendência!) de se ouvir uma vogal após /k/, existe também um movimento, sobretudo em contextos mais formais de comunicação, de buscar silenciar a emissão de tal vogal, afrouxando a condição de coda, que não licencia obstruintes no PB (com exceção de /S/). Conjecturamos que esse afrouxamento percebido em algumas palavras do português se manifeste não apenas no dialeto nativo, mas também na interfonologia de falantes de L2, revelando, com isso, uma transferência da L1, sobretudo no caso de aprendizes em estágios iniciais de aquisição que ainda não tenham adquirido conhecimentos relativos às diferentes estruturas do sistema fonológico da língua-alvo.

Diante de tal observação, dados em português também foram coletados com 12 participantes que se submeteram a um terceiro instrumento de coleta, dessa vez em português, como forma de



verificar se há, de fato, uma inclinação ao fenômeno do ACC em seu falar⁴¹. Grosso modo, foi verificado que há variação no falar de 12 campinenses quanto ao emprego da regra de inserção vocálica diante de uma oclusiva em coda: 34,2% das 960 ocorrências com codas travadas por oclusivas apresentam acrescentamento de substância fonética, enquanto 65,8% indicam enfraquecimento da coda.

Considerações finais

No que concerne ao *corpus* em inglês como L2, três variantes foram identificadas nos 1.071 dados orais produzidos pelo grupo de campinenses, as quais são caracterizadas pela: (1) manutenção das três consoantes nas sequências, sem aplicação de qualquer regra, i.e., Ct/d]_σC; (2) inserção vocálica após [t,d], pela regra da L1, ou seja, Ø → i / [-soan, -cont, +cor] ____]_σ; e, por fim, (3) simplificação da sequência consonantal através da aplicação da regra da L2 de elisão das oclusivas coronais, isto é, [-soan, -cont, +cor] → Ø / [+cons] ____]_σ.

Os resultados obtidos indicam que a sonoridade das consoantes anteriores a (t,d) exerce um papel proeminente na aplicação das duas regras de reparo aventadas, e, a partir desses resultados, vislumbramos algumas considerações acerca de possíveis contribuições para a sociolinguística variacionista e, mais especificamente, para a área de ASL. Inicialmente, julgamos que a seleção da sonoridade das consoantes anteriores como sendo a variável mais significativa pelo programa reforça a tendência de que a sonoridade das sílabas nas línguas naturais do mundo diminua *minimamente* do núcleo para a coda, conforme o Princípio do Ciclo de Sonoridade, proposto por Clements (1990). Observamos que os baixos índices de sonoridade das oclusivas coronais podem ajudar a explicar as estratégias empregadas em 51% do total de ocorrências como forma de reajustar uma estrutura que, além de marcada, não ocorre no PB.

As codas com uma distância de sonoridade alta entre seus membros, a exemplo de /rt/ e /rd/, não favoreceram a aplicação de estratégias de reparo, tendo ocorrido em apenas 22 das 161 ocorrências, o que corresponde a 13,7%, com peso relativo de 0,13 apenas. Já os encontros consonantais com uma distância de sonoridade baixa, como é o caso daqueles formados por fricativas desvozeadas antes de /t/ (DS = 2), engatilharam a aplicação de regras com vistas à simplificação da coda, como revelam 344 das 484 ocorrências (71,1%). Porém, os encontros com platôs nas codas, como /kt/, não foram os que mais promoveram reparos, como esperado. O fato de que /kt/ se manteve

⁴¹ Esses resultados poderão ser consultados em Reis e Lucena (no prelo).



inalterado em 77 das 120 ocorrências (64,2%), em comparação com 30 casos de epêntese e 13, de apagamento, pode ser compreendido, a nosso ver, pelo fenômeno de ACC. Disso decorre que houve uma incidência maior de reparos em palavras como “*vastness*”, “*nextdoor*”, “*postman*”, “*softness*”, “*swiftness*”, “*giftshop*”, “*Christmas*”, “*Christchurch*” e “*liftman*”, por exemplo, em comparação com “*hardcover*”, “*handcuff*”, “*heartbreak*”, “*shortcake*”, “*handbag*” e “*dirtbag*”, que tenderam a ser produzidas com os três membros de suas respectivas sequências.

Partindo do pressuposto de que as estruturas da língua não são condicionadas apenas por elementos internos ao sistema, mas também por fatores externos, como os de natureza social, cognitiva, contextual, individual, etc., numa relação intrincada e multifacetada entre língua e sociedade, ressaltamos que a discussão acerca dos efeitos da sonoridade em contexto anterior explica apenas parcialmente a variação em foco. Contudo, esses resultados podem lançar luz sobre o processo evolutivo da interlíngua de um grupo de aprendizes cuja gramática variável ainda carece de descrição na literatura, na medida em que fomos capazes de descrever e explicar pormenorizadamente os efeitos da sonoridade na aplicação de estratégias de reparo em estruturas silábicas marcadas, que a própria comunidade de falantes nativos(as) do inglês reduz constituição da interlíngua, mostrando a atuação de princípios universais que regem a organização dos segmentos dentro dessas unidades fonológicas.

À guisa de conclusão, julgamos que a interlíngua do grupo de aprendizes campinenses de inglês como L2 tende à acomodação de uma estrutura marcada, haja vista 529 ocorrências, de um total de 1.071 dados, terem sido produzidas com a manutenção dos três membros das sequências Ct/d]C em L2, o que corresponde a 49% do *corpus* capturado, o que pode indicar o desejo de tais falantes em se expressar com uma dicção mais clara e precisa no uso do inglês como L2.



Referências

- ALLAN, D. *Oxford Placement Test 1*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BERG, Thomas. *Linguistic Structure and Change: An Explanation from Language Processing*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- BISOL, Leda. *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUC – RS, 1996.
- _____. A sílaba e seus constituintes. In: NEVES, Maria Helena de Moura (org.). *Gramática do português falado*. v. 7: Novos Estudos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999. p. 701-742.
- BROSELOW, Ellen; CHEN, Su-I.; WANG, Chilin. The emergence of the unmarked in second language phonology. *Studies in second language acquisition*. n. 20, 1998. p. 261-280.
- CLEMENTS, George Nick. The role of the sonority cycle in core syllabification. In: KINGSTON, J.; BECKMAN, M. E. (eds.) *Papers in Laboratory Phonology I: Between the grammar and physics of speech*. Cambridge, CUP, 1990. p. 283-333.
- COLLISCHONN, Gisela. Epêntese Vocálica e Restrições de Acento no Português do Sul do Brasil. *Signum: Estud. Ling.*, Londrina, n. 7/1, jun. 2004. p. 61-78.
- GORMAN, Kyle; JOHNSON, Daniel Ezra. Quantitative analysis. In: BAYLEY, Robert; CAMERON, Richard; LUCAS, Ceil (Eds.). *The Oxford handbook of sociolinguistics*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013. pp. 214-240.
- GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- _____.; BOBERG, Charles. Inherent variability and the Obligatory Contour Principle. *Language Variation and Change*, 9, 1997. p. 149-164.
- LABOV, William. (1972). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LEVINSON, Daniel Jacob. A Conception of Adult Development. *American Psychologist*, v. 41, n. 1. 1986. p. 3-13.
- HORA, Dermeval da; PEDROSA, Juliene Lopes Ribeiro; CARDOSO, Walcir. Status da consoante pós-vocálica no português brasileiro: coda ou onset com núcleo não preenchido foneticamente?. *Letras de Hoje*, v. 45, 2010. p. 71-79.
- HORVATH, Barbara M.; HORVATH, Ronald J. A closer look at the constraint hierarchy: Order, contrast and geographic scale. *Language, Variation and Change*. 15, 2003. p. 143-170.
- MAZZONI, Dominic; DANNENBERG, Roger et al. Audacity [Computer program]. Version 2 (2.0.6). 2014. Disponível em: <<http://www.audacityteam.org/>>.
- PARKER, Steve. Sonority. In: van OOSTENDORP, Marc et al. (eds.). *The Blackwell Companion to Phonology*, Volume II. 2011. p. 1160-1184.
- PULGRAM, Ernst. Consonant cluster, consonant sequence and the syllable. *Phonetica*, 13, 1965. p. 76-81.
- REIS, Felipe Santos dos; LUCENA, Rubens Marques. Variabilidade na produção das oclusivas coronais entre consoantes heterossilábicas por aprendizes campinenses de inglês como L2. *Domínios da Linguagem*, v. 13, n. 4, 2019: no prelo.
- ROY, Joseph; OETTING, Janna B.; MOLAND, Christy Wynn. Linguistic constraints on children's overt marking of BE by dialect and age. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research*, 56, 2013. p. 933-944.
- SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. *GoldVarb X: a variable rule application for*



Macintosh and Windows. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SCHNEIDER, André; SCHWINDT, Luiz Carlos da Silva. A epêntese vocálica medial em PB e na aquisição de inglês como LE: uma análise morfofonológica. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 45, n.1, jan./mar. 2010. p. 16-26.

SELKIRK, Elisabeth. The syllable. In: HULST van der, H.; SMITH, N. (eds.) *The structure of phonological representations II*. Dordrecht: Foris, 1982. p. 337-383.

_____. The prosodic structure of function words. In: MORGAN, James L.; DEMUTH, Katherine. (Eds.). *Signal to Syntax: Bootstrapping from Speech to Grammar in Early Acquisition*. Lawrence Erlbaum Associates, 1995. p. 187-214.

_____. The Prosodic Structure of Function Words. In: McCARTHY, John. (ed.). *Optimality Theory in Phonology: A Reader*, Blackwell Publishing, 2003. p. 464-482.

SILVA, André Pedro da. *Vogais Postônicas Não Finais: do sistema ao uso*. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB/PROLING, 2010.

WILTSHIRE, Caroline. New Englishes and the emergence of the unmarked. In: GREEN, E.; MEYER, C. F. (Eds.). *The variability of current World Englishes*. Berlin: De Gruyter, 2014. pp. 13-38.

Submissão: julho de 2018

Aceite: novembro de 2019



PRECONCEITO LINGUÍSTICO COM MENORES EM REGIME DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

LINGUISTIC PREJUDICE AGAINST MINORS UNDER DEPRIVATION OF LIBERTY

RODRIGO MAZER ETTO

etto.rodriigo@gmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: O presente artigo é um recorte de uma pesquisa cujo objetivo foi o de identificar e analisar a ocorrência de situações de discriminação vivenciadas por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade, em decorrência do uso da gíria. A etapa de geração e coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de entrevistas narrativas, de acordo com a teoria de Tarallo (2003). As análises das narrativas se fundamentaram nos referenciais teóricos de Bagno (2002, 2004), Calvet (2002) e Preti (1977, 1984), e permitiram constatar que os quatro adolescentes entrevistados vivenciaram situações de discriminação devido ao uso da gíria.

Palavras-chave: Preconceito linguístico; Gíria; Adolescentes infratores.⁴²

Abstract: *The present article is a cut of a research whose objective was to identify and analyze the occurrence of situations of discrimination experienced by adolescents in compliance with socio-educational measures of deprivation of liberty, due to the use of slang. The generation and data collection stage was performed through the application of narrative interviews, according to Tarallo's theory (2003). The analysis of the narratives were based on the theoretical references of Bagno (2002, 2004), Calvet (2002) and Preti (1977, 1984), and allowed to verify that the four adolescents interviewed experienced situations of discrimination due to the use of slang.*

Keywords: *Linguistic prejudice; Slang; Teenage offenders.*

Introdução

A língua permite a interação entre o seu usuário e a sociedade, funcionando como um elemento cultural revelador da visão de mundo do falante e do grupo social ao qual pertence, já que “um povo de individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua” (SCHERRE, 2008, p. 10).

Paralelamente, é relevante considerar que as línguas, ao contrário de serem fixas ou imutáveis, estão em constante processo de mudança, em decorrência da influência de fatores internos e externos ao sistema linguístico, o que denota a natureza heterogênea da língua. Tal caráter heterogêneo possibilita a coexistência, na sociedade, de modos diferentes de se dizer a mesma coisa, pois cada

⁴² Esta pesquisa foi aprovada pela Plataforma Brasil, conforme parecer 2290.318.



grupo social vive uma realidade específica e a reflete através da linguagem praticada por seus integrantes. Logo, realidades diferentes vividas por grupos sociais diferentes originarão formas diversas de manifestações linguísticas.

Dentro desse conceito de mudanças no uso da língua, a variedade linguística conhecida como gíria (PRETI, 1984) - utilizada por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade - apresenta um paradoxo: de um lado, ela facilita a comunicação entre os integrantes desse grupo social e cria uma identidade linguística que possibilita diferenciar seu grupo dos demais grupos presentes na sociedade, mas de outro lado, ela expõe seus usuários a situações discriminatórias frente a indivíduos ou instituições que defendem o uso da variedade linguística considerada padrão, vista como a forma correta de se usar a língua.

A principal característica da gíria está relacionada ao plano semântico-lexical, em que são atribuídos a alguns termos e expressões significados diferentes daqueles presentes na linguagem comum, ou seja, há a alteração do sentido original de algumas palavras, dado que através do seu uso “a realidade se transforma em signos, pela associação de significantes sonoros a significados arbitrários” (PRETI, 1977, p.02).

Tendo em vista as transformações possíveis de ocorrer na língua, sua identificação a determinados grupos sociais e sua relação com uma maior ou menor aceitação social, o presente artigo objetiva analisar algumas ocorrências de preconceito linguístico experienciadas por quatro adolescentes de um Centro Socioeducativo.

Assim, este trabalho se divide em quatro partes. A primeira abordará os fatores que motivaram este estudo. A segunda parte esclarecerá sobre a metodologia utilizada de geração e coleta de dados. A terceira apresentará os itens lexicais com sentido figurado que foram identificados nas respostas dos participantes. E a quarta seção trará a análise das narrativas.

A infração na adolescência e a linguagem

Segundo Erikson (1994), a adolescência é uma fase do desenvolvimento humano na qual o indivíduo encontra-se vulnerável às influências do meio, por sofrer significativas transformações físicas, psíquicas e emocionais. Salles (2005) complementa que nessa etapa de vida muitos valores são contestados, repensados e modificados de acordo vários fatores, dentro os quais o ambiente em que o adolescente vive.

Um fator importante que motivou este estudo relaciona-se com o crescente número de



adolescentes cumprindo medidas privativas de liberdade no Brasil. Os dados de 2015 do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (BRASIL, 2016), indicaram o dobro de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas no Brasil, em comparação aos 96 mil registrados em 2013. Dos mais de 192 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, 58.079 adolescentes cumpriam medidas privativas ou restritivas de liberdade.

De acordo com o mais recente Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2018), referente a 2016, dentro de um total de 201.032.714 brasileiros, a população total adolescente correspondia a 26.154.356 indivíduos, sendo que destes, 23.868 adolescentes se encontravam cumprindo medidas privativas de liberdade.

Em seu trabalho intitulado ‘A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei’, Vicentin (2005, p. 33) destaca que a infração na adolescência, além de sujeitar o indivíduo a “profundas transformações biológicas, psicológicas e sociais - características dessa etapa da vida - contribui para o surgimento de conflitos internos, exigindo deste a resignificação de sua subjetividade e da sua relação com o mundo”. Tendo em vista que tal relação é conflitiva, essa autora esclarece que, juntamente com as mudanças citadas anteriormente, o ambiente e o contexto sociocultural nos quais se localiza o adolescente propiciam mudanças no seu comportamento linguístico.

Nessa mesma linha, Preti (1977, p. 8) destaca o “meio físico e social como um importante fator extralinguístico na criação de um tipo especial de expressão”, pois tal fator engloba as condições de vida exigidas nesse contexto ambiental e as necessidades comunicativas das pessoas que nele convivem.

As características de um Centro Socioeducativo, nas quais se destacam o convívio forçado entre adolescentes com históricos de vida ligados à violência, a necessidade de adequação às regras impostas pela população geral de internos, a restrição de circulação, a segregação social e, principalmente, a sensação constante de estar sendo vigiado favorecem a criação e adoção de uma variedade linguística marcada pelo uso de palavras com sentido figurado, chamada por Preti (1984) de gíria de grupos ligados à marginalidade. Para este autor, a gíria é o resultado de conflitos de valores entre uma cultura dominante (representada pela sociedade mais ampla) e uma subcultura (representada por grupos sociais marginalizados).

Portanto, os adolescentes lotados em um Centro Socioeducativo utilizam a gíria como meio ideal de comunicação e identificação social, que permite distinguir seu grupo dos demais grupos sociais, visto que “o homem tende a repudiar o condicionamento massificador da linguagem que o relega linguisticamente ao anonimato da grande massa de falantes” (PRETI, 1984, p. 2).

Método de geração de dados e participantes da pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, na condição de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, foi necessária autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil, órgão responsável por avaliar e, posteriormente, autorizar pesquisas dessa natureza.

Visando identificar ocorrências vivenciadas de preconceito linguístico, para geração e coleta de dados foi utilizado o método qualitativo, com aplicação de entrevistas narrativas a quatro adolescentes, visto que, segundo Uwe Flick (2013, p. 23), a vantagem desse método é que “a análise detalhada e exata de alguns casos pode ser reproduzida, e os participantes têm muito mais liberdade para determinar o que é importante para eles e para apresentá-los em seus contextos”.

Segundo Tarallo (2003) as entrevistas narrativas se constituem como instrumento de coleta de dados contextuais em que o participante é estimulado a organizar seu pensamento e relatar sobre suas experiências de maneira livre.

Para que as entrevistas atingissem os objetivos propostos para essa pesquisa, dois cuidados precisaram ser tomados no sentido de contornar a desconfiança inicial de alguns entrevistados com a presença do gravador e do pesquisador. O primeiro deles refere-se à transformação do entrevistador em um aprendiz interessado, como recomenda Tarallo:

Seja qual for a natureza da situação de comunicação, seja qual for o tópico central da conversa, seja quem for o informante, o pesquisador deverá tentar neutralizar a força exercida pela presença do gravador e por sua própria presença como elemento estranho à comunidade. Tal neutralização pode ser alcançada no momento em que o pesquisador se decide a representar o papel de aprendiz-interessado na comunidade de falantes e em seus problemas e peculiaridades. (TARALLO, 2003, p. 21)

O segundo cuidado refere-se à necessidade de obter uma fala natural e espontânea dos entrevistados. Visando alcançar esse objetivo é que se optou por esse método de geração e coleta de dados, dado que:

Os estudos de narrativas de experiência pessoal têm demonstrado que, ao relatá-las o informante está tão envolvido emocionalmente com o que relata que presta o mínimo de atenção ao como. E é principalmente essa a situação natural de comunicação almejada pelo pesquisador-sociolinguista. (TARALLO, 2003, p. 22)

Dessa forma, foram analisadas quatro narrativas de adolescentes que se encontravam privados de liberdade no Centro de Socioeducação de Ponta Grossa. Todos eram do sexo masculino, com grau

de escolarização entre o quinto e sétimo ano do ensino fundamental, e seus atos infracionais estavam relacionados à prática de homicídios e tráfico de drogas. Os participantes tinham entre 16 e 17 anos de idade e o tempo de cumprimento de suas medidas socioeducativas de privação de liberdade variava de um ano e dois meses até dois anos e meio.

Itens lexicais coletados

Nas narrativas dos participantes foi possível identificar alguns termos e expressões pertencentes ao vocabulário gírio, juntamente com o sentido atribuído a essas palavras:

Gíria	Significado	Gíria	significado
Batida	Maneira	issu memo	concordo
Bolado	Incomodado	Maluco	peessoa
Cabuloso	Desagradável	Mão	vez, ocasião
Carroça	sem opinião própria	Mestrona	professora
daquele jeito	Indignado	Me joguei	Saí
de boa	Tranquilo	Sóh	é verdade
Despenado	Desempregado	Trampo	trabalho
Embaçada	Errada	tipo assim	conforme
estranhando	achando ruim	to ligado	compreendido
fita mil grau	situação favorável	zé povinho	pessoa desconsiderada

Análise do corpus

A língua portuguesa apresenta múltiplas variações, que decorrem de aspectos regionais, sociais, profissionais entre outros. A gíria utilizada pelos adolescentes pesquisados, apesar de presente em algumas letras musicais de grupos ligados ao rap e o funk, ainda é desabonada com relação à linguagem considerada padrão.

De acordo com Faraco (2002, p. 40), a norma padrão objetiva “neutralizar e controlar a variação linguística” e teve sua origem no século XIX quando a elite social dominante brasileira determinou que tal norma teria como modelo a língua utilizada por escritores portugueses. Com isso, essa elite visava afastar-se da mestiçagem e de tudo que considerava como incivilizado e “autóctone” (BAGNO, 2002, p.180). Dentro dessa visão social e linguisticamente excludente, os relatos de discriminação linguística narrados pelos participantes desta pesquisa demonstram a perpetuação no tempo desses valores segregários, que reforçam uma identidade marcada pela exclusão social.

Dessa forma, levando em conta que a comunidade de adolescentes de um Centro



Socioeducativo, por si só, representa um aspecto negativo da sociedade, a variedade linguística por eles praticada também será socialmente desprestigiada, conforme será possível constatar nas análises das narrativas a seguir:

P: Já sofreu preconceito por causa da maneira que você fala?

R: ‘Sóh’, com várias pessoas. Uma ‘mão’ eu falei desse modo e a professora me chamou a atenção na frente de todo mundo, dizendo que isso não é jeito de falar, que eu tinha que falar do jeito certo. Que não era assim que se falava. ‘Me joguei’ na hora e me senti ‘bolado’ e envergonhado (INF. 3).

A resposta indica que a professora do informante 3 não levou em conta o conhecimento deste de um modo de falar com o qual já tinha mais familiaridade e desconsiderou toda sua bagagem linguístico-cultural, por esse uso linguístico ser diferente do ensinado tradicionalmente nas escolas, o que reforça a ideia de que tudo que é diferente deve ser padronizado.

Nesse sentido, afirma Bortoni-Ricardo:

O ensino da língua culta à grande parcela da população que tem como língua materna – do lar e da vizinhança – variedades populares da língua tem [...] consequências desastrosas: não são respeitados os antecedentes culturais e linguísticos do educando, o que contribui para desenvolver nele um sentimento de insegurança [...]. (2005, p. 15)

Diante dessa atitude de discriminação da professora e do conseqüente sentimento de vergonha do entrevistado, é possível observar a ocorrência da ‘insegurança linguística’ no referido adolescente, que de acordo com Calvet (2002, p. 63-64) é “quando os falantes consideram seu modo de falar pouco valorizado e têm em mente outro modelo, mais prestigioso, mas que não praticam”.

Tal insegurança pode ter como resultados dois comportamentos: a imitação da forma tida como prestigiosa ou o receio, medo de falar e saber que será julgado pela sua fala, visto que “existe todo um conjunto de atitudes e sentimentos dos falantes para com as línguas, para com as variedades de suas línguas e para aqueles que a utilizam” (CALVET, 2002, p. 57).

A resposta do informante 1 foi a seguinte:

P: Você se lembra de ter sofrido alguma discriminação devido ao seu jeito de falar?

R: Falei ‘tô ligado’, ‘tipo assim’ e a ‘mestrona’ que escutou ficou ‘daquele jeito’, me ‘estranhando’. Foi meio ‘cabuloso’. Isso foi na escola daqui do CENSE e não foi a única ‘mão’ (INF. 8).

Pela análise da fala desse adolescente é possível inferir que, embora a escola que frequenta esteja localizada dentro da instituição, que é o local onde a gíria é corriqueiramente utilizada, tanto

pelos internos quanto pelos educadores sociais, e do entrevistado mostrar interesse em estudar, o ambiente escolar, de um modo geral, se apresenta como um dos locais onde o preconceito linguístico está presente.

Tal ocorrência de discriminação pela linguagem relaciona-se com o fato de que no ambiente escolar, tradicionalmente, os alunos são condicionados a abandonar as práticas linguísticas que já utilizam e são forçados a aprender e praticar um modelo linguístico considerado ‘correto’, padrão, sendo que qualquer manifestação fora desse modelo é considerada errada e, conseqüentemente, seu autor é reprimido, censurado e ridicularizado.

Dentro desse aspecto, afirma Bagno:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna de ser aceita, ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas normativas e catalogadas nos dicionários e qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente. (BAGNO, 2004, p. 38)

Essas duas ocorrências de discriminação pela linguagem no ambiente escolar demonstram que esses adolescentes foram marcados profunda e duplamente, tanto pelos professores, quanto por si mesmos, resultando em uma negação de suas identidades sociais, pois os conhecimentos culturais e linguísticos dos mesmos - que são parte de suas identidades – não foram observados.

Há também que se considerar, como dito anteriormente, que os adolescentes são vulneráveis a qualquer tipo de influência nessa etapa de vida, e como a língua representa um dos aspectos de sua identidade, deviam ter sido levados em consideração os seus históricos de vida e o contexto privativo de liberdade pelo qual passaram. A desconsideração desses aspectos demonstra e reforça o estigma que marca essas identidades marginalizadas socialmente.

Essa inadequação às regras linguísticas presentes na escola encontra respaldo nos estudos de Cella e Camargo (2009). As autoras apontam que a “maioria dos adolescentes infratores são multirepetentes, apresentando um histórico de inadaptação ao ambiente e ao cotidiano escolar” (CELLA; CAMARGO, 2009, p. 286), e indicam que as tentativas frustradas de aprendizagem podem levar à indisciplina.

Essas autoras afirmam que muitos adolescentes envolvidos em atos infracionais “têm uma tendência a apresentar poucos anos de estudo, com episódios de abandono escolar [...] desestímulo quanto à aquisição de competências escolares, [...] desentendimento com colegas e professores” (CELLA; CAMARGO, 2009, p. 288).

Os apontamentos das autoras permitem confirmar o que foi observado com os participantes,

tendo em vista que, por terem idades entre 16 e 17 anos e estarem cursando o quinto, o sexto ou o sétimo ano do ensino fundamental, todos apresentaram grande defasagem escolar. O motivo de tal defasagem pode estar relacionado tanto com os episódios de interrupção do processo de ensino-aprendizagem em virtude de terem sido privados de liberdade, quanto com a não adequação às normas linguísticas utilizadas no âmbito escolar.

Portanto, o combate ao preconceito linguístico também passa pelas práticas escolares, pois não é somente no ambiente familiar e social que tal discriminação se manifesta, fato que convida as pessoas que compõem o cenário escolar a uma reflexão em torno dessa temática.

Continuando a análise das entrevistas, tem-se a fala do informante 2:

P: Você já sofreu algum tipo de preconceito devido ao seu modo de falar?

R: Já! Tem ‘carroça’ que diz que eu falo que nem bandido né, ‘tipo’ por eu falar ‘issu memo’, ‘fita mil grau’... eles têm como uma coisa ‘embaçada’... pra eles é feio, mas pra nós é normal. Minha mãe acha mais ‘de boa’, mas o resto não.

A resposta do informante 2 apresenta um detalhe importante: a pergunta foi direcionada ao entrevistado através do pronome de tratamento ‘Você’, mas a resposta foi construída utilizando o pronome pessoal ‘nós’. Esse detalhe reforça a posição de Preti (1984, p. 88) quando este conclui que a gíria tem, como uma das principais características, a de “representar a identidade do grupo social que a utiliza, proporcionando uma sensação de pertencimento do falante ao referido grupo”.

Nessa mesma perspectiva, Le Page (1980) considera cada ato de fala como um ato de identidade, ou seja, para ele, a linguagem é o índice por excelência da identidade, visto que as regras linguísticas utilizadas pelo falante na busca de aproximação com os membros do grupo com o qual deseja se identificar são criadas no momento da enunciação, por meio de escolhas linguísticas inconscientes que se associam às múltiplas dimensões formadoras da identidade social e aos papéis que assumem na comunidade de fala.

A resposta do entrevistado permite constatar que sua fala foi relacionada com uma identidade social criminosa, ligada à bandidagem e, apesar de evidenciar essa correlação que fazem entre sua fala e a de um bandido, ele a considera normal. Embora reconheça atitudes contrárias ao uso da gíria, o adolescente demonstra certo conformismo e indiferença em relação à opinião preconceituosa sobre seu comportamento linguístico.

Ao abordar a indiferença, o preconceito e a rebeldia relativas às variedades linguísticas que fogem do considerado padrão de fala, Jespersen (1976, p.107) defende que “quanto mais vulgar for



uma pessoa, tanto mais sua linguagem leva o selo da comunidade em que vive; quanto mais forte e original a sua personalidade, tanto mais peculiar e próprio será o colorido da sua linguagem”.

A narrativa do informante 2 permite constatar a falta de conhecimento, por parte da sociedade, do conceito de variantes linguísticas, que são “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa com o mesmo valor de verdade” (TARALLO, 2003, p. 8).

Da mesma forma, para que sejam respeitados tanto os falantes de gíria, quanto a própria gíria, é preciso que a sociedade também compreenda a relação intrínseca entre variação linguística e comunidades de falantes, já que não se aceita e “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (LABOV, 2008 [1972], p. 21).

Outro entrevistado, o informante 4, também relatou os aspectos negativos que foram construídos sobre sua identidade em decorrência de sua linguagem:

P: Você já sofreu discriminação devido ao seu modo de falar?

R: Já sofri bastante. Já perdi ‘trampo’ por causa disso. Uma vez eu tava na região da Nova Rússia, passei numa (oficina) mecânica, e como eu tava ‘despenado’, pedi um ‘trampo’ e fiquei uns quinze minutos conversando com o dono da oficina e ele percebeu que eu falava de um modo diferente, daí olhou minha cara e falou que não ia precisar de ninguém, que já tava cheio de funcionário. Aí quando eu fui tomar água na torneira, escutei ele falando para outro ‘maluco’ lá que não ia aceitar vagabundo, maloqueiro. Pelo meu jeito de falar ele achou que eu fosse maloqueiro. Minha tia e minha avó também implicam bastante comigo por causa do meu jeito de falar.

É possível verificar que a linguagem utilizada ‘marcou’ negativamente a identidade do adolescente, relacionando-o a uma identidade social tida como perigosa e impedindo-o de conseguir um emprego, pois “a atitude linguística assumida pelo falante implica a noção de identidade, que se pode definir como o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro” (AGUILERA, 2008, p. 105).

A análise da resposta possibilita observar que além de alguns familiares do informante 4 não aceitarem o uso da gíria, a atitude do dono da oficina com relação ao seu comportamento linguístico indica uma necessidade urgente de serem revistos certos conceitos e valores arraigados na cultura social hegemônica, não só com relação à gíria, mas também com relação à necessidade dos adolescentes que já cumpriram medidas socioeducativas de privação de liberdade de se reintegrarem à sociedade, pois este é o objetivo do processo socioeducativo, e um dos caminhos para tal reinserção social é justamente a obtenção de um emprego digno.

Essa necessidade de mudança na sociedade é defendida por Bagno:

Por mais que isso nos entristeça ou irrite, é preciso reconhecer que o preconceito linguístico está aí, firme e forte. Não podemos ter a ilusão de querer acabar com ele de uma hora para outra, porque isso só será possível quando houver uma transformação radical do tipo de sociedade em que estamos inseridos, que é uma sociedade que, para existir, precisa de discriminação de tudo o que é diferente, da exclusão da maioria em benefício de uma pequena minoria, da existência de mecanismos de controle, dominação e marginalização. (2004, p. 139)

Esse destaque pelo aspecto negativo da relação identidade/ usos linguísticos possibilita verificar o prestígio que a linguagem pertencente à norma padrão possui com relação ao uso da variedade linguística praticada pelo entrevistado. Isso ocorre devido à prescrição ideológica normativa que caracteriza a língua padrão e que sujeita as demais variedades linguísticas, e conseqüentemente seus usuários, a uma posição marginal e inferior, conforme aponta Monteagudo:

O prescritivismo tradicional acha-se associado à sobrevivência de estruturas sociais e esquemas de valores autoritários e discriminatórios e repousa num emaranhado de preconceitos que afinal convertem a variedade padrão num elemento chave da hegemonia e do controle em mãos de um grupo de prestígio e a tornam um pesado fardo de exclusão sociocultural. (MONTEAGUDO, 2011, p. 43)

A entrevista continua com o mesmo adolescente:

P: Você acha que esse falar auxilia na comunicação de vocês?

R: 'Sóh', com os piá que me entende aqui no Centro é bem 'de boa'. Eu não vou mudar minha 'batida' só pras pessoas gostarem de mim, vou continuar nessa 'batida'.

A frase 'Sóh, com os piá que me entende aqui no Centro é bem de boa' aponta a segurança que a gíria oferece ao entrevistado. O referido trecho também evidencia como a gíria facilita o entendimento por parte de seus usuários e promove uma forte sensação de pertencimento ao grupo social com o qual se identifica.

Essa relação entre gíria e grupo social é confirmada por Preti:

A gíria é caracterizada como um vocabulário especial, surge como um signo de grupo, a princípio secreto, domínio exclusivo de uma comunidade social restrita (seja a gíria dos marginais ou da polícia, dos estudantes, ou de outros grupos ou profissões). E quanto maior for o sentimento de união que liga os membros do pequeno grupo, tanto mais a linguagem gíria servirá como elemento identificador, diferenciando o falante na sociedade e servindo como meio ideal de comunicação, além de forma de auto-afirmação. (PRETI, 1984, p.3)

A afirmação 'Eu não vou mudar meu jeito de falar só para as pessoas gostarem de mim' revela que, além da importância de manter secreto esse vocabulário, o uso dessa linguagem é uma



decorrência da dinâmica social e linguística, que pode ser entendida como a expressão da insatisfação desse grupo minoritário em relação ao grupo dominante e a necessidade de agressão aos costumes do grupo social maior, institucionalizado, pois, como relata Castilho (2010, p. 31), “é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro”.

Esse tipo de atitude contestadora - tomada em face da urgência de rompimento com os modelos sociais tidos como corretos e adequados – e a insubmissão às regras de comportamento impostas pela cultura dominante revelam a importância que o adolescente dá à gíria. Esse pequeno trecho também denota uma possível intenção de chocar, mostrar-se intransigente, o que remete às conclusões de Labov (2008) nos estudos sobre Martha’s Vineyard, em relação a um comportamento linguístico adotado pelos nativos da ilha para se diferenciarem dos turistas que a visitavam no verão.

Além disso, a negação do entrevistado em mudar seu modo de falar encontra respaldo em Preti (1984), quando este autor esclarece que a gíria surge em decorrência do isolamento social de um indivíduo e seu uso indica uma reação e contestação aos valores e padrões socioculturais impostos pela ideologia da sociedade mais ampla, visto que, “falando diferente, estropiando a linguagem usual, ele agride o convencional, opõe-se ao uso aceito pela maioria, e deixa marcado seu conflito com a sociedade” (PRETI, 1984, p. 41).

A análise das narrativas dos informantes aponta que a linguagem utilizada pelos entrevistados além de ter sido relacionada a uma identidade ligada à prática de atos ilícitos, à bandidagem e vagabundagem, foi também associada a uma maneira errada e ‘feia’ de se comunicar, representando uma forma de distinguir as pessoas boas das más, ou as adequadas das inadequadas, somente pela observação de seu comportamento linguístico. Mas é preciso considerar que tal variedade linguística é definida por normas socioculturais que ligam esses indivíduos a um papel social localizado à margem da sociedade, provocando uma divisão que também se reflete na língua, dado que:

[...] as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder, nada têm de intrinsecamente superior às demais. O prestígio que adquirem é mero resultado de fatores políticos e econômicos. O dialeto (ou variedade regional) falado em uma região pobre pode vir a ser considerado um dialeto “ruim”, enquanto o dialeto falado em uma região rica e poderosa passa a ser visto como um “bom” dialeto. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 34)

Portanto, o preconceito linguístico decorre da hierarquia dos grupos sociais, cujas variedades linguísticas destacam a identidade e posição social de seus falantes, consideradas superiores ou



inferiores, certas ou erradas, e a diferença de posições no tabuleiro social faz surgir atitudes e comportamentos preconceituosos em relação às variedades da língua que fogem à regra padrão.

Considerações Finais

As entrevistas permitiram perceber que existe uma norma linguística padronizada e normas parciais, como a que rege a linguagem de grupos minoritários, relegados à margem da sociedade, representados neste trabalho pelos adolescentes entrevistados.

As possibilidades e facilidades comunicativas presentes na gíria, embora contrariem a norma padrão, obedecem a normas específicas do grupo social ao qual pertencem seus falantes, permitindo a manifestação de suas individualidades e de seus valores.

Considerando que o objetivo do processo socioeducativo é possibilitar a reinserção social do adolescente ator de ato infracional, é relevante destacar que o sucesso ou insucesso do processo socioeducativo apresenta duas faces que se complementam. De um lado, é preciso que o adolescente se esforce para internalizar valores e desenvolver comportamentos que possibilitem o convívio em sociedade. De outro, é preciso que essa mesma sociedade ofereça condições para sua reinserção social.

É dentro desse segundo aspecto que o presente trabalho pretende colaborar, pois, além das barreiras sociais que o adolescente infrator tem que superar, o uso da gíria interfere negativamente na forma com que são tratados por pessoas que acreditam existir somente uma maneira correta de se comunicar.

Assim, qualquer gênero e manifestação de preconceito linguístico demonstra duas realidades evidentes: a falta de conhecimento detalhado e lógico da natureza heterogênea das línguas e a inflexibilidade comum a grande parte dos seres humanos, em especial daqueles que se julgam superiores e profundos conhecedores de determinados campos. Estes encontram-se tão aprofundados em seus 'saberes' e valores, que por ignorarem a necessária evolução do conhecimento na área de estudos linguísticos, terminam por reforçar a exclusão social daqueles a que julgam diferentes e inferiores.



Referências

- AGUILERA, V. D. A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. In: *Anais GEL*, 2008. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N2_11.pdf>. Acesso em 13 março 2018.
- BAGNO, M. *Linguística da norma*. Edições Loyola, 2002.
- _____. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 29 ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Justiça. *Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei*. Brasília, 2016.
- _____. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). *Levantamento Anual SINASE 2016*. Brasília: 2018.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- _____. *Nós chegemos na escola, e agora?* São Paulo: Parábola, 2005.
- CALVET, L. J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CASTILHO, A. T. D. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CELLA, S. M.; CAMARGO, D. M. P. Trabalho pedagógico em adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. In: *Educação e Sociedade*. Edição de janeiro. N. 106. V. 30. Jan/abr, p. 281-299, 2009,.
- ERIKSON, E. H. *Identity: Youth and crisis*. New York: Norton & Company. 12ª edição, 1994.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 37-61.
- FLICK, Uwe. *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Tradução Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.
- JESPERSEN, Otto. *Nature, évolution et origenes*. Paris, Payot, 1976.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LE PAGE, Robert. Projection, focusing and diffusion. In: *York Papers in Linguistics*. Vol. 9. University of York, 1980.
- MONTEAGUDO, Henrique. Variação e norma linguística: Subsídios para uma (re)visão. In: BAGNO, M.; LAGARES, X. C. (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011, p. 35-47.
- PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala, um estudo sociolinguístico do diálogo na Literatura Brasileira*. São Paulo. Ed. Nacional, 3ª Ed., 1977.
- _____. *A gíria e outros temas*. São Paulo: Edusp, 1984.
- SALLES, Leila Maria Ferreira. *Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos*. Estudos de Psicologia: Campinas, 2005.
- SCHERRE, Marta Maria Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle. Variação linguística, mídia e preconceito*. 2ª edição. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2003.
- VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. *A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec, 2005, p.17-60, 331 p.

Submissão: julho de 2018

Aceite: novembro de 2019



A METAPRAGMÁTICA COMO CONCEITO ÚTIL À ANÁLISE LINGUÍSTICA

METAPRAGMATICS AS A USEFUL CONCEPT TO LINGUISTIC ANALYSIS

ANA LUIZA KRÜGER DIAS

kruger.analuiza@gmail.com

Universidade Federal de Goiás

Resumo: Este artigo é uma reflexão sobre o conceito de metapragmática aplicada às textualidades produzidas em contexto de ensino de línguas. Considerando a análise linguística como proposta teórica e metodológica de experimentação e reconstrução textuais (FRANCHI, 2006; GERALDI, 1996), pretendo discutir a camada metapragmática que ela comporta, responsável por organizar, regimentar e projetar usos linguísticos no tempo e no espaço, bem como situar os interlocutores em relação uns aos outros e ao contexto (SILVERSTEIN, 1979, 1993, 2003). Para tanto, este artigo propõe algumas possibilidades de trabalho com as metapragmáticas da textualidade em sala de aula. A partir das reflexões empreendidas, percebe-se a potencialidade do diálogo entre os estudos em metapragmática e análise linguística, abrindo-se caminhos para um trabalho empírico no ensino de línguas que possibilite uma formação docente e discente mais crítica e consciente das relações intrínsecas entre língua, cultura e sociedade.

Palavras-chave: Análise linguística; Metapragmática; Indexicalidade; Ideologias linguísticas.

Abstract: *This article is a reflection about the concept of metapragmatics applied to textualities in the context of language teaching. Considering linguistic analysis as a theoretical and methodological proposal of textual experimentation and reconstruction (FRANCHI, 2006; GERALDI, 1996), I aim to discuss the metapragmatic layer it comprises, responsible for organizing, regimenting and projecting language uses in time and space, as well as situating the interlocutors in relation to each other and to the context (SILVERSTEIN, 1979, 1993, 2003). Thus, this article proposes some possibilities of work with the metapragmatics of textuality in the classroom. From the reflections undertaken here, we can see the potentialities of a dialogue between the studies of metapragmatics and language analysis, opening some paths to a more empirical work in the field of language teaching which can enable a more critical teaching-learning process, conscious of the intrinsic relations of language, culture and society.*

Keywords: *Language analysis; Metapragmatics; Indexicality; Language Ideology.*

Introdução

Quando compartilhamos alguma parcela de nossa experiência de/com o mundo por meio da linguagem, nos valem para isso de um sistema simbólico. Quanto mais passamos a olhar atentamente para as dinâmicas que constroem e são construídas por meio desse sistema simbólico conhecido como “linguagem”, percebemos que ele não se trata de mero “meio para trocar informações” ou “forma de expressão do pensamento”. Trata-se, sobretudo, da “forma pela qual aquela ‘experiência singular do mundo’ se torna conhecimento organizado para fins comunicativos” (AZEREDO, 2013 p. 24), passando a construir realidades para o sujeito falante e os demais membros



envolvidos naquela interação verbal.

Com efeito, “nossa relação com as coisas do mundo em geral e com a linguagem em particular nos propicia tanto contatos repetidos com um cotidiano sem surpresas, quanto experiências que desequilibram nosso universo de conhecimentos e valores” (AZEREDO, 2013, p. 26). A língua que falamos é, portanto, um domínio de conhecimento e de expressão que reflete, em contraponto radical, duas formas de estar no mundo: como quem repete e como quem cria:

Podemos ter com a linguagem um relacionamento de sujeição às fórmulas prontas, contentando-nos com a repetição de um discurso aprendido, ou podemos aceitar o desafio de observar o funcionamento desse mesmo discurso e descobrir os meios de colocar a língua a serviço de nossa criatividade. A segunda alternativa é, obviamente, a que oferece uma real perspectiva de alargamento dos horizontes intelectuais e culturais dos estudantes (AZEREDO, 2013, p. 26).

Nessa perspectiva, os aspectos estruturantes do sistema linguístico (como o léxico e a gramática) são responsáveis por recortar e ordenar a experiência em categorias, modelando o sentido a ser compartilhado socialmente. E tais sentidos “ganham vida” quando são objetivados no discurso mediante a seleção de unidades lexicais e procedimentos gramaticais necessários à sua textualização. Nesse ponto, a análise linguística configura um instrumento para que o sujeito (desde o/a aluno/a do ensino básico ao/a pesquisador/a em Linguística) possa não apenas identificar o funcionamento das estruturas da língua para usá-la eficientemente, mas também se apropriar e reconstruir esse sistema linguístico para fazer uso criativo dele, ultrapassando os limites do que é codificado e investindo o material da linguagem de significação própria – mostrando que os sistemas não são tão sistemáticos assim.

Partindo da noção de análise linguística como uma proposta teórica e metodológica voltada ao ensino de línguas que leva em consideração as possibilidades de reconstrução de textos por meio de operações metalinguísticas (entre outras), este artigo pretende refletir, então, sobre o conceito de *metapragmática* e sua possível contribuição para os estudos de análise linguística. Trata-se de uma articulação teórica propiciada por duas observações iniciais de leituras no campo da análise linguística: 1) a importância da dimensão (e consciência) metalinguística no trabalho de reflexão sobre a linguagem, necessária para a experimentação e reconstrução de textos preconizadas pela análise linguística; 2) a falta de uma reflexão mais aprofundada na literatura em análise linguística sobre a dimensão indexical dos usos linguísticos em interação, responsável por organizar, regimentar e projetar outros usos no tempo e no espaço, bem como situar os interlocutores em relação uns aos outros e ao contexto.

A proposta do presente artigo se coaduna com as reflexões de Silverstein (1993, p. 34), para quem “deveríamos situar tanto o conceito pressuposto de funcionalidade e a relação de funções metapragmáticas e funções (meramente) pragmáticas no âmbito do projeto funcionalista em andamento”⁴³. Em sua tentativa de relacionar teoricamente as noções de uso e estrutura linguística, o autor propõe uma forma de entender como a linguagem opera socialmente a partir dos chamados processos de indexicalização. Como se verá adiante, eles são responsáveis por localizar e situar determinados repertórios linguísticos e seus falantes numa espécie de escala social, a partir de avaliações modeladas pela gramática normativa e orientadas pelas ideologias linguísticas circulantes.

O que possibilita tais processos de indexicalização é justamente o discurso metapragmático e/ou as estruturas que adquirem função metapragmática no discurso, os quais se configuram como uma espécie de “esqueleto externo da língua”. Nesse sentido, Povinelli (2016, p. 211) afirma:

O discurso metapragmático remete aos discursos das pessoas (o que inclui o discurso acadêmico) sobre o uso da língua: trata-se nomeadamente de enunciados, localmente ou historicamente circunscritos, que têm tratado das regras específicas da **etiqueta linguística**; eles compreendem os discursos que especificam como se adquirem as diferentes etiquetas linguísticas, que julgam se tal aquisição é sustentável ou não e quais pessoas devem se submeter a ela, assim como os discursos que ditam os contextos de seu uso apropriado. **Se a função pragmática remete aos aspectos da linguagem que codificam o contexto** e a esse aspecto da natureza do uso linguístico que pressupõe o contexto e o que dele resulta, **o discurso metapragmático inclui todas as referências implícitas e explícitas a tais codificações, usos e contextos, próprios ou impróprios** (Grifou-se).

Ao longo do presente artigo, procuro me apoiar na atenção dada à reflexividade metalinguística pela análise linguística para demonstrar a importância de um olhar para os processos metapragmáticos envolvidos em interações verbais orais/textuais. Assim, uma análise das dimensões metapragmáticas presentes tanto nas dinâmicas professor-aluno em sala de aula quanto nas políticas educacionais macro (incluindo a orientação teórico-metodológica dos PCNs, a elaboração de material didático e os demais discursos institucionais) no que se refere ao ensino de língua faz-se necessária, uma vez que compreendem as maneiras como os recursos linguísticos são avaliados e manipulados como estratégias de interação social, indexicalizando diferenças e desigualdades.

A primeira seção é dedicada a uma apresentação geral das principais orientações teóricas e metodológicas da análise linguística, especialmente seu aspecto interacional e reflexivo. A seguir, passo a esboçar algumas noções acerca da metapragmática, com foco nas noções de indexicalidades

⁴³ No original: “(...) we should situate both the presupposed concept of functionality and the relationship of meta-pragmatic to (mere) pragmatic functions with respect to this ongoing 'functionalist' project”. Todas as traduções foram feitas para fins exclusivos deste artigo.

e ideologias linguísticas. A terceira seção é dedicada a algumas reflexões sobre a aplicação da análise metapragmática para o ensino de línguas, apontando alguns direcionamentos para pesquisas empíricas futuras.

Espero, com isso, expandir a reflexão sobre as possibilidades de tratamento da língua pela via textual para a compreensão de determinadas questões de ordem semântica e pragmática, bem como suas repercussões sociais e políticas no âmbito educacional – especialmente diante dos desafios de uma contemporaneidade heterogênea e das incertezas advindas do atual período político vivido no Brasil.

A análise linguística como proposta teórica e metodológica para o ensino de línguas naturais

A noção de análise linguística mais disseminada no Brasil possui inspiração bakhtiniana e se baseia nos trabalhos de Carlos Franchi e Wanderley Geraldi, tendo surgido como uma tentativa de articulação da reflexão da linguagem às práticas de leitura e produção textual. Para Bezerra & Reinaldo (2013, p. 37), análise linguística é concebida como uma “segunda prática de estudos linguísticos” (em oposição à primeira, voltada à descrição e interpretação de aspectos da língua), pois seu aspecto descritivo volta-se para a aplicação didática, com o objetivo de “garantir ao aprendiz o uso da língua e o saber sobre a língua (...) [deslocando a] figura de usuário para a de analista da língua e da linguagem”.

A análise linguística configura-se enquanto um conceito crítico às análises de categorias consideradas “estritamente” linguísticas, argumentando que elas devem levar em conta fatores sociais e históricos, fazendo com que a reflexão linguística seja ampliada para a compreensão de como se constroem sentidos por meio da língua. Sendo assim, conhecer uma língua significaria estar apto/a a servir-se dela para tomar parte na rotina social da comunidade, implicando, contudo, graus variados de envolvimento das pessoas segundo os papéis sociais que desempenham.

É importante salientar que tal proposta não significa um abandono do estudo das formas gramaticais relativas à estrutura interna da língua; pelo contrário, ela implica numa resignificação do que seja essa gramática, procurando refutar a ideia de redução da linguagem ao ato de enunciação intrinsecamente dotado de sentido. Sendo assim, a compreensão da linguagem “não se deve pautar em uma descrição pura e simples de enunciados apreendidos como atos de discurso decorrentes de um sujeito que utilizaria um sistema linguístico tido como dado” (ROMERO, 2011, p. 158).

Nas palavras de Franchi (2006, p. 63), as relações sintáticas são “noções que dizem respeito aos



diferentes modos de construção das expressões para exibir diferentes perspectivas que se instauram na observação e descrição da realidade”. Desse modo, mais do que definir o que é um substantivo ou elaborar o melhor conceito para a noção de sujeito, o autor está interessado em levar os/as alunos/as a operar sobre a linguagem, revendo e transformando textos, para perceber nesse processo as formas linguísticas disponíveis e que podem ser manejadas em termos de ‘substantivos’ ou ‘sujeitos’.

Tal perspectiva se coaduna com as reflexões de Bakhtin (1997) acerca dos gêneros do discurso, definidos como *tipos relativamente estáveis de enunciados* e responsáveis por uma certa modelagem discursiva em cada esfera comunicativa, compreendidos sempre numa perspectiva dialógica, ou seja, levando em consideração as relações entre sujeitos reais, as quais possibilitam a própria noção de linguagem. Para o autor, “os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua” (BAKHTIN, 1997, p. 285).

É importante salientar ainda que o conceito de análise linguística em Franchi está altamente ancorado na noção de epilinguismo de Antoine Culioli, que seria uma espécie “racionalidade silenciosa” organizada por meio da estabilidade da produção verbal. O nível linguístico ocultaria, portanto, o chamado “caos epilinguístico”, que se trata de uma atividade permanente da qual não temos consciência e que nos fornece representações no nível linguístico. O epilinguístico é então o modo encontrado por Culioli para explicar como a língua funciona. Romero (2011, p. 160) afirma que Franchi também se aproxima da concepção de enunciação culioliana quando considera os enunciados apreendidos em sua materialidade formal. Assim:

Acreditamos que Franchi, ao representar a atividade linguística como o que supõe um retorno sobre si mesma, concebe o nível linguístico como algo que, da passagem de uma realização em discurso à outra – ou, da passagem de uma forma estabilizada em discurso à outra –, reflete a atividade epilinguística, o que demonstra uma apreensão coerente do conceito culioliano (ROMERO, 2011, p. 160).

Especialmente após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, que procuraram incorporar o trabalho com a análise linguística no ensino de língua portuguesa no Brasil, foi possível perceber, de fato, uma maior ênfase na possibilidade de experimentações com o material linguístico em sala de aula, os quais possibilitam uma maior consciência por meio dos/as aprendizes acerca das possibilidades de uso relativos a situações enunciativas locais e sociais.

Segundo Marcuschi (2016), essa prática aberta pelos PCNs possibilitaria uma produção linguística tomada como produção de discursos contextualizados, a distribuição dos textos num



contínuo de gêneros estáveis, a atenção para a língua em uso e a clareza quanto à variação linguística. Para o autor, eles evidenciam como a teoria linguística pode influenciar de maneira decisiva o ensino de língua materna. Como se percebe, a noção de análise linguística trata-se, ao mesmo tempo, de um construto teórico e de uma metodologia aplicável ao ensino de línguas, configurando uma proposta cujas potencialidades ainda merecem ser melhor exploradas, especialmente se colocadas em diálogo com a camada metapragmática da língua em uso.

Uma camada metapragmática para a análise linguística

A partir das reflexões tecidas acima acerca da análise linguística, é possível perceber a importância do raciocínio metalinguístico dessa proposta. Na teoria culioliana, ele se relaciona especialmente com a noção de *trace*, ou seja, “os vestígios ou os rastros que se depreendem dessa racionalidade silenciosa no nível linguístico, nos enunciados da língua” (ROMERO, 2011, p. 155). A reconstrução das operações cognitivas das quais os enunciados são rastros seria feita, então, pelas glosas, um tipo particular de reformulação que, por meio de manipulações, dá origem a uma representação metalinguística que procura revelar o modo como a linguagem funciona.

Para tanto, é necessário um entendimento da linguagem como forma de interação social, já que “é no ato interativo socialmente situado que os sentidos que de fato interessam são gerados/percebidos/trocados como discurso e sob a forma de textos” (AZEREDO, 2013, p. 39). O conhecimento de gramática enfatizado pela análise linguística se torna, assim, um alicerce de nossas habilidades de expressão e compreensão numa língua, desde que implique numa “tomada de consciência dos recursos estruturantes dos enunciados e dos textos que aguça a sensibilidade linguística do estudante e desenvolva nele uma espécie de discernimento e de capacidade crítica e avaliativa” (AZEREDO, 2013, p. 40).

Considerando, então, que aquilo que se faz com a língua se realiza mais ou menos eficientemente graças ao conhecimento e manejo de suas funções estruturantes (em articulação com o contexto específico de uso, o contexto histórico-social maior, bem como as marcas identitárias dos/as falantes envolvidos/as numa interação), podemos afirmar que a atividade linguística sempre envolve algum grau de reflexividade, ou seja, a língua também diz sobre aquilo que se faz com ela. Assim, por meio de processos de parametrização e tratamento do material linguístico, diversas estruturas linguístico-discursivas adquirem funções tanto de descrever e avaliar quanto de condicionar e orientar (projetar) os usos da língua na interação oral e escrita.



Os usos linguísticos, como outras formas de comportamento social, são interpretados pelos atores envolvidos. Assim, em qualquer interação oral ou escrita, estamos constantemente instanciando contextos, filiações e vozes de outras pessoas, e o que garante a dinâmica das interações verbais é justamente o compartilhamento (em diferentes graus) daquilo que é instanciado, conforme salienta Bakhtin (1997, p. 326):

Quando se analisa uma oração isolada, tirada de seu contexto, encobrem-se os indícios que revelariam seu caráter de dirigir-se a alguém, a influência da resposta pressuposta, a ressonância dialógica que remete aos enunciados anteriores do outro, as marcas atenuadas da alternância dos sujeitos falantes que sulcaram o enunciado por dentro.

Numa análise linguística que se pretende dialógica, torna-se, portanto, fundamental compreender como o conjunto de estruturas e processos em jogo numa determinada interação tanto descrevem quanto condicionam e avaliam a propriedade, a correção e a legitimidade das formas linguístico-discursivas produzidas nas/pelas ações sociointeracionais em curso. Tais funções são chamadas de “metapragmáticas”, e são codificadas em nível denotativo nas/pelas estruturas referenciais e predicativas (podendo ser mais ou menos explícitas), o que nos permite, juntamente com Signorini (2008, p. 121), afirmar que os/as interlocutores/as assumem a responsabilidade de “sinalizar como devem ser interpretadas as formas que produzem e também como estão interpretando/avaliando as produzidas por outrem” (grifou-se)⁴⁴.

Um exemplo comum de discurso metapragmático em contexto de ensino de línguas é representado por frases do tipo “Fulano não sabe nem falar português”. Percebemos nessa frase um uso de determinadas estruturas sintáticas que, a princípio, alegam descrever uma realidade acerca do letramento de um indivíduo. Ocorre que, nesse gesto aparentemente constativo, ela também cria realidades (gesto performativo), posicionando Fulano numa certa camada da escala social (no caso, de desprestígio), bem como projetando a forma que os/as seus/suas interlocutores/as devem interpretar os usos linguísticos futuros de Fulano. Ao mesmo tempo, tal discurso posiciona aquele que produziu essa frase como um sujeito usuário do “bom português”, já que está apto a identificar usos errados com tamanha proficiência que pode afirmar que eles nem mesmo estariam no mesmo patamar idiomático que o seu.

⁴⁴ Aqui, chamo a atenção, por exemplo, à marcação do gênero feminino que realizo ao longo de todo este artigo. Trata-se do uso de um marcador discursivo cuja função metapragmática é, ao mesmo tempo, explicitar o meu posicionamento diante de determinados usos linguísticos sedimentados (fazendo emergir no texto sua relação com ideologias e processos sociais mais amplos), e sinalizar ao/a meu/minha interlocutor/a um novo olhar interpretativo para a relação entre estruturas linguísticas e relações sociais de gênero.



É claro que as regularidades produzidas pelas metapragmáticas da língua em uso têm estabilidade e alcance variados no tempo e no espaço, sendo plurais e dinâmicas, à semelhança do que ocorre com a modelagem discursiva dos gêneros, concebidos como “tipos relativamente estáveis de enunciados” por Bakhtin. Nesse sentido, Signorini (2008, p. 119) enfatiza que

[...] as metapragmáticas da língua em uso num dado espaço/tempo são sempre heterogêneas e dinâmicas em diferentes graus porque resultam da sinergia de um aglomerado de fatores inter-relacionados, que vão desde a propriedade reflexiva da própria língua, associada às capacidades metalinguística e metacomunicativa dos falantes, até dimensões sócio-histórico-cultural e político-ideológica das práticas de uso oral e escrito da língua e dos discursos sobre como são/devem ser os usos linguísticos na interação social (discursos oficiais, científicos e de senso comum).

Nesse ponto, torna-se fundamental incorporar em nossas análises as relações estabelecidas entre os padrões (especialmente grafocêntricos) de diferenciação entre ‘certo’ e ‘errado’ e os padrões históricos de diferenciação e hierarquização de corpos e papéis sociais na comunidade. É por isso que Agha (2005) argumenta que nossos encontros com registros linguísticos diversos não são meramente encontros com outras ‘vozes’ (no sentido estrito relacionado a atributos pessoais e estilos), mas encontros nos quais os indivíduos estabelecem localmente formas de pertencimento, negociando alinhamentos e desalinhamentos aos ‘tipos’ ou estereótipos sociais associados a determinadas vozes.

O que permite que possamos identificar em maior ou menor medida essas articulações varia conforme nossa consciência metapragmática. Nesse contexto, a possibilidade de identificação dos recursos metapragmáticos acionados, por exemplo, nas performances escritas de estudantes em sala de aula tem papel relevante ao evidenciar estruturas, estabelecer parâmetros e orientar os usos da língua e os juízos sobre esses usos em práticas específicas de interação social. No limite, uma maior atenção à camada metapragmática na análise linguística permite uma maior atenção aos padrões de hierarquização de práticas linguísticas de acordo com determinadas perspectivas sociais, levando à reflexão acerca da inclusão/exclusão dos falantes em redes, práticas e instituições, e podendo contribuir para um maior agenciamento dos sujeitos frente a tais dinâmicas.

Sobre indexicalidades e ideologias linguísticas

Ainda que possamos reconhecer traços de operações metapragmáticas no âmbito da análise linguística, percebo que um importante avanço dos estudos em metapragmática que ainda foi pouco explorada nesse campo é a atenção aos processos de *indexicalização*. Para Silverstein (2003), a forma linguística é indexical na medida em que “aponta” para aspectos do contexto por meio de inferências

ideológicas, que orientam sua própria interpretação. Para este autor, as ideologias linguísticas são “um conjunto de crenças acerca da linguagem articuladas pelos usuários como uma racionalização ou justificação das estruturas e usos percebidos da língua” (SILVERSTEIN, 1979, p. 193)⁴⁵. Assim,

[...] selecionamos formas linguísticas (e semióticas mais amplas) em relação a ideias social e culturalmente compartilhadas sobre o que seria um comportamento comunicativo apropriado, bom, útil, notável dentro de um contexto específico – e nosso uso de meios semióticos cria, embasa e manipula contextos (BLOMMAERT, 2014, p. 70).

Tal leitura acerca das relações entre forma linguística e visão de mundo feita por Silverstein é bastante significativa nos estudos linguísticos, na medida em que cria a camada metapragmática da língua, que reconhece que “não apenas nos comunicamos *em* nossa comunicação, mas também *sobre* nossa comunicação” (BLOMMAERT, 2014, p. 70). Enquanto falamos/escrevemos, identificamos na estrutura da língua significados compartilhados culturalmente, cuja função é fazer com que sejamos percebidos como “sérios” ou “engraçados”, conforme o contexto. Blommaert (2014, p. 70) salienta, nesse ponto, que “manipulamos continuamente e interferimos na língua com propósitos sociais e culturais. A metapragmática da língua organiza sua pragmática – seu significado na sociedade”.

A importância da dimensão metapragmática para análise linguística se mostra ainda mais saliente quando nos lembramos das reflexões de Bakhtin (2009) acerca da importância do contexto ideológico para se pensar a relação entre infraestrutura e qualquer fenômeno, enfatizando que os processos de mudança social e linguística se determinam conjuntamente num todo estrutural. Tais transformações tratam-se, para ele, de um percurso que passa por uma série de “esferas qualitativamente diferenciadas, estando cada uma delas dotada de um conjunto de regras específicas e de um caráter próprio” (BAKHTIN, 2009, p. 41). A relação recíproca entre a infraestrutura e as superestruturas pode ser melhor esclarecida, então, pelo estudo do material verbal, isto é “saber como a realidade (a infraestrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação” (BAKHTIN, 2009, p. 42).

Vê-se que as indexicalidades e ideologias linguísticas têm papel determinante na institucionalização de mecanismos sociais de regulamentação, controle e valoração do acesso, produção, consumo e circulação dos recursos linguístico-discursivos, conferindo sentido e garantindo legitimidade a padrões de diferenciação e hierarquização de formas e usos (SIGNORINI, 2008). Ao mesmo tempo, o reconhecimento de funções metapragmáticas também permite que os sujeitos em

⁴⁵ No original: “[linguistic ideologies] are any sets of beliefs about language articulated by the users as a rationalization or justification of perceived language structure and use”.



interação possam negociar sentidos, subvertendo e criando novas realidades a partir daquelas consolidadas.

Por fim, é importante não perdermos de vista que a própria Linguística, como um campo de interação verbal conflituosa e heterogênea, também opera por meio de ideologias linguísticas, e que diversas instâncias discursivas de poder em seu seio disputam os sentidos e a legitimidade de usos e práticas linguísticas por meio de processos indexicais, contribuindo para processos de estabilização e controle das línguas nacionais.

(Meta)pragmáticas da textualidade e o ensino de línguas

No bojo da análise linguística em contexto de ensino de línguas, Franchi (2006) e Geraldini (1996) propõem o trabalho de reconstrução de textos, no qual processos de comparação, derivação e composição se tornam disponíveis aos/as alunos/as, evidenciando relações de ordem semântica e pragmática, e tornando mais familiares os valores categoriais das partes do discurso, fazendo com que a noção de gramática seja experimentada de outro modo, qual seja, como uma abstração de um saber linguístico que objetiva munir o/a falante de um arsenal de possibilidades expressivas para se comunicar e conseqüentemente atuar no mundo por meio da linguagem. O processo de tratamento da língua como *objeto* traz à tona, portanto, que é na experimentação (coletiva e dialogada) do material linguístico que se faz a reflexão linguística necessária para o ensino gramatical.

Na esteira de tais reflexões, Sírio Possenti (2005) põe-se a pensar questões mais práticas da relação entre a análise linguística e o ensino de língua. Mais especificamente, o autor discute como a escrita e a reescrita constituem formas de dominar efetivamente as normas de gramática e de textualidade, partindo do princípio de que a escrita “é uma atividade que, na escola, deve ser abundantemente praticada, com diversas finalidades, entre as quais está o próprio aprendizado da escrita” (POSSENTI, 2005, p. 5). Ampliando sua proposta, podemos afirmar então que o conhecimento linguístico na produção textual (que inclui, mas não se limita a regras gramaticais) pode se tornar um poderoso instrumento de luta política, garantindo maior autonomia e agência aos sujeitos em suas movimentações por escalas sociais diversas.

Partindo desse direcionamento, e considerando que o objetivo do presente artigo é fazer algumas reflexões iniciais de ordem teórica sobre as potencialidades de um olhar metapragmático para a análise linguística, não é o escopo, neste momento, esboçar sequências didáticas ou mesmo sugerir formas de análise linguística para a sala de aula. No entanto, passo agora a sinalizar possíveis

caminhos a serem explorados, principalmente a partir dos trabalhos de Inês Signorini (2008) e Jef Verschueren (2000).

Ao discutir os níveis de análise das metapragmáticas da língua em uso, Signorini (2008) evidencia algumas estruturas e processos de função metapragmática, separando-os em três grupos. O primeiro deles refere-se à *reflexividade linguístico-discursiva*. Trata-se de uma atenção aos descritores, referenciais e predicativos, os quais chamam a atenção para certos aspectos da interação e podem orientar a interpretação de diferentes maneiras (a depender da situação), além de direcionar a atenção para determinados efeitos de sentido (a depender do seu grau de explicitação). Também fazem parte desse nível de análise as estruturas prosódicas e proxêmicas (orientações corporais no espaço), os quais podem apontar para dinâmicas de alinhamento ou desalinhamento entre os interlocutores.

O segundo nível discutido pela autora é relativo à *indexicalidade semiótica*, que reconhece que o relativismo funcional das formas não explica as diferenças no funcionamento das formas apenas em termos psíquicos e/ou cognitivos (intenção e capacidade), mas também sociointeracionais (locais) e histórico-sociais (maiores). Assim, a análise linguística deve operar reconhecendo que a própria forma linguística é indexical, ou seja, os referenciais e seus objetos podem ser deslocados de contexto, passando a significar coisas diferentes. Nessa perspectiva, portanto, há uma dimensão metapragmática que se realiza

[...] na/pela própria maquinaria textual discursiva, vista como estratificada e multifuncional, isto é, como um folhado feito de estruturas semióticas multiniveladas e inter-relacionadas que garantem a 'coexistência dinâmica' [...] entre as formas indexicais e o que elas pressupõem, rememoram, e/ou projetam (SIGNORINI, 2008, p. 138).

O último nível discutido pela autora refere-se à *consciência metapragmática*, isto é, uma consciência da relação entre o uso da língua e o contexto social em que se dá esse uso. Ela se traduz na capacidade do/a locutor/a de avaliar adequações referenciais e reconhecer os condicionamentos ou regras sociais locais e não locais em jogo na interação. A consciência metapragmática significa, pois, “ter uma compreensão relacional e distribuída da cognição social” (SIGNORINI, 2008, p. 141). Nessa perspectiva, portanto, para termos uma consciência metapragmática, não basta sabermos usar a língua comum; é preciso ter um maior domínio do repertório sociocultural que a constitui.

Acredito que, para o aprofundamento de um trabalho crítico de experimentação com a linguagem por meio da análise linguística, uma atenção aos três níveis acima mencionados pode ser bastante útil, já que eles explicitam as condições e efeitos da própria possibilidade de manejar o

material linguístico numa interação oral e/ou escrita. Para visualizarmos uma possível operacionalização prática dessa proposta teórica de Signorini, recorro a Verschueren (2000), que elabora uma organização interessante para nos atentarmos à consciência metapragmática – nível que considero fundamental para um ensino crítico de línguas naturais. O autor diferencia alguns indicadores de consciência metapragmática que podemos perceber na interação oral/textual, conforme o grau de explicitação dos usos metalinguísticos. A tabela adaptada a seguir (Tabela 1) tem o condão de visualizarmos esses indicadores (que se diferenciam não tanto dicotomicamente, mas de forma escalar) e pode, eventualmente, servir como um norteador do trabalho de reconstrução de textos em sala de aula.

Tabela 2 – Indicadores de consciência metapragmática

METALINGUAGEM EXPLÍCITA	METALINGUAGEM IMPLÍCITA
<ul style="list-style-type: none">- Descrições metapragmáticas<ul style="list-style-type: none">* verbos performativos* atos de fala- Expressões autorreferenciais- Marcadores discursivos e pragmáticos- Advérbios sentenciais- Mitigadores- Links intertextuais explícitos- Citações/menções e paráfrases explícitas	<ul style="list-style-type: none">- Maioria dos referentes<ul style="list-style-type: none">* expressões dêiticas* aspecto, modo e tempo verbais- Pistas de contextualização (padrões prosódicos, <i>code switching</i>)- Vozes implícitas

Fonte: Adaptado de Verschueren (2000, p. 447).

Verschueren (2000) ainda argumenta que a identificação de elementos gramaticais responsáveis por “calibrar” metapragmaticamente os discursos funciona de duas formas, quais sejam: a *ancoragem* (no tempo, espaço e contexto social/discursivo), com foco na relação entre estrutura linguística e contexto; e a *conceitualização reflexiva*, que diz respeito a como o comportamento linguístico é entendido/compartilhado por aqueles envolvidos na interação, com foco nas dinâmicas responsáveis pela geração de significado. Considerando a proposta teórico-metodológica da análise linguística, poderíamos vislumbrar então o trabalho com tabelas de indicadores metapragmáticos junto aos/às alunos/as, tanto para identificar e explicar padrões sintáticos, semânticos e pragmáticos na construção (e reescrita) de textualidades, como para relacioná-los à ancoragem e à conceitualização reflexiva, levando, em última análise, a uma maior consciência metapragmática crítica das práticas linguístico-sociais.

Trata-se, é claro, de uma proposta ainda incipiente de trabalho, especialmente no contexto do

ensino básico, razão pela qual há ainda a necessidade de aprofundamento dos estudos críticos e pesquisas empíricas a esse respeito. Nesse contexto, considero fundamental que o foco dos estudos metapragmáticos não se situe apenas no contexto de sala aula, mas que pense as camadas metapragmáticas do próprio sistema de escolarização, incluindo a elaboração de materiais didáticos, sistemas avaliativos, políticas educacionais, discursos institucionais e a própria produção acadêmica na área⁴⁶.

Considerações Finais

No presente artigo, procurei introduzir a metapragmática como um conceito útil à análise linguística no contexto do ensino de línguas. Para tanto, realizei um delineamento dos principais aspectos dessa proposta teórica e metodológica para, a partir deles, demonstrar como ela comporta uma camada metapragmática da língua em uso, apontando alguns caminhos de trabalho com as metapragmáticas da textualidade em sala de aula. Essa perspectiva trata-se, na realidade, de um recorte da proposta mais geral de Bakhtin, que enfatiza as relações entre níveis de pensamento, contexto histórico e escala social, salientando que

[...] em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna arena onde se desenvolve a luta de classes [...] é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade (BAKHTIN, 2009, p. 47-8).

Considerando, ainda, que “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (BAKHTIN, 2009, p. 282), percebe-se que o estudo do material verbal só ganha sentido em articulação com as demais dimensões da vida em coletividade – sendo este próprio trabalho o resultado de uma cadeia de negociações, acréscimos e apagamentos em função de ideologias circulantes na sociedade.

Nesse sentido – e em consonância com a proposta da análise linguística – uma atenção à camada

⁴⁶ A esse respeito, Signorini (2017) elabora uma interessante reflexão sobre as metapragmáticas da escrita científica, em sua relação com o mercado editorial e a circulação de ideologias linguísticas sobre “escrever bem”. Em sua argumentação, a autora conclui que “quando a linguagem científica, como tantas outras linguagens que se querem diferenciadas, não mais for retratada apenas como conjunto de unidades de estruturação de artefatos transparentes e autônomos, talvez possa ser melhor compreendido e posto em discussão seu preponderante papel na consecução de objetivos muito específicos, na afirmação de posições e identidades, na imposição de ideias, na potência de afetar e criar realidades, no exercício, enfim, de poder e controle na interação social em sentido amplo” (p. 81).



metapragmática da língua representa um alargamento de uma concepção de gramática normativa ou estritamente atrelada apenas ao seu aspecto semântico, como aponta Blommaert (2014, p. 69):

Assim, no campo das ideologias linguísticas, as pessoas são conhecidas por *desempenharem* significados, e a língua, no sentido estrito do termo, é vista somente como um modo de produção de significado. As pessoas produzem *semiose* (comportamento simbólico significativo) como *performance* e o fazem dentro de um campo **regimentado** no qual as ideologias linguísticas produzem estabilidade e capacidade de reconhecimento (Grifou-se).

Uma vez que qualquer evento linguístico é uma unidade espaciotemporal conformada por um “conjunto de vetores ou linhas de força”, tanto produzido e regulado por regimes de poder institucional quanto emergente na interação local, os processos de (re)textualização podem ser compreendidos então como uma espécie de nexos entre diversos planos (social, cultural, histórico, político) que se interpenetram (SIGNORINI, 2008), sendo ao mesmo tempo sedimentados no tempo e no espaço por meio de processos de estabilização, e sujeitos a desestabilizações resultantes das transformações sociais.

Evidentemente, o conceito de metapragmática não deve ser tomado de forma homogênea ou linear; deve levar em conta que qualquer texto nunca está acabado, mas sempre sendo refeito, reescrito, reinterpretado e transformado durante processo interacional, sendo apenas uma projeção do “aqui-e-agora indexical” (VERSCHUEREN, 2000). Vê-se, pois, que se trata de um campo aberto a muitas possibilidades de pesquisas, e um olhar futuro para os dados empíricos produzidos com o trabalho metapragmático pode nos indicar que o que ocorre na materialidade das interações linguísticas tem o potencial de desestabilizar nossos próprios construtos teóricos, deixando cada vez mais evidente que nossas pesquisas não devem se fechar em conceitos previamente formulados, para os quais os dados empíricos se amoldam apenas para confirmar nossas hipóteses.



Referências

- AGHA, Asif. Voice, Footing, Enregisterment. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 15, issue 1, p. 38-59, 2005.
- AZEREDO, José Carlos de. A análise gramatical e a explicação de textos. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 46, p. 21-41, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. Análise linguística como eixo do ensino de Língua Portuguesa. In: _____. *Análise Linguística: afinal, a que se refere?* São Paulo: Cortez, 2013. p. 33-61.
- BLOMMAERT, Jan. Ideologias linguísticas e poder. Trad. Ive Brunelli. In: SILVA, Daniel N.; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N. (Orgs.). *Nova Pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 67-77.
- FRANCHI, Carlos. Criatividade e Gramática. In: _____. *Mas o que é mesmo “gramática”?* São Paulo: Parábola, 2006. p. 34-101.
- GERALDI, João Wanderley. Sobre o trabalho com textos produzidos por alunos. In: _____. *Linguagem e Ensino: Exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado das Letras, 1996. p. 121-142
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. O papel da Linguística no ensino de línguas. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Revista 18, v. 2, p.12-31, 2016.
- POSSENTI, Sírio. *Aprender a escrever (re)escrevendo*. Linguagem e Letramento em Foco. Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.
- POVINELLI, Elizabeth A. Pragmáticas íntimas: linguagem, subjetividade e gênero. Trad. Joana Plaza Pinto. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 24, v. 1, p. 205-237, 2016.
- ROMERO, Márcia. Epilinguismo: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culioli e Carlos Franchi. *ReVEL*, v. 9, n. 16, p. 152-163, 2011.
- SILVERSTEIN, Michael. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, n. 23, p. 193-229, 2003.
- _____. Language Structure and Linguistic Ideology. In: CLYNE, Paul R. et al (Eds.). *The Elements: A Parasession on Linguistic Units and Levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-247.
- _____. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. In: LUCY, John A (Ed.). *Reflexive language: reported speech and metapragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 33-57.
- SIGNORINI, Inês. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. In: _____. (Org.). *Situar a língua[gem]*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 117-148.
- _____. Metapragmáticas da ‘redação’ científica de ‘alto impacto’. *Revista do GEL*, v. 14, n. 3, p. 59-85, 2017.
- VERSCHUEREN, Jef. Notes on the role of metapragmatic awareness in language use. *Pragmatics*, v. 10, n. 4, p. 439-456, 2000.

Submissão: agosto de 2018

Aceite: novembro de 2019



VOZES FEMININAS PLURILÍNGUES ATRAVESSANDO A FRONTEIRA VENEZUELA-BRASIL

FEMALE PLURILINGUAL VOICES CROSSING VENEZUELA-BRAZIL BORDER

DÉBORA SILVA BRITO DA LUZ

deboramest@gmail.com

Universidade Federal Fluminense

Resumo: O objetivo do presente artigo é oportunizar, ainda que de forma sucinta, a duas mulheres venezuelanas contar suas experiências como imigrantes trabalhadoras na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, especialmente, no tocante a aspectos linguísticos, culturais e identitários. As informações foram coletadas por meio de entrevistas gravadas em áudio mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A intenção é de colaborar com a compreensão da realidade sociocultural e linguística vivenciada, sobretudo, por imigrantes da Venezuela em Boa Vista em decorrência do contato de falantes de línguas distintas. Inicialmente, devido ao preconceito sofrido diariamente, as entrevistadas estavam receosas em responder as nossas perguntas, mas logo se sentiram à vontade. Durante as entrevistas, elas alternavam entre o espanhol e o português, revelando grande fluência e competência comunicativa neste último, bem como marcas identitárias relacionadas ao uso de uma ou de ambas as línguas em contato.

Palavras-chave: Imigrantes; Mulheres; Línguas em contato.

Abstract: *This article aims to give a brief summary of the experiences of two Venezuelan women as immigrant workers in the city of Boa Vista, capital of the state of Roraima, especially regarding linguistic, cultural and identity aspects. We collected information through interviews recorded in audio through the signing of the Informed Consent Term. The intention to collaborate with the understanding of the sociocultural and linguistic reality experienced, above all, by Venezuelan immigrants in Boa Vista due to the contact of speakers of different languages. Initially, due to the prejudice they suffer daily, the interviewees were afraid to answer our questions, but soon they felt at ease. During the interviews, they alternated Spanish and Portuguese language, revealing great fluency and communicative competence in second language, as well as identity marks related to the use of one or both of the languages in contact.*

Keywords: *Immigrants; Women; Languages in contact.*

Situando o *locus* da pesquisa

[...] só resta ao homem
(estará equipado?)
a difícilima dangeirosíssima viagem
de si a si mesmo[...]
(CARLOS DRUMMOND
DE ANDRADE, 2005, p 35)

Roraima é um estado brasileiro que, assim como o Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso,

Pará, Rondônia, Tocantins e parte do Maranhão, faz parte da chamada Amazônia Legal (MAGALHÃES, 2008). Além do Brasil, a Amazônia Internacional também abrange outros oito países: Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname. O mapa a seguir mostra a exposto:



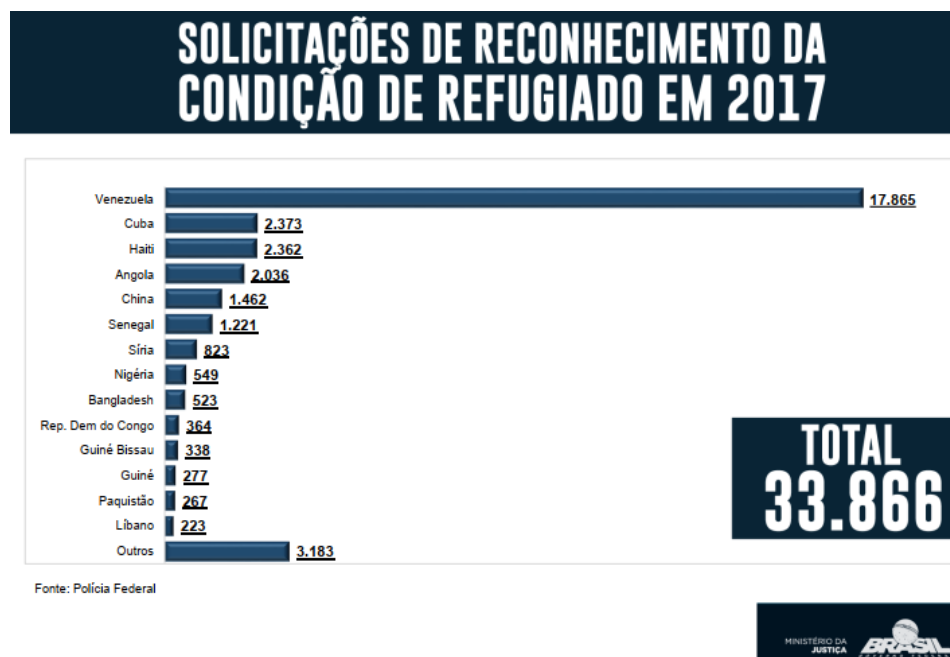
Convém destacar que Roraima apresenta uma tríplice fronteira trilingue por ter como limites fronteiriços a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativa da Guiana. Devido à proximidade geográfica entre estes países, há um fluxo constante de pessoas que atravessam as

fronteiras com destino a Roraima por diversas motivações.

Roraima revela-se um espaço caracterizado pelo plurilinguismo tanto social quanto individual. Esclarecemos que empregamos o termo *plurilinguismo* para nos referir, com base em Savedra e Perez (2017, p. 3)⁴⁷, “a coexistência, contato e interação de duas ou mais línguas”.

Segundo Rodrigues (2006), em Boa Vista, “os *fronteiriços internacionais migrantes* podem ser encontrados no mercado de trabalho informal, nas ruas dos camelôs, na feira do produtor” (grifo da autora). Desde o ano de 2016, estamos testemunhando em Roraima um aumento considerável de imigrantes venezuelanos em virtude da situação político-econômica em que se encontra a Venezuela. Essas pessoas se dirigem, principalmente, para a capital, Boa Vista, onde buscam oportunidades de empregos como as citadas pela autora.

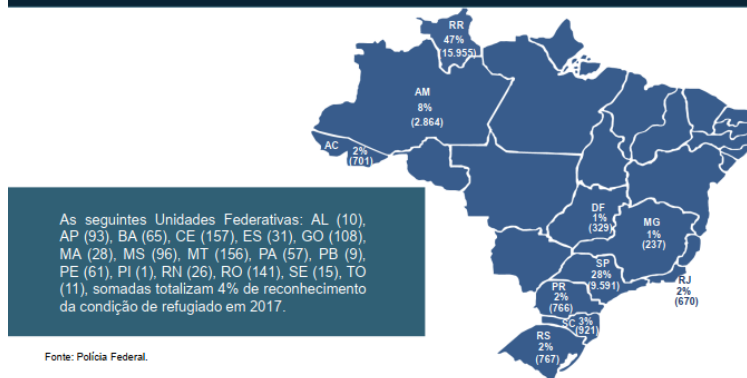
Em 2017, segundo dados da 3ª edição do relatório Refúgio em Números do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), 17.865 venezuelanos solicitaram reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, dos quais 15.955 foram feitos em Roraima como se verifica nos gráficos que seguem:



⁴⁷ Os autores explicam que o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR) – Aprendizagem, ensino, avaliação, publicado em 2001, “define como multilinguismo a coexistência ou conhecimento de diferentes línguas em uma dada sociedade, enquanto que o plurilinguismo, por sua vez, seria a competência comunicativa possuída pelo indivíduo em mais de um idioma” (SAVEDRA; PEREZ, 2017, p. 3). Todavia por entenderem ser arbitrária a escolha de multilinguismo para caracterizar um fenômeno social e plurilinguismo um fenômeno individual, adotam os conceitos de plurilinguismo social e plurilinguismo individual.

Fonte: Refúgio em Números – 3ª edição (2018), Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).

SOLICITAÇÕES DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO POR UNIDADE FEDERATIVA EM 2017



Fonte: Refúgio em Números – 3ª edição (2018), Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).

Assim, diariamente, um número exponencial de pessoas desloca-se de diferentes regiões da Venezuela em direção à fronteira com o Brasil. As cidades-gêmeas Santa Elena de Uairén (Venezuela) e Pacaraima (Brasil) são as primeiras a perceber o impacto da chegada destes imigrantes. Entretanto o objetivo principal, como já dissemos, é chegar a Boa Vista. A distância entre Pacaraima e a capital é de, aproximadamente, 214 km.

Devido à carência, muitos imigrantes fazem o percurso a pé, levando vários dias até alcançar o destino. A quantidade de dias varia de acordo com as famílias, visto que alguns migram sozinhos outros trazem alguns familiares e seus pertences.

Em Boa Vista, essas pessoas buscam, sobretudo, um trabalho para que possam ter uma renda com a qual seja possível conseguir um lugar para morar, se alimentar, se vestir, estudar entre outras ações e atividades básicas do cotidiano.

Neste cenário, as mulheres se destacam por representarem, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), um grupo considerado vulnerável em contextos de migração, além de serem o estio da família.

O fluxo migratório para Roraima tem chamado a atenção da imprensa, de tal modo que vem recebendo destaque na mídia local e nacional. A título de exemplo, citamos algumas reportagens publicadas e disponíveis *online*:



- “Guerra Civil - Centenas de pessoas cruzam a pé fronteira da Venezuela com Roraima”⁴⁸, Diário da Mídia de 19 de dezembro de 2016.
- “Ao renunciar, vice-governador de RR compara venezuelanos a zumbis: 'ruas lembram The Walking Dead'”⁴⁹, G1 RR de 26 de janeiro de 2018.
- Maratona a pé e casas sem móveis divididas por até 31 pessoas: a rotina dos venezuelanos em Roraima”⁵⁰, G1 RR de 05 de fevereiro de 2018;
- “Moradores protestam contra instalação de casa para imigrantes em RR e bloqueiam tráfego na fronteira com a Venezuela”⁵¹, G1 RR de 20 de março de 2018;
- “Manifestantes invadem abrigo e queimam pertences de venezuelanos em Roraima”⁵², EBC Agência Brasil de 20 de março de 2018.
- “Venezuelanos com fome atravessam fronteiras”⁵³, O São Paulo de 2 de abril de 2018.

Vozes migrantes, rompendo a fronteira do silêncio...

[...] situações de silêncio.
Ele não existe em si, mas é fruto dessas relações e fala delas.
(FERRARI; MARQUES, 2011, p. 20)

Quando as mulheres venezuelanas chegam ao mercado de trabalho na cidade de Boa Vista, muitos são os desafios, dentre eles a língua portuguesa que constitui o meio principal para a realização das práticas comunicativas entre os sujeitos que interagem em estabelecimentos comerciais. Desta forma, para que possam se comunicar de maneira mais eficaz nas atividades laborais, faz-se necessário conhecer os aspectos, sobretudo, comunicativos da Língua Portuguesa.

Esta nova realidade complexa e problemática vem chamando muito a nossa atenção, em especial, enquanto profissionais e pesquisadoras da área da linguagem, por este motivo decidimos

⁴⁸ Disponível em: <http://diariodamidia.com.br/noticias/internacional/guerra-civil-centenas-de-pessoas-cruzam-a-pe-fronteira-da-venezuela-com-roraima-7304>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁴⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/ao-renunciar-vice-governador-de-rr-compara-venezuelanos-a-zumbis-ruas-lembram-the-walking-dead.ghtml>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁵⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/maratona-a-pe-e-casas-sem-moveis-divididas-por-ate-31-pessoas-a-rotina-dos-venezuelanos-em-roraima.ghtml>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁵¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/moradores-protestam-contrainstalacao-de-casa-para-imigrantes-em-rr-e-bloqueiam-trafego-na-fronteira-com-a-venezuela.ghtml>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁵² Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2018-03/manifestantes-invadem-abrigo-de-venezuelanos-em-roraima-e-queimam-seus>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁵³ Disponível em: <http://www.osaopaulo.org.br/noticias/venezuelanos-com-fome-atravessam-fronteiras>. Acesso em: 02 abr. 2018.

realizar esta pesquisa objetivando questionar a essas mulheres trabalhadoras venezuelanas como aprenderam ou estão aprendendo a língua portuguesa e como é viver em outro país, considerando a convivência com uma cultura e uma língua diferente da sua.

As informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas (NUNAN, 1992) e analisadas numa perspectiva sociocultural e identitária. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e devidamente autorizadas por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com o intuito de resguardar a identificação das entrevistadas seus nomes foram trocados neste artigo.

Optamos pela realização de entrevistas, pois estas promovem reflexões e discussões conjuntas entre entrevistados e entrevistadores o que propicia “reconstruções de sentidos, a emergência de narrativas de vida e a performance de identidades sociais” (ROLLEMBERG, 2013, p. 42).

Conversamos com duas mulheres venezuelanas que, desde 2016, estão vivendo em Boa Vista e trabalhando em estabelecimentos comerciais na mesma cidade. Escolhemos as participantes empregadas em lugares que costumamos frequentar e que, de certa forma, nos inspiraram a fazer este artigo.

As conversas foram realizadas nos próprios ambientes de trabalho de maneira informal a partir de algumas questões previamente elaboradas que possibilitaram outras indagações dependendo, também, do encaminhamento dos diálogos.

Nossa primeira entrevistada, a quem chamaremos de Ana, é advogada, vivia na Ilha de Margarita, tendo, no momento da entrevista, 38 anos de idade e cerca de 5 meses que estava em Boa Vista, juntamente com o companheiro e uma filha de 1 ano e 10 meses. Sua decisão de migrar para Boa Vista foi motivada pela situação econômica da Venezuela e pela dificuldade de conseguir emprego, remédios, comida.

Ana nos explicou que seu companheiro veio antes para encontrar um trabalho e lugar para viverem. Uma das primeiras atividades que fez ao chegar foi ir ao supermercado, onde chorou muito ao lembrar que na Venezuela sua família não tinha nada. Neste momento da entrevista, Ana começou a chorar, pois é “*difícil saber que tu llegas aquí y consigues todo, todo*”, enquanto que na Venezuela, muitas vezes, as pessoas não têm o que comer, permanecendo em longas filas durante horas para conseguir comprar algo.

Logo quando chegou, Ana conseguiu trabalho em uma cafeteria durante o dia e, à noite, ajuda na cozinha do restaurante no qual seu companheiro é garçom. Ela declarou que está gostando “*mucho*” do trabalho, mas está sendo difícil aprender o português que é um “*poquito más complicado que el español*”, citou a questão de palavras parecidas na escrita e na fala, porém com significados diferentes,

os denominados heterossemânticos, como exemplificado no quadro a seguir:

Espanhol	Português
Cadera	Costas
Basura	Lixo
Escoba	Vassoura

Ana destacou que está aprendendo o idioma português no dia a dia “*todo lo aprendí acá*” com os clientes, os companheiros de profissão e quando não entende algo pede para a pessoa repetir, falar mais devagar ou recorre à colega de trabalho.

Em casa, ela utiliza a língua espanhola, assim como quando conversa com a família que permaneceu na Venezuela, contudo é comum falar alguma palavra ou expressão em português.

Ana está com visto de residência temporária como imigrante, para que possa se locomover para outras partes do Brasil, principalmente, em busca de tratamento para a filha que possui alguns problemas de saúde, podendo, ainda, regressar à Venezuela quando queira, uma vez que lá ficaram seu pai, suas tias, seus sobrinhos, seus irmãos e uma filha de 15 anos que permaneceu com o pai (1º marido de Ana). Ana pretende trazer essa filha para junto de si quando estiver mais estável, com uma casa melhor e sem dívidas.

Algo de que ela sente falta é da comida do seu país, em especial, do tempero, por isso sempre que possível procura preparar sua comida “*al estilo venezolano*”. Relatou já ter vivenciado situações de preconceito, citando como exemplo o fato de a população brasileira local se referir aos venezuelanos por “*mira*”. Houve uma situação na qual um cliente a chamara utilizando “*mira*” e ela esclareceu: “*mi nombre no es mira, mi nombre es Ana*”.

O verbo “*mirar*” significa, segundo a Real Academia Española, “*dirigir la vista a un objeto*”, “*observar las acciones de alguien*”, “*tener en cuenta, atender*”, “*inquirir, buscar algo, informarse de ello*”, “*considerar un asunto y meditar antes de tomar una resolución*”, entre outros significados, sendo comumente observada nas práticas comunicativas dos venezuelanos, como função fática, de modo que a população local passou a utilizar “*mira*” para se referir a eles. Desta forma, muitos brasileiros generalizam os imigrantes venezuelanos por “*mira*” com o intuito de chamá-los no dia a dia, tendo, assim, função de vocativo. Esta é a razão de Ana corrigir.

Apesar das dificuldades, ela declarou que está gostando de viver em Boa Vista por ser “*muy tranquilo*”. Antes pensava em regressar à Venezuela, caso a situação melhorasse, mas, atualmente,



dependeria de vários fatores, pois caso esteja bem em Boa Vista não pretende voltar. Seu maior desejo é que toda sua família esteja bem e que consiga enviar-lhes dinheiro mensalmente.

A segunda participante chamaremos de María. À época da entrevista, estava com 37 anos de idade, sendo natural de Puerto Ordaz e formada em Segurança Industrializada Ocupacional. Ela está com visto de residência permanente e mora em uma casa alugada.

María migrou para Boa Vista há quase 2 anos pela situação da Venezuela que estava “*muito ruim*”. Ela realizou esta trajetória sozinha e, após se organizar, trouxe os três filhos, os pais, os sobrinhos e um irmão. María é a responsável pelo sustento de todos da família.

Inicialmente, ela trabalhou como manicure em um salão. Posteriormente, conseguiu um emprego em um bar, primeiramente, lavando louça, mas logo recebeu o convite para ser garçomete e, agora, atua como secretária administrativa. Hoje, María tem três empregos: manicure em casa, secretária administrativa em um bar e atendente em uma cafeteria.

Declarou que ao chegar a Boa Vista, não falava português, aprendendo o idioma “*a los golpes*”. Ao passar a atuar como garçomete, seu conhecimento da língua portuguesa foi se expandindo mediante a interação com os clientes e os colegas de trabalho.

Notamos que María acredita ainda não “saber” português. Ela afirma “*yo no sé português*”. Entretanto, pudemos constatar que ela utiliza os dois idiomas. Enquanto gravávamos a entrevista ela precisou dirigir-se a quatro pessoas diferentes: a um brasileiro que fazia entregas no estabelecimento em que trabalha; a outro brasileiro para dar instruções de armazenamento do material; a seu sobrinho para dar uma ordem referente a casa e a um imigrante cubano que lhe pediu orientações para colocar recarga no celular. Observamos que María falou em português com os brasileiros e em espanhol com os estrangeiros.

María comentou que procura falar sempre em português nas atividades laborais, mas em casa, assim como Ana, fala sua língua materna. Explicou que uma de suas maiores dificuldades linguísticas refere-se à pronúncia da letra R em português.

De acordo com Silva (2003), a letra R, pode ser produzida, na língua portuguesa, como:

- [X] fricativa velar desvozeada;
- [h] fricativa glotal desvozeada;
- [ř] vibrante alveolar vozeada;
- [r] tepe alveolar vozeado em posição intervocálica como em arara.

Já em espanhol, a letra é sempre vibrante /r/ independente da posição em que se encontra na sílaba, como nos exemplos: “*pero*” (mas) e “*rojo*” (vermelho). Ou ainda, tepe alveolar vozeado, para

quando ocorrem RR, como em “perro” (cachorro).

Maria citou também como desafio comunicativo a assimilação de algumas palavras e expressões cujos significados diferem entre os idiomas em discussão, os heterossemânticos, tais como:

- Ônibus pequeno na Venezuela chama-se “*buceta*”, porém em português refere-se, pejorativamente, ao órgão sexual feminino.
- “*Exquisito*” em espanhol é utilizado para expressar, por exemplo, que uma comida está muito saborosa, já no Brasil “esquisito” remete a algo estranho, fora do normal.
- “Sinto sua falta” expressão utilizada no Brasil para indicar “saudade”, mas María entendia que estavam dizendo que ela havia faltado, ausentando-se do trabalho, por exemplo.

Na Venezuela, María passou por muitas necessidades, por isso se emocionou ao falar da situação dos imigrantes em Boa Vista que estão vivendo na rua, desempregados, não tendo, por diversas vezes, nada para comer. Sempre que pode ajuda a essas pessoas, dando “*lo que tenemos en la mano*”.

Declarou que está gostando de viver em Boa Vista, gosta das festas, das músicas e das comidas locais citando: farofa, cuscuz, tapioca, fava, brigadeiro, bolo de carimã, cupuaçu, açaí. A única coisa de que não gosta é do calor.

Quando questionada se com a melhora da situação na Venezuela pretendia voltar a morar lá, rapidamente respondeu: “*no!*”. Explanou que em Boa Vista tem algo que não troca por nada: “*tranquilidad y paz, puede ser que eu tenha que trabajar mucho para poder vivir bien, pero tu no andas preocupado ¿Qué voy a comer amanhã? ¿Qué voy a dar a mis hijos de comer?*”. Além do mais, está satisfeita com a educação que seus filhos estão recebendo na escola pública, bem como com a assistência médica na cidade.

Estas afirmações nos levam a perceber que a imigração implica mudança de moradia, de trabalho, de práticas sociais, de sonhos e de perspectivas. Segundo Silva, Melo e Anastácio (2009, p. 40), muitas pessoas se adaptam em outros lugares de modo que “fica difícil voltar, mesmo reconhecendo vantagens da vida de antes”. Ainda de acordo com as autoras, surgem outras necessidades como a adaptação ao local, ao tipo de moradia, à espécie de trabalho, aos modos de convivência familiar, às tradições religiosas e à alimentação, levando à reconstrução de valores.

Deste modo, percebemos como os processos migratórios são ricos em significados culturais, pois cada experiência é única, pode até ser dividida, uma vez que grande parte das pessoas que migram têm histórias semelhantes, por isso cada imigrante vai contar sobre a sua migração e, ao



mesmo tempo, da migração de outros porque usa uma linguagem construída conjuntamente com outros.

María declarou que já sofreu e vivenciou situações de preconceito motivado pela nacionalidade venezuelana, como um assalto a um carro em que todos explanavam que só podia ter sido um venezuelano enquanto que na realidade havia sido um brasileiro que praticara o crime.

Ela explanou saber que há aqueles compatriotas que estão praticando crimes na cidade, todavia salientou que quando um país está em crise não emigram apenas aqueles que querem uma vida melhor, “*que quiere hacer raíces, simiente (...) emigra todo tipo de gente*” e não apenas venezuelanos, “*aquí hay de todo, cubano, dominicano, colombiano*”. María está satisfeita com suas conquistas no novo espaço que escolheu para viver. Seus desejos atuais são fazer faculdade de enfermagem e a melhora conjuntural de seu país.

No título desse tópico utilizamos o sinal de reticências para expressar que as fronteiras que essas e outras mulheres imigrantes venezuelanas precisam ultrapassar diariamente são de naturezas diversas: linguísticas, sociais, culturais, econômicas, políticas, identitárias. Além, é claro, do medo de falar e sofrerem hostilidades.

3 Entrelaçando vozes, memórias e identidades femininas...

Toda viagem se destina a ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as. Ao mesmo tempo que demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias. Tanto singulariza como universaliza (IANNI, 2000, p. 13).

Que leituras são possíveis a partir das falas de Ana e María? Que significados elas produzem em relação à Venezuela e ao Brasil? Como elas se identificam? Como são identificadas? Como desejam ser reconhecidas?

As vozes aqui apresentadas são de duas mulheres que lutaram (e ainda lutam) por melhores condições de vida para si e seus familiares. Ao garimpar suas memórias, deparamo-nos com a mistura de passado e de presente. Montenegro (2010, p. 40) defende a ideia de que:

Passado e presente, memória e percepção instituem uma relação tensa em que se abrem ou não possibilidades de novas redes de significação. A representação do passado e do presente, como territórios de fronteiras configurados no tempo, torna-se ainda mais tênue quando compreendemos que o fio ou a ligação entre ambos se constitui no universo da ação. Ou seja, todo esse movimento constante e ininterrupto da memória, percepção, apreensão, interiorização, subjetivação é indissociável do agir, de uma forma de ser no mundo em que passado e presente desaparecem enquanto signos de realidades acabadas e distintas.

Bosi (1995, p. 48) argumenta que o “passado conserva-se e, além de conservar-se atua no presente”. Por mais que Ana e María tentem esquecer, a lembrança é a sobrevivência deste passado como advoga a autora, de modo que passado e presente atuam juntos para estabelecer comparação, como faz María, ao expressar a saudade que sente de seus familiares: “*Eu gosto muito de Boa Vista, mas queria toda a família aqui*”.

A memória de ambas as entrevistadas se concretiza pela linguagem, é referenciada pela realidade, aludindo-se a tempos e espaços: “aqui” e “lá”, “antes” e “agora”. Falar de suas memórias é ver o entrelaçamento com as relações, as vivências, as lutas, os sonhos e os traumas. A memória não está pronta porque é uma construção permanente e dependente das percepções, das experiências, do vivido.

A memória é ativada por lembranças, por isso Bosi (1995, p. 46-47) expõe que a memória

[...] permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

As memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, como será lembrado, identificando-se com os acontecimentos públicos de importância para o grupo (BURKE, 2000).

Pollak (1989) nos alerta sobre lembranças traumatizantes, como no caso destas mulheres venezuelanas: a fome, o sofrimento, a falta de medicamentos. Durante as entrevistas, essas lembranças foram marcadas por lágrimas e momentos de silêncio. Para o autor, o silêncio tem razões bastante complexas: políticas ou pessoais. Tanto os discursos como os silêncios são moldados “pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos” (POLLAK, 1989, p. 6), estabelecendo assim, uma fronteira entre o dizível e o indizível.

Em relação à língua elas afirmam não saber português. No entanto, durante as atividades laborais percebemos o uso da língua portuguesa, mesmo que marcada pelo sotaque ou por “palavras em espanhol” no meio do discurso, revelando que há um esforço das duas famílias em manter a língua materna em casa, assim como em aprender o português para estabelecer relações e sobreviver no novo espaço.



Essas mulheres viram no processo de migração um projeto maior de vida e, até mesmo, uma forma de salvação de suas vidas e de suas famílias, o que as levou a atravessar a fronteira geográfica e a transpor muitas outras fronteiras. Trata-se, consoante Martins (2009, p. 11), da fronteira de “muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteiras de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteiras da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*”. Isto porque, segundo o autor, a fronteira tem sido o lugar do sacrifício humano, do pranto, do nosso nascimento como povo e nação. Assim, a fronteira é, ao mesmo tempo, cenário de intolerância, ambição e morte, bem como sinal de esperança: tempo de redenção, justiça, alegria e fartura.

Ao contarem suas trajetórias de vida, marcadas pelo processo migratório, descrevem as fronteiras que tiveram e têm que respeitar, atravessar, contornar e transgredir. De fato, suas falas revelam o quanto foi preciso “rachar” as muralhas fronteiriças (MONTENEGRO, 2010). O modo de percepção dessas fronteiras está vinculado às trajetórias de vida, às experiências, ao vivido, ao que é dizível ou não. Abrem as fronteiras de si aos outros, mas no interior do lar as fronteiras se fecham nas tradições culturais que procuram manter.

Em linhas gerais, concordamos com Penna (1998, p. 108) para quem a migração

[...] acarreta mudanças radicais no modo de vida, no nível do trabalho, da inserção comunitária [...], no acesso a bens materiais e simbólicos. [...] Tais mudanças refletem-se, sem dúvida, sobre os processos relativos à identidade social. Faz-se necessário, portanto, considerar a migração enquanto um processo dinâmico de transformação (destruição/recriação) tanto do modo de vida e das relações com o espaço, quanto dos referenciais simbólicos (as representações de identidade) que marcavam a experiência pessoal.

Dialogando com a citação anterior, trazemos Hall (2005), pois o autor argumenta que são as transformações da sociedade moderna que apresentam a migração como uma das consequências da globalização e que leva a uma “pluralização” de culturas. Ainda de acordo com o autor, a identidade do sujeito por ele denominado de pós-moderno é definida historicamente, sendo formada e transformada continuamente, visto que depende de como este sujeito é representado ou interpelado nos sistemas culturais que se encontra a sua volta. Assim, dentro de nós

[...] há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (HALL, 2005, p. 13).



Nesta perspectiva, nós nos atrevemos a dizer que as mulheres entrevistadas por nós além da identidade relacionada a sua nacionalidade e a outros aspectos edificados ao longo de suas vidas, estão construindo diariamente novas identidades que perpassam, se entrecruzam e se misturam com e pelo “ser roraimense”. Destarte, Ana e María, assim como os demais imigrantes, não pertencem a uma única cultura, mas habitam pelos menos dois mundos distintos (STEVENS, 2007).

Ana e María são sujeitos multifacetados (FREITAS, 2007) com vozes plurilíngues. Dependendo do contexto de comunicação, situacional ou interacional em que se encontram, bem como da forma como são representadas ou interpeladas, uma(s) ou outra(s) de suas identidades são evocadas ou uma(s) delas pode se fazer mais presente do que outra(s). Desta forma, salientamos que a “identidade não é apenas uma faceta do sujeito, mas uma faceta que muda a cada instante em que o sujeito efetivamente diz o que tem a dizer” (SOUZA, 1994, p. 13).

Há muitos casos de imigração venezuelana no espaço urbano de Boa Vista. São histórias que ainda desejamos ouvir e (re)construir a partir das memórias e do vivido, do passado e do presente, que ajudam a problematizar as questões linguísticas destas pessoas que na relação de fronteira articulam não somente as línguas, mas, principalmente, cultura, identidade, nacionalidade e muitos sentimentos. E agora, com a transferência de alguns destes imigrantes para outros estados⁵⁴, novas problematizações podem surgir e conduzir a diferentes pesquisas.

Considerações finais

Com as reflexões aqui realizadas, percebemos que as línguas não se limitam a espaços definidos geograficamente, visto que os movimentos migratórios permitem que se encontrem e se misturem. Durante as entrevistas, Ana e María começavam falando em português, mas logo o espanhol se fazia presente, principalmente quando as lembranças eram rememoradas.

Podemos apreender que, nas suas atividades do cotidiano, ambas as línguas se sobrepõem nas suas práticas comunicativas, pois cada uma tem sua função social e identitária (Hall, 1992) para seus usuários.

A migração venezuelana para Roraima constitui uma realidade nova e complexa, albergando problemáticas de diferentes ordens que, por hora, não vislumbram soluções, principalmente se não houver atuação conjunta de diferentes atores governamentais e sociais, bem como mais atitudes de

⁵⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/aviao-da-fab-com-153-venezuelanos-sai-de-roraima-para-sao-paulo-e-cuiaba.ghtml>. Acesso em: 06 abr. 2018.



alteridade, tolerância e respeito com o outro.

Destarte, o estado revela-se um espaço fértil para o desenvolvimento de pesquisas de diferentes ordens. Como forma de provocação deixaram os seguintes questionamentos: quais políticas linguísticas estão sendo planejadas e implementadas? Ou não há nenhuma? Há políticas linguísticas implícitas, informais e não planejadas estabelecidas pela sociedade? Já que para Spolsky (2004, p.8) “language policy exists even where it has not been made explicit or established by authority. [...] so that the nature of their language policy must be derived from a study of their language practice or beliefs”. Estão ocorrendo fenômenos como bilinguismos, alternância de código, transferências e interferências linguísticas? Como acolher o aluno imigrante da Venezuela na escola? Como os imigrantes venezuelanos estão (ou não) aprendendo a língua portuguesa? Como lhes ensinar o idioma? Quais são suas necessidades comunicativas? Qual a receptividade dada à língua espanhola? Há ações de valorização e/ou discriminação em relação ao uso do espanhol? Essas e outras problematizações podem, devem e precisam ser pesquisadas. Convidamos, assim, os interessados a contribuir com as reflexões sobre a realidade roraimense.

Considerando que a linguagem é uma prática social, as histórias contadas pelas imigrantes Ana e María podem, inclusive, ser modificadas, considerando que contam e recontam as histórias que já foram vividas, contadas e ouvidas. Contar algo sobre nossa vida é uma forma de reconstruir o passado a partir do presente. Pollak (1992, p. 203) afirma que há uma seletividade de temas ou assuntos porque a “*memória é seletiva* (grifo do autor). Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. Há, inclusive, o que não pode ser revelado.

Segundo Portelli (2005, p. 53), é “um grande desafio narrativo aquele que o estranho disposto a escutar carrega, pedindo a um outro para contar a sua vida, porque aquele nunca fez isso, não havia nunca ao menos colocado o problema e, então, contá-la significa ter surpresas”. No contexto desta pesquisa, estas surpresas são manifestadas por expressões em outra língua, gestos, silêncios, afirmações, negações etc. aspectos estes que captamos durante as entrevistas com Ana e María. Os escritos aqui apresentados remetem-nos a debates mais amplos sobre os processos de deslocamentos populacionais para Roraima, por isso as reflexões não se enceram nesta página. Muito há para ser debatido e proposto. Por hora fica o desafio de perceber a relação intrínseca entre *memória, oralidade e identidade* no contexto de imigração venezuelana em terras roraimenses.



Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. O homem; as viagens. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *As impurezas do branco*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 35-37.
- BOSI, Eclea. Memória – sonho e memória – trabalho. In: BOSI, Eclea *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 43-70.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. *Variedades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-89
- CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 141-155.
- Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Ministério da Justiça. *Refúgio em Números – 3ª edição*. Brasília, 2018. 30 p. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continuum-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.
- FERRARI, Anderson; MARQUES Luciana Pacheco. Silêncios e Educação. In: FERRARI Anderson; MARQUES Luciana Pacheco (Orgs.). *Silêncios e Educação*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011. p. 9-26.
- FREITAS, Déborah de Brito Albuquerque Pontes. A construção do sujeito nas narrativas orais. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 25-2, p. 92-112, 2007.
- HALL, Stuart. The Question of Cultural Identity. In: Hall, Stuart; Held, David.; McGrew, Tony. *Modernity and Its Futures*. Cambridge: Politic Press/Open University, 1992. p. 273-326.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- IANNI, Otávio. A metáfora da viagem. In: IANNI, Otávio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. *Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do mundo*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MIRAR. Real Academia Española – Diccionario de la lengua española (Edición del Tricentenario, Actualización 2017). Disponível em: <http://dle.rae.es/?id=PMSRG3d>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. Rachar as palavras: uma história a contrapelo. In: MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- NUNAN, David. *Research Methods in Language Learning*. New York: Cambridge University Press, 1992.
- PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras, São Paulo: FAPESP, 1998. p. 89-112.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212. 1992.
- PORTELLI, Alessandro. A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo. In: WHITAKER, Dulce C. A.; VELÔSO, Thelma M. *Oralidade e Subjetividade: os meandros infinitos da memória*. Campina Grande, PB: EDUEP, 2005. p. 43-54.
- RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. *Estudos avançados* (SciELO) – dossiê



migração, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 197-207, maio/ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200015&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 11 mar. 2018.

ROLLEMBERG, Ana Tereza Vieira Machado. Entrevistas de pesquisa: oportunidades de coconstrução de significados. In: BASTOS, Liliana Cabral; SANTOS, William Soares dos (Org.). *A entrevista na pesquisa qualitativa*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013. p. 37-46.

SAVEDRA, Monica Maria Guimarães; PEREZ, Gabriel Mendes Hernandez. Plurilinguismo: práticas linguísticas de imigrantes brasileiros no Suriname. *Organon: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Plurilinguismo na educação e na sociedade*, Rio Grande do Sul, v. 32, n. 62, p. 1-16, jan./jul. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/70594/42123>. Acesso em: 01 abr. 2018.

SILVA, Célia Nunes; MELO, Maria das Graças Pedrosa Lacerda de; ANASTÁCIO, Sílvia Maria Guerra. *Nômades contemporâneos: famílias expatriadas e um mosaico de narrativas*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2009.

SILVA, Thaís Cristófar. *Fonética e fonologia do Português*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Otávio. *Fantasia de Brasil: as identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Escuta, 1994.

SPOLSKY, Bernard. *Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

STEVENS, Cristina Maria Teixeira. Imagi-Nações. Literatura e Identidades Migrantes. In: CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti et al. *Migração e identidade: olhares sobre o tema*. São Paulo: Centauro, 2007. p. 17-41.

TRIM, J. L. M., et al. *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: Aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto: Asa, 2001.

Submissão: maio de 2018

Aceite: novembro de 2019